

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LIDIANE FATIMA GRÜTZMANN

**Democracia, autoritarismo, desordem informacional: o que a educação
pode fazer?**

SÃO PAULO

2023

LIDIANE FATIMA GRÜTZMANN

**Democracia, autoritarismo, desordem informacional: o que a educação
pode fazer?**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutora em Educação. Área de
concentração: Educação e Ciências Sociais:
Desigualdades de Diferenças. Linha de
pesquisa: Sociologia da Educação.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Inês Schilling.

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

G863d GRÜTZMANN, LIDIANE FATIMA
Democracia, autoritarismo, desordem
informativa: o que a educação pode fazer? /
LIDIANE FATIMA GRÜTZMANN; orientadora Flávia Inês
SCHILLING. -- São Paulo, 2023.
203 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação
Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e
Diferenças) -- Faculdade de Educação, Universidade de
São Paulo, 2023.

1. Crise. 2. Democracia. 3. Desordem
Informativa. 4. Agnotologia. 5. Utopias
Concretas. I. SCHILLING, Flávia Inês, orient. II.
Título.



ATA DE DEFESA

Aluno: 48137 - 11009598 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Lidiane Fatima Grützmann no Programa: Educação, do(a) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Aos 13 dias do mês de junho de 2023, no(a) realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Lidiane Fatima Grützmann, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Democracia, autoritarismo, desordem informacional: o que a educação pode fazer?"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

| Nome dos Participantes da Banca | Função | Sigla da CPG | Resultado |
|--|------------|----------------|--------------|
| Flavia Ines Schilling | Presidente | FE - USP | Aprovada P/B |
| Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto | Titular | FE - USP | Aprovada P/B |
| Maria Jose de Rezende | Titular | UEL - Externo | Aprovada P/B |
| Geraldo Balduino Horn | Titular | UFPR - Externo | Aprovada P/B |
| Daniele Pechuti Kowalewski | Titular | Externo | Aprovada P/B |

Resultado Final: Aprovada

Parecer da Comissão Julgadora *

Data de defesa com tema de alta relevância tanto

Eu, Ricardo Dias Sacco _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2023.

p/ Flavia Schilling
Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto

p/ Flavia Schilling
Maria Jose de Rezende

p/ Flavia Schilling
Geraldo Balduino Horn

p/ Flavia Schilling
Daniele Pechuti Kowalewski

Flavia Schilling
Flavia Ines Schilling
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em _____ e, portanto, o(a) aluno(a) _____ jus ao título de Doutora em Educação obtido no Programa Educação - Área de concentração: Educação e Ciências Sociais.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Data e área de Tese como Sociologia e Educação, revelando a coragem e o empenho da autora - muito bem escrita, com um grau elevado de articulação técnica / conceitual para entender os aspectos da democracia atual. A banca indica sua publicação no internet -

*À Isabel Cecília e, em seu nome,
à nova geração.*

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Flávia Inês Schilling, pela confiança, inspiração e entusiasmo que me concedeu ao longo deste estudo. Cito aqui e faço minhas as palavras de Hannah Arendt, que em homenagem ao seu professor Martin Heidegger em seu aniversário de 80 anos, proferiu: “Há um mestre; agora se pode aprender a pensar”.

À professora Dr^a. Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, que generosamente me acolheu na Universidade de São Paulo.

À professora Dr^a. Maria José de Rezende e Dr^a. Rosa Lydia Teixeira Correa, pelas preciosas contribuições na banca de qualificação.

Ao meu filho Heitor, a quem amo para além de todas as minhas forças.

Ao meu companheiro de vida, Carlos Alberto Rizzi, em quem me refiz.

Ao meu pai, com quem aprendi o significado do amor, do trabalho e da dedicação.

À minha mãe, exemplo de força e determinação, de quem aprendi a melhor das teimosias.

Aos meus queridos irmãos e sobrinhos, pela partilha e ressignificação de uma história em comum.

Aos meus colegas professores, amigos e companheiros de trabalho, por quem anseio por dignidade e democracia.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo perscrutar e problematizar nosso *zeitgeist* em busca de uma compreensão sobre o que se nomeia e configura atualmente sob os signos de crise e de democracia. É fato que um certo espectro de crise se encontra instalado sobre os mais diversos campos que definem nossa identidade democrática, tais como cidadania, política e educação, gerando colapsos e convulsões de várias naturezas. Após uma investigação, inspirada pelos pressupostos do artesanato intelectual, sobre as formas e usos do termo *crise* nas obras de Bauman e Morin, temos a descrição de um padrão recorrente de funcionamento dos sistemas em geral que não deveria gerar espanto ou preocupação excessiva. Essa perspectiva evoca a natureza dissensual e agonística da democracia, tal como defendida por Rancière e Mouffe, e reforçada pelo conceito de agonismo de Foucault. Destacamos especialmente a contribuição de Chantal Mouffe, em sua perspectiva pós-estruturalista da democracia radical, que propõe o agonismo como garantia de participação de todos no jogo democrático, sem implicar a supressão dos oponentes nem a anulação do próprio jogo. No entanto, na disputa pelo sentido de crise, nota-se um importante meandro forçado discursivamente para anular a democracia enquanto jogo das diferenças, isto é, restringir liberdades civis, restringir direitos e incentivar a violência contra supostos inimigos comuns, elementos estes matizadores de nosso *zeitgeist*. Nossa investigação aponta a ascensão de uma comunicação política salvacionista que utiliza a ideia de crise como assombro e perigo e que ameaça os processos democráticos que foram restabelecidos no final do século XX. Esta comunicação política aqui compreendida como desordem informacional assume um papel de destaque em um mapa geral das crises da democracia e é analisada pela chave interpretativa da agnotologia – estudos sobre a produção social da ignorância, com especial destaque ao pesquisador Robert Proctor. A partir dos estudos agnotológicos, nosso primeiro artefato intelectual consiste em uma reflexão sobre a emergência do problema da ignorância nas ciências sociais e a urgente preocupação com a produção da ignorância em tempos de instabilidade política associada à alta tecnologia da informação. Fica claro que uma forma específica de ignorância, concebida, produzida e empregada como uma estratégia política, tem papel e responsabilidade no que se convencionou chamar de estado de crise. Essa ignorância se espalha pela educação por meio da adoção de um projeto neoliberal que desestabiliza as formas de transmissão do conhecimento. A partir destes achados, nos inspiramos em Ernest Bloch e Derrida para confecção de nosso segundo artefato: a indicação de algumas possibilidades políticas para uma educação viável em tempos de crise da democracia, sob a forma de sonhos diurnos: o primeiro, defende a radicalização da democracia por meio da politização da educação e da promoção da convivência plural e agonística; o segundo sonho promove uma associação entre a agnotologia e educação; e o terceiro sonho resgata o sentido da hospitalidade como valor fundamental em uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Democracia, Crise, Agnotologia, Educação

ABSTRACT

Democracy, Authoritarianism, Informational Disorder: What Can Education Do?

This study aims to scrutinize and problematize our zeitgeist in search of an understanding of what is currently being named and configured under the signs of crisis and democracy. It is a fact that a certain spectrum of crisis is taking hold in various fields that define our democratic identity, such as citizenship, politics and education, generating collapses and convulsions of various kinds. After an investigation, inspired by the assumptions of intellectual craftsmanship, into the forms and uses of the term "crisis" in the works of Bauman and Morin, we have a description of a recurring pattern in the functioning of systems in general that should not generate surprise or excessive concern. This perspective evokes democracy's character of dissensus and agonism, as defended by Rancière and Mouffe, and reinforced by Foucault's concept of agonism. We particularly highlight the contribution of Chantal Mouffe, in her post-structuralist perspective of radical democracy, which proposes agonism as a guarantee of everyone's participation in the democratic game, without this implying the suppression of opponents or the annulment of the game itself. However, in the dispute over the meaning of crisis, there is a significant discursively forced manoeuvre to annul democracy as a game of differences, in other words, to restrict civil liberties, restrict rights and encourage violence against supposed common enemies, elements that characterize our zeitgeist. Our research points to the emergence of a salvationist political communication that uses the idea of crisis as fear and danger and threatens the democratic processes that were re-established at the end of the 20th century. This political communication, understood here as informational disorder, assumes a prominent role in a general map of crises in democracy and is analyzed through the interpretative key of agnotology - studies on the social production of ignorance, with special emphasis on the researcher Robert Proctor. Based on agnotological studies, our first intellectual artifact consists of a reflection on the emergence of the problem of ignorance in the social sciences and the urgent concern with the production of ignorance in times of political instability associated with high information technology. It becomes clear that a specific form of ignorance, conceived, produced and used as a political strategy, plays a role and a responsibility in what has come to be called a state of crisis. This ignorance is spreading to education through the adoption of a neoliberal project that destabilizes the ways in which knowledge is transmitted. Based on these observations, we were inspired by Ernest Bloch and Derrida to create our second artefact: the indication of some political possibilities for a viable education in times of democratic crisis, in the form of day-dreams: the first advocates the radicalization of democracy through the politicization of education and the promotion of a plural and agonistic coexistence; the second dream promotes an association between agnotology and education; and the third dream rescues the sense of hospitality as a fundamental value in a democratic society.

Keywords: Democracy, Crisis, Agnotology, Education

SOUBE QUE VOCÊS NADA QUEREM APRENDER

Soube que vocês nada querem aprender
Então devo concluir que são milionários.
Seu futuro está garantido – à sua frente
Iluminado. Seus pais
Cuidaram para que seus pés
Não topassem com nenhuma pedra. Neste caso
Você nada precisa aprender. Assim como é
Pode ficar.

Havendo ainda dificuldades, pois os tempos
Como ouvi dizer, são incertos
Você tem seus líderes, que lhe dizem exatamente
O que tem a fazer, para que vocês estejam bem.
Eles leram aqueles que sabem
As verdades válidas para todos os tempos
E as receitas que sempre funcionam.
Onde há tantos a seu favor
Você não precisa levantar um dedo.
Sem dúvida, se fosse diferente
Você teria que aprender.

Brecht, *Poemas 1913-1956*.

Direitos do homem, democracia e paz
são três momentos necessários do
mesmo movimento histórico: sem
direitos do homem reconhecidos e
protegidos, não há democracia; sem
democracia, não existem as condições
mínimas para a solução pacífica dos
conflitos.

Bobbio, *A era dos direitos*.

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. A parábola: do pré ao pós na vida de um fenômeno. (Crouch, 2020, p. 162) | 49 |
| Figura 2. GOYA, Francisco. El sueño de la razon produce monstruos.1799 Edition: Los Caprichos, n.43. | 84 |

Lista de quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1. Tradução livre do diagrama - Taxonomia da ignorância (Smithson, 1989, p.06) | 91 |
| Quadro 2. Adaptação do diagrama – Taxonomia da ignorância de SMITHSON (1989) com a inserção do termo DESINFORMAÇÃO. | 92 |
| Quadro 3. Representação do método de observação da ignorância de Galán Machío | 114 |
| Quadro 4. Triângulo da ignorância de Galán Machío adaptado ao contexto das desinformações sobre a COVID-19 no Brasil. Versão 01 | 116 |
| Quadro 5. Triângulo da ignorância de Galán Machío adaptado ao contexto das desinformações sobre a COVID-19 no Brasil. Versão 02 | 116 |
| Quadro 6. Análise comparativa das estratégias de produção social da ignorância. Elaboração do autor | 120 |
| Quadro 7. Indicadores do Brasil pioram sob Bolsonaro. | 143 |
| Quadro 8. Horário de aulas – escola Schmargendorf no período nazista | 170 |

SUMÁRIO

Sumário

| | |
|--|-----|
| SUMÁRIO | 21 |
| Nota introdutória: Um voo da coruja de Minerva | 11 |
| Capítulo 1 - Democracia e crise | 18 |
| Uma breve introdução ao debate | 18 |
| Novas perguntas, novos problemas | 22 |
| 1.1 Crise e inversão de sentido | 24 |
| 1.2 A democracia como sistema e a natureza crítica do dissenso | 30 |
| 1.2.1 Agonismo | 34 |
| 1.3 O problema da representatividade | 38 |
| 1.4 Crise da democracia, crise de direitos | 41 |
| 1.5 Jacques Rancière e a natureza do ódio à democracia | 44 |
| 1.6 “Depois do <i>Demos</i>” - Fim da democracia ou pós-democracia? | 49 |
| 1.6.1 Democracia ou oclocracia? O papel da irracionalidade | 51 |
| 1.7 A desinformação e os discursos autoritários – a democracia ameaçada | 56 |
| Capítulo 2: Desordem informacional | 62 |
| O uso da comunicação política como estratégia de poder | 62 |
| O caso de Octávio Augusto - À guisa de exemplo | 65 |
| 2.1. Hannah Arendt e as implicações políticas da mentira | 68 |
| 2.2. Theodor Adorno e a propaganda como instrumento de consolidação dos novos extremismos | 74 |
| 2.3. A comunicação política em tempos de cibernética | 78 |
| Capítulo 3 – Estudos sobre a agnotologia – Um primeiro mapa sobre a produção social da ignorância e seu impacto na democracia | 84 |
| O sono da razão produz monstros | 85 |
| Apresentação e estrutura do capítulo: | 86 |
| 3.1. O que é ignorância? A emergência de um problema | 89 |
| 3.2 A ignorância nas ciências sociais – Sociologia da ignorância | 92 |
| 3.3. Agnotologia | 101 |
| 3.3.1 Michael Smithson | 102 |
| 3.3.2 Robert Proctor | 108 |
| 3.3.3 O caso da indústria de tabaco | 110 |
| 3.3.4 A proposta de Galán Machío - um método de observação da ignorância | 113 |

| | |
|---|------------|
| 3.4. Análise comparativa | 118 |
| 3.5. Reflexões finais – os simulacros e a produção da ignorância política | 123 |
| Capítulo 4 - Imaginações políticas para uma educação possível | 132 |
| 4.1. As crises da educação | 132 |
| 4.1.1 A educação como campo de disputa pelos discursos e a crise de transmissão | 136 |
| 4.1.2. Crise do direito à educação | 141 |
| 4.2 Das utopias - A educação e a fome de democracia..... | 147 |
| 4.3 Primeiro sonho diurno – radicalização da democracia | 151 |
| 4.3.1 Radicalizar é afirmar e reafirmar que a educação é direito e não mercadoria .. | 157 |
| 4.3.2 Radicalizar é politizar a educação..... | 160 |
| 4.3.3 Radicalizar a educação é promover a convivência plural e agonística a partir de critérios civilizatórios | 162 |
| 4.4 Segundo sonho diurno – Agnotologia como campo da educação | 167 |
| 4.5 Terceiro sonho diurno – Hospitalidade | 173 |
| 4.6. Reflexão - Nossa responsabilidade para com a herança..... | 177 |
| Considerações finais | 180 |

A roupa nova do rei

*Daria tudo que sei pela metade do que ignoro.
René Descartes.*

Um rei, sempre muito vaidoso em relação às suas vestimentas, recebe a visita de uma dupla de alfaiates vindos de terras estrangeiras. Eles se rogavam capazes de tecer uma roupa que apenas os inteligentes conseguiriam ver. O rei, ambicioso e presunçoso, contratou o serviço dos homens, sem saber que eram golpistas, bandidos que estavam em rota de fuga. Em troca, o Rei lhes ofereceu riquezas diversas, ouro e pedras preciosas, além do pagamento de grande quantia. Um tempo depois e ainda sem ter recebido sua roupa, o Rei ordena aos pseudo alfaiates que lhe apresentem o resultado de seu trabalho. Os golpistas faziam de conta que teciam fios e exibiam a mesa de trabalho vazia de qualquer vestimenta, que todas as pessoas alegavam ver para não parecerem burras. O rei também se lembrou deste detalhe e ao ver a mesa vazia, admirou-se: *Que lindas vestes, alfaiate!* Ele não viu nada, mas não poderia atestar sua estupidez perante os súditos. O Rei convocou um grande desfile pelo seu reino, no qual exibiu-se diante de todos completamente nu. Todos olhavam admirados expressando muitos elogios sobre quão magnífica era a nova vestimenta do Rei, tudo isso para não parecerem ignorantes. Este momento de falsa admiração foi interrompido por uma criança que, inocentemente denunciou a nudez do rei com um grito: *O Rei está nu!!* A partir deste momento, muitos começaram a suspeitar que podia se tratar de um golpe dos alfaiates, ainda assim trataram logo de abafar o grito da criança e agir normalmente para não atrasar a marcha do desfile¹.

¹ O conto "A Roupa Nova do Rei", de Hans Christian Andersen, aborda um tipo específico de ignorância que tem reflexos presentes na história. Esse conto versa sobre as relações entre o poder e o conhecimento, incluindo sua produção, disseminação e capilaridade. Além disso, ele discute como os consensos são produzidos e como a se constrói a obediência e o conformismo.

Nota introdutória: Um voo da coruja de Minerva

Quando as sombras da noite começaram a cair é que levanta voo o pássaro de Minerva.
(Hegel, 1997)

No prefácio da obra *Princípios da filosofia do Direito* (1997), Hegel evoca a figura da coruja de Minerva e o seu voo crepuscular para representar a filosofia e as melhores reflexões que só podem acontecer ao fim do dia, ao fim dos acontecimentos. Acredito que este seja um bom motivo para escrever a introdução de uma tese após seu fim. No entanto, é preciso saber reconhecer e distinguir de antemão o fim e o começo, para só depois soltar a coruja de Minerva no tempo certo. E é aqui que começa o nosso problema:

Esta tese está pronta para ser iniciada.

O que se inscreve nestas quase duzentas páginas não é fruto de um momento de ócio e inspiração. Não foi possível solicitar uma bolsa/financiamento, tampouco cogitar afastamento do trabalho para dedicação exclusiva à pesquisa. Estas são reflexões arrancadas da nervura do tempo que se abria entre uma aula e outra, entre um dia e outro, entre uma sexta à noite e uma segunda de manhã. É assim que a maioria das pesquisadoras e pesquisadores – que conquistam o privilégio de alcançar a pós-graduação – conseguem defender seus trabalhos. Como se não bastasse, esse texto foi gestado em um tempo de imensa instabilidade democrática, de retrocessos civilizatórios e atravessado por uma pandemia. É por isso que este texto é, antes e em primeiro lugar, um grito de socorro.

Um grito de socorro como como mulher brasileira de 45 anos, mãe de um jovem que está finalizando sua educação básica e olha com desesperança (assim como meus 150 estudantes do Ensino Médio) para as possibilidades de vida a partir da configuração do mercado de trabalho; um pedido de socorro como professora da educação básica que vê e sofre diariamente, há mais de duas décadas, o declínio da profissão em um estado do sul do Brasil reconhecido pelo ódio aos professores²; um pedido de socorro como pesquisadora por teimosia, que teve que responder inúmeras vezes a mesma pergunta: “por que você precisa fazer tudo isto?”; um pedido de socorro pela escola que se tem tornado espaço de medo, violências, ataques e mortes; um pedido de socorro pelos mais de 700 mil brasileiros

² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/protesto-com-feridos-marcou-gestao-dias-no-pr.shtml>
<https://www.plural.jor.br/colunas/fragmentos-da-historia/29-de-abril-de-2015-para-nunca-esquecer/>

mortos pela pandemia da COVID-19, em especial àqueles que poderiam ser salvos, não fosse uma política de governo negacionista e negligente; um pedido de socorro por todas as pessoas trans assassinadas (o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo há 14 anos consecutivos³); um pedido de socorro por todos os que voltaram a passar fome, pelos trabalhadores precarizados, explorados por uma (necro)política econômica pronta para eliminar os mais fracos, os indesejáveis sob a justificativa (e o perdão?) de uma suposta crise que ninguém explica direito do que se trata nem quando começou; um pedido de socorro pelos jovens negros periféricos entre 15 e 19 anos, que somam 80% das mortes violentas no país⁴; um pedido de socorro pela verdade factual perdida em um mar de desinformação fomentado pelo pânico moral⁵ cada vez mais reacionário e violento.

Viver no Brasil muitas vezes significa lidar com a insegurança, o medo e o desamparo. No entanto, essas não foram as afecções políticas que me fizeram sair do Paraná e buscar um doutoramento na Universidade de São Paulo após dez anos de concluído o mestrado, isso porque, especialmente o desamparo, é um afeto paralisante. A vivência de todo este estado de coisas, os desvios já estruturados e os contingenciais, me obrigaram a – antes de me sentir capaz de “escrever uma tese” e escolher um objeto – reconstruir a compreensão de um mundo que me escapava e ainda me escapa, por ser novo a cada dia, a cada atualização do noticiário. O que me motivou a embarcar nesta viagem foram duas perguntas assim compostas: *Como chegamos até aqui?* ou *Quais as causas deste estado de coisas?* e *Como – será possível – reestabelecer uma regularidade? Se sim, de que tipo? Quem o fará?* Assim como o voo da coruja da Minerva só se dá em retrospectiva, ao fim do dia, esta reflexão só é possível no agora, Sábado de Aleluia, no crepúsculo de um dia e de uma tese que se impôs como objeto.

Como chegamos até aqui? Infelizmente, nosso passado não é mais glorioso que o presente. Somos todos brasileiros nascidos do sangue nativo derramado em solo espoliado, somos herdeiros da mentalidade escravocrata e colonialista que se sucede no poder de forma mais ou menos impactada pelos fluxos e contrafluxos abertos pelas vidas que gritam

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-pessoas-trans-no-mundo-diz-dossie>

⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>

⁵ Pânico moral é um termo cunhado pelo sociólogo Stanley Cohen em seu livro *Folk Devils and Moral Panics* (2011), utilizado para descrever um fenômeno social em que há um medo exagerado e irracional em relação a uma determinada questão ou grupo social, geralmente influenciado por uma cobertura sensacionalista na mídia.

por existir. A Constituição de 1988 se colocou como um horizonte de possibilidades democráticas e um contraponto à mentalidade colonialista. Esse contraponto ganhou corpo, voz e um lugar político, se tornando assim capaz de moldar políticas públicas inclusivas ancoradas na soberania, na esperança e na empatia.

Muito rapidamente, porém, a roupagem democrática evanesce, e assistimos boquiabertos a ascensão de um novo extremismo orgulhoso de sua ignorância, violência e estupidez. O movimento de extrema-direita no Brasil é caracterizado pela defesa de ideias autoritárias, que se nacionalistas, conservadoras e antiprogressistas, muitas vezes associadas a um discurso de ódio contra grupos minoritários, como imigrantes, negros, mulheres, LGBTQIA+ e povos originários. O fato de as forças democráticas terem vencido as últimas eleições não figura estarmos livres desta ameaça. É fundamental aqui reconhecer a tônica do discurso extremista que reside na insatisfação com uma suposta corrupção⁶, na insegurança pública, na presença das facções, mas, a principal tônica que destacaremos se refere à noção de crise. É fato que há uma crise, nós a vivenciamos, mas o que isso quer dizer? Há uma justificativa implícita na ideia de crise que nos permite assentir com a redução de investimentos e a retirada de direitos básicos, como a saúde e a educação?

Embora o foco seja no Brasil, é possível observar que movimentos similares, porém com suas próprias singularidades, estão ocorrendo em todo o mundo. Estudos sobre o reacionarismo, conservadorismo, populismo, neofascismos e ultradireita têm sido cada vez mais comuns na Europa e em outras partes do mundo nas últimas décadas. A urgência do nosso *zeitgeist* se impôs tão intensamente em minha vida de mãe, professora e pesquisadora, que se tornou, ele mesmo, o próprio objeto desta investigação. Uma realidade dura e inescapável que não me deu o direito de escolher outro tema.

Reconheço agora, claramente, que as reais afecções motivadoras foram a esperança (maior que o medo) e a utopia (que lança meu olhar para o *por-vir*). Não a esperança infantil nos acontecimentos fantásticos e milagrosos, mas uma esperança concreta, na criação de pequenos e simples sonhos diurnos matizados pela generosidade, pela hospitalidade e pelo acolhimento sensível e cotidiano desta geração que se escolariza em tempos hostis.

⁶ Muitos episódios de corrupção que relataremos no capítulo 1 não passaram de eventos midiáticos.

Estrutura

A presente pesquisa se propõe tecer percepções, experiências, afetos, leituras e análises sobre os conceitos de crise e democracia, seguindo uma abordagem metodológica inspirada no artesanato intelectual delineado por Mills (1982)⁷. O objetivo é estabelecer diferentes tipos de relação entre estes conceitos – causalidade, (inter)dependência, oposição, equivalência, complementaridade, generalização e consequência – observando os resultados destas relações em aspectos da sociedade contemporânea e, em especial, no campo da educação. Propomos uma investigação teórica dos diversos usos, significados e transformações políticas que esses termos têm experimentado na contemporaneidade. Para isso, buscamos promover um diálogo polifônico e polissêmico entre os autores escolhidos; isto é, a pesquisa considera não apenas uma única perspectiva ou autor, mas incorpora diversas vozes, interpretações e camadas de significados complementares, contraditórios e/ou paradoxais.

Como artefatos intelectuais resultantes desta pesquisa, temos: 1. a elaboração de uma sistematização do campo da agnotologia – que desponta como uma das causas da crise da democracia – e uma articulação com o campo da educação – utilizado como campo de desconstrução de saberes; 2. a criação de sonhos diurnos ou pequenas utopias como insumos ou proposições protetivas à educação em sua potência humanizadora nos contextos de crise da democracia.

É fato que o atual estado de coisas em que vivemos é crítico, ou seja, vivemos uma crise que se alastra pelos mais distintos campos de nossa vida comum, alcançando a dimensão de nossos afetos e razoabilidades. No sentido de compreender os colapsos e convulsões que se traduzem contemporaneamente sob a forma de *crise da democracia*, iniciamos este trabalho com uma investigação da noção de crise e sua intensa variação de sentido. Vemos como o termo foi inicialmente utilizado para designar um tipo de funcionamento dos sistemas em geral e como ele passa a ser apropriado e utilizado, no âmbito dos sistemas humanos complexos, como uma estratégia política que impacta não

7

somente a democracia enquanto forma de governo, mas que acaba modificando seus sentidos e efeitos, especialmente os que se refere à concessão de direitos.

Os autores que referenciam uma perspectiva polifônica, renovadora e autopoietica da crise são: Bauman (2000, 2016) e Morin (1968, 1979 e 2013). No campo da democracia, este sentido de crise pode ser lido como dissenso, como conflituosidade criadora ou agonismo, o que fica confirmado em Jacques Rancière (1996, 2011, 2014a, 2014b e 2018), Lefort (2011) e Chantal Mouffe (1999, 2003 e 2014). Destacamos especialmente a contribuição de Chantal Mouffe, em sua perspectiva pós-estruturalista da democracia radical, que propõe o agonismo como garantia de participação de todos no jogo democrático, sem implicar a supressão dos oponentes nem a anulação do próprio jogo. Como aprofundamento, buscamos compreender os sentidos do agonismo e suas possibilidades políticas em Foucault (1995) e Huizinga (2000).

Os autores mencionados exploram novos significados e possíveis causas da crise contemporânea, que parecem estar interconectados: 1) o esgotamento do modelo democrático liberal (avancamos a discussão anterior trazendo Habermas, 1999 e Claus Offe, 2017 e 2019); e 2) a ascensão de um tipo de comunicação política salvacionista que utiliza a ideia de crise para restringir as liberdades civis e incentivar a violência contra supostos inimigos comuns (Levitsky e Ziblat, 2018). Estes discursos podem ameaçar os processos democráticos que foram restabelecidos no final do século XX.

Se entendemos a democracia como uma racionalidade, uma forma de pensar e de entender o mundo e as relações que gera um modo de ser social, então é preciso considerar a existência de um oposto desta racionalidade, que podemos chamar de irracionalidade ou ainda de ignorância, cujos efeitos incidem diretamente no espectro democrático, em especial naqueles que contam com a presença de estrategistas antidemocráticos, como alertaram Levitsky e Ziblat (2018) no final do primeiro capítulo deste trabalho.

Por este motivo, este capítulo explora alguns contextos de onde se evidencia a ação da comunicação política (propaganda) como instrumento da produção social da ignorância, no nazismo a partir da década de trinta analisado por Hannah Arendt (2016), no ressurgimento dos novos extremismos de direita na Europa na década de sessenta analisado por Adorno (1967), e em tempos de cibernética, considerando especialmente a pesquisa de campo feita pela antropóloga Letícia Cesarino no pleito de 2018. É deste modo – via produção da ignorância – que a desinformação assume um papel de destaque em um mapa

geral das crises da democracia, não como uma surpresa ou novidade dentro do jogo político, mas como fenômeno decorrente de um jogo de forças que já operava há muito.

Uma das grandes descobertas das ciências sociais em relação ao conhecimento e à ignorância é que ambos são construções sociais. Neste capítulo, fazemos a apresentação de alguns debates e autores relacionados à produção social da ignorância, com o objetivo de encontrar elementos que expliquem faces da crise da democracia contemporânea.

Apresentamos uma abordagem dos diferentes sentidos da ignorância trabalhados pelas ciências humanas, e nosso recorte começa com Nicolau de Cusa (2002), Karl Mannheim (1950), Karl Marx (2010), Bourdieu (1989) e Rancière (2018). Para analisar a questão desde a sociedade brasileira, trazemos Sergio Paulo Rouanet (1985) e Gilberto Freyre (2013), que apontam fortes indícios da produção social da ignorância nos processos históricos e culturais que moldaram as formas de pensamento e comportamento dos brasileiros. Para encerrar este recorte, mencionamos a sociologia do segredo, proposta por Georg Simmel (2021) e que ressoa nas reflexões de Elias Canetti (1995) e Michel Foucault (2014). O próximo ponto aborda diretamente o recente campo da agnotologia – estudos sobre a produção social da ignorância – como importante chave de leitura para a compreensão da desordem informacional na crise da democracia. Veremos como os autores Michael Smithson (1989) e Robert Proctor (2008 e 2001) sistematizam as estratégias de produção da ignorância e inspiram novos artefatos intelectuais, como é o caso do método de observação da ignorância criado pelo espanhol Galán Machío (2020).

Os estudos agnotológicos nos propiciaram construção de nosso primeiro artefato intelectual: uma análise comparativa das estratégias de produção da ignorância identificadas pelos autores trabalhados nos capítulos 2 e 3. Em algumas situações observamos a repetição das mesmas estratégias, em outras, as estratégias foram aperfeiçoadas pelos recursos tecnológicos disponíveis. Em todos os casos, as ameaças à democracia são alarmantes. Daí nossa preocupação com o advento e o avanço das inteligências artificiais nos processos comunicacionais. Como professores e pesquisadores não podemos permitir que a desinformação se consolide como nova forma de comunicação (política). A produção deliberada de ignorância é uma ameaça real para a democracia, uma vez que a falta de clareza pode criar um ambiente propício para que os detentores do poder disseminem suas ideias falsas e preconceituosas. É essencial ouvir o alerta de Arendt e fazer frente a estas investidas e proteger a democracia das mentiras deliberadas que degradam a vida pública. Nos perguntamos: como proteger a narrativa fidedigna dos fatos?

Apresentamos no último capítulo duas faces distintas da crise na educação. A primeira vem de Inés Dussel (2009) e Arendt (2016), que tematizam a crise da transmissão e a necessidade de reconhecer o lugar que ocupamos como professores e pesquisadores na disputa pelos discursos (Michel Foucault 2006 e 2014). A segunda face da crise vem da provocação de Darcy Ribeiro: A crise da educação é um projeto. Saviani (2008 e 2020) explica a provocação de Darcy Ribeiro por meio da análise dos índices econômicos designados à educação nos últimos quatro anos. Estas evidências, associadas às análises de Laval (2019), apontam para as consequências nada democráticas da neoliberalização da educação, ponto que reforça as críticas à democracia liberal feitas pelos autores do capítulo 1, que agora retornam sob a forma de inspiração para a criação de nosso segundo artefato intelectual: a produção de três sonhos diurnos (ou micro utopias) que aspiram responder às problematizações do final do capítulo 3.

Nosso primeiro sonho diurno é inspirado na radicalização da democracia. O segundo sonho aproxima os estudos da agnotologia com o campo da educação e dá ao estudo da produção social da ignorância um status urgência social. O último sonho diurno parte de um encontro com o espectro de Jacques Derrida (1994, 2003 e 2004) que nos sensibiliza para a dimensão da hospitalidade e da generosidade na educação. Se como professores somos pequenos para enfrentar as grandes forças que manipulam os sentidos e criam situações imaginárias e discursivas de crise que afetam concretamente a democracia e a possibilidade de gozo dos direitos, nos cabe oferecer aos novos estudantes um acolhimento humanizado e um convite para que conheçam a tradição e a renovem imaginando novas formas de se garantir dignidade, participação e direitos.

Capítulo 1 - Democracia e crise

Entender o que a democracia significa é entender a batalha que se trava nessa palavra: não simplesmente o tom de raiva ou desprezo que pode afetá-la, mas, profundamente, os deslocamentos e as inversões de sentido que ela autoriza ou que podemos nos autorizar a seu respeito.
(Rancière, 2014b, p.117)

Uma breve introdução ao debate

Em um contexto acirrado de disputas e interesses ideológicos, inclusive no que diz respeito a própria conceituação de crise e de democracia, o debate sobre os sentidos aparece de forma caleidoscópica. São inúmeras as adjetivações que acompanham a noção corrente de democracia: (i)liberal, social, elitista, pluralista, participativa, representativa, direta/indireta, dialógica... bem como são múltiplas as perspectivas de análise para cada adjetivação. Há uma verdadeira miríade de significados para um mesmo significante e cada um deles aponta, para além das peculiaridades espaço-temporais, campos ideológicos distintos e até mesmo paradoxais. Diante deste enodamento de significados, fizemos algumas tentativas de tentar conceituar a democracia dissociada da ideia de crise. Todas fracassadas. O desenvolvimento de nossa pesquisa evidenciou que não é possível falar de democracia sem discutir direta e imediatamente suas tensões.

Diante da indissociabilidade dos conceitos de democracia e crise, nos perguntamos: Democracia é crise? O que significa dizer que a democracia está em crise? A crise seria uma condição normal/natural para a democracia? Qual a participação da noção de representatividade na crise da democracia? Quais os impactos da crise no estado de bem-estar social e na garantia de direitos? Qual a natureza, como se explica o ódio à democracia? Como este ódio potencializa a crise? Haverá um “pós-crise” ou a crise seria característica ou sintoma de uma “pós-democracia”? Como a despolitização e a antipolítica tensionam a democracia? Há uma crise da razão ou da racionalidade democrática?

A resposta para estas questões depende, inicialmente, da mensagem contida na epígrafe: é preciso enfrentar os sentidos e os significados e atribuídos a esses dois conceitos centrais – crise e democracia – acompanhar suas transformações e, principalmente, seus deslocamentos. Por isso iniciamos nosso trabalho com uma investigação sobre a noção geral de crise e suas transformações no campo da política.

A questão da crise da democracia tem se apresentado como tema recorrente na ciência política e nas ciências sociais e tem se destacado no cenário geral de análise das

crises. Estaríamos, porém, lidando com crises diversas na atualidade, que constituiriam a moldura da nossa possibilidade de agir e de pensar: trata-se da crise ambiental, a sempiterna crise de valores, as crises econômicas e as decorrentes crises humanitárias que podem ser vistas como provocando ou se desdobrando em crises políticas, em crise da democracia.

Este sentimento geral foi captado e representado pela palavra “permacrise”, escolhida como palavra do ano de 2022 no Reino Unido pelo dicionário *Collins*⁸. Isto significa que as referências políticas e sociais europeias são e continuarão sendo marcadas pela incerteza e imprevisibilidade, o que também descreve a realidade brasileira. É como se os desdobramentos da crise e suas narrativas se inscrevessem sobre uma fita de Moebius: se estendendo de modo infinito e não orientável.

Como um primeiro exemplo, a filósofa brasileira Marilena Chauí, no texto *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira* (2018), alerta para o uso ideológico da noção de crise, na verdade, de uma certa imagem de crise que funciona como uma fórmula ou ideia-chave para dar conta de explicar a tensão entre os antagonismos. Segundo ela, uma sociedade é composta por múltiplas “parcialidades institucionais” (Chauí, 2013), cada uma delas é dotada de um tipo distinto de racionalidade. A saúde de uma sociedade assim composta consistiria no equilíbrio entre as parcialidades que devem operar sempre em relação às demais. Chauí afirma que a crise se dá como um momento em que esse equilíbrio entre as racionalidades parciais se rompe e, com ele “o sentimento de um perigo ameaça igualmente a todos [...] A ideia de crise serve, assim, para dissolver todas as diferenças e contradições, empenhando todos os agentes sociais na tarefa da reorganização da nação (CHAUÍ, 2013). Sabemos que um estado autoritário deseja passar a impressão de operar de modo satisfatório a partir dos valores de uma sociedade una, coesa e harmônica. Considerando o ponto de vista da organização dos sistemas apresentado por Morin, uma sociedade una e coesa não existe. O *poder do povo* não é sinônimo de boa sociedade, uma vez que a corporificação da ideia de “povo” pode ser dada por princípios religiosos, localização geográfica ou raça. Tais princípios unificadores podem ser excludentes e potencializadores de regimes totalitários e ideológicos. Assim, o estado autoritário se limita a identificar a presença da diferença e apresentá-la como inimiga da ordem e constantemente trabalhar com a ideia da existência de um certo estado crítico de coisas – perigos e ameaças que deverão ser combatidas – mesmo que claramente imaginário. A ideia de um inimigo a ser combatido e que é causador da crise é recorrente.

⁸ <https://blog.collinsdictionary.com/language-lovers/a-year-of-permacrisis/> Acesso em 14/11/2022.

De forma a fazer frente ao uso da crise como estratégia discursiva, recorreremos a alguns autores que desvelam outros sentidos para o termo. Segue uma apresentação geral dos debates e autores que compõem nosso primeiro capítulo:

Iniciamos o trabalho apresentando um sentido para a crise que a vincula a uma dimensão renovadora ou “autopoiética” da realidade. Bauman (2000), na obra *Em Busca da Política* descreve que a ideia de crise não deveria gerar surpresa – ou ser vista como sinônimo de estado catastrófico – para nenhum cientista social, visto que se associa às noções de ambiguidade e ambivalência (BAUMAN, 2000, p.171). Da mesma forma que não é catastrófico o estado de mudança que é provocado quando uma geração envelhece e passa a confrontar os valores das gerações mais jovens. O que se nota é um certo estado mental coletivo de desorientação quando se instala um espectro de crise que pode ser explicado pela aceleração, quantidade e profundidade das mudanças sociais sem que se tenha poder de ação. É em uma digressão de sua obra que Bauman reflete sobre a pós-modernidade como crise moral e cultural e analisa os indistinguíveis contornos e aprofundamentos da crise contemporânea: “somos tentados a dizer que hoje em dia a própria ideia de crise (como a utilizamos outrora, mas acabamos esquecendo) está em crise” (Bauman, 2000, p. 160).

Edgar Morin (1979) contribui para esse debate a partir da percepção da crise como um fenômeno generalizado, que se espalha pelos horizontes das sociedades e das consciências humanas. Ele aponta que as crises deixaram de ser vistas como momentos de perturbação e aumento de incertezas, que podem advir do exterior como se fossem acontecimentos acidentais ou do interior como uma sobrecarga geradora de instabilidades e desequilíbrios. Baseando-se no princípio de organização e anti organização dos sistemas, Morin (1979) defende que todo sistema apresenta um conjunto de interrelações antagônicas, e o antagonismo é um princípio que se revela perturbador na medida em que os sistemas se complexificam. “Quanto mais rica é a complexidade viva, mais móvel e instável se torna a relação antagonismo/complementaridade” (MORIN, 1979, s/p) o que, conseqüentemente, potencializa ainda mais episódios de crise. É o que Bauman (2000) chamaria anos depois de crise da crise⁹.

³ É importante ressaltar que os dois autores, cada um a seu modo, apontam os dilemas contemporâneos da fragmentação, da negação e da ambivalência do mundo vivido e compartilhado com os outros. Bauman possui uma obra dedicada à compreensão do conceito de ambivalência *Modernidade e ambivalência* (1999) que sugerimos fortemente como interlocução com o conceito de crise. Sugerimos também a leitura de Daniel Bordini Dürks e Sidinei Pithan da Silva: “Ambivalência, complexidade e conhecimento: Bauman e Morin”. *Revista Controvérsia* (UNISINOS), São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan.-abr. 2014.

Jacques Rancière (1996, 2011, 2014a, 2014b e 2018) e Chantal Mouffe (1999, 2003 e 2014) desenvolvem pensamentos que, apesar de suas diferenças, corroboram a ideia de que democracia é, naturalmente, um sistema em crise. Assumindo diferentes prismas, eles tensionam a ideia de crise e problematizam se o seu sentido não estaria diretamente relacionado ao esgotamento do modelo democrático liberal. Para Rancière, restituir a democracia implicaria em garantir que sua natureza crítica fosse vista não como um mal, mas restituir também o dissenso (conflito – que pode, também, ser lido como um tipo de crise) no espaço público. Mouffe (1999), por sua vez, compreende e insiste que deve haver harmonia entre o espaço público e o político e interroga como princípios antagônicos podem conviver. A autora demonstra que, o que chama de político, se refere a uma dimensão ontológica, um marco de sentido que sustenta a vida comum, cuja efetividade exigiria uma radicalização e pluralização da democracia. O agonismo é um conceito apresentado por ela para dar conta desta tarefa de manter o jogo democrático ao mesmo tempo em que se mantém o conflito dado pela paridade pressuposta dos integrantes. O agonismo não extirpa a crise do campo da democracia, mas a devolve para um campo de significação onde a crise volta a ser vista como estruturante do sistema [democrático] e garantidor de fluxos e renovações. No sentido de compreender a natureza do agonismo e suas possibilidades políticas, recorreremos à Foucault (1995) e Huizinga (2000).

Um ponto que destacamos no cenário geral das crises da democracia é a tese recorrente da crise de representatividade. A partir de dados levantados pela ONG Latinobarômetro (2020), menos de 20% das pessoas entrevistadas no Brasil demonstram satisfação com o sistema democrático. Estes e outros números, nada favoráveis à democracia, são analisados pela Universidade de Cambridge (2020) que aponta coincidência entre os momentos de maior indisposição com a democracia e os períodos e locais onde há menos interesse institucional na manutenção de um *welfare state*.

Para compreender as nuances deste ponto do nosso cenário de crises, optamos pelas reflexões de Bauman em parceria com o pensador italiano Carlo Bordoni na obra Estado de Crise (2016). Eles problematizam a crise na perspectiva de um modelo de governo baseado na representatividade que não encontra efetividade em representar as demandas mais básicas da população. Diante desta incapacidade, os sujeitos perdem a confiança nos seus representantes eleitos, ao mesmo tempo que passam também a desacreditar nas instituições democráticas. Desta forma, o problema da crise da democracia seria transferido para a crise da representatividade. No entanto, a questão apresenta nuances ainda mais profundas que merecem ser consideradas. Rancière (2014b) toma parte neste debate

entendendo que o modelo de democracia baseado na representatividade não se encontra em crise, uma vez que ele já foi estruturado com base no “jogo das oligarquias” (2014b, p.68). Estas classes, dotadas de sobrenome e riquezas, são perfeitamente representadas pelo sistema que elas mesmas criaram.

Novas perguntas, novos problemas

Entendemos que a questão da representatividade não oferece respostas suficientes sobre a indisposição da população em relação à democracia, então continuamos nosso percurso no sentido de levantar outras perspectivas na composição deste capítulo:

Buscamos uma linha de pensamento com um caminho próximo ao aberto por Morin (1979) sobre a noção de crise a partir dos aspectos sistêmicos e funcionais, e que utilizasse esse prisma para analisar as dinâmicas da modernidade política. Encontramos um estudo das crises feito em 1973 pelo pensador alemão Jürgen Habermas (1999), que, juntamente com Claus Offe (2019) oferecem um ponto fundamental para nosso debate, que é compreender o panorama geral da crise a partir dos impactos no estado de bem-estar social e restrição de direitos aos sujeitos no contexto amplo do capitalismo tardio. De acordo com o professor Felipe Maia (2021), este debate foi utilizado como referência nos processos de democratização e nas Constituições produzidas entre as décadas de 1980 e os anos 2000.

Como parte deste cenário figurado na década de 70, destacamos o relatório *The Crisis of Democracy* (1975) da Comissão Trilateral (Europa, Japão e EUA), assinado pelo professor Huntington (*et. al.*) que pode ser visto como uma síntese do pensamento conservador, que aponta como causa da crise da democracia, o “excesso de democracia”, isto é, segundo ele, o principal desafio às democracias é posto pelo excesso e urgência das múltiplas demandas sociais desencadeadas pela própria democracia, o que a torna ingovernável.

Este argumento foi analisado por Rancière (2014b) que percebeu a extensão e seus desdobramentos nas décadas subsequentes. Em 2005, Rancière publica sua obra emblemática *Ódio à democracia*, em meio a efervescências político-econômica-sociais. Estabelecendo um diálogo com Habermas (1999), Rancière (2014b) reconhece que a natureza do ódio direcionado à democracia oculta e disfarça a dominação das oligarquias que enxergam as demandas populares como excessivamente perigosas. Vale destacar que estes autores apresentam convergências e divergências em suas concepções de democracia.

Para ilustrar, destacamos que ambos ponderam que a vida pública deve ser pautada por um projeto que considere todas as partes envolvidas na sociedade, no entanto, enquanto Habermas defende que as distintas perspectivas devem conviver via deliberação ou razão comunicativa, Rancière defende que não há democracia via consenso, que o desentendimento é fundante para a existência da cena política.

O primeiro capítulo chega ao final com a seguinte problematização: O ódio ou a crise da democracia sugerem **o seu fim ou sua transformação**? Se há transformação, ela avançará para uma pós-democracia ou hiperdemocracia? Ou em uma oclocracia? Há que se discutir o papel da irracionalidade, problematização iniciada nas leituras de Políbio e Norberto Bobbio (1981, 1986 e 1992): é possível considerar democrático um governo ubuesco, marcado pela irracionalidade, ambição, rancor, violência, ignorância e arrogância? Não faria mais sentido admitir que a nossa tão cara democracia degenerou-se em oclocracia? Em continuidade a esta discussão, Rancière (2021) discute sobre a crise da racionalidade e o declínio da democracia.

Recentemente, os professores Levitsky e Ziblat (2018) apresentaram quatro indicadores do discurso autoritário que podem servir como instrumento de identificação de possíveis políticos que, ao se alçarem poder, podem fazer declinar os processos democráticos reestabelecidos no final do século XX. São eles: “rejeição das regras democráticas do jogo; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência e propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (Levitsky e Ziblat, 2018, p. 32-33). É de extrema importância a ampla divulgação destes indicadores diante da mudança profunda que a comunicação e o jornalismo sofreram nas últimas décadas, desde o início da digitalização da política e do advento das plataformas de transmissão de informação e dados.

Contra a tendência geral de se vincular o fim das democracias a golpes violentos com recursos militares, Levitsky e Ziblat (2018) inferem que as democracias também podem morrer por meios mais sutis, pelas mãos de líderes eleitos democraticamente, com a anuência de uma população ofuscada por uma nebulosidade informacional que impede a diferenciação da verdade e da mentira nos novos espaços de comunicação política. Esta nebulosidade disfarça ainda o discurso com potencial autoritário e se configura como grande ameaça à democracia contemporânea que opera com igual ou maior força que ruidosos tanques de guerras comandados por generais.

Investigar a crise da crise requer, em primeiro lugar, clareza sobre as muitas ressignificações que a noção sofreu no contexto sociopolítico pós-moderno.

1.1 Crise e inversão de sentido

*De forma paradoxal podemos dizer que não há nada crítico no fato de a sociedade estar em crise.
(Bauman, 2000, p. 163)*

O paradoxo trazido por Bauman marca a primeira intencionalidade deste texto. Pretendemos demonstrar que a crise, em sem sentido comum, não é uma ameaça grande demais para os sistemas, pelo contrário, faz parte deles e contribui para seu movimento e renovação. No entanto, veremos que as transformações de sentido sofridas pelo termo acompanham o movimento da razão neoliberal. Agora, as crises são artificiais, produzidas e engendradas de forma a eliminar outras razões.

Fala-se de “crise” a propósito daquilo que ainda pode ser salvo, reformado ou reestabelecido. Comumente vincula-se a ideia de crise com um momento inesperado de tensão, um estado de exceção em que os sujeitos precisam tomar uma decisão, impor uma ruptura, um corte, tendo em vista a possibilidade de retomada de um certo estado de equilíbrio. Encontra-se, etimologicamente mais próximo do termo *criterium*, usado como referência para uma decisão correta (Bauman, 2000, p. 159). Em seu sentido terapêutico, um médico precisa intervir muito rapidamente para retirar um paciente de um *estado de crise* e reestabelecer a normalidade de suas funções biológicas. Assim, o *criterium* consiste, inicialmente, na escolha da ação que sustentará a vida. De um modo geral, a ideia de *crise* conta com a esperança de que seja sempre breve e contornável, e, uma vez tomada a decisão correta – *criterium* – dá-se o reestabelecimento pleno das funções.

No *Dicionário de Política*, o significado de crise foi assim descrito por Bobbio:

as crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo caráter de subitaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema. (Bobbio, 1998, p. 305)

Quando se instaura uma crise no âmbito da vida familiar ou comunitária, imaginamos, primeiro, um estado de coisas estável e harmônico, sem problemas, que sofre, de súbito, um impacto. Este impacto desarmoniza a regularidade e coloca os indivíduos em uma situação de insegurança e incerteza que os convoca a pensar que os instrumentos de compreensão da realidade que antes funcionavam, agora não funcionam mais. Se uma tempestade destelhou as casas da aldeia, se a seca comprometeu a colheita, se morreu um líder político, a comunidade logo se mobiliza, se solidariza com as vítimas, faz campanhas

de assistência e reconstrução, busca-se reestabelecer a liderança. Quando a crise provoca danos humanos, materiais ou ambientais, os governantes podem decretar *estado de emergência* (prefeitos e governadores) ou ainda, em casos mais graves, *estado de calamidade pública* (presidente da república), o que permite a desobediência de regras fiscais, liberação de recursos pelo rompimento do teto de gastos, permissão de saque do FGTS, entre outras medidas. Ou seja, diante de uma crise (vista aqui como perturbação ordem), se observa tanto a intensificação dos laços comunitários¹⁰ quanto à possibilidade legítima de transgressão dos pactos políticos e econômicos firmados com os cidadãos. Ainda na conceituação presente no *Dicionário de Política*, Bobbio sugere algumas ações capazes de contornar uma crise:

uma vez que toda a crise é um momento de ruptura inesperada no normal funcionamento de um sistema, ela requer respostas rápidas que tendem a reportar o sistema no seu módulo de funcionamento anterior ou a institucionalizar um novo módulo. A condição essencial para que isto aconteça é que o sistema seja bastante aberto aos vários fluxos de informação de modo a extrair daí as informações suficientes para os processos de resposta e de adaptação requeridos e seja bastante forte para poder afetar opções precisas entre os vários fluxos. Portanto, toda a Crise pode ser superada por um sistema que disponha de uma pluralidade de fontes de informação, de capacidade de escolher entre vários fluxos e de adotar novos módulos de funcionamento sem perder as suas características essenciais. (Bobbio, 1998, p. 305 - 306)

Assim, se houver fontes de informação claras e férteis disponíveis, haverá condições de selecionar e fazer uso das melhores informações para criar, com elas, respostas ou soluções sem que se altere a essência do funcionamento anterior¹¹. Vistas deste modo, a crise não parece um acontecimento terrível demais, impossível de ser enfrentado. No entanto, em algum momento, elas passam a ser diárias e das mais distintas ordens.

Para explicar a inversão de sentido da ideia de crise, destacamos o trabalho sobre “crisiologia” de Edgar Morin na obra *El Concepto de crisis*, publicado em Buenos Aires em 1979. Nesta obra, o autor demonstra a crise como um fenômeno generalizado, marcado pela incerteza e perturbação, que se entranhou na estrutura das sociedades e das

¹⁰ No entanto, o fortalecimento dos laços comunitários pode se tornar um grande problema nos casos em que se elege um inimigo comum, supostamente causador ou potencializador da crise. É quando os esforços se somam no sentido de eliminar rápida e cegamente este inimigo, antes mesmo de se entender sistemicamente a instauração da crise. Vimos como Marilena Chauí trabalha esse aspecto por meio das noções de “imagem de crise” e “imagem do perigo”. (Chauí, 2013).

¹¹ No segundo capítulo veremos como a ocultação de informações é uma estratégia geradora de ignorâncias (agnotologia) e, portanto, de intensificação das crises.

consciências humanas. São momentos de perturbação e aumento de incertezas, que podem advir do exterior como se fossem acontecimentos acidentais, ou do interior como uma sobrecarga geradora de instabilidades e desequilíbrios dentro de um sistema. Sendo assim, Morin se propõe a problematizar a noção de crise que ele julga ter sofrido um profundo esvaziamento conceitual nas últimas décadas. Se algo não vai bem e não é possível identificar a causa do mal-estar, rapidamente se nomeia a situação como crise: “*a palavra serve para nomear o inominável*” (Morin, 1979).¹²

A análise que Morin realiza se baseia inicialmente no princípio de organização e anti organização dos sistemas. Ele afirma que todo sistema pressupõe um conjunto de interrelações entre seus integrantes/participantes, o que inevitavelmente evoca a ideia de antagonismos¹³. Desta forma, um único elemento isolado não entra em crise. Os sistemas são compostos por afinidades relacionais e jogos de força de atração, também apresentam força de exclusão, repulsão e dissociação. Sem isso, garante Morin (1979), não haveria sistema. Vale lembrar que até este momento no texto, a análise de Morin recai sobre os sistemas termodinâmicos e cibernéticos. Ele cita a lógica do filósofo romeno Stéphane Lupasco para fundamentar sua visão de sistema:

Para que um sistema se forme e exista, é necessário que os constituintes de qualquer conjunto, pela sua naturalização ou pelas leis que os regem, possam aproximar-se ao mesmo tempo que excluir-se, de atrair-se e ao mesmo tempo repelir-se, de se associar e se dissociar, de se integrar e se desintegrar. (Lupasco, in: Morin 1979)¹⁴

Já que as singularidades inevitavelmente geram e gerarão divergências ou antagonismos dentro de qualquer sistema, pressupõe-se que a manutenção das diferenças e da originalidade dos elementos garanta a complementaridade e seu funcionamento, que, ao mesmo tempo, precisam ser neutralizados, já que podem levar o sistema à crise sem remédio, à ruína e até a sua completa desintegração: “*A unidade complexa do sistema cria e, ao mesmo tempo, rejeita o antagonismo*” (MORIN, 1979, s/p). No texto *Pour une*

¹² Destacamos ainda o artigo de Edgar Morin: Pour une sociologie de la crise, onde aborda a crise da sociologia após maio de 1968. In: *Communications*, 12, 1968. Mai 1968. La prise de la parole. pp. 2-16; doi : <https://doi.org/10.3406/comm.1968.1168>

¹³ Mais tarde, veremos como outros autores (Rancière e Chantal Mouffe) usam a ideia de antagonismo e dissenso para caracterizar a natureza da própria democracia.

¹⁴ Tradução livre o seguinte trecho de Lupasco in MORIN 1979: *A fin de que un sistema pueda formarse y existir, es necesario que los constituyentes de todo conjunto, por su naturaleza o por las leyes que los rigen, sean capaces de acercarse al mismo tiempo que de excluirse, de atraerse y a la vez repelerse, de asociarse y disociarse, de integrarse y desintegrarse.*

sociologie de la crise (1968), Morin reforça o caráter contingencial, conflituoso e necessário de uma crise:

a crise une em si, de forma conturbada e perturbadora, repulsiva e atraente, o caráter accidental (contingente, acionado por eventos), o caráter de necessidade (pela implementação das realidades mais profundas, menos conscientes, mais determinantes) e o caráter conflituoso. Entender a crise sob esses três auspícios remete assim ao processo histórico-social como um processo de estruturação-desestruturação, remete às antropologias baseadas nos desequilíbrios permanentes [...]. Também nos coloca no coração semi-aleatório e semipolarizado dos fenômenos humanos¹⁵ (Morin, 1968, p. 5).

O auspício da necessidade é reforçado por ele para destacar que os movimentos da crise geram o movimento da própria história. É preciso ter e desenvolver sensibilidade para compreender e assentir a ambiguidade ou ambivalência /contradição como motores destes acontecimentos em seus devidos contextos, no conjunto em que se inserem, pois “quanto mais os problemas se tornam planetários, mais se tornam impensados; quanto mais avança a crise, mais avança a incapacidade para pensá-la” (Morin, 2013, p.13)¹⁶. Para o autor, manejar a crise dependeria, inicialmente, de uma organização contextual das informações e do fluxo de retroação e recursão sobre os acontecimentos. Morin oferece estas orientações no texto *Como viver em tempo de crise* e usa a democracia para exemplificar os círculos recursivos:

devemos conceber simultaneamente a retroação: um fenômeno circular, no qual o próprio efeito atua sobre a causa, e a recursão: um processo em que os efeitos e os produtos são necessários para sua própria produção e causa. A democracia, por exemplo, é nutrida por dois círculos recursivos: em primeiro lugar, os governantes dependem dos cidadãos, que dependem dos governantes. Em segundo lugar, a democracia produz cidadãos, que produzem a democracia. Estamos diante de círculos, círculos virtuosos nos quais dois contrários podem ajudar-se reciprocamente. (Morin, 2013, p.13-14).

¹⁵ *la crise unit en elle, de façon trouble et troublante, répulsive et attractive, le caractère accidentel (contingent, événementiel), le caractère de nécessité (par la mise en œuvre des réalités les plus profondes, les moins conscientes, les plus déterminantes) et le caractère conflictuel. Saisir donc la crise sous ces trois auspices renvoie au processus historique-social comme processus structurant-déstructurant, renvoie aux anthropologies fondées sur le déséquilibre permanente [...]. Cela nous place également au cœur semi-aleatoire, semi-polarisé des phénomènes humains.* (Morin, 1968, p, 5, tradução livre)

¹⁶ Esta perspectiva encontra ecos no pensamento de Bauman (2000) que considera não ser possível apreender racionalmente a complexidade do mundo e da experiência humana considerando um único modelo interpretativo contextual/parcial.

Morin exemplifica o funcionamento de círculos recursivos utilizando-se do exemplo da democracia. Para ele, a democracia produz os cidadãos e os cidadãos, por sua vez e ação, produzem mais democracia. Atualmente, o sentido comum da crise é outro.

Para Bauman (2000), as crises atuais ocorrem de forma simultânea, sem que haja tempo para que o processo todo (crise => decisão => resolução => renovação) se conclua. A sucessão e sobreposição dos cenários de crise impossibilita os fluxos dos círculos recursivos, debilita o exercício do *criterium* ou a tomada de decisão, não em função de uma falta de tempo para decidir, mas por não se enxergar uma decisão possível de ser tomada. O horror desta impossibilidade é exemplificado por ele “como o horror dos passageiros que não apenas sentem o avião tremer como também descobriram que a cabine do piloto está vazia” (Bauman, 2000, p. 165)¹⁷.

No âmbito da economia neoliberal, o sentido de crise se transforma, abandona o senso de urgência e apoio comunitário, cancela os círculos recursivos democráticos e passa a ser vista como uma oportunidade, um desafio que será superado apenas pelos corajosos e mais bem preparados, ou seja, por aqueles que possuem um espírito competitivo e empreendedor (Dardot e Laval, 2016). Como medidas para conter a crise econômica, instalam-se as chamadas políticas de austeridade, tendo em vista a recuperação do controle da situação. Estas medidas são entendidas como *uma fase mais avançada* e com mais desafios deste *jogo de sobrevivência* proposto pelo sistema neoliberal. Aqueles que não resistem à crise, passam a ser vistos como fracos, menos espertos, menos preparados. A melhor solução, tendo em vista o alcance e superação das metas e saída da crise, seria a eliminação destes atores que, de acordo com a razão neoliberal, não conseguem contribuir com o grupo, que não produzem o suficiente, não consomem. Como resultado de um período de “crise” no contexto da razão neoliberal, o que se vê é a otimização do desempenho daqueles que sobreviveram no jogo (a despeito de sua qualidade de vida, saúde física e emocional¹⁸), que promoveram mudanças nos procedimentos que geram ainda mais lucro do que antes da crise.

A razão neoliberal promove uma inversão no sentido de crise – algo perigoso e perturbador passa a ser visto como risco que gera oportunidade de crescimento. Nesta

¹⁷ Ortega y Gasset (2014), na Lección VI (*Cambio y crisis*) da obra *En Torno a Galileo*, também discorre sobre as disposições afetivas dos sujeitos que atravessam uma crise. Ele constrói um cenário analítico para compreender o que chama de crise que durou de 1350 a 1650, tendo o Renascimento como epicentro. Na obra *Rebelión de las Massas* (2010), o autor faz uma associação entre crise e ética no contexto da europeização da Espanha.

¹⁸ Ver a obra organizada por Vladimir Safatle e Christian Dunker: *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica, 2020.

lógica, mais do que resistir às crises, é importante provocá-las de tempos em tempos. Bauman (2000) explica a forma como ocorreu a substituição do termo “perigo” pelo termo “risco” em relação à causa de uma crise. Ele retoma o termo *risikogesellschaft* (empreendimento de risco), criado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, e explica que o perigo é da ordem do acidente e da contingência e pode ser antecipado e impedido, o risco é parte constitutiva de nossas ações, não há nada que se possa fazer para evitá-lo. Por mais que viver uma vida de risco possa ser visto como algo condenável, esse tipo de conduta passa a ser visto não mais como escolha possível para um sujeito, mas é apresentada por Beck como única possibilidade de vida, uma espécie de destino comum da nova humanidade contemporânea.

É comum ouvirmos, no contexto de discursos oficiais, as noções de mercado e democracia compartilhando de um mesmo princípio de “moral universal”. Porém, essa relação está longe de ser justa. O modo como a vida encontra-se organizada na contemporaneidade, especialmente nas grandes cidades, não permite que os sujeitos alcancem dignidade sem que participem diretamente do mundo do consumo. Assim, o mercado (que rege o capital e é por este regido) usa o argumento da crise para justificar quais direitos fundamentais interessa proteger e quais não. Dardot e Laval (2016) reforçam essa ideia:

“Nada de direitos se não houver contrapartidas”, é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. (Dardot e Laval, 2016, p.380-381).

Qualquer análise das relações contemporâneas entre a democracia e os aspectos conjunturais da economia de mercado neoliberal, é capaz de revelar que a lógica do mercado promove uma tendenciosa sobreposição de alguns direitos fundamentais sobre outros, por exemplo, ocorre uma verdadeira sacralização do direito de propriedade em detrimento do direito à vida.

Esta breve apresentação do problema nos permitiu confirmar uma noção de crise que entendemos ser originária, bem como alguns graus de deslocamento do seu significado pela funcionalidade neoliberal. Este distanciamento fundamentará nossa compreensão dos discursos sobre a crise da democracia contemporânea como crise de direitos trabalhada no item 1.4.

1.2 A democracia como sistema e a natureza crítica do dissenso

O pensamento de que a democracia é um sistema complexo está presente na obra de Edgar Morin, autor reconhecido justamente por pensar a complexidade dos sistemas. Na obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, ele afirma que tanto a autonomia quanto o conflito fazem parte daquilo que entendemos sob o nome de democracia. Morin utiliza a noção de “conflituosidade criadora” para explicar um certo funcionamento da democracia que coincide com um processo contínuo e *autopoiético* de criação e recriação. Este processo, como o autor já anuncia, está longe de ser harmônico. A conflituosidade criadora também exprime que são os cidadãos que produzem a democracia e é a democracia que produz os cidadãos.

A democracia é um sistema complexo de organização e de civilização política que nutre e se nutre da autonomia de espírito dos indivíduos, da sua liberdade de opinião e de expressões, do seu civismo, que se nutre do ideal Liberdade ⇔ Igualdade ⇔ Fraternidade, o qual comporta uma conflituosidade criadora entre estes três termos inseparáveis. (Morin, 2011a, p. 96)

Desde sua origem grega, a democracia denota a imprescindibilidade da participação direta dos cidadãos (*dhemos*) na organização ou governo (*khraatos*) da coisa pública. Vale lembrar, porém, que entre os gregos, o título de “eleito” era dado não pela instalação de um pleito, mas por um sorteio entendido como procedimento democrático por meio do qual se outorgaria a distribuição dos lugares de “autoridade”. Sabemos que a mera efetivação de pleitos não garante uma democracia. Sabemos que, desde muito antes do estabelecimento do sufrágio universal ocorriam eleições. Do mesmo modo, a nossa recente história política apresenta inúmeros exemplos de regimes autoritários que se utilizaram do sistema eleitoral. Morin (2011b) ¹⁹ considera que isso acontece devido ao princípio da liberdade²⁰ presente na própria estrutura da democracia entendida como como jogo de verdades opostas. Sendo assim, ele afirma que o sufrágio universal não está imune ao erro, e ainda garante que mesmo sendo ameaçada ou parcialmente destruída, a democracia não só possui, mas ela mesma é uma força regenerativa. “[a democracia] vai renascer e

¹⁹ Em artigo publicado no jornal *Le Monde*, 26-04-2011, traduzido e publicado pela revista do instituto IHU Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/173-noticias-2011/42880-da-aspiracao-a-realizacao-democratica-um-artigo-de-edgar-morin> Acesso em 15/11/2022.

²⁰ Lembramos que Todorov (2012) considera a liberdade um dos inimigos íntimos da democracia. Mais adiante veremos este autor com mais profundidade.

renascer: ela tornou-se uma força regenerativa e regenerativa da história” (Morin, 2011b, s/p).

Além de Morin, mencionamos outros autores que entendem a democracia como um sistema estruturalmente marcado por crises, como todos os sistemas. Rancière (1996 e 2018), Lefort (2011) Laclau e Mouffe (2001) apresentam perspectivas semelhantes sobre como a noção de conflito se confunde com a noção de crise e participa da noção de democracia²¹.

Jacques Rancière no texto *O Dissenso* (1996) e na obra *O Desentendimento* (2018) critica a imagem da boa democracia como arte do consenso, fruto de deliberação. Outra frente teórica está ligada aos autores da Escola de Essex de análise do discurso especialmente os pós-marxistas fundadores desta escola: Chantal Mouffe e Ernesto Laclau²², que apresentam uma perspectiva pós-estruturalista da democracia radical. Rancière tem muitos pontos em comum com os autores da Escola de Essex, com destaque ao compartilhamento da crítica à democracia liberal. Rancière se coloca a partir da noção de dissenso e Laclau, a partir da ideia de deslocamento estrutural.²³

As formas da democracia não são outra coisa senão as formas de constituição da política como modo específico de um estar-junto humano. A democracia não é um regime ou um modo de vida social. É a instituição da própria política, o sistema das formas de subjetivação por meio das quais toda ordem de distribuição dos corpos em funções correspondentes a sua “natureza” e em lugares correspondentes a suas funções é constantemente colocada em questão e devolvida à sua contingência. (Rancière, 2018, p.113)

Jacques Rancière demonstra que a racionalidade política não pode encontrar fundamento em um simples acordo de cavalheiros entre verdades opostas. Um estado de supressão do conflito derivado do consenso seria, para Rancière, a própria supressão da política. A ideia que reforça esse argumento é alcançada em Marx e diz respeito à existência

²¹ Destes, Rancière e Mouffe serão mais amplamente abordados na composição deste trabalho.

²² Além dos autores supracitados, a escola de Essex agrega outros pensadores como Lacan, Barthes, Foucault e Derrida. O eixo comum passa pelo assentimento de uma política pluralista radical e democrática fundamentado nas demandas dos “Novos Movimentos Sociais” como resposta à “crise” do marxismo. Esta e outras nuances da Escola de Essex são trabalhadas no artigo de Townshend, Jules. **Discourse theory and political analysis: a new paradigm from the Essex School?**. The British Journal of Politics and International Relations 5.1 (2003): 129-142. Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1111/1467-856x.00100?casa_token=R1KMcvpdkVgAAAAA:afGF_1gznPks2OwKpGvFOfEffE5AyOGKmg6L5fyMZEfg2ckmnODGAF1TjzKZCptaFXs0PM_nBh46 Acesso em 15/11/2022

²³ Rancière se coloca a partir da noção de dissenso e, Laclau, a partir da ideia de deslocamento estrutural.

da classe dos proletários como excluída das classes sociais, ou seja, existem partes da comunidade que não são vistas como comunidade e o consenso, quando há, ignora a participação de todas as classes/partes da comunidade. Deste modo, a política é o campo a partir do qual toda e qualquer classe social é vista como capaz de emitir juízos sobre o funcionamento da coisa pública. Assim, a análise da racionalidade política descobre seus fundamentos: um solo comum, litigioso e paradoxal – o dissenso.

É isso o que eu chamo de dissenso: não é um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações. É preciso primeiro provar que há algo a argumentar, um objeto, parceiros, um mundo que os contém (Rancière, 1996, p. 374).

Diferentemente da noção comum que trata o dissenso como um conflito ou discussão sobre dois pontos de vista sobre um mesmo tema, o dissenso diz respeito a um único tema que é objeto de disputa entre partes que se consideram e outras que não se consideram partes do conflito. A questão central que se coloca é: como será, qual será este mundo comum instituído, tornado comum? Quem dele participará?

O filósofo francês Claude Lefort (2011) no desenvolvimento da sua concepção de democracia, revela que se trata não de uma forma de governo, mas de um modo específico de ser em sociedade que não depende da anulação do embate para dar lugar à aceitação do desejo da maioria. Para este autor, a democracia “inaugura a experiência de uma sociedade inapreensível, indomesticável, na qual o povo será dito soberano, certamente, mas onde não cessará de questionar sua identidade”. Desta forma, o poder não é personificado, ou seja, não é assumido plenamente por um indivíduo, mas, configura-se como “lugar vazio” ocupado apenas temporariamente. Lefort não enxerga na democracia a solução para o problema da vida coletiva. O “poder do povo” não é sinônimo de “boa sociedade” ou de “totalidade orgânica”, uma vez que a corporificação da ideia de “povo” pode ser dada por princípios religiosos, localização geográfica ou raça. Tais princípios unificadores podem ser excludentes e potencializadores de regimes totalitários e ideológicos. Uma sociedade democrática não possui uma identidade fixa, mas busca constantemente redefinir seus

contornos identitários. Seria ainda como uma “sociedade filosófica”, marcada pelo exercício da dúvida e pela invenção permanente do homem político. Lefort aponta que a sociedade democrática é histórica, enquanto a sociedade ideológica neutraliza a história, pois não abre margem para os fluxos, as mudanças ou os conflitos e fornece respostas prontas para serem assimiladas e admitidas pelos sujeitos.

A filósofa política Belga Chantal Mouffe considera não o consenso, mas o dissenso como marca democrática. Ela elabora em *Hegemony and Socialist Strategy* (2001), escrito juntamente com o pensador Ernesto Laclau, algumas relevantes reflexões sobre o sentido e a natureza do político a partir das categorias de antagonismo e hegemonia. O *antagonismo* se refere à condição de possibilidade da própria democracia ser o que é, em sua natureza radical e originária, sendo, portanto, impossível sua erradicação, supressão ou contorno. A este reconhecimento, Mouffe chamou de “pluralismo agonístico”. Para manter a dimensão antagônica do conflito sem que isto signifique a anulação do diferente (inimigo) ou do próprio sistema, os filósofos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe propõem uma relação que denominam de **agonista**, segundo a qual seria preciso considerar a existência de diferentes unidades políticas como *adversas*. Esta concepção agonista parte do assentimento da pluralidade e da ideia de indeterminação do social. Seria uma estrutura fundante de um novo imaginário político, um novo projeto radicalmente libertário, ao qual nos dedicaremos com mais afinco no terceiro capítulo deste trabalho.

Assim, vimos que a crise, em seu sentido primeiro, faz parte de todo e qualquer sistema. A democracia, sendo ela mesma um sistema, não foge desta lógica. Composta por seres singulares que defendem leituras de mundo e projetos diversos, é natural que algumas convivências sejam de enfrentamento (antagonismo) e todo enfrentamento é crítico. A razão neoliberal, por sua vez, entendida como um horizonte interpretativo e um projeto de mundo, se comporta de forma a não assentir que haja outro projeto possível, atua na eliminação dos discordantes – vistos como os sem mérito – e faz uso da noção de crise como máscara discursiva²⁴ para ocultar este intento. O agonismo surge como possibilidade

²⁴ As pesquisas sobre a palavra máscara remontam diferentes origens e sentidos: no latim, *masca* significa “espírito” ou “gênio”, no árabe, o verbo *sakhira* designa algo como “burlesco”, no hebreu, o termo *masecha* indica também “zombaria” ou “ridicularização”. A ideia de máscara que temos em mente neste estudo é aquela que serve como disfarce, proteção e ocultamento de uma identidade. A utilização de uma máscara permite o exercício indiscriminado de atos que não são aceitos moralmente, sem que se corra o risco de sofrer qualquer julgamento. A expressão “lobo em pele de cordeiro” carrega a ideia de mascaramento de uma identidade como estratégia para conquistar aceitação e entrosamento, enquanto a verdadeira intencionalidade permanece disfarçada.

teórica que garante que todos os projetos tomem parte no jogo democrático, desde que sua participação não implique a supressão dos oponentes e, por consequência, supressão do próprio jogo. Por este motivo, vale nos determos mais longamente na compreensão deste conceito.

1.2.1 Agonismo

*A guerra de todos é pai, de todos é rei; uns indica deuses,
outros homens; de uns faz escravos, de outros livres.
(Heráclito – fragmento 53)*

Heráclito, em um de seus mais conhecidos fragmentos, descreve *pólemos* (πόλεμος) – aqui traduzido como espírito de guerra – rei e pai de todas as coisas, um gênio ou *daemon* representado com as duas mãos abertas: com uma mão cria e com a outra destrói, com uma mão escraviza e com a outra liberta, em uma mão porta a violência e na outra, poder. Para Heráclito, todo o universo seria marcado pela presença de um elemento **agonístico**, isto é, por um jogo de forças responsável pela criação e por todas as transformações da realidade. Acompanhando o caminhar do pensamento ocidental, o termo agonismo alcança nosso tempo e tem se destacado no campo da teoria política como uma referência nas discussões sobre a defesa do debate e do conflito para o desenvolvimento de uma democracia que supera o caráter meramente eleitoreiro ou representativo. Pretendemos, aqui, demonstrar brevemente os significados, sentidos e usos do termo agonismo, bem como as possibilidades de aplicação destes sentidos na teoria política contemporânea.

Nos interessa, sobretudo, a forma como o trabalho de Michel Foucault, especificamente na obra publicada em 1984, se configura como lente que nos permite olhar para o passado e para a origem do termo, ao mesmo tempo em que lança várias sementes que os pensadores do agonismo utilizarão para entender e repensar as relações de poder e a própria política na contemporaneidade.

No texto “O sujeito e o poder” (1995), escrito e publicado no mesmo ano de sua morte, Michel Foucault declara que observou em retrospecto seu trabalho dos últimos vinte anos e conclui que o percurso das suas problematizações elucidou os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” (Foucault in: Dreyfus, 1995; p. 231). Ele revela que a questão do poder não era o seu foco principal de análise, mas condição de possibilidade para a compreensão dos processos de subjetivação.

E é neste campo de análise dos processos de subjetivação que certas “relações de poder” surgem como “relações agônicas”:

[...]no centro da relação de poder, “provocando-a” incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um “agonismo” – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente. (Foucault in: Dreyfus, 1995; p 244-245)

No momento em que Foucault aborda o agonismo como “incitação recíproca e de luta”, os tradutores e organizadores do volume onde se encontra o artigo abrem uma nota de rodapé para explicar que o agonismo seria um neologismo usado por Foucault com significado de “combate” físico ou verbal, como as provocações intelectuais, as batalhas entre poetas e trovadores, até a troca de injúrias, por exemplo, desde que não implicasse em aniquilação ou morte do oponente. Foucault nos incita, neste pequeno trecho, a conhecer melhor o panorama geral dos sentidos e das significações do termo *agōn*, que ocupa um grande espaço nas discussões sobre a democracia na contemporaneidade.

Ao pesquisarmos o significado de agonismo no dicionário Priberam (2022), o primeiro resultado encontrado remonta seu sentido histórico: “pessoa que se dedicava a exercícios de ginástica ou de luta, na Antiguidade greco-romana”²⁵. Nos deparamos ainda com definições que surgem desde o campo da bioquímica ou farmacologia e da anatomia. Uma substância agonista, natural ou sintética, é aquela com capacidade de se ligar a um receptor celular de modo a ativá-la, gerando uma resposta. Assim, uma substância agonista causa uma ação, enquanto uma substância antagonista bloqueia a ação da agonista. Na anatomia, um músculo agonista se contrai por oposição a outro.

Em todos os sentidos pesquisados nos distintos campos do saber, o agonismo se apresenta como elemento que marca certo tipo de relação entre substâncias ou sujeitos na vida pública: um tipo de relação de poder que, como demonstra Foucault, é capaz de provocar, nas substâncias e nos sujeitos “ação sobre ações”, isto é, “é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.” (Foucault in: Dreyfus, 1995; p 243). Foucault explica que o poder se exerce sobre sujeitos livres e com a possibilidade de se mover, de se deslocar ou de

²⁵ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/agonista> [consultado em 20-08-2022].

resistir/reagir. Nos casos em que a dominação do oponente já aconteceu, não há mais relação de poder, mas de coação – como na escravização, por exemplo. Este mesmo sentido foi encontrado na pesquisa historiográfica de Huizinga (2000) sobre a natureza lúdica do *agōn*.

A obra *Homo-Ludens* – o jogo como elemento da cultura, do historiador holandês Huizinga (2000) foi publicada pela primeira vez em 1938 e apresenta uma investigação bastante interessante acerca da palavra *agōn* (αγωνισμα). Suas investigações o levaram a definir *agōn* na tríade "jogo-festa-ritual" (Huizinga, 2000, p.26), especialmente pela função lúdica do termo. Isto quer dizer que *agōn* estava presente em diferentes reuniões de caráter competitivo, o que valia tanto para jogos quanto para festas e até atos religiosos. Além disso, acompanhando o sentido dado por Heráclito na epígrafe escolhida para abrir este tópico, ele aponta que apenas alguns tipos de guerra podem ser entendidos como subprodutos do *agōn* como "jogo-festa-ritual". É preciso compreender a natureza de cada guerra em particular para averiguar sua presença:

O elemento agonístico só se torna operante a partir do momento em que as nações em guerra se consideram reciprocamente como antagonistas lutando por alguma coisa a que cada uma delas pensa ter direito. [...] Nas fases mais primitivas, este elemento parece dar lugar a formas não agonísticas, no decorrer das batalhas entre tribos ou das lutas entre indivíduos. Sempre se praticaram expedições de pilhagem, assassinatos, caçadas ao homem ou mesmo de cabeças, seja devido à fome, ao medo, à religião ou à simples crueldade. Estas matanças mal merecem ser dignificadas com o nome de guerra. A ideia da guerra só aparece quando uma situação especial de hostilidade geral solenemente proclamada é reconhecida como algo diferente das querelas individuais e dos conflitos entre famílias. Esta distinção coloca de um só golpe a guerra tanto na esfera agonística quanto na do ritual, elevando-a ao nível das causas sagradas, de um confronto geral de forças e da revelação do destino; por outras palavras, passa a fazer parte daquele complexo de ideias que abrange a justiça, o destino e a honra. (Huizinga, 2000, p.65-69)²⁶.

As guerras marcadas pela presença do elemento agonístico seriam verdadeiros rituais e jogos de honra, enquanto massacres ou violências marcadas por motivações pessoais ou familiares não podem, segundo o autor, sequer receber o título de *guerra*. A investigação historiográfica de Huizinga sobre o *agōn* e a guerra evidencia a percepção de Foucault de que as contendas e confrontos podem ser entendidos como jogo de forças ou

²⁶ Esta colocação de Huizinga está fundamentada em um evolucionismo cultural com o qual não concordamos. Para ele, as fases mais primitivas da humanidade (sociedades simples) desenvolvem um tipo de guerra não agonística, enquanto o “desenvolvimento da civilização” denota relações agonísticas entre nações, o que, por sua vez, funda o direito internacional. No prefácio de sua obra, ele escreve: “já há muitos anos que vem crescendo em mim a convicção de que é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve” (HUIZINGA, 2000, s/p). Por outro lado, ele percebe que o *agōn* enquanto elemento lúdico está em decadência ou involução, não estaria mais presente nas épocas atuais com a mesma intensidade.

relação de poder entre a vontade de governo de um lado e a vontade de liberdade marcada pela possibilidade e capacidade de resistência de outro. As relações de poder, então, seriam relações agônicas.

“As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros. É certo que o Estado nas sociedades contemporâneas não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de um certo modo, todos os outros tipos de reação de poder a ele se referem.” (Foucault in: Dreyfus, 1995; p 247).

Desta forma, as percepções de Michel Foucault sobre as relações de poder se sustentam pela possibilidade de uma ação contínua entre grupos, com a possibilidade de modificar os termos de sua presença e participação, isto é, garantindo a legitimidade da resistência e insubordinação até a transformação da relação. Vale ressaltar que, nas sociedades contemporâneas, o exercício do poder não é uma exclusividade do Estado, mas uma tarefa política inseparável da existência social.

A abordagem do conceito de agonismo incitada por Foucault – da escola francesa de análise de discurso – oferece a Laclau e Mouffe – da escola de Essex – elementos para pensar o jogo democrático por meio de seus antagonismos. Compondo o campo das teorias radicais da democracia, Mouffe entende o político como campo crítico marcado por um conflito irreconciliável. Defende que não há meios de superar o antagonismo, a oposição (geradora de crises) é um componente legítimo da ordem democrática, apenas criar meios institucionais de garantir que as partes em confronto não se destruam, impossibilitando a continuidade do jogo democrático. O agonismo, assim entendido, não extirpa a crise do campo da democracia, mas a devolve para o seu campo de significação original: a crise volta a ser vista como estruturante do sistema [democrático] e garantidor de fluxos e renovações.

1.3 O problema da representatividade

Compondo o cenário geral dos debates sobre a crise da democracia, destacamos a crise da representatividade. Há uma linha interpretativa que sugere que um dos principais aspectos da crise da democracia contemporânea seria, na verdade, a crise da representatividade.

Um relatório publicado pela Universidade de Cambridge²⁷ intitulado *Global Satisfaction with Democracy* (2020) considerou índices de satisfação com a democracia a partir de dados levantados por várias organizações internacionais citadas e listadas no item: *The Dataset* (FOA, 2020, p. 06). No caso do Brasil e mais 17 países da América Latina, a organização responsável pelo levantamento de dados foi a Latinobarômetro (ONG), que consultou 1204 brasileiros entre outubro e dezembro de 2020. Os dados são alarmantes e nada favoráveis à democracia: na média mundial, o número de pessoas decepcionadas com a democracia aumentou 9,7 pontos em 2020 em relação ao ano de 1995. No Brasil, menos de 20% dos entrevistados demonstraram satisfação com o sistema democrático. Os pesquisadores de Cambridge que analisaram estes dados e assinaram o relatório demonstram que o momento em que as pessoas estavam mais satisfeitas com a democracia no Brasil coincide com o desenvolvimento de uma política de contenção da pobreza e da fome e diminuição das desigualdades. Estas políticas foram incitadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010 e foram responsáveis pela retirada do Brasil do mapa da fome da ONU em 2014: "o governo Lula investiu em programas para reduzir a pobreza amplamente disseminada e reduzir a desigualdade" (FOA, 2020, p. 30)²⁸. Contudo, a satisfação com a democracia dura pouco. Na verdade, este período é tratado pelos analistas como "uma breve exceção a um mal-estar" (*Idem*), a um desconforto generalizado e instalado globalmente contra a democracia.

O declínio mais significativo é marcado no relatório pelo início das investigações da operação *Lava Jato* trazendo a pauta anticorrupção para o primeiro plano das discussões políticas. "A série de escândalos expostos pela investigação de corrupção "*Lava Jato*" viu a insatisfação do público [com a democracia] atingir recordes."²⁹ (p.10) Amparado pela

²⁷ Fonte: Global Satisfaction with Democracy Report 2020 – University of Cambridge

²⁸ *A brief exception to this malaise occurred during the first decade of the twenty-first century, under the government of Luiz Inácio Lula da Silva from 2003 to 2010. Enjoying the fruits of a global commodities boom, the Lula administration invested in programmes to relieve widespread poverty and reduce inequality, while maintaining a commitment to reduce inflation, hold down public debt, and attract foreign direct investment.*

²⁹ *And in Brazil, the series of scandals exposed by the "Lava Jato" corruption probe has seen public dissatisfaction reach record highs.* (p.10)

mesma pauta anticorrupção e pela nostalgia aos governos militares, Bolsonaro se elege e, nas palavras dos relatores da pesquisa de Cambridge, “adia o futuro no Brasil”³⁰. A este ponto soma-se o fato de que, em 2020, a insegurança alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004.³¹

Esta pesquisa e suas respectivas análises nos permitem alçar a hipótese de que a crise da democracia seria um reflexo ou desdobramento de uma crise de representatividade. Entendemos isto por dois motivos: o primeiro encontra-se na percepção de que a insatisfação em relação à democracia acompanha o sentimento de desamparo da população pela falta de políticas públicas que deveriam garantir o acesso aos direitos básicos, isto é, o poder público deixa de representar as demandas mais fundamentais da população, como no caso da fome; e o segundo motivo encontra-se na decepção em relação aos representantes eleitos envolvidos nos escândalos de corrupção³² amplamente divulgados (e até espetacularizados) pelos meios de comunicação.

Vamos retomar agora o pensamento de Bauman em parceria com o pensador italiano Carlo Bordoni na obra *Estado de Crise* (2016) para iluminar estes fatos e nos ajudar a compreender se o cerne da crise da democracia reside na questão da representatividade. Os autores estabelecem um diálogo em que se pretende esclarecer os fundamentos da crise atual, mundialmente vivenciada. A obra encontra-se dividida em três grandes partes a saber: “Crise do Estado”, “Modernidade em crise” e, por fim, “Democracia em crise”, item este que vamos considerar por comportar a noção de representatividade que aqui se encontra em pauta.³³

Os autores iniciam apontando que vivemos em um “estado constante de crise, e essa crise também envolve o estado moderno, cuja estrutura, funcionalidade e efetividade (inclusive o sistema de representação democrática) já não se ajustam mais aos tempos em que vivemos” (2016, p. 34). O ponto de partida da crise da democracia estaria, segundo os autores, na crise de identidade do Estado moderno que, ao invés de cumprir o que é de seu propósito - fornecer serviços adequados aos cidadãos, se preocupa em estabelecer uma

³⁰ *Bolsonaro won the presidency on a platform that included support for vigilantism against petty and organised crime, and nostalgia for the country's former military dictatorship. For Brazil, it seems, the future has been deferred once more. (Idem, p.30)*

³¹ De acordo com dados da Rede Penssan <https://pesquisassan.net.br/>

³² Não vamos aqui buscar entender quais escândalos são reais e os que são produzidos intencionalmente com o objetivo de macular a imagem de determinada pessoa pública. Estas e outras estratégias são amplamente analisadas no capítulo 2.

³³ Os principais argumentos trabalhados por Bauman sobre a ideia geral de crise já foram aqui trabalhados no item 1.1.

política econômica neoliberal. O que lemos atualmente por crise seria, na verdade, um modo de governo inventado para fazer gestão de um tipo de demanda de enriquecimento dos que já são muito ricos a partir do sacrifício dos que nunca deixaram de ser muito pobres:

O Estado em crise, em vez de ser provedor e garantidor de bem-estar público, tornou-se um “parasita” da população, preocupado apenas com a própria sobrevivência, exigindo cada vez mais e dando cada vez menos em troca. As escolhas políticas feitas hoje, na ausência de um poder real para “consertar as coisas”, parecem tão somente tapa-buracos visando a proteção de privilégios adquiridos: uma forma extrema de autodefesa, que evoca a imagem de estar preso numa casamata pesadamente blindada com todo conforto, enquanto Berlim está em chamas (2016, p. 23-24).

A ideia de crise legitima a exploração e mantém um estado de exceção no qual o estado tem autorização para burlar acordos e negligenciar direitos. O que é comumente chamado de crise da democracia seria, segundo os autores, crise de um modelo de governo baseado na representatividade que não é mais capaz de representar as demandas populares. Deste modo, os cidadãos perdem a fé nos seus representantes, que se mostram ineficazes e insuficientes no atendimento das demandas locais. Ao perderem a fé no estado, os cidadãos passam também a demonstrar aversão às instituições e à própria política em sua concepção democrática³⁴. Para os autores, a aversão às instituições e à própria ideia de democracia é fruto, portanto, da cisão ocorrida entre o poder e a política. Para compreender os efeitos desta cisão, os autores evocam noções trabalhadas por Colin Crouch de “pós-democracia” (que vamos apresentar no próximo tópico), e a noção de “desdemocratização” apresentada por Charles Tilly como demonstração da total ausência de compromisso social por parte de governos antidemocráticos.

O pensador Jacques Rancière (2014b) também discute a ideia de representatividade a partir dos seguintes termos: confundida com o governo baseado na representação parlamentar, a democracia representativa contemporânea nada mais é do que uma sucessão de grupos originários de uma mesma elite comprometida com o sistema financeiro e que se julga como única possibilidade de materializar as demandas comuns da sociedade.

A representação nunca foi um sistema inventado para amenizar o impacto do crescimento das populações. Não é uma forma de adaptação da democracia aos tempos modernos e aos vastos espaços. É, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns. Na história da representação, são sempre os estados, as ordens e as possessões que são

³⁴ Destacamos outra obra que aborda o problema da representação e a crise de legitimidade na democracia, do sociólogo espanhol Manuel Castells (2018), *Ruptura – A crise da democracia liberal*, que analisa casos como Trump, Brexit, Macronismo e a experiência espanhola.

representados em primeiro lugar, seja porque se considera seu título para exercer o poder, seja porque um poder soberano lhes dá voz consultiva (Rancière, 2014b, p.69).

Considerando a hipótese inicial de que a crise da democracia seria crise de representação, podemos concluir, com base em Bauman e Bordoni (2016) e Rancière (2014b) que a noção de representação em si não se encontra em crise, uma vez que ela funciona como estrutura de governo que representa as minorias que detém títulos para governar. O fato de as camadas populares e as demandas sociais não encontrarem representação nos governos democráticos expressa nada menos que os desdobramentos políticos de uma sociedade historicamente constituída e organizada pelo “jogo das oligarquias” (*Idem*, p.68). Isto é, o corpo representativo resultante de um pleito eleitoral é espelho das instituições que estruturam o Estado capitalista neoliberal. As oligarquias encontram-se, assim, muito bem representadas.

Se não está na representação, de onde se origina, então, a sensação de crise que desencadeia a aversão à democracia mapeada no início deste texto? De acordo com nossas leituras, entendemos que ela pode se originar na percepção falsa de que os representantes eleitos seriam capazes de dar conta das múltiplas demandas de uma sociedade cada vez mais plural e diversa. Quando se verifica, na prática, que não serão capazes de tanto, as pessoas se ressentem e se voltam contra a democracia. Consideramos que uma saída mais justa seria exatamente o oposto: questionar a legitimidade da estrutura deste modelo de Estado oligárquico e criar mecanismos de cooperação mútua de modo a incentivar maior participação popular, ou seja, mais democracia.

1.4 Crise da democracia, crise de direitos

Na década de 70, o debate sobre a crise da democracia repercutiu as análises feitas por Jürgen Habermas sobre a crise no capitalismo tardio. Segundo ele, o objetivo desta investigação residia na possibilidade de explorar e conhecer a assim chamada sociedade “pós-moderna”, ou seja, um novo princípio de organização histórica marcada pela crise. O autor entende que o conceito de crise nas ciências sociais pode ser entendido na perspectiva da teoria dos sistemas, isto é, “as crises surgem quando a estrutura de um sistema de sociedade admite menos possibilidades de solução do que as necessárias para sua preservação. Nesse sentido, as crises são distúrbios que atacam a integração sistêmica”

(Habermas, 1999, p. 22). Estes distúrbios seriam produzidos por imperativos sistêmicos, intrínsecos às suas estruturas, que, sendo incompatíveis, não admitem ordenação hierárquica.

Interessante destacar que Habermas publica suas reflexões sobre a crise em 1973 e Morin, sua *crisiologia* em 1979, contendo uma percepção semelhante de crise via teoria dos sistemas. No entanto, as reflexões de Habermas sobre a ideia de crise buscam captar os distanciamentos e as aproximações entre os sistemas e as sociedades. Buscam ainda descrever que as transformações incitadas por uma crise econômica não ficam circunscritas ao âmbito político/econômico, mas geram sobrecarga em toda a estrutura social e cultural.

Habermas referencia-se muitas vezes, no decorrer do seu texto, nos pensamentos e ideias do cientista social alemão Claus Offe, que ocupa um lugar de destaque nos debates gerais sobre a crise da democracia nos anos setenta. Representando a segunda geração de pensadores da Escola de Frankfurt, Offe influencia o pensamento social da Europa e dos Estados Unidos. O primeiro capítulo da sua obra *Contradictions of the Welfare State* (2019), publicada pela primeira vez em 1984, é dedicado à investigação das “Crises de gerenciamento de crises”³⁵, de onde destacamos sua particular preocupação com o declínio do estado de bem-estar social, com a decadência da social-democracia, a ascensão da Nova Direita e o futuro do socialismo democrático. No segundo capítulo intitulado *Ungovernability: the Renaissance of conservative theories of crisis*, Offe aborda criticamente o deslocamento dos aspectos políticos da teoria da crise para o campo conservador que passa a ver o estado de bem-estar social como responsável pela ruína das agências de controle social.³⁶

Como exemplo deste deslocamento teórico conservador citamos o relatório produzido pela Comissão Trilateral (que tratava do problema da governabilidade das democracias na Europa, Japão e EUA) intitulado *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission* (1975), de Crozier, Huntington e Watanuki. Este documento contestava os avanços democráticos e argumentava que a causa da ascensão do estado de crise estava justamente no “excesso de democracia”, isto é, no aumento das demandas sociais evidenciadas pela crescente mobilização de grupos outrora silenciados. Samuel Huntington, professor de Harvard e autor da seção norte-americana do relatório, defendia que a mobilização excessiva sobrecarregava o sistema

³⁵ Título original do primeiro capítulo: ‘*Crises of crisis management*’: *elements of a political crisis theory*.

³⁶ Para um aprofundamento sobre o *welfare state* no Brasil, sugerimos fortemente o artigo de José Luís Fiori: *Estado do bem-estar social: padrões e crises*.

político. “Alguns dos problemas de governança nos Estados Unidos hoje decorrem de um excesso de democracia [...] Em vez disso, é necessário um maior grau de moderação na democracia.” (Huntington, 1975, p. 113)³⁷. Em uma entrevista concedida a um jornal, o autor oferece mais detalhes do seu argumento:

“Grupos anteriormente passivos ou desorganizados na população, negros, índios, chicanos, grupos étnicos brancos, estudantes e mulheres agora embarcavam em esforços conjuntos para estabelecer suas reivindicações de oportunidades, cargos, recompensas e privilégios, aos quais não se consideravam intitulados. [para] antes.” A raiz do problema é que há um “excesso de democracia”, insistiu [Huntington]³⁸.

O autor considera que o problema da governabilidade dos regimes democráticos poderia ser resolvido com a cooperação restrita de “um número pequeno de advogados e banqueiros de Wall Street”³⁹, também com certa apatia e o não envolvimento da população.

Ou seja, enquanto Offe (2019) e Habermas (1999) defendem que a estrutura cíclica das crises do capitalismo tensiona a democracia e a deixam em estado de crise, Huntington et. al (1975) argumenta que a democracia é desafiada pelos movimentos e exigências que ela mesma desencadeou, tornando-a ingovernável. Desde a década de setenta, estes autores continuaram desenvolvendo suas análises incorporando novos fatores às suas perspectivas sobre a crise da democracia. Huntington (2004) voltou com uma crítica de uma sociedade multiétnica e multicultural, atacando fortemente os movimentos migratórios. Segundo ele, a heterogeneidade étnica deteriora o “demos”, isto é, a diversidade promovida pela imigração anula o sentimento de pertencimento à comunidade política e, conseqüentemente, torna a democracia ainda mais ingovernável.

Por sua vez, Claus Offe evidencia uma atualização de suas análises em uma fala feita na ocasião de apresentação Relatório de Governança alemão intitulado: *Democracy challenged: Responses and innovations*⁴⁰ no ano de 2017. Nesta fala, além de apresentar as características de uma democracia sempre em movimento⁴¹, ele traz novas causas do

³⁷ Tradução livre do seguinte trecho: Some of the problems of governance in the United States today stem from in excess of democracy. [...] Needed, instead, is a greater degree of moderation in democracy. (Huntington, et al. 1975, p. 113)

³⁸ PARMAR, Inderjeet. *Para o establishment americano, as mobilizações em massa são um 'excesso de democracia'*. The Wire: Nova Delhi, 2016. <https://thewire.in/world/to-the-american-establishment-mass-mobilisations-are-an-excess-of-democracy>

³⁹ Idem.

⁴⁰ HERTIE SCHOOL. **Democracy challenged: Responses and innovations** Por Claus Offe. YouTube, 08/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KXPC5ty6RsU> Acesso em: 23/10/2022. Página do evento: <https://www.hertie-school.org/en/2017-05-08democracychallenged>

⁴¹ Nesta fala, o autor apresenta as características de uma democracia sempre em movimento – o que interessa apresentar brevemente aqui por se distinguir radicalmente dos apontamentos de Huntington

que ele chama de “mal-estar” da democracia contemporânea: A primeira seria a incapacidade de governança pela presença e interferência das corporações dominantes (mercado financeiro) que afetam as decisões políticas; a incapacidade do Estado exercer coerção legítima sobre o que está errado, o que se daria especialmente pela presença de máfias ou de poder paramilitar; a interferência de agentes internacionais ou supranacionais que intervêm sobretudo na concessão de direitos ou na implementação de políticas públicas; na desconfiança nas elites políticas que tem como principal consequência a criação de populismos reacionários *antiestablishment* e antipluralistas; o enfraquecimento das instituições intermediárias, como os sindicatos e o declínio dos partidos de centro-esquerda e social democratas (marcadamente na Europa). Pareceria, também, uma descrição bem precisa e exata da situação tristemente vivida pelo Brasil desde 2016.

As discussões sobre a crise da década de 70 denotam expressões variadas de um mesmo ódio à democracia, que possui raízes muito profundas e antigas. É sobre a natureza deste ódio que Rancière se propõe a investigar e refletir, usando o relatório de Huntington como ponto de partida.

1.5 Jacques Rancière e a natureza do ódio à democracia

O pensador argelino Jacques Rancière na obra *Ódio à Democracia* (2014b) retoma e ataca frontalmente o relatório da Comissão Trilateral sobre as causas da crise democrática. Ele sintetiza as principais ideias assinadas por Huntington (1975) em um paradoxo com o qual pretendemos iniciar esse tópico de discussão: “O que provoca a crise da democracia é a intensificação da vida democrática” (2014b, p.16). Dito de outro modo: quanto mais democracia, mais crise. Antes de desenvolvermos as argumentações de Rancière em torno deste paradoxo e seus desdobramentos nesta grande obra de 2014b, vale demonstrar brevemente o cenário de crise política instalado na Europa que o levaram a

(2004) – Offe (2017) considera que nenhuma democracia contemporânea é igual a outra, todas são diferentes, e por isso uma conceituação comum pode ser arbitrária. Contudo, as democracias conservam alguns elementos comuns, como a alta diversidade humana e cultural; abertura às mudanças e contingências; reflexão interna para promoção de melhorias institucionais; alta vulnerabilidade diante uso emergencial de provisões e são sempre nacionais, isto é, não há nem pode haver um projeto democrático supranacional. Vale destacar que cada característica pode ser vista como mal-estar pelo seu oposto, isto é, se houver problemas em relação à presença da diversidade ou rigidez (reacionarismo) em relação às mudanças, por exemplo, diminui o potencial democrático daquele contexto.

investigar e perceber que a origem do mal-estar ou aversão em relação à democracia, não é condição de nosso tempo, mas possui raízes muito profundas e antigas que se confundem com a própria noção de democracia.

A publicação da obra *Ódio à Democracia* (2014b) na França em 2005, reflete os acontecimentos que fortaleceram o partido francês de extrema-direita, o Frente Nacional, após os atentados ao Charlie Hebdo e ao Bataclan. Liderado por Le Pen, o partido de extrema direita (Reagrupamento Nacional – RN) culpa os imigrantes pela falta de empregos e pela onda de violência no país. Considerando o Estado islâmico como o inimigo a ser destruído, cria-se uma narrativa xenofóbica e inflexível sobre a “islamização da França”, o que faz a população votar e apoiar um projeto com capacidade de destruir não só este suposto inimigo comum, mas a própria democracia. Rancière (2010) analisa que o eleitorado de direita e de extrema direita francesa se encontrava satisfeito com sua representação e cita Berlusconi (a quem Rancière se refere como populista) como mais um exemplo europeu deste contentamento.

Giorgio Agamben, pensador italiano, também analisa este momento histórico e explica e analisa os fatos que levaram Berlusconi ao poder. Em seu texto *Neste exílio – parte da obra Meios sem fim* (2015) – o autor destaca o caso Tangentopoli, ou a “Operação Mãos Limpas”, que designava a força tarefa de investigações feitas a políticos e instituições italianas, o que teria revelado um grande esquema de corrupção e ilicitudes. Esta operação, que teve a luta contra a corrupção como pauta principal, acabou facilitando a eleição e a permanência de Berlusconi no poder. O autor demonstra que o governo Berlusconi conquista poder em nome de um estado de crise que se instala e que é transformado em palavra de ordem e aparelho de dominação⁴². O uso de um estado de permanente crise, da mesma forma que um estado de emergência ou exceção, é conflitante com a democracia.

E assim como o estado de exceção requer que haja porções sempre mais numerosas de residentes desprovidos de direitos políticos e que, no limite, todos os cidadãos sejam reduzidos a vida nua, do mesmo modo a crise, tornada permanente, exige não apenas que os povos do Terceiro Mundo sejam sempre mais pobres, mas também um percentual crescente de cidadãos das sociedades industriais seja marginalizado e sem trabalho (Agamben, 2015, p. 120).

⁴² Lembramos que em 2016, o então Juiz Sérgio Moro, encarregado pela operação Lava Jato, publica um artigo enaltecendo a operação italiana *Mani Pulite*, evidenciando a inspiração para a instalação da operação no Brasil. Amparado pela mesma pauta anticorrupção, Bolsonaro se elege e, nas palavras dos relatores da pesquisa de Cambridge, “adia o futuro no Brasil”. *Bolsonaro won the presidency on a platform that included support for vigilantism against petty and organised crime, and nostalgia for the country’s former military dictatorship. For Brazil, it seems, the future has been deferred once more.* (p.30) Fonte: Global Satisfaction with Democracy Report 2020 – University of Cambridge.

Os efeitos desta crise artificial tornada permanente alcançam, em especial, a população já carente de direitos e dignidade, que se torna ainda mais pauperizada. É o que confirma um artigo publicado no site da Federação Italiana dos Trabalhadores, em 11 de março de 2005: “Cerca de 11% das famílias vivem em condições de dificuldade. Há um declínio contínuo na renda pessoal, pobreza aumenta e Berlusconi desmonta o Welfare⁴³”. Na França de Sarkozy a proporção de pobres aumentou quase um ponto entre 2006 e 2015, passando de 13,1% da população para 14,2%⁴⁴, o que faz Rancière considerá-lo “mero gestor da ordem capitalista mundial”⁴⁵.

É considerando este estado de coisas que Rancière publica em 2005 a obra *Ódio à Democracia* (2014b). O autor organiza suas reflexões em quatro momentos que tratam dos seguintes temas: o surgimento da democracia; suas peculiaridades em face dos regimes estruturados; a questão da representatividade e do republicanismo e, por fim, as razões atuais do ódio à democracia. Considerando o escopo do nosso trabalho, nos cabe analisar este último ponto com mais atenção.

Retomamos, com Rancière (2014b), o paradoxo inicial: Quanto mais democracia, mais crise. Esta é a percepção que fundamenta o discurso antidemocrático: quanto mais oportunidades de participação ela garantir a cada cidadão – imigrantes, negros, mulheres... – no gozo pleno de sua unicidade, sua diferença, quanto mais pluralismo ela garantir, mais indesejável ela se torna. Ao entender que qualquer cidadão tem o direito de participar do governo da coisa pública, a democracia se mostra perturbadora, desordenada e, em última instância, um problema cuja resolução é difícil demais de se dar, quando não, impossível. Neste sentido, aversão à democracia não está direcionada às instituições democráticas, mas ao sujeito que reivindica o reconhecimento de sua existência e dignidade.

Em suas construções, Rancière (2014b) demonstra que os debates em torno da crise da democracia foram elaborados a partir de uma grande indisposição contra a própria democracia, ancorada no ódio à política e em uma crítica maior e muito antiga sobre a participação do *demos*. Desde a Grécia Antiga, referindo-se especialmente ao pensamento de Platão na obra *A República*, democracia significa a destruição de toda ordem:

⁴³ Tradução livre do texto: *Circa l'11 per cento delle famiglie vive in condizioni di disagio. C'è un calo continuo del reddito personale, aumenta la povertà e Berlusconi smantella il welfare.* https://www.filcams.cgil.it/article/rassegna_stamp/aumenta_la_poverta_e_berlusconi_smantella_il_welfare

⁴⁴ <https://factuel.afp.com/sur-le-chomage-et-la-pauvrete-en-france-les-chiffres-tres-exageres-de-marine-le-pen#:~:text=Ces%20chiffres%20n'emp%C3%A0chent%20pas,population%20%C3%A0%2014%2C2%25>.

⁴⁵ <https://www.mediapart.fr/journal/france/291111/ranciere-sarkozy-nest-quun-gerant-de-lordre-capitaliste-mondial?onglet=full>

A democracia é propriamente a inversão de todas as relações que estruturam a sociedade humana: os governantes parecem governados e os governados, governantes; as mulheres são iguais aos homens; o pai se habitua a tratar o filho de igual para igual; o meteco e o estrangeiro tornam-se iguais ao cidadão; o professor teme e bajula alunos que, de sua parte, zombam dele; os jovens se igualam aos velhos e os velhos imitam os jovens; os próprios animais são livres e os cavalos e os burros, conscientes de sua liberdade e dignidade, atropelam aqueles que não lhes dão passagem na rua. (Platão, in Rancière, 2014b, 50-51)

O que era especialmente escandaloso e confuso na democracia, pelas críticas de Platão, era o fato de que o exercício do poder não dependia de um título herdado ou atribuído pela natureza: A “democracia quer dizer, em primeiro lugar, o seguinte: um ‘governo’ anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar.” (Idem, 2014b, p.57) A escolha por sorteio no *kleroterion* marcava que qualquer indivíduo que estivesse habilitado na teoria para dirigir a coisa pública e o desejasse fazer, ele o poderia fazer na prática. Rancière destaca que diante da impossibilidade e do absurdo de se governar a coisa pública por meio do sorteio ou acaso nas sociedades complexas, uma saída adequada foi a adoção do princípio da representatividade.

Guardadas as devidas distinções em relação à cidadania grega, na contemporaneidade não é qualquer cidadão que pode requerer o direito de governar. Este é um dos motivos pelos quais Rancière denuncia que não estamos vivendo em uma democracia atualmente. Há que se enfrentar os interesses dos que se veem como melhores (aristocratas) e dos mais ricos (oligarcas). O princípio da soberania popular se torna, na atualidade, uma espécie de simulacro da democracia enquanto o que se consolida é a “apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica. [...] Os males de que sofrem nossas “democracias” estão ligados ao apetite insaciável dos oligarcas” (Idem, p.93-94), fator que impacta diretamente no declínio da concessão de direitos e o desmonte do *Welfare State*. O autor destaca a palavra “democracia” entre aspas e, na sequência, explica que “não vivemos em democracias. [...] Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais.” (Ibid, p.94)

As vantagens deste estado de direito oligárquico são reconhecidas pela ilusão de uma soberania popular na forma de garantia de eleições livres, liberdade de imprensa, garantia dos direitos de associação e manifestação, além de proteção contra corrupção. A

desvantagem destas concessões se dá pela criação de uma multidão que não cultiva mais preocupações coletivas, apenas individuais, privadas e egoístas: “em nome de seus caprichos, escolhem nas eleições o candidato que mais lhes agrada, da mesma maneira que escolhem entre os inúmeros tipos de pão que as padarias oferecem.” (*Ibid*, p.96).

Contudo, este individualismo democrático é lido por Rancière como um desejo de que a política seja mais do que mera substituição e revezamento de oligarcas:

Em certo sentido, o novo ódio à democracia é apenas uma das formas da confusão que afeta o termo. Ele duplica a confusão consensual, fazendo da palavra “democracia” um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública para transformá-las em “fenômenos da sociedade”, ao mesmo tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade. Ele mascara a dominação das oligarquias estatais identificando a democracia com uma forma de sociedade e a das oligarquias econômicas assimilando seu império aos apetites dos “indivíduos democráticos”. (*Ibid*, p.117).

A democracia é a condição de possibilidade da política, é o fundamento da coisa pública e não uma forma de Estado ou exercício de um poder partidário. Por ser de natureza contingente e igualitária, a democracia é perturbadora e o ódio a ela direcionado oculta e disfarça a dominação das oligarquias que enxergam as demandas populares como excessivamente perigosas. A igualdade, o respeito às diferenças e a garantia de direitos fazem da democracia uma bandeira de enfrentamento aos oligarcas econômicos munidos de seus títulos de nascimento e riqueza, pelo princípio do “governo de qualquer um”. A partir destes pressupostos, Rancière nos anima a enfrentar o fato de que a democracia, a partir da soma de seus reveses, “tem por que suscitar medo e, portanto, ódio, entre os que estão acostumados a exercer o pensamento. Mas, entre os que sabem partilhar com qualquer um o poder igual da inteligência, pode suscitar, coragem e, portanto, felicidade.” (*Ibid*, p.122).

Ao encerrar seu ensaio com esta afirmação, o autor demonstra a necessidade de esclarecimento do sentido e dos fundamentos da democracia enquanto vida pública, para que o ódio se converta em pensamento, aceitação e garantia de fluidez. Neste sentido, entendemos que não é a democracia que está em crise, mas a estrutura oligárquica que pretende negá-la como forma de se livrar dos obstáculos que impedem à obtenção livre de mais poder e riqueza.

1. 6“Depois do *Demos*” - Fim da democracia ou pós-democracia?

Bauman e Bordoni (2016) sugerem que a cisão entre poder e política explica em partes a crise da democracia contemporânea. Eles utilizam a noção trabalhada por Colin Crouch de "pós-democracia", como marca da ausência de um estado de bem-estar social como sintoma da crise. É o que vamos analisar a partir de agora. O sociólogo inglês Colin Crouch publica a obra *Post Democracy* em 2004 reunindo e analisando as principais mudanças globais ocorridas após a Guerra Fria. Para entender o que este autor entende por pós-democracia, vale destacar sua “parábola democrática”, que evidenciará as aproximações com as noções de crise anteriormente apresentadas.

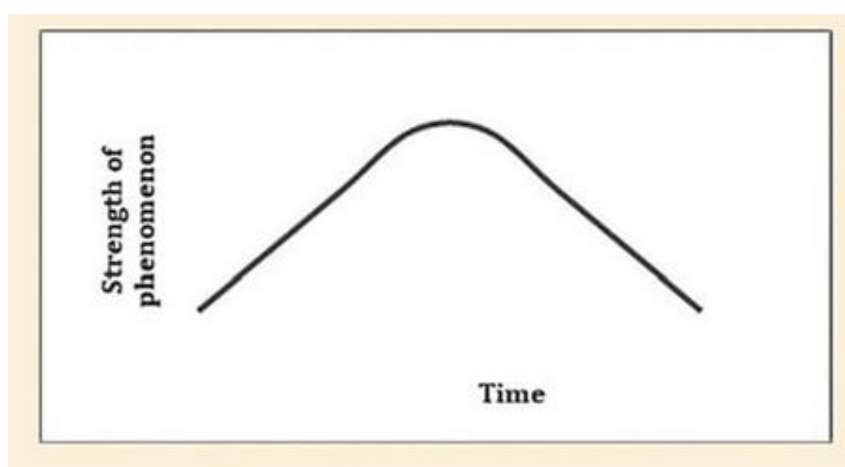


Figura 1. A parábola: do pré ao pós na vida de um fenômeno. (Crouch, 2020, p. 162)

Crouch vê o movimento da democracia refletido em uma parábola que marca temporalmente seu início, ápice e crise/declínio. Segundo ele, as democracias ocidentais, marcadamente aquelas que se fortaleceram em meados do século XX, estão em processo de declínio. “A ideia de ‘pós-’ é muito utilizada hoje em dia: pós-industrial, pós-moderno, pós-liberal, pós-irônico. Isso sugere uma sociedade que sabe onde esteve e o que está deixando de ser, mas que não sabe para onde está indo”⁴⁶. (Crouch, 2020, p.144). Por não serem mais, a rigor, democracias, o autor sugere a adição do prefixo “pós”:

Para sustentar meu argumento de que as mudanças em nossa vida política podem ser descritas como passos em um caminho rumo à pós-democracia, preciso demonstrar duas coisas: primeiro, que houve um período no passado recente em que se poderia dizer que a democracia foi

⁴⁶ Tradução livre do seguinte trecho: “*The idea of ‘post-’ is very frequently used today: post-industrial, post-modern, post-liberal, post-ironic. This suggest a Society that knows where it has been and what it is ceasing to be, but no where it is going.*” (Crouch, 2020, p.144).

forte; e segundo, que houve uma queda desde então. (Crouch, 2020, p.176)⁴⁷.

Este processo tem início no período após duas guerras mundiais, culmina em meados do século XX, quando se dá a ampla participação cidadã na política, surgem movimentos socioeconômicos fortes e autoconscientes, a conquista de muitos direitos sociais pela implantação de um Estado de bem-estar social em vários países, o que ele vê como resultado do diálogo entre o governo e grupos populares – sindicatos e partidos de esquerda. Contudo, a democracia começa a declinar já nos últimos 20/30 últimos anos do século XX tendo como motivadora a crise do petróleo na década de 1970 e a ascensão da economia neoliberal, responsável pelo desmonte do Estado de bem-estar social (Crouch, 2020, p. 153). A partir deste momento, se instala a crise do sistema de governança centrado no cidadão. As elites, representadas por uma classe de políticos profissionais, desviam as pautas econômicas para seus próprios interesses e, conseqüentemente, abandonam as pautas sociais e igualitárias:

não percebemos que a democracia se enfraqueceu, porque suas instituições e hábitos permanecem; mas a verdadeira energia do sistema político passou para as mãos de pequenas elites de políticos e dos ricos corporativos, que cada vez mais garantem que a política responda a seus desejos (Crouch, 2020, p.167)⁴⁸.

Por este motivo, podemos afirmar que, pela lógica da “parábola democrática” de Crouch, não vivemos mais uma democracia plena, uma vez que a intervenção da população nas decisões coletivas é cada vez menor em relação a meados do século XX. Podemos analisar a crise da democracia brasileira pela mesma parábola, contudo, em nosso caso, as datas e eventos seriam outros.

⁴⁷ Tradução livre do seguinte trecho: *“To sustain my argument that changes in our political life can be described as steps on a road towards post-democracy, I need to demonstrate two things: first, that there was a period in the recent past when democracy could be said to have been strong; and second, that there has been a falling away since.”* (Crouch, 2020, p.176).

⁴⁸ Tradução livre do seguinte trecho: *“we do not notice that democracy has weakened, because its institutions and habits remain; but the real energy of the political system has passed into the hands of small elites of politicians and the corporate rich, who increasingly ensure that politics responds to their wishes”* (Crouch, 2020, p.167).

1.6.1 Democracia ou oclocracia? O papel da irracionalidade.

Em continuidade à reflexão sobre o fim ou a pós democracia, lembramos das teorias clássicas que explicam a degeneração das formas de governo. Na obra *Teoria das formas de governo* (1981) Norberto Bobbio discorre sobre as distintas e mais adequadas formas de governo para modernidade a partir da retomada de pensadores clássicos, como é o caso de Platão, Aristóteles, o historiador grego Políbio, entre outros. O que é interessante para nossa discussão é a descrição que Bobbio faz sobre as formas de governo fundamentais ditas por Políbio, que por sua vez pretendia explicar a hegemonia do Império Romano a partir de uma classificação das formas de governo e suas possíveis deformações. Destas, três seriam boas: monarquia; aristocracia e democracia, e três seriam más: tirania, oligarquia e oclocracia. Nos interessa aqui particularmente as análises de Bobbio sobre esta última forma:.

Oclos, que significa multidão, massa, plebe, e corresponde bem ao nosso "governo de massa" ou "das massas", quando o termo "massa" (que é bivalente) é empregado como significado pejorativo que lhe é dado pelos escritores reacionários (em expressões como "a rebelião das massas", "sociedade de massa", etc.). (Bobbio 1981, p. 67)

Assim como a tirania refere-se a uma forma degenerada da monarquia, a oligarquia da aristocracia, a oclocracia é uma forma de degeneração da democracia. É um poder que nasce sendo legítimo, representado pelas maiorias, porém logo é transformado por um grupo irracional, ambicioso, rancoroso, ignorante e arrogante. A oclocracia, seria assim, a forma de governo corrompida no qual sujeitos operam a partir de uma animalidade, violências e apropriações podem acontecer tendo em vista a satisfação de seus interesses particulares. Políbio explica que a animalidade humana diz respeito ao modo de ser mais irracional da humanidade, e por isso que a oclocracia seria uma forma de governo marcada pela ingovernabilidade, já que a governabilidade não prescinde de lógica e racionalidade.

Bovero, igualmente, (2002) destaca que, nas análises de Políbio, a democracia começa a se degenerar pelas mãos dos netos de seus fundadores. O autor estima que, em nosso tempo, o auge da democracia duraria algo em torno de cinquenta anos. No fim da linha descendente que Crouch nomeia de *pós democracia*, Bovero enxerga a oclocracia.

A última mudança em relação ao pior “será atribuída ao povo, que de um lado protesta por ter sofrido danos pela injustiça de alguns, de outro é enganado e está envaidecido pelas adulações daqueles que têm sede de poder”. Quando então a mudança se cumprir, “o regime assumirá o mais

belo dos nomes, falar-se-á de liberdade e de democracia, mas será péssima a realidade da oclocracia”. (Bovero, 2002, p.137)

Jesús Padilla Gálvez, pesquisador da Universidade Castilla-La Mancha, em seu trabalho *Democracy in Times of Ochlocracy* afirma que o fenômeno da oclocracia, que foi descrito e interpretado como “regra da turba” (multidão em desordem e potencialmente violenta) é, na verdade, o efeito de um processo engendrado por um grupo de pessoas que representam a fonte de poder, o que ele chama de atores institucionais. Estes, elaboram estratégias que gradativamente comprometem os processos democráticos. As principais características seriam a *húbris* e a desconstitucionalização, o que entenderemos a seguir.

A primeira característica da oclocracia apontada por Políbio de acordo com Gálvez é uma forma específica de violência chamada *hybreos* ou *húbris*, que denota uma postura de alguém que está passando dos limites, agindo de forma ofensiva e desrespeitosa, neste caso, em relação aos seus oponentes políticos. Na Grécia antiga, *húbris* se referia a uma humilhação, não como vingança por algo que se cometeu, mas meramente motivado por um desprezo e descaso do agressor que enxerga na calúnia do seu oponente, uma oportunidade para se fortalecer. Quando a *húbris* surge no cenário político, então temos fortes indícios de que os valores fundamentais da democracia correm sério risco. Padilla Gálvez (2017) infere que atualmente, a *húbris* encontra-se associada às pessoas que se sentem em posição superior, arrogantes e com inclinação para o excesso de confiança⁴⁹. Ao lado da *húbris*, outro forte indício de que há oclocracia é a degradação das constituições. Quando a democracia cede diante do abuso da liberdade e do desrespeito à lei, esta seria a marca da fase final da oclocracia e do próprio ciclo das constituições. Todorov (2012) tece o seguinte comentário:

Aquilo que os antigos gregos denominavam *húbris*, ou descomedimento, era considerado como a pior falha da ação humana: uma vontade ébria de si mesma, um orgulho que persuade quem o sente de que para ele tudo é possível. Seu contrário é considerado como a virtude política por excelência: a moderação, a temperança. (Todorov 2012, p.12)

Todorov (2012) demonstra a grande incidência do que os antigos gregos chamavam de *húbris* entre chefes de Estado que desencadearam guerras. Como exemplos, ele cita George Bush e Tony Blair (p.50), que não foram sequer capazes de expressar pesar pela

⁴⁹ Na mitologia grega, a *húbris* era associada a Ícaro e seu voo irresponsável perto do sol com suas asas de cera.

guerra, pelo contrário, demonstravam convicção de que suas ações promoveriam o bem comum. Em nome dos valores democráticos e da garantia dos Direitos Humanos, os Estados Unidos e alguns países europeus usaram a força para submeter populações estrangeiras.

Pela análise destes e de outros contextos e pela experiência pessoal de ter crescido em um regime totalitário, Todorov considera que a maior ameaça à democracia é a própria democracia. Seus inimigos são internos ou, como preferiu nomear no título de sua obra, são *íntimos*, isto é, fazem parte do corpo que constitui o ideal democrático; a saber, a soberania, a liberdade e o progresso. As “ameaças internas à democracia [são] provenientes de seus elementos constitutivos – progresso, liberdade, povo” (p.13). Estes princípios não constituem perigos em si, contudo, pelo descomedimento dos governantes (*húbris*) eles podem se descolar da relação uns com os outros e se degenerar em ameaças: “populismo, ultraliberalismo e messianismo”. No tópico intitulado *o inimigo em nós*, ele descreve assim:

A democracia está doente de seu descomedimento: a liberdade torna-se tirania, o povo se transforma em massa manipulável, o desejo de promover o progresso se converte em espírito de cruzada. A economia, o Estado e o direito deixam de ser meios destinados ao florescimento de todos e a participam agora de um processo de desumanização. Em certos dias, esse processo me parece irreversível (*Idem*, p.166).

Vamos degenerar para a Oclocracia?

As mutações atuais da democracia não resultam de um complô nem de uma intenção maligna, e por isso são difíceis de frear. Elas provêm de uma evolução das mentalidades, por sua vez ligada a uma série de mudanças múltiplas, anônimas, subterrâneas, que vão da tecnologia à demografia, passando pela geopolítica. A promoção do indivíduo, a autonomização da economia, o mercantilismo da sociedade, não podem ser suprimidos por um decreto da Assembleia Nacional nem pela tomada de uma nova Bastilha. A experiência dos regimes totalitários aí está para lembrar-nos que, quando ignora essas grandes linhas de força históricas, o homem se dirige inevitavelmente para a catástrofe. (Todorov, 2012, p.168)

Tomando muitos cuidados em relação a possíveis anacronismos, é possível olhar e fazer uma breve análise da recente história política do Brasil e estabelecer alguns paralelos com a descrição do historiador grego segundo Gálvez (2017). Uma das prerrogativas tratadas por Políbio era de que um movimento oclocrático é definido por sua capacidade de manipular instituições governamentais. Padilla Gálvez (2017) afirma que, na atualidade, esta manipulação acontece por meio do crime organizado. Não é por coincidência que hoje testemunhamos não só a relação explícita de políticos brasileiros com milícias, mas a

presença de milícias no poder. As semelhanças entre a descrição da oclocracia e do governo Bolsonaro não param por aí. Os apoiadores do governo oclocrático são massas compostas de pessoas que foram negligenciadas em outros tempos e, como nunca foram socialmente ativos, são incapazes de conceber os interesses de grupos externos, muito menos de considerar esses interesses no bojo de seu “projeto” político. O governo começa então a administrar apenas para agradar seus apoiadores transformando-os em seguidores fiéis que se sentem protegidos em relação aos inimigos inventados. Encontramos no artigo de André Vargas escrito para revista IstoÉ em 11/12/2019 *Grotescos no poder*, as seguintes considerações:

“desde o princípio do governo de Jair Bolsonaro, os brasileiros – e o mundo – assistem a um aparelhamento ideológico descontrolado tanto do núcleo como nas periferias do poder. A República foi tomada por algumas figuras lunáticas que se dedicam a pregações apocalípticas e insanas (...) toda semana, os noticiários e as redes sociais são inundadas por diferentes declarações, iniciativas e críticas desrespeitosas contra negros, mulheres, indígenas, gays, estudantes, pesquisadores, ambientalistas e artistas. As afirmações mais pesadas costumam recair sobre o conjunto de brasileiros pobres e indefesos”.

Assim como André Vargas, há muitos jornalistas e pesquisadores que registram e publicam todos os dias as atrocidades proferidas e cometidas por aquele que ocupa a presidência e sua equipe⁵⁰. É um comportamento de tal modo ubuesco⁵¹, que torna o acompanhamento diário dos jornais uma tarefa árdua que desafia a lucidez e a esperança da população que vive em contextos assim. A quantidade enorme de pessoas que se recusa a reconhecer os fatos em um tempo em que as informações corretas estão tão disponíveis quanto as falsas, nos faz pensar que os tentáculos da crise instalada alcançam os campos da razão e da moral. O comportamento irracional e violento das massas contemporâneas

⁵⁰ Tanto o estudo de Bruno Paes Manso sobre o desprezo do governo atual em relação às leis e sua clara ligação com as milícias, bem como as análises teóricas de Padilla Gálvez sobre o crime organizado e a presença da húbris aparecem como indícios muito fortes dos perigos que enfrenta nosso já precário estado democrático.

⁵¹ A expressão poder ubuesco é de Michel Foucault e está presente nas duas primeiras aulas que integram a obra *Os Anormais* (Curso no Collège de France 1974-1975). O autor traz à tona o personagem de Jarry Pai Ubu que logo se torna Rei Ubu. Daí, a criação do adjetivo ubuesco que faz relação com o grotesco, quando é empregado para caracterizar uma nova categoria de poder: o poder ubuesco. O Rei Ubu é caracterizado como um ser cômico truculento, ou seja, um bufão que faz rir por conta do ridículo, situação percebida em muitos momentos da peça. Em uma delas ele aparece portando uma escova de limpar privadas como se fosse um cetro e grita: “E vocês logo vão gritar viva o Pai Ubu!”. Uma análise interessante sobre o poder ubuesco e a crise ambiental foi publicada pela Revista Eletrônica do Mestrado Ambiental da FURGS sob o título: *Crise Ambiental e a “mentira inventada pelos chineses”*: problematizações foucaultianas sobre o poder ubuesco. Escrito por Isabel Cristina Dalmoro e Suelen Assunção Santos. Ainda sobre o poder ubuesco ver o artigo de Eduardo Rezende de Melo e Flávia Schilling: *A infância e o (in)dizível: poder ubuesco, resistência e a possibilidade da justiça*. *Childhood & philosophy*, rio de janeiro, v. 23, fev. 2021, pp. 01 – 27.

em vários países é mais um sinal da degeneração da democracia, ao menos é sinal de uma nova mutação de sentido. É o que nos apresenta Rancière quando discute sobre o declínio ou crise da racionalidade a partir do comportamento dos seguidores de Trump.

A lógica subjacente às teorias conspiratórias e negacionistas não é exclusividade de mentes simplórias ou cérebros perturbados. Suas formas extremas comprovam a parcela de irracionalidade e superstição presente no coração de nossas sociedades, com sua forma dominante de racionalidade, e nas formas de pensamento que interpretam como tudo isso funciona. A possibilidade de negar tudo não é o tipo de “relativismo” enfrentado por mentes sérias, que veem a si mesmas como guardiãs da universalidade racional. É uma perversão inscrita na própria estrutura de nossa razão (Rancière, 2021⁵²).

É esta a linha de interpretação que vamos seguir para dar continuidade aos nossos estudos sobre a crise da democracia. Rancière nos mostra que há, em nossas sociedades ditas racionais, uma “parcela de irracionalidade” agindo, interferindo e modificando os fluxos democráticos. Para ele, não se refere à estupidez, mas a uma tentativa pública que estas pessoas fazem de demonstrar suas inteligências. Tentativa esta que, por denotar uma perversão que se inscreve na estrutura da nossa razão, precisa ser investigada de forma ampla e multidisciplinar⁵³. O que lemos a partir do que Rancière nos traz aqui é o surgimento de um novo fator que impulsiona a crise – as massas ignorantes e hostis, produzidas por um sistema de afetos acionados via redes de comunicação.

a negação obstinada não é marca de mentes atrasadas, mas uma variante da racionalidade dominante, a cultura do ódio não é produto de camadas sociais desprivilegiadas, mas do funcionamento de nossas instituições. É uma forma de 'forjar gente', uma forma de criar um povo que pertence à lógica da desigualdade (*Idem*)

Nos resta aqui atualizar a pergunta que Adorno e Horkheimer (1985) fizeram em 1947 na obra *Dialética do Esclarecimento* perguntar: Se vivemos em tempos de razão, não seria lógico pensar que onde há razão, há paz? Se o esclarecimento deveria levar a humanidade para o estado de maioridade, por que o nazismo teve tanto apoio popular? Como podem povos que se julgam racionais, lúcidos, iluminados (regidos pela razão iluminista) e civilizados cometerem genocídios? Como entregamos tão rapidamente nossa frágil e recente democracia nas mãos de seus algozes? Que tipo de dispositivo, de afeto ou de condição existencial permite que tantos sujeitos acreditem, apoiem e votem

⁵² O texto *Os Tolos e os Sábios* foi publicado no blog da Verso books em 22/01/2021. Disponível em <https://www.versobooks.com/blogs/4980-the-fools-and-the-wise> Acesso 19/02/2023.

⁵³ Vamos verificar algumas destas possibilidades analíticas no próximo capítulo desta tese.

incondicionalmente no poder ubuesco? Rancière (2011) teria razão quando afirma que o tempo da emancipação já passou?

1.7 A desinformação e os discursos autoritários – a democracia ameaçada

Encontramos na obra *Como as democracias morrem*, de Levitsky e Ziblatt (2018), uma interessante análise do panorama de ascensão de líderes populistas com tendências ao autoritarismo na contemporaneidade. Compreender a lógica dos discursos autoritários é uma forma eficiente de verificar, isolar e comparar os elementos autoritários que são apresentados como se fossem democráticos.

Os autores inferem que os meios pelos quais um líder populista alcança o poder e incita sua escalada autoritária são muito semelhantes, mesmo em países diferentes. O processo se inicia quando algum político considerado *outsider* faz uso da comunicação política para desqualificar os políticos tradicionais e criticar as instituições democráticas. Ele anuncia ser o único com condições de tirar o povo de uma determinada situação relacionada a algum tipo de mal.

Como manter políticos com este perfil fora do governo? Com suporte teórico de Linz (1978), Levitsky e Ziblat demonstram que os partidos políticos têm uma função importantíssima, já que os autoritários não chegam ao poder sozinhos. As portas do governo são abertas para ele por um *establishment* que pretende usar estrategicamente aquele perfil para somar forças e/ou vencer alguma pauta sob a presunção que poderão controlá-lo ou descartá-lo. Em uma palestra feita por Levitsky na Fundação FHC em 08 de agosto de 2018, o autor apresenta alguns exemplos históricos deste uso: Na Itália, na década de 20, se buscou explorar politicamente a adesão das massas pelo fascismo, o que levou à normalização e legitimação do partido fascista. Na Alemanha, se forma uma aliança política com Hitler no intuito de conseguir apoio eleitoral e salvar a base conservadora que estava em declínio. Sua nomeação como chanceler é antecedida pela suposição de que ele poderia ser controlado. O autor finaliza demonstrando como na Venezuela, o presidente

Rafael Caldera não reconhece como problemática a tentativa de golpe de Chavez em 1992 e o libera da prisão, entendendo que ele desapareceria do cenário político⁵⁴.

O argumento trabalhado na obra é o de que, após a guerra fria, as democracias não mais perecem por meio de grandes golpes com tanques de guerra ou militares suspendendo a constituição da noite para o dia. O ocaso da democracia tem ocorrido por vias muito mais sutis: os governos autoritários usam as urnas eleitorais para alcance e consolidação do poder e, quando eleitos, manipulam as instituições de modo que a população pode não se dar conta do processo de deterioração democrática. Os autores demonstram que essa preocupação já estava presente no pensamento dos fundadores da democracia americana:

Alexander Hamilton se preocupava com a possibilidade de que uma presidência eleita pelo voto popular pudesse ser muito facilmente capturada por aqueles que jogassem com o medo e a ignorância para ganhar as eleições e, depois, governar como tiranos. (Levitsky e Ziblat, 2018, p. 50)

A tarefa de defesa da democracia consistiria, portanto, em identificar um possível perfil autoritário de um candidato a cargo político e evitar ao máximo que ele seja eleito, uma vez que não é possível evitar que ele se candidate. Contudo, se for eleito, ele não deve participar de coligações, tampouco ocupar cargos de poder, devem permanecer isolados. A chegada ao poder por meio de um pleito legítimo de um líder autoritário confirma o que Paulo Sérgio Pinheiro nomeou em seu artigo *Autoritarismo e Transição* de “autoritarismo socialmente existente” (Pinheiro, 1991, p. 55), isto é, o poder autoritário que se exerce também nos governos civis eleitos, em períodos considerados democráticos, como um *continuum* implantado pelas classes dominantes e que passou a caracterizar a sociedade brasileira. A apresentação das características do discurso autoritário a seguir pode ser lida como uma espécie de teste de autoritarismo e pode servir como parâmetro para analisar perfis políticos atuantes no cenário político por meio de seus discursos:

Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário:

1. Rejeição das regras democráticas do jogo

Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-la? Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos? Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais

⁵⁴ A palestra encontra-se integralmente no seguinte link: <https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky> Acesso em 18/09/2022.

como golpes (ou compromisso débil com elas) militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo? Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?

2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos

Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente? Afirmando que seus rivais constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante? Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política? Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?

3. Tolerância ou encorajamento à violência

Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita? Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes? Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica? Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?

4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia
Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas? Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia? Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo? (Levitsky e Ziblato, 2018, p. 32-33)

No caso de haver um político que cumpra ao menos um destes critérios, ele já deve ser observado e suas ações, acompanhadas com cautela⁵⁵. Para combater e preservar a democracia, os autores defendem a presença e atuação de frentes democráticas, isto é, aliança entre partidos democratas devem fazer frente ao autoritarismo e segue descrevendo uma série de exemplos históricos bem-sucedidos de enfrentamento ao autoritarismo.

Contudo, esse posicionamento não é o mesmo do sociólogo Juan Linz, principal fonte utilizada e citada por Ziblato e Levitsky para a elaboração do teste de discurso

⁵⁵ Outro teste bastante conhecido deste campo é o da personalidade autoritária realizado por Theodor Adorno e a criação, na década de cinquenta, da escala F (Adorno, 2019). O autor esclarece que o sujeito de personalidade autoritária demonstra rigidez cognitiva e defensiva, falta de adesão a novos conceitos e apego a esquemas categóricos rígidos. São de comportamento intolerante, não suportam ou não compreendem a ambiguidade ou a heterogeneidade de valores ou crenças e são irredutíveis quanto ao que julgam ser desvios de dogma religioso ou político. Personalidades não autoritárias demonstram traços cognitivos diametralmente opostos.

autoritário. A obra *The Breakdown of Democratic Regimes* (Linz, 1978) oferece uma descrição de como os regimes democráticos perdem a legitimidade e declinam, também como podem se recuperar ou reequilibrar. Uma análise da obra revelou que Linz sugere, no capítulo quinto intitulado *The Process of Reequilibration* que, nos casos de vitória do autoritarismo, uma última saída seria reestabelecer a democracia à revelia da constituição:

A ruptura seguida pelo reequilíbrio da democracia pode ser efetivada por meios anti ou aconstitucionais, pela interferência nos processos democráticos normais de um ator político (como um líder carismático) cuja legitimação inicial, portanto, pode ser acompanhada por uma disjunção [...] entre "legalidade" e "legitimidade". O novo regime pode ser estabelecido ilegalmente, mas deve ser legitimado pelo processo democrático posteriormente e, acima de tudo, deve operar em seguida de acordo com regras democráticas (LINZ, 1978, p.87. Tradução livre).⁵⁶

Linz considera legítimo fazer frente ao autoritarismo usando provisoriamente estratégias antidemocráticas, até que se reestabeleça a legitimidade da democracia. Já Levitsky, no capítulo nove intitulado *Salvando a democracia* declara que “a ideia de que os democratas deviam lutar como os republicanos é equivocada. [...] a evidência oriunda de outros países sugere que essa estratégia beneficia diretamente o jogo dos autoritários” (Levitsky e Ziblat, 2018, p. 240).

Levitsky e Ziblat trazem alguns exemplos da forma como o termo *Fake News* foi sequestrado pelo discurso autoritário. Analisando falas de Donald Trump, os autores destacam as inúmeras acusações que o ex-presidente tecia contra agências de comunicação como o *New York Times*, o *Washington Post* e a CNN. Ele as considerava veículos de disseminação de *Fake News* contra seu governo e as tratava como “inimigas do povo americano” (2018, p.203). Os autores destacam que o discurso contra a imprensa é recorrente em outros governos autoritários, como o de Stálin, Mao e de Rafael Correa. No Brasil não é diferente. Em documento apresentado para a organização da Cúpula da Democracia⁵⁷, o presidente Bolsonaro acusa a imprensa tradicional de espalhar *Fake News* contra seu governo e o Supremo Tribunal Federal de censurar e perseguir manifestações

⁵⁶ Texto original: *Breakdown followed by reequilibration of democracy can be effectby anti or aconstitucional means, by the interference in the normal democratic processes of a political actor (like a charismatic leader) whose initial legitimation, therefore, might be accompanied by a disjunction between what the German political scientist of the twenties called "legality" and "legitimacy". The new regime might be established illegally, but it must be legitimated by the democratic process afterward, and above all, it must operate thereafter according to democratic rules.* (LINZ, 1978, p.87)

⁵⁷ O encontro da Cúpula da Democracia ocorreu em Washington nos dias 09 e 10 de dezembro de 2021. A reportagem completa encontra-se no link <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/bolsonaro-acusa-midia-tradicional-de-fake-news-em-documento-para-cupula-da-democracia-de-biden.shtml> Acesso em 01/10/2022.

conservadoras punindo essas manifestações com prisões (como no caso do blogueiro Allan dos Santos) e com cassação de mandato (como no caso do deputado estadual Fernando Francischini⁵⁸).

Bolsonaro acusa o STF de desrespeitar a democracia por tolher a liberdade de expressão de indivíduos que se pronunciam publicamente e influenciam comportamentos negacionistas da ciência e contra a saúde pública, em uma clara distorção do sentido de democracia. Não é difícil relacionar essa acusação com o segundo indicador de autoritarismo apresentado por Levitsky e Ziblat: “Negação da legitimidade dos oponentes políticos”, mais especificamente o tópico onde os autoritários “descrevem seus rivais como [...] opostos à ordem constitucional existente.” (2018, p. 32-33). Nos perguntamos: quando Levitsky e Ziblat, Trump e Bolsonaro se referem às *Fake News*, eles estão todos apontando para o mesmo fenômeno?

A noção radical de crise refere-se a um fenômeno que constitui a natureza dos sistemas e geram sua renovação pela intensificação das relações de troca e complementaridade entre os elementos distintos e singulares que o compõem. Morin (1979) nos ensina que, quanto mais complexo é o sistema, mais complexas são essas relações que podemos ler sob a chave do conflito ou antagonismo. Paradoxalmente, a supressão do antagonismo ou do atrito não faz com que um sistema seja harmônico, mas pode fazer com que ele desapareça. O consenso não faz mais do que gerar silenciamentos e invisibilizar demandas coletivas. A presença e o reconhecimento do antagonismo como dimensão essencial da democracia não é marca de sua degeneração, mas condição que, convertida em agonismo, pode preservar a democracia. A democracia é o lugar do dissenso.

Dito isto, nos resta a percepção de que a atual discussão sobre uma crise da democracia não se sustenta, uma vez que o que temos não é, em rigor, uma crise, da mesma forma que nossa organização política não é (radicalmente) democrática. Há décadas nos vemos envoltos em um discurso de crise e, no entanto, as medidas de governo que deveriam amparar aqueles que mais necessitam, os mais suscetíveis aos efeitos da suposta crise, passam longe de serem efetivas. O que se inscreve sob o nome de crise é um conjunto de estratégias da oligarquia que desejam passar uma ideia de caos e ingovernabilidade para legitimar transgressões fiscais e a supressão de direitos fundamentais para milhões de brasileiros.

⁵⁸ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/07/bolsonaro-repete-em-evento-oficial-fake-news-que-levaram-a-cassacao-de-deputado-aliado.ghtml>

No desenvolvimento de nosso trabalho, as marcas da degeneração da democracia aparecem ligadas ao conceito de oclocracia entendido principalmente como a mobilização, o fomento e a organização de massas ignorantes – ou turbas – que, longe de serem ingênuas ou manipuladas pela desordem informacional, são raivosas, perversas (Rancière, 2021) e trabalham forte e explicitamente contra a democracia. No próximo capítulo, direcionamos nosso foco para elucidar estes aspectos. Acreditamos que a ignorância é um dos fatores que geram e sustentam a crise da democracia. Não a ignorância humilde de quem sabe que não sabe e está disposto a aprender, mas a ignorância associada a outros afetos, como o ódio, arrogância e a violência. Estas massas são vítimas da produção social da ignorância? São resultado de um tipo de governo marcado pela dominação carismática tomado pela *húbris*?

Capítulo 2: Desordem informacional

O uso da comunicação política como estratégia de poder

Se entendemos o estado de crise como um fenômeno intencional, estrategicamente pensado e instalado de modo a afetar diretamente as compreensões comuns de democracia, cabe-nos problematizar a natureza dos instrumentos sociais utilizados para essa instalação: a saber, a produção da ignorância.

Uma das vertentes bastante citadas da crise da democracia atual está nesta questão da *misinformation*, que afeta a possibilidade de tomada de decisão e a participação na política, assim como o segredo e a mentira.

A desinformação tem sido um tópico frequente nos últimos anos. O fenômeno foi particularmente atribuído à eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil, o que coloca em xeque a saúde da democracia nestes contextos. Como afirmar que um eleitor foi capaz de escolher estes candidatos nas urnas, se os seus canais de comunicação estavam inundados por informações falsas produzidas intencionalmente para gerar na população afetos negativos em relação aos seus oponentes? Uma série de publicações sobre a *pós-verdade* trata a desinformação como algo novo, surgido na era digital. No entanto, este capítulo demonstra que o que se entende por *Fake News* deve ser visto como parte de um *continuum* com formas de comunicação política muito anteriores ao século XX e a chegada da internet.

Segundo a dupla de pesquisadores Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017), a expressão *Fake News*, traduzida como notícia falsa, é insuficiente para exprimir a complexidade deste fenômeno que abrange todo um cenário informacional marcado pelo truque ou falseamento. Desinformação – ou desordem informacional – seria um termo mais adequado na contemporaneidade para expressar um padrão que apresentam como sendo disfuncional na comunicação política atual. Não são apenas mentiras, mas o uso de conteúdos ambíguos ou enganosos, de manchetes que não confirmam o conteúdo, uso de informações corretas fora de contexto, até mesmo uso de mentiras deliberadas disfarçadas de notícias confiáveis. No ano de 2018, a palavra “misinformation” foi eleita como palavra do ano pela plataforma Dictionary.com, que afirmou publicamente que este fenômeno não é aleatório ou mero fruto de um mal-entendido ingênuo, mas é produzido com a intenção de desinformar. Ou seja, a desinformação não é meramente um problema comunicacional,

mas político e sociológico que se agrava com o advento tecnológico e traz severas complicações para a vida democrática.

A digitalização da política é intensificada pelo fenômeno da plataformização, isto é, de uma nova forma de organização humana e social em torno das cinco principais plataformas digitais: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. Setores como a comunicação/jornalismo, a educação, a saúde, o comércio e o transporte, por exemplo, passam a ser estruturados pela dataficação e triagens algorítmicas destas plataformas. Socialmente, a plataformização da internet se expressa e, ao mesmo tempo, se desdobra na formação de inúmeros platôs ou bolhas algorítmicas de coerência e adesão ideológica de um público, que se constitui como principal alvo de interesse do populismo digital.

Buscamos alguns termos técnicos para caracterizar o distúrbio informacional nas redes e encontramos a sigla DATTI, que se refere a “Desinformação Adversarial, Táticas e Técnicas de Influência”⁵⁹ (do inglês AMIT - *Adversarial Misinformation and Influence Tactics and Techniques*), que exprime a desinformação sob a forma de ciberataques; e a expressão “comportamento inautêntico coordenado” (do inglês, CIB – *Coordinated Inauthentic Behavior*) que designa o uso de perfis falsos multiplicados com o objetivo de aumentar a audiência e o engajamento do público, sob o comando de uma rede descentralizada e capilarizada, o que dificulta a identificação de autoria e a consequente responsabilização⁶⁰.

Muitos pensadores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento se dedicaram à compreensão deste fenômeno nomeado de outras formas. Por isso, este capítulo quer explorar alguns contextos de onde se evidencia a ação da comunicação política (propaganda) como instrumento da produção social da ignorância, no nazismo a partir da década de trinta analisado por Hannah Arendt (2016), no ressurgimento dos novos extremismos de direita na Europa na década de sessenta analisado por Adorno (1967), e em tempos de cibernética, considerando especialmente a pesquisa de campo feita pela antropóloga Letícia Cesarino no pleito de 2018.

⁵⁹ <https://itsrio.org/pt/artigos/novo-tipo-de-ataque-digital-mira-eleicoes/>

⁶⁰ Vale lembrar que no dia 06 de setembro de 2021, o Presidente Bolsonaro edita uma medida provisória (MP 1.068) que impede as plataformas digitais (Twitter, Facebook e Google) de atuarem como moderadoras de conteúdos publicados por usuários. A MP foi rejeitada pelo Senado e pelo Supremo Tribunal Federal logo depois.

Faremos agora uma breve apresentação dos principais pontos levantados por estes autores, e em seguida, a apresentação de um exemplo histórico de comunicação política marcada pela manipulação.

Hannah Arendt (2016), filósofa política, ajuíza que a verdade deveria corresponder a um padrão moral que alcança tanto as dimensões da vida pública quanto da própria história. No texto *Verdade e Política* (2016, p.101), ela se refere ao compromisso assumido por Heródoto – *Légein tá eónta* – de dizer somente aquilo que é verdadeiro, o pacto de fidedignidade com a verdade e a história, e problematiza o contraste entre a ética pessoal e a ética da responsabilidade pública. O estudo deste texto nos faz perguntar sobre os (des)caminhos seguidos por uma sociedade que abandona esse pressuposto da facticidade. O que acontece com a vida pública nos contextos em que não há zelo pela verdade? Quais são as implicações políticas da mentira? Pode haver democracia quando os ditos “portadores da verdade” são financiados por partidos que disseminam mentiras deliberadas? No texto *A propaganda totalitária*, Arendt faz uma conexão entre a propaganda nazista e os princípios da publicidade norte americana, aproximando estes dois contextos, o político e o mercado, pela via da manipulação da verdade.

O mesmo expediente técnico da propaganda totalitarista foi analisado, pesquisado, atualizado e anunciado por Theodor Adorno (1967) no discurso “Aspectos do novo radicalismo de direita”, proferido aos estudantes da Universidade de Viena. A novidade nestes extremismos, segundo ele, é o refinamento das estratégias de manipulação, agora adaptadas a um novo cenário onde há leis antissemitas e antinazistas. Os novos movimentos não necessariamente se valem da invenção de mentiras deliberadas, como afirmava Hannah Arendt em referência ao contexto da Segunda Guerra Mundial; mas se valem de verdades fora de contexto, distorcem e instalam dúvidas sobre a interpretação que se faz delas, além de se nomearem democráticos, por exemplo.

Finalmente, analisamos as publicações da antropóloga Letícia Cesarino (2019, 2020 e 2021), como resultado de pesquisa direta realizada em campos digitais de comunicação política da extrema direita no pleito de 2018. As estratégias identificadas por ela podem ser vistas ora como repetição, ora como atualização das estratégias mapeadas nos outros contextos, o que nos faz pensar que a digitalização da política não foi a única responsável pelo surgimento da desordem informacional no século XXI. O que há de novo, em tempos de cibernética, é que a comunicação política se digitaliza e é mediada por mecanismos de busca, *cookies*, pelas mídias sociais distribuídas e organizadas por platôs algorítmicos que

impedem a circulação de conteúdos díspares e perspectivas outras. Enquanto as plataformas radiofônicas transmitem para muitos ouvintes o discurso do líder, a digitalização da política permite a disseminação de um sem-número de discursos traduzidos, reinterpretados e repetidos. Este conteúdo polissêmico é marcado pela técnica da *bricolagem*, isto é, apresenta áudios e vídeos montados, cortados e colados respeitando não a realidade e a verdade factual, mas a semelhança e coerência com o discurso do líder.

É deste modo – via produção da ignorância – que a desinformação assume um papel de destaque em um mapa geral das crises da democracia, não como uma surpresa ou novidade dentro do jogo político, mas como fenômeno decorrente de um jogo de forças que já operava há muito. Vale destacar que nosso desígnio neste capítulo não é a construção de uma linha do tempo detalhando e enumerando os contextos, mas ilustrar a extensão do fenômeno da desinformação associada à comunicação política estratégica, bem como evidenciar as respectivas implicações políticas. Não seria preciso muito esforço para rapidamente evocar outras situações históricas semelhantes, marcadas pela propaganda como um instrumento, em maior ou menor grau, da produção social da ignorância. Entendemos que, de qualquer maneira, sendo a ignorância socialmente construída ou um mero subproduto de um processo social, ainda assim precisa ser tomada seriamente como objeto de estudo, uma vez que ela já não representa mais uma ameaça, e sim uma fratura exposta na estrutura dos processos democráticos.

O caso de Octávio Augusto - À guisa de exemplo

A produção social da ignorância foi sistematizada como um saber apenas no último século, porém, as estratégias de comunicação política que visam produzir ignorâncias e manipular a opinião pública são muito anteriores. Octávio Augusto é um exemplo da atual da importância desta discussão, uma vez que leva muitos autores contemporâneos a buscarem na antiguidade e outros tempos históricos exemplos de práticas atuais.

Encontramos na Roma antiga elementos que podem ser caracterizados como propaganda política que visava produzir e sustentar o poder monárquico de Otávio Augusto. Em um tempo em que não havia imprensa, televisão, rádio e internet, como isso seria possível? A obra *Imagem e Poder. Considerações sobre a representação de Otávio*

Augusto (2011) de Paulo Martins, demonstra como a comunicação social na antiguidade clássica dependia não só dos discursos públicos, mas da entrada e presença na vida privada da população. Os meios disponíveis que continham apelos verbais e imagéticos de cunho mítico e político eram as edificações públicas com pinturas, estátuas e murais – cuja eficiência dependia da presença, passagem e contemplação dos transeuntes – além de objetos com alta rotatividade de propriedade, como vasos e moedas.

O uso destes recursos faz de Otávio Augusto (filho adotivo de César) um dos grandes propagandistas da antiguidade, que logra se tornar governante absoluto após o colapso da república. Ele atua em duas frentes: a primeira, a desqualificação do seu oponente – o general Marco Antônio – e a segunda, a afirmação de sua linhagem divina para afirmação e sustentação do seu poder absoluto. Vale ressaltar que o próprio César já havia sofrido campanha de difamação de cunho sexual, como se lê no poema de Fúrio Bibáculo transcrito por Paulo Martins: “Mamura, que é passivo, e César. [...] sofrendo de um só mal os gemeozinhos, numa caminha só dois pedantinhos, a fim de amantes um não menos que outro, companheiros rivais de meninhas.” (Martins, 2011, p. 61). A desqualificação de Marco Antônio como sucessor de César passa pela mesma ideia de imoralidade: ele não seria capaz de governar a nação por ser bêbado e mulherengo, o que seria uma ameaça aos valores romanos tradicionais, com os quais Otávio Augusto queria se associar. Além disso, o fato de ter se envolvido com Cleópatra (vista como estrangeira/bárbara) figuraria Marco Antônio como um traidor degenerado de Roma.

Após a batalha de Ácio, onde Marco Antônio é vencido, inicia a segunda estratégia da comunicação política de Otávio. Prado infere que o império só foi possível graças ao imaginário que associava a pessoa do imperador à ideia de divindade. Após a cunhagem do Clypeus – escudo da virtude – Augusto passa a ocupar um lugar imagético tão poderoso quanto o do pater famílias⁶¹. A eficiência da cunhagem do escudo de ouro se dá por ele ser, ao mesmo tempo, devocional e propagandístico do reconhecimento de Augusto ao lado dos heróis fundadores da pátria romana. Sua exibição no senado outorga à população uma obrigação votiva ao imperador, a mesma que já se dava aos antepassados e às divindades. Convencidos do caráter divino de Augusto, a população passa a realizar cultos públicos

⁶¹ Recomendamos fortemente a obra de Paulo Martins: *Imagem e Poder. Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*, onde se pode consultar imagens do Clypeus e outros objetos vetores da propaganda política octaviana. A obra completa pode ser acessada pelo site: https://www.researchgate.net/publication/269995252_Imagem_e_Poder_Consideracoes_sobre_a_representacao_de_Otavio_Augusto (acesso em 07/07/2022)

tanto nos distritos da cidade quanto dentro de seus lares para o *Genius Augusti* (Martins, 2011, p. 72)⁶².

podemos avaliar três imagens [acima]: a primeira e a segunda, símiles, Augusto como Hermes-Thot, Augusto como esfinge e a terceira, uma metáfora, Augusto-Netuno. O resultado é claro: enquanto a primeira e a segunda são mais limitadas, pois o mecanismo elocutivo é paratático e aristotelicamente menos poético; a segunda, indubitavelmente mais elaborada, faz de Augusto um deus, e nesse caso é construída hipotaticamente, porquanto sobrepõe subordinativamente a imagem de Netuno à de Augusto. Assim, o ἦθος de Augusto, ele mesmo, é efetivamente minimizado, senão descaracterizado, suas características humanas estão absolutamente subordinadas às divinas. Ele é o próprio deus do mar. Qualquer uma dessas imagens deve ser observada como simulacrum, já que imprime a ideia de um “como se” ao figurado. (Martins, 2011, p. 95)

O que mais chama nossa atenção é a forma como Otávio Augusto constrói a própria imago e, sobre ela, um império, utilizando a arte e a numismática para transmitir mensagens curtas com estrutura semelhante ao que hoje seria uma breve postagem ou um *tweet*. O conteúdo das mensagens buscava legitimar seu poderio e autoridade no presente com base em uma temporalidade mítica/divina (passado) que seria pressuposto para sua perpetuação como autoridade no futuro. As estratégias de desqualificação do inimigo bem como a redução do embate sob as chaves de bem x mal transpostas, neste contexto, pela associação à divindade x traição à pátria, são estratégias que se repetiram em outros contextos da tradição ocidental marcados por algum jogo de interesses e ainda se fazem presentes no espectro político atual como simulacro.

⁶² Além da divinização de Otávio Augusto nas moedas, os bustos que o representam demonstram uma figura guerreira e jovial que não é coerente com a realidade. Já com mais de sessenta anos de idade, os simulacros (bustos) demonstravam não o físico, mas os poderes com os quais ele estava, há muito, investido.

2.1. Hannah Arendt e as implicações políticas da mentira

Existe democracia sem verdade factual?
(Bucci, 2019)

O questionamento escolhido como epígrafe para dar início às nossas reflexões sobre as implicações políticas da mentira é título de uma obra escrita pelo professor e jornalista Eugênio Bucci (2019) da Universidade de São Paulo. Esta problematização leva o autor a inquirir pensadores como Aristóteles, Maquiavel, Weber e Arendt sobre as distâncias que se abrem entre a verdade e os fatos; da mesma forma que o levou a analisar alguns fatos políticos de amplo impacto midiático sob a mesma perspectiva. De fato, esta problematização representa uma das maiores preocupações políticas contemporâneas, tendo em vista o agravamento do estado de crise da democracia brasileira, notadamente na última década: a democracia poderá resistir a um contexto de relativização da verdade? O argumento apresentado pelo professor Bucci, já no início de sua obra é que, sem a verdade dos fatos, tanto o projeto democrático quanto a própria política se tornam inviáveis:

A democracia teria então o dever de zelar permanentemente por essa função política muito importante que consiste em divulgar a informação, sem a qual não poderia existir. De sua parte, a política, mesmo para se proteger de si mesma e evitar que as crenças que normalmente cultiva se transformem em fanatismos irracionais, precisa buscar ancorar suas decisões nos fatos e, dessa maneira, encontrar sua textura adequada. (Bucci, 2019. p.27) ⁶³

Para amparar sua argumentação, Bucci estabelece um diálogo mais próximo com a filósofa alemã Hannah Arendt, de quem toma de empréstimo a noção de verdade factual. Esta noção será vista como fundamental para amenizar a corrosão que a desinformação acarreta a política e na democracia contemporânea. Motivados pelas problematizações do autor, buscamos diretamente nos textos de Arendt alguns matizes de compreensão do quão imprescindível é a verdade para a democracia. Além do texto *Verdade e Política* (2016), parte da obra *Entre o Passado e o Futuro*, buscamos o texto *A propaganda totalitária* (1989), parte da obra *Origens do totalitarismo* para elucidar o tipo de comunicação política característico de governos autoritários e sua relação com a mentira.

⁶³ Para aprofundamento, sugerimos a leitura do artigo *Pós-política e corrosão da verdade* de Eugênio Bucci. Revista USP, (116), 19-30. 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p19-30> Acesso em 20/09/2022

Uma visão panorâmica dos textos de Hannah Arendt que escolhemos para a produção deste trabalho nos abre, inicialmente, duas perspectivas teóricas: a primeira apresenta a verdade e a liberdade de pensamento e opinião como elementos estruturantes da vida pública; a segunda mostra a propaganda, entendida como forma de comunicação política, como elemento corrosivo desta estrutura por separar a verdade e os fatos em si em campos distintos. Vamos focar nossas análises nesta segunda perspectiva e nos exames que Arendt realiza para caracterizar o tipo de verdade que se associa melhor com os fatos e, por sua vez, com a noção de política.

No texto *Verdade e Política* escrito em 1961, Arendt distingue as verdades filosóficas das chamadas verdades factuais ou políticas. As verdades filosóficas, racionais ou axiomáticas, são exercícios da razão humana que, resgatando o exercício feito por Platão, iniciam com o espanto (*thaumazein*), atravessam a seara do inefável e seguem em busca da medida invisível. Sendo assim, as verdades que servem ao mundo das coisas comuns e, portanto, à política, não são filosóficas, mas factuais. Estas referem-se à narrativa honesta e autêntica de fatos e eventos produzidos coletivamente, em conformidade com o compromisso assumido por Heródoto – *Légein tá eónta* – de dizer somente aquilo que é verdadeiro, que cumpre fidedignidade com os acontecimentos, tal como ocorreram. Para que a narrativa de um evento se configure uma verdade factual, é preciso que haja testemunhas, evidências e comprovações. Deste modo, uma verdade factual jamais será opinião, fatos e acontecimentos não podem admitir contrapontos nem ser objeto de disputa. Pode-se discutir, opinar e teorizar sobre as verdades filosóficas, sobre a natureza do bem ou sobre o princípio essencial da natureza. Entretanto, a verdade factual é inquestionável e irrefutável: João morreu, a gasolina subiu, o prazo expira amanhã, o exame deu positivo, Maria foi demitida, a Terra não é plana, entre outros.

Essa caracterização arendtiana estabelece a verdade como um limite para a política: “o que eu queria mostrar aqui é que toda essa esfera [da verdade dos fatos], [...] é limitada – ela não abarca a totalidade da existência do homem e do mundo. Ela é limitada por aquelas coisas que os homens não podem modificar à sua vontade.” (Arendt, 2016. p.341). No momento em que este limite é ultrapassado, ou seja, quando os indivíduos criam contrapontos às verdades factuais, eles não estão manifestando opiniões, mas construindo mentiras deliberadas que desgastam a dignidade da política e da vida pública. Quando o compromisso de Heródoto é ignorado e a mentira ocupa um lugar no cenário político,

ocorrem mudanças na letra da História, na memória coletiva e na própria elaboração do passado e do futuro.

Um pensador que tem muito a contribuir com esta discussão é Paul Ricoeur. Ele trabalhou profundamente a distinção entre memória individual e memória coletiva na obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007). Para ele, as chamadas “políticas de esquecimento” têm como principal estratégia a deturpação das verdades factuais pela produção de uma amnésia coletiva. *O esquecimento é o desafio por excelência oposto à ambição de confiabilidade da memória.* (Ricoeur, 2007, p.425). Assim, é pelo respeito que se deve às vítimas de um passado sombrio e seus familiares que precisa ser cumprido o “dever da memória”, ou seja, a narrativa histórica fidedigna é uma forma de justiça coerente com o que Arendt chama de a “ética da responsabilidade pública”. Em nossos dias, as políticas de esquecimento continuam sendo sistematicamente praticadas por movimentos revisionistas, falseadores e novidadeiros que insistem em narrar o golpe civil militar como revolução gloriosa, por exemplo⁶⁴.

As narrativas inventadas que recontam o passado desprezando e distorcendo as verdades factuais engendram um mundo fictício, a exemplo das ideologias totalitárias. É o que Hannah Arendt busca compreender na obra *Origens do totalitarismo* (1989), mais especificamente no texto *A propaganda totalitária*. Ela realiza esforços para compreender a narrativa ou o modelo de comunicação política utilizado pelos movimentos totalitários que foi capaz de persuadir e conquistar o apoio de grande parte da população alemã no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Este modelo é a propaganda. O discurso publicitário empregado decorria principalmente da importância que aquela sociedade dava ao trabalho e ao consumo. Laborar, consumir e pertencer eram expressões de uma vida bem-sucedida e profundamente desejada. Sendo assim, os partidos totalitários europeus não criaram ou inventaram um padrão de comunicação política, mas copiaram e adaptaram artifícios publicitários comerciais que já eram empregados nos Estados Unidos da América.

Arendt, em análise das estratégias de propaganda dispostas no *Mein Kampf*, narra a publicidade de sabonetes descrita por Hitler⁶⁵. Ele descreve que uma propaganda de sabonetes, por exemplo, não é eficiente quando admite que outras marcas podem também

⁶⁴ Como exemplos de pensamento revisionista temos o autor Paul Rassinier que pretende desconstruir a ideia de ter havido um holocausto e, no Brasil, o historiador Marco Antônio Villa, que pretende recontar a história da ditadura classificando como terroristas os opositores ao regime.

⁶⁵ O capítulo VI da obra *Mein Kampf*, analisado por Arendt, é intitulado: “Propaganda de guerra”.

ser boas, de onde se deduz que a propaganda seria mais eficiente se comunicasse que não há e nem pode haver outra opção de sabonetes, deve informar que se ele não for usado, as mulheres ficarão cheias de espinhas e ficarão solteiras para sempre. “Há um certo elemento de violência nos imaginosos exageros publicitários, [...] há um arrojado sonho monopolista, o sonho de que, algum dia, o fabricante do “único sabonete que evita espinhas” tenha o poder de privar de maridos todas as mulheres que não o usem.” (Arendt, 1989. p.451). O sucesso destas estratégias pode ser atribuído ao fato de que a sociedade de massa tinha como tendência e característica ignorar o valor da verdade factual diante da adesão e pertencimento a um sistema:

A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte. (Arendt, 1989. p.401)

As estruturas fictícias engendradas pelos movimentos totalitários são mais nítidas, fixas e mais facilmente assimiladas do que a realidade complexa, diversa e marcada pela diferença e pelo dissenso. A realidade exige atualizações dos fluxos que se alteram a partir da facticidade e cotidianidade dos sujeitos. Sendo assim, a propaganda não exige que o público realize grandes exercícios racionais para compreensão destes fluxos, nem tem por princípio provocar um debate público, por exemplo. Ela oferece, sempre de forma pronta, uma narrativa já construída e interpretada e um padrão de comportamento perfeitamente adequado ao perfil daquele grupo social.

O uso das estratégias da publicidade comercial norte americana pelos movimentos totalitários consolida a propaganda como forte instrumento de transformação de verdades factuais em mentiras deliberadas e inaugura um novo padrão de comunicação política cujos impactos foram exponencialmente ampliados a partir da chegada da internet. A propaganda nos contextos totalitários pode ser entendida como uma farsa que manipula a própria realidade com o objetivo de alcançar a adesão daqueles que ainda não eram membros do partido⁶⁶. “O Führer entretinha os seus convidados na tentativa de conquistá-los” (Arendt, 1989. p.448). Para alcançar novos adeptos, a comunicação política era estruturada a partir de uma série de técnicas e estratégias que Hannah Arendt aborda e que vamos apresentar

⁶⁶ Aos membros, o discurso era da ordem da doutrinação ideológica.

brevemente a partir de agora. É interessante notar que essas estratégias foram também mapeadas e atualizadas por Theodor Adorno e por Robert Proctor, autores que serão abordados na sequência deste trabalho.

A estratégia mais comum era o uso direto das mentiras deliberadas. Hitler mentia para não chocar a população externa ao partido sobre seu real intento. Por exemplo, no verão de 1942, ele faz um discurso anunciando que apenas expulsaria os judeus da Europa, enviando-os para a Sibéria ou para a África, quando as câmaras de gás já estavam em construção desde a primavera de 1941⁶⁷. Nos discursos, se notava a prioridade dada aos tópicos marcados pelo mistério, superstições, histórias alarmantes e conspirações que construíam um inimigo e o apresentavam como um mal terrível, sempre à espreita para destruir o mundo tal como é conhecido. Contra este fantasma, não é possível se proteger sozinho, é preciso união de forças e proteção comum. As massas acreditavam nessas histórias como crianças atraídas por histórias de terror. Como dito anteriormente, nestes grupos a verdade não depende dos fatos, mas da coerência entre a narrativa e a ideologia, do instinto de autopreservação e da esperança de superação do “caos”. Assim, a partir do momento em que Hitler passa a ser associado à esperança, ele passa a abordar mais claramente as atrocidades do seu projeto, contudo, ele não é levado a sério pela população, que acreditava que ele estava sendo vago, cometendo um chiste ou exageros de linguagem, apenas. O que confirma a percepção de Arendt que estes grupos não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação.

A propaganda totalitária consistia, também, no anúncio de afirmações proféticas ou predições infalíveis, isto é, na preparação do público para um futuro que só poderá se cumprir quando e se o poder do líder for consolidado. O discurso profético é anunciado de forma a conferir legitimidade à autoridade do líder e tornar sua ação natural e indispensável para dar continuidade à própria história. “Os nazistas não hesitaram em lançar mão, no fim da guerra, de toda a força de sua organização ainda intacta para destruir a Alemanha do modo mais completo possível, a fim de que fosse verdadeira sua predição de que o povo alemão seria arruinado em caso de derrota” (Arendt, 1989. p.448). O cientificismo ideológico também era utilizado como um expediente técnico da propaganda totalitária capaz de promover uma articulação entre a confiança das massas e a confiabilidade da

⁶⁷ A descrição e a fonte do discurso juntamente com a menção dos documentos que comprovam o início da construção das câmaras de gás, encontram-se em uma longa nota de rodapé na página 448 da obra *Origens do Totalitarismo*.

ciência. Os nazistas nomeavam-se científicos, mas não utilizavam sequer os pressupostos questionáveis do positivismo ou o behaviorismo. Numa tentativa de “metodologizar a realidade” (Aguiar, 2007b. p.15) criavam departamentos de pesquisa que seriam supostamente capazes de evidenciar com algarismos e fatos as mentiras inventadas, contudo, não alcançavam mais que burocracia, pois o suposto “método” não articulava teorias e hipóteses, nem fatos e decisões⁶⁸.

Outros fatores que caracterizam a propaganda totalitária são os escândalos sensacionalistas contra a índole dos inimigos inventados e as indiretas, insinuações e ameaças contra aqueles que faziam oposição, que escolhem o lado “errado”. Este ponto da violência anunciada marca uma fronteira entre o uso da propaganda e a efetivação do terror, isto é, a perseguição, prisão, tortura e morte. Uma vez tomado o poder e instalados os campos de concentração, a propaganda pode ser abandonada. “Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, [...] o terror, ao contrário, é a própria essência de sua forma de governo.” (Arendt, 1989. p.449). O convencimento não é mais eficiente do que a eliminação daqueles que não servem como testemunhas da ficção.

Os regimes totalitários inventaram e aperfeiçoaram técnicas, estratégias e truques de convencimento e manipulação da massa que modificaram profundamente as formas de comunicação política. Conquistaram adesão popular por meio de uma propaganda sedutora e convincente à revelia dos fatos de em si, uma vez que, nestes regimes, a verdade dos fatos “depende exclusivamente do poder do homem que os inventa.” (Arendt, 1989. p. 399). Assumir, manter e aumentar o poder significava garantir a possibilidade de moldar os fatos de acordo com as mentiras anunciadas. Este modelo de comunicação política se desenvolveu, se modificou historicamente e, hoje, com o recurso da internet e o fenômeno da hiper conectividade, a propaganda ainda é um grande risco – talvez o maior – para as democracias contemporâneas.

⁶⁸ Como aprofundamento, sugerimos dois artigos do professor Odílio Alves Aguiar: *Veracidade e propaganda em Hannah Arendt* e *A política na sociedade do conhecimento*.

2.2. Theodor Adorno e a propaganda como instrumento de consolidação dos novos extremismos

As análises que fizemos sobre as obras de Arendt confirmam a temeridade de se atribuir à política autoritária o papel de estabelecer a verdade dos fatos. As consequências históricas desta atribuição foram de tal modo trágicas que, ainda convivemos com as sombras deste passado não superado. Por este motivo, os exercícios teóricos de elaboração e reelaboração destes eventos continuam sendo absolutamente necessários. O espectro autoritário continua se fazendo presente e se modifica, reinventa estratégias, se atualiza e profere discursos populistas camuflar novos tipos de totalitarismo. Nas palavras de Bucci:

Muito se fala da “pós-verdade” como resultante da conduta de líderes populistas e de seus fanatismos, mas isso é apenas uma das camadas, e das mais superficiais, de uma síndrome mais profunda, mais extensa e mais nefasta. Sob o brilho artificial dos populismos, o que está em marcha é uma cultura inteira, desejosa de fundamentalismos, que se afeiçãoou à indústria das celebridades, às adorações da imagem eletrônica, à estetização do ódio e aos “ismos” imantados pela imagem de salvadores de carismas requentados. (Bucci, 2019, p. 118-119)

O autor nos traz a noção da existência de um conjunto de condições e afetos que torna um povo mais suscetível aos discursos autoritários⁶⁹. Fato este que corrobora com nosso ponto de que o discurso do autoritarismo não é uma condição inédita da pós-modernidade ou da pós-verdade. Por isso, não é suficiente proteger a população contra as assim chamadas *Fake News*, é preciso alertar sobre as formas de comunicação política que contribuem para o declínio democrático.

O filósofo Theodor Adorno desenvolveu análises fundamentais sobre os expedientes da propaganda antissemita no âmbito do Instituto de Pesquisa Social, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Suas análises confirmam, complementam e atualizam as análises arendtianas, além de trazer a psicanálise como um valioso instrumento de interpretação da publicidade totalitarista. Em 1950 ele publica a obra *A personalidade autoritária*, onde narra uma vasta pesquisa realizada sobre a natureza do preconceito em suas manifestações individuais, sociais e culturais. Ele buscava compreender como foi possível o nazismo ser uma ideologia convincente e legítima para um número tão grande

⁶⁹ A análise do conjunto de afetos que predispõe um público a assentir com o discurso autoritário exigiria um estudo à parte; uma vez que é uma faceta absolutamente relevante para compreensão do declínio democrático.

de pessoas, de modo a viabilizar politicamente o holocausto. O que fez com que tantas pessoas acreditassem na propaganda? Compreender a natureza do ódio e da personalidade autoritária talvez pudesse evitar que o holocausto voltasse a acontecer em qualquer outro lugar do mundo. Fica evidente, assim, a importância deste autor no âmbito das discussões contemporâneas sobre a desinformação e a crise da democracia.

Após analisar e verificar a existência de padrões e similaridades na propaganda política divulgada em panfletos, periódicos, nos discursos e palestras radiofônicas no período anterior e durante a Segunda Guerra, Adorno publica dois textos voltados à temática da propaganda, são eles: *Antissemitismo e propaganda fascista*, de 1944 e *A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, de 1951, onde se pode verificar, a exemplo de Hannah Arendt, uma descrição muito completa sobre as estratégias de propaganda e manipulação incitadas naquele contexto. No sentido de desenvolver nossa problematização inicial sobre as *novas* formas de comunicação política, optamos por trabalhar o discurso proferido em seis de abril de 1967 na Universidade de Viena para a Liga de estudantes socialistas, onde ele atualiza sua leitura sobre as estratégias e apresenta os contornos um novo extremismo em ascensão na Europa. Ele se mostra principalmente preocupado com a fundação do Partido Nacional Democrático da Alemanha, em 1964, que se nutre dos mesmos fundamentos da antiga NSDAP, o que sinaliza o retorno à cena pública dos movimentos radicais que efetivamente nunca teriam sido completamente extintos. Segundo Adorno, a democracia nunca se realizou plenamente em nenhum lugar, especialmente no âmbito socioeconômico e, por isso, o fascismo sempre está à espreita, da mesma forma que uma ferida mal curada volta sempre a abrir e sangrar.

Ele afirma que estes eventos não são meramente ideológicos ou psicológicos, são complexos, devem ser enfrentados com o uso da razão e de forma multidisciplinar. Não há como prever o futuro da ação destes movimentos, mas, também, não podemos ser meros espectadores e vítimas da catástrofe quando ela se avizinha. *Como essas coisas vão evoluir e a responsabilidade sobre como elas vão evoluir – isso depende, em última instância, de nós.* (Adorno, 2020. p. 77) Assim, é preciso redefinir nossas ações e responsabilidades no enfrentamento do avanço destes movimentos. E a primeira responsabilidade, segundo ele, deve consistir em uma espécie de preservação do dever da memória para com os apoiadores jovens dos novos extremismos [*devemos*] *alertar os potenciais apoiadores do radicalismo de direita sobre suas consequências, tornar-lhes claro que essa política inevitavelmente conduzirá seus próprios apoiadores à desgraça, e que essa desgraça já é refletida de*

antemão. [...] Isso vale especialmente para a juventude (Adorno, 2020. p. 58). É preciso chamar a atenção da juventude para os velhos pressupostos do fascismo que permanecem presentes (em 1967), sob a forma de truques. É preciso nomear, descrever, caracterizar e demonstrar as consequências dessas ações como fraudes que são, técnicas de enganação psicológica que alcança os desatentos.

Tentar assim vacinar a massa contra esses truques, pois, por fim, ninguém quer ser um idiota, ou, como se diz em Viena, ninguém quer ser “o pateta” [Wurzen]. E o fato de que tudo isso deriva de uma gigantesca técnica de enganação [Wurtztechnik] psicológica, de uma grande trapaça psicológica, isso deve ser completamente mostrado. (Adorno, 2020. p. 76).

Adorno demonstra que a personalidade autoritária é marcada pela atemporalidade, isto é, é possível perceber seu retorno quando os mesmos elementos voltam à cena: a fetichização de tudo o que é militar: roupas, desfiles, insígnias, disciplina; o apego à instâncias oficiais para passar um ar de credibilidade; fixação na autoridade; o medo que a “massa delirante” possui de um comunismo inventado; a desconfiança e perseguição dos intelectuais vistos como desocupados, “*luftmensh*”, que não produzem nada manualmente; a confusão do materialismo (oposto do idealismo) como apego vulgar às posses e a noção de coletividade como única forma de proteção contra catástrofes sociais. De uma forma geral, estes elementos estavam presentes durante o período totalitarista e retornam à cena na década de 60. Quais seriam, então, as novas marcas do extremismo?

A atualização mais perigosa da propaganda é chamada por Adorno de “efeito cumulativo” em referência aos padrões de comunicação praticados pelo jornal de extrema direita *National Zeitung*. O “efeito cumulativo” consiste no uso de uma linguagem que não é explicitamente antidemocrática nem criminosa, mas “fantasmagórica”. Isto é, fazem uso do que eles entendem por princípio democrático da liberdade de expressão, e realizam insinuações do tipo: se os judeus foram mortos, alguma coisa eles devem ter feito. Até a intensidade da publicação destas insinuações é calculada. Nunca extrapolam o limite do aceitável em respeito à legislação antissemita e antinazista. *Pode-se dizer que todas as expressões ideológicas do radicalismo de direita são caracterizadas por um conflito permanente entre o não-poder-dizer e aquilo que [...] deve fazer a audiência ferver.* (Adorno, 2020. p. 64). A prática de integrar-se e aderir às regras do jogo democrático é marca dos novos extremismos de direita. Passam a evocar o que eles entendem por “verdadeira democracia” e acusam todos os demais de serem antidemocráticos.

Outro truque decorrente do efeito cumulativo é o do “cerne saudável”, isto é, assentir que os desdobramentos do nazismo foram desastrosos e preservar as intenções iniciais do partido nacional socialista como boas. Assim, seria possível verificar um *cerne saudável* no nazismo, ou como se diz popularmente, não se deve desprezar a água do banho junto com a criança. Se o governo se degenerou por causa da guerra ou por más decisões, então ele poderia agora ser reiniciado e cumprir as promessas de salvação anunciadas anteriormente.

A atualização destes truques sugere que os novos extremismos de direita não necessariamente se valem da invenção de mentiras deliberadas, como afirmava Hannah Arendt em referência ao contexto totalitarista; mas usam verdades, as retiram do seu contexto, distorcem e instalam dúvidas sobre a interpretação que se faz delas. Por exemplo, a dúvida que se coloca sobre o número exato de mortos no holocausto, se foi seis milhões ou cinco milhões e meio, pode culminar na dúvida se houve mesmo mortos. Soma-se a isso o truque da “pedantice pseudocientífica”, isto é, na invenção e disseminação de informações que não podem ser facilmente verificadas, mas servem para confiar a quem as pronuncia uma certa autoridade desinteressada, como se estivessem acima dos interesses ideológicos e partidários, como se tivessem acesso às fontes privilegiadas de informação verdadeira.

Adorno sugere que essas técnicas que deturpam as verdades e não podem ser imediatamente criminalizadas, precisam rapidamente ser estudadas, entendidas e enfrentadas por meios legais e institucionais. *É preciso denunciar o abuso da verdade pela inverdade.* (Adorno, 2020. p. 65). Desde a década de 60, portanto, avançamos muito pouco na compreensão deste fenômeno. No sentido de fazer frente ao mesmo estado de coisas projetado pela propaganda nazifascista, apresentamos a agnotologia, uma área bastante recente das ciências humanas e sociais, que vem sistematicamente estudando a produção social da ignorância com fins comerciais e políticos. Entendemos e defendemos que a agnotologia pode ser uma forma de proteger a democracia diante dos simulacros na atualidade.

2.3. A comunicação política em tempos de cibernética

Se na Roma antiga as moedas, escudos e estátuas eram vetores de propaganda política, os contextos políticos posteriores a Gutemberg puderam contar com a máquina de imprensa para veicular suas intencionalidades. Panfletos, discursos, escolarização e indústria cultural são vetores marcadamente presentes durante a fascistização de alguns países europeus, enquanto na cibernética, são as instâncias não-humanas que disseminam de forma automatizada, pulverizada e personalizada, uma atualização das mesmas afecções. Em contraste com os humanos e suas tecnologias analógicas, a Inteligência Artificial apresenta recursos praticamente ilimitados.

A cibernética, segundo Norbert Wiener (1961), refere-se ao estudo dos sistemas elétrico-mecânicos desenvolvidos com a intenção de que estes desempenhem funções especificamente humanas, como a regulação e a comunicação. Ela nasce como ciência no início da década de 1940 e influencia diretamente os processos que dependem da troca e do fluxo de informações, como a computação, a informática, a programação e a robótica. No contexto investigativo da produção social da ignorância, a cibernética ocupa um lugar de destaque como instrumento que virtualiza a vida política e social e potencializa o alcance das estratégias de manipulação de massa.

A digitalização da política é intensificada pelo fenômeno da plataformização, isto é, de uma nova forma de organização humana e social em torno das cinco principais plataformas digitais: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. Setores como a comunicação/jornalismo, a educação, a saúde, o comércio e o transporte, por exemplo, passam a ser estruturados pela dataficação e triagens algorítmicas destas plataformas. Socialmente, a plataformização da internet se expressa e, ao mesmo tempo, se desdobra na formação de inúmeros platôs ou bolhas algorítmicas de coerência e adesão ideológica de um público, que se constitui como principal alvo de interesse do populismo digital.

A produção cibernética da ignorância conta, portanto, com a formação, fomento e fidelização dos sujeitos nesses platôs algorítmicos por meio de uma mídia ampla e capilar usada por comunicadores, influencers, representantes de políticos e pseudo especialistas. Inicialmente, estes agentes orientam o público a não mais confiar nem acompanhar os canais abertos de jornalismo e comunicação, o que é a porta de entrada para os simulacros

se consolidarem como verdades. Esta proibição é mais uma evidência de discurso autoritário. No teste sugerido por Levitsky e Ziblitz (cujo texto é explorado ao final do primeiro capítulo), há que se verificar a “Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia”, mais especificamente; são autoritários os discursos que “apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?” (2018, p. 32-33).

Esta estratégia, também mapeada por Hannah Arendt no texto *Verdade e Política* (2016), funda-se no desejo de coerência do público, isto é, o público acreditará mais facilmente em uma informação inventada, porém coerente, do que na verdade⁷⁰. É importante salientar que a crença em fatos absurdos como os casos do movimento antivacina ou terraplanismo não vieram à tona por causa da cibernética ou da tecnologia informacional via internet. Informações deste tipo se tornam críveis por certo grupo populacional, pois no bojo da nossa cultura já residia uma desconfiança nas instituições de produção de saber.

Os movimentos conspiratórios, por exemplo, resultam diretamente de uma comunicação política plataformizada, conforme aponta Cesarino (2019, 2020 e 2021) que vem sistematicamente investigando, na perspectiva da antropologia, o populismo da direita radical em meios digitais. Suas pesquisas empíricas, especialmente aquelas voltadas ao processo eleitoral de 2018 no Brasil, nos proporcionam elementos que confirmam algumas das estratégias de produção social da ignorância vistas e analisadas por Arendt e Adorno em outros contextos, além de novas e atualizadas pela cibercultura, a saber:

cinco funções metalinguísticas básicas que cobrem praticamente todo o conteúdo coletado: i. fronteira antagonística amigo-inimigo; ii. equivalência líder-povo; iii. mobilização permanente através de ameaça e crise; iv. espelhamento do inimigo e inversão de acusações; e v. produção de um canal midiático exclusivo. [...] Dentro da minha experiência de pesquisa, essas cinco funções foram suficientes para praticamente esgotar o universo massivo de conteúdo digital. (CESARINO, 2020 p.94)

As quatro primeiras “funções metalinguísticas” descritas pela autora já estavam presentes como estratégias em outros contextos anteriormente analisados: desde a Roma antiga faz

⁷⁰ Essa crença via coerência remonta ainda o que Walter Benjamin (2013) já havia percebido sobre as sensações anestésicas e fantasmagóricas produzidas por certos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa.

parte do jogo político, por exemplo, a transformação das idiosincrasias do oponente em fraquezas e misérias; o gabinete de propaganda de Hitler foi bastante eficiente em sustentar um espectro permanente de crise cuja única possibilidade de equilíbrio estaria na sustentação do poder nas mãos do *Führer*; e assim por diante. Destacamos especialmente o quinto ponto apresentado pela pesquisadora – a criação dos assim chamados *canais midiáticos* que correspondem às bolhas algorítmicas transmissoras da propaganda política. Sua eficiência se garante sobretudo pela deslegitimação pública de outras instâncias de produção de conhecimento (notadamente, a academia e a imprensa profissional). A comparação entre as mencionadas funções metalinguísticas e o teste de discurso autoritário de Levitsky e Ziblat evidencia que o discurso autoritário se beneficia e potencializa do fenômeno da desinformação, especialmente em meios digitais.

Cesarino fez uma imersão nos platôs bolsonaristas no período que antecedeu a eleição de Bolsonaro em 2018. Este pleito, juntamente com o de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, foi marcado por uma grande disfunção informacional que podemos tranquilamente situar no campo da produção social da ignorância. Não é fortuito, portanto, o fato de a palavra “misinformation” ter sido eleita como palavra do ano pela plataforma Dictionary.com em 2018. Nesta imersão, Cesarino mapeia e descreve as principais técnicas de propaganda beneficiadas pela cibernética que vamos descrever aqui. Todas elas acabam culminando nas funções metalinguísticas descritas acima e contribuem diretamente para o declínio da vida democrática.

Inicialmente, destacamos o *firehosing* – nomeado assim por representar o fluxo forte e contínuo de uma mangueira de incêndio – técnica que descreve a produção e transmissão bastante rápida, via *whatsapp*, de um alto volume de simulacros idênticos, repetidos de maneiras diferentes e sem compromisso com a realidade, por exemplo: áudios, imagens ou textos alarmistas ou conspiracionistas produzidos por alguém com suposta autoridade nunca comprovada. Considerando os conteúdos mapeados, podemos afirmar que esse *firehosing* operou simulacros de terceira ordem⁷¹, por serem tão absurdos a ponto de abdicarem da conexão com referentes concretos, como foi o caso do kit gay⁷² ou a injeção de detergente para prevenir o Covid-19 nos Estados Unidos.

⁷¹ Ver uma explicação sobre os simulacros e suas ordens no ponto 2.6 do segundo capítulo deste trabalho: Reflexões finais – os simulacros e a produção da ignorância política

⁷² Em 1.279 dias como presidente, Bolsonaro deu 5.694 declarações falsas ou distorcidas, isso de acordo com a agência de checagem *Aos Fatos* que é atualizada semanalmente. Última atualização: 03 de julho de

Destacamos o processo de *redução da complexidade*, que se exprime especialmente pela formação online de comunidades ou *crowds*, especialmente por meio de *hashtags* que simplificam e tornam mais vago o conteúdo e apartam as especificidades das demandas. Vale ressaltar que a **vagueza** é uma importante variação da ignorância analisada pelos autores da agnotologia que estarão em pauta mais adiante.

Outra técnica facilitada pela cibernética e cibercultura mapeada por Cesarino é a comunicação política via *fractal*. Tomada de empréstimo da geometria, a noção de fractal sugere um objeto cujas partes isoladas reproduzem a aparência do todo. Politicamente, a fractalização da comunicação/propaganda se expressa por cada indivíduo que porta um celular/computador conectado à internet e se torna, ele mesmo, um comunicador político, à imagem e semelhança do seu líder. Esse comportamento é baseado numa (falsa) ideia de que ele mesmo teria uma relação direta com as lideranças – um grupo de *whatsapp*, por exemplo, comporta no máximo 257 participantes, o que dá aos seguidores uma sensação de comunidade e proximidade com os administradores que, por sua vez, estariam suposta e diretamente ligados ao líder.

Cesarino demonstra (2021) como a digitalização da política torna muito mais porosa a fronteira entre o populismo eleitoreiro e a vida pessoal dos sujeitos. As bolhas algorítmicas não se referem apenas aos pressupostos políticos dos sujeitos, mas eles transferem para essas esferas as dinâmicas identitárias e outras sociabilidades, como a religião, o entretenimento ou os esportes.

A digitalização da política em tempos de cibernética alimentou em muito a desconfiança em relação ao Estado e às instituições. Não raro observou-se a militância da extrema direita reivindicando o retorno à ditadura, baseada na crença de que a democracia promove o caos, a desordem e a crise. A desconfiança se estende também aos canais oficiais de produção de conhecimento, além de invisibilizar os autores das mensagens, o que acarreta a impossibilidade de responsabilização pela disseminação das inverdades. A partir da análise que fizemos da pesquisa de Cesarino, concluímos que a principal consequência das interações que passam a ocorrer apenas dentro destas bolhas algorítmicas é a intensificação da incapacidade dos indivíduos se comunicarem com os diferentes, o que é, por si só, um declínio na comunicação política democrática. Se a democracia agonística pressupõe a uma vida pública marcada pela convivência com o diferente e pela disposição

2022. <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/> Acesso em 08/07/2022

para o debate, a cibernética oferece aos sujeitos exatamente o oposto: uma possibilidade de agrupamento de iguais, dos sujeitos fractais que se assemelham ao líder e o seu empoderamento para enfrentar/combater o *inimigo* com a agressividade que se fizer necessária para manter e preservar as ações e os efeitos dos simulacros. Vale lembrar que um simulacro corresponde apenas ao que se crê por verdadeiro. O que a cibernética ainda fará com o espectro político democrático ainda não é conhecido. Nós somos um espaço limitado de desconhecimento e intuições, até agora.

A desordem informacional é uma das principais responsáveis pela polarização da sociedade, pela fragmentação da opinião pública e pelo enfraquecimento das instituições democráticas. Pode contribuir para o ocaso da democracia, já que mina a confiança da população nas instituições e nas próprias eleições, abrindo espaço para discursos autoritários e medidas antidemocráticas. O aumento da circulação de notícias falsas, descontextualizadas ou manipuladas, bem como a propagação de teorias conspiratórias, contribui para a criação de uma realidade distorcida e fragmentada. A agnotologia, que vamos estudar sistematicamente a partir de agora, já se mostra como uma ferramenta eficaz para compreender o cenário atual e identificar os mecanismos de produção da ignorância, a fim de preservar os valores democráticos.

Há estudos que garantem que a chegada recente dos chats de Inteligência Artificial (IA) podem potencializar a desordem informacional de uma forma ainda não conhecida e imaginada. As IA podem ser usadas para criar sistemas de recomendação que exibem conteúdo personalizado com base nas preferências do usuário, o que pode levar a uma polarização e ampliação da bolha informacional. Além disso, os algoritmos podem ser enganados ou manipulados para espalhar informações falsas ou prejudiciais, como conteúdos extremistas ou de ódio. Outro problema é que a IA pode ser usada para criar *deepfakes*, que são vídeos ou imagens que são manipulados para parecerem autênticos, mas na verdade são falsos.⁷³

Na fronteira entre a invenção desta nova realidade midiática associada aos interesses do mercado e a necessidade/urgência de criação de práticas regulatórias de uso e produção de conteúdo, vislumbramos no horizontes dois cenários de impacto democrático: num deles a democracia enquanto organização da vida pública já sofreu

⁷³ Sugerimos o artigo: VALADARES, Heloisa de Carvalho Feitosa. Fake News e (Des)informação: reflexão sobre o potencial da Inteligência Artificial e das novas tecnologias de aceleração da erosão da democracia. **Teoria Jurídica Contemporânea**, 6. DOI: 10.21875/tjc.v6i0.44812

profundas modificações, cortes e fraturas e, no outro, não menos assustador, temos a incerteza de um futuro democrático que ainda nos escapa, dada nossa impossibilidade de distanciamento com o objeto. Neste sentido, apreender um instrumento teórico de análise da comunicação política em geral nos oferece alguma segurança e algumas pistas sobre como nos equilibrar em meio ao caos. Este instrumento é a agnotologia.

Capítulo 3 – Estudos sobre a agnotologia – Um primeiro mapa sobre a produção social da ignorância e seu impacto na democracia

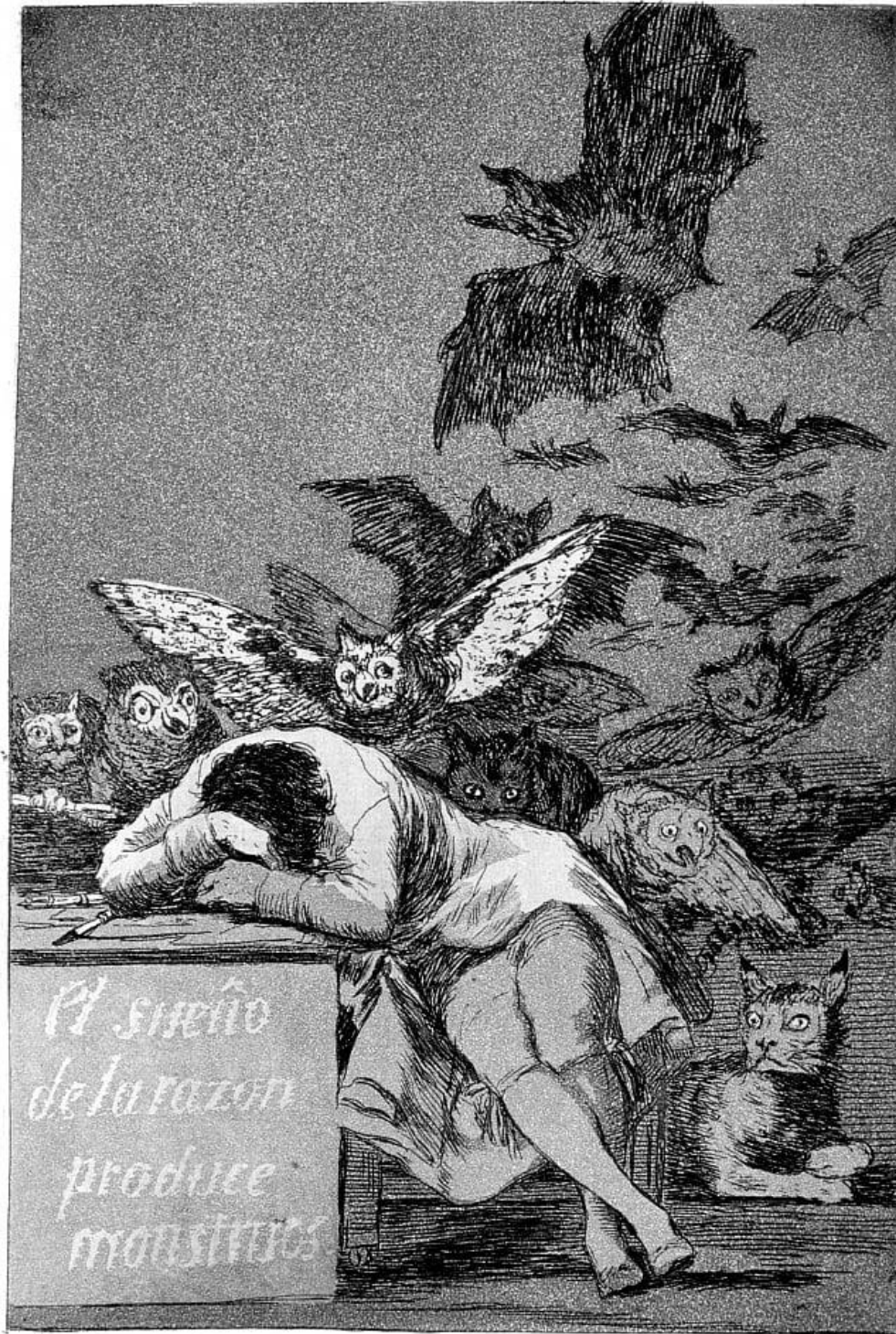


Figura 2. GOYA, Francisco. El sueño de la razón produce monstruos.1799 Edition: Los Caprichos, n.43.

O sono da razão produz monstros

Francisco de Goya, pintor espanhol do século XVIII, retratou em uma gravura um indivíduo – talvez o próprio pintor autorretratado – em estado letárgico, sentindo a presença de criaturas perturbadoras da noite. A obra é intitulada *El sueño de la razón produce monstruos* e expressa um forte sentimento de alarme diante do que pode ocorrer quando se renuncia o estado de vigília, consciência ou racionalidade. A palavra *sueño* pode ser traduzida tanto como “sono” quanto como “sonho”, o que nos dá diferentes possibilidades de interpretação que convergem na crítica à ignorância e à profusão de ideias perigosas e falsas. Goya tinha em mente a sociedade espanhola da época vista como “enlouquecida, corrupta e propensa ao ridículo” (Nehamas, 2001), que não teria sido capaz de realizar o projeto iluminista. Esta percepção estava diretamente fundamentada em suas experiências de vida, em especial sua função de pintor oficial da corte, de onde pode observar muito de perto os vícios e contrastes entre as aspirações iluministas europeias e a realidade social de seu país, marcada pelos privilégios e ociosidade das classes privilegiadas.

Nos inspiramos nesta obra para iniciar as problematizações que buscamos responder neste terceiro capítulo. O que acontece quando se renuncia às capacidades e possibilidades da razão? No sono, nos tornamos vulneráveis aos monstros da mentira, do preconceito, da desinformação, da ignorância negativa. A epígrafe completa desta obra que se referia ao 43º capricho (da série Los Caprichos), traz o seguinte alerta: *la fantasía, aislada de la razón, solo produce monstruos imposibles. Unida a ella, en cambio, es la madre del arte y fuente de sus deseos.*

A epígrafe em questão retrata o caminho que percorreremos no terceiro e quarto capítulos deste estudo. No terceiro capítulo, serão analisados os efeitos da imaginação associada a uma razão inerte, que pode gerar ignorâncias, monstruosidades grotescas e teorias conspiratórias. Já no quarto capítulo, será realizado um exercício de imaginação sociológica em relação à educação, associada a uma razão ativa e desperta, capaz de produzir desejos e arte.

Apresentação e estrutura do capítulo:

Vamos aqui oferecer um voo panorâmico sobre alguns debates e autores e que podem ser vistos desde a sociologia da ignorância. Não se trata de uma sistematização, mas de idas e vindas sobre o tema da ignorância na sociologia, em vários autores, com distintas temporalidades e tipos de produção, com o objetivo de encontrar nestes intercursos algumas pistas que podem nos levar a uma melhor compreensão sobre as faces da crise da democracia, que encontra algumas de suas raízes na produção social da ignorância.

Iniciamos o capítulo com uma abordagem dos diferentes sentidos da ignorância trabalhados pelas ciências humanas, desde Nicolau de Cusa (2002) até Rancière (2028). Exploramos, em particular, os sentidos positivo, passivo e negativo da ignorância, sendo os dois últimos com impactos diretos na crise da democracia. Todavia, é o professor Michael Smithson (1989) quem apresenta, por meio de sua taxonomia, que a desinformação é uma derivação da ignorância e pode ser resultado tanto de um erro involuntário quanto de uma manipulação intencional, o que significa dizer que a desinformação pode ser compreendida como um subproduto tanto do erro quanto da decisão consciente, e pode ser utilizada como uma forma de manipulação ou simplesmente surgir a partir da falta de interesse ou atenção do sujeito em questão, problematização esta que funda o campo da agnotologia.

Em seguida, abordamos especificidade do tratamento da ignorância nas ciências sociais, mais especificamente no campo da sociologia da ignorância – de onde surge a agnotologia. Uma das principais contribuições das ciências sociais para a compreensão do conhecimento e da ignorância é a constatação de que ambos são construções sociais. É possível afirmar que, se a ignorância é uma fase ou versão do conhecimento, então ela também é suscetível de ser construída socialmente. Como ponto de partida, mencionamos Karl Mannheim (1950) como principal autor da Sociologia do Conhecimento, trazemos algumas das preocupações de Marx (2010) em relação à ignorância. Pierre Bourdieu é um autor fundamental para discutir temas relacionados ao senso comum e à ignorância negativa acadêmica. O conceito de senso comum, para Bourdieu (1989), refere-se às crenças e valores que são compartilhados por um grupo ou comunidade, e que muitas vezes são tidos como verdades absolutas sem questionamento crítico. Ele argumenta que o senso comum é uma forma de reprodução simbólica da ordem social e que pode ser utilizado para justificar as desigualdades existentes na sociedade. Já a ignorância negativa acadêmica

refere-se à rejeição ou desprezo pelas formas de conhecimento que são consideradas “eruditas”.

Para analisar a questão desde a sociedade brasileira, Sergio Paulo Rouanet (1985) aborda a questão do “irracionalismo verde e amarelo” para analisar a relação entre o pensamento conservador e o processo de modernização da sociedade brasileira. Gilberto Freyre (2013) traz a noção do bacharelismo como um fenômeno social e cultural típico do Brasil, marcado pela valorização do saber erudito e pela busca pelo prestígio social. Estes dois importantes intelectuais brasileiros, intérpretes do Brasil, contribuíram com reflexões acerca da formação da sociedade brasileira e apontam que nos processos históricos e culturais que moldaram as formas de pensamento e comportamento dos brasileiros há resquícios da produção social da ignorância.

Uma abordagem teórica adicional que oferece contribuições relevantes para a compreensão da ignorância é a sociologia do segredo, proposta por Georg Simmel (2021) e que encontra ressonância nas reflexões de Elias Canetti (1995) e Michel Foucault (2014). Quando informações são mantidas em sigilo, isso pode gerar um estado de não saber que, embora individualmente possa não ser prejudicial, pode ter implicações políticas ao gerar uma diferenciação entre aqueles que têm acesso à informação e aqueles que são excluídos ou manipulados por ela. Assim, o segredo pode ser uma forma de gerar ignorância e, conseqüentemente, manter o controle e a manipulação das pessoas. No contexto político, a existência de segredos pode ser usada como uma ferramenta para manter o poder e a influência sobre a sociedade. Nesse sentido, Simmel enfatiza a importância da sinceridade como um valor fundamental na sociedade moderna. Canetti, por sua vez, argumenta que o segredo é um componente crucial do funcionamento do poder, enquanto Foucault aborda as sociedades do discurso em contraposição às sociedades secretas, tornando-se um autor central no estudo da produção social da ignorância. Para finalizar este tópico exploratório, o professor Boaventura de Souza Santos (2019) apresenta as três ignorâncias contra a democracia.

O próximo ponto aborda diretamente a agnotologia – estudos sobre a produção da ignorância como importante chave de leitura para a compreensão da desordem informacional na crise da democracia. Veremos a partir dos autores Michael Smithson (1989) e Robert Proctor (2008 e 2001) que existem muitas categorias distintas no campo da ignorância, desde a ignorância que carrega em si a semente do conhecimento e da ciência, na medida em que se coloca como abertura para o saber em busca da verdade; até

níveis mais arrogantes e violentos de indivíduos que acreditam em informações mentirosas e não admitem divergências nem suportam problematizações. Fazemos uma sistematização da obra de Smithson (1989) *Ignorância e Incerteza: paradigmas emergentes*, e apresentamos o caso estudado por Proctor sobre a indústria de tabaco, que promovia, em meados da década de 70, disseminava propagandas enganosas e mentiras deliberadas sobre o cigarro, além de manter dados sobre os efeitos nocivos causados pelo fumo em segredo.

Na sequência, trazemos nossa leitura sobre o método de observação da ignorância pensado pelo espanhol Galán Machío (2020) e faremos algumas experimentações ainda bastante preliminares de aplicação deste método no caso brasileiro. Assim, a agnotologia cumpre oferecer um novo aporte teórico para a compreensão da comunicação política, da produção social da ignorância e suas implicações políticas.

Encerramos a apresentação dos estudos sobre a produção social da ignorância com a criação de uma tabela cuja visualização facilita a análise comparativa das diferentes estratégias de produção da ignorância que aparecem nos capítulos 2 e 3, desde Otavio Augusto; passando pelos extremismos totalitários analisados por Arendt e Adorno; a propaganda comercial analisada por Proctor e a propaganda cibernética pesquisada por Letícia Cesarino. Vemos que muitas estratégias se repetem e são atualizadas pelos recursos disponíveis em cada momento histórico.

Com base em nossos estudos de agnotologia e nas três ordens de simulacro, concluímos este capítulo com uma categorização dos principais tipos de ignorância. Há aqueles que são positivos, ativos e desejáveis, e outros que são negativos, baseados em simulacros de terceira ordem e altamente nocivos para a formação de uma sociedade saudável, potencialmente fatais para a democracia. Cada classificação é apresentada com um título ou frase representativa, que facilmente poderia ser ouvida de um sujeito tomado por aquele nível de ignorância.

3.1. O que é ignorância? A emergência de um problema.

Há muitas maneiras de pensar a ignorância - como tragédia, como crime, como provocação, como estratégia, como estímulo, como excesso ou privação, como deficiência, como mecanismo de defesa ou obstrução, como oportunidade, como fiador da neutralidade judicial, como pernicioso, como inocência maravilhosa, como injustiça ou alívio, como a melhor defesa dos fracos ou a desculpa comum dos poderosos, e assim por diante. Certamente, existem tantas maneiras de pensar sobre a ignorância quanto sobre o conhecimento, com a sociologia igualmente intrincada em ambos os casos. Existem muitos tipos diferentes de ignorância e muitos motivos diferentes para expô-la, desfazê-la, deplorá-la ou buscar por elas.
(PROCTOR, 2008:24)⁷⁴

Assim como a democracia, a ignorância é um conceito bastante elástico. Neste texto, vamos explorar os múltiplos sentidos da ignorância com a intenção de delimitar qual ou quais sentidos estão estrategicamente implicados na ideia de crise da democracia. A compreensão do conceito de ignorância depende de alguns fatores: da análise do contexto desde onde se instala; da clareza sobre ela ser desejável, voluntária ou imposta; da elucidação de suas causas e dos causadores, e da lucidez sobre as consequências individuais e sociais da sua instalação. No âmbito individual, um bom manejo da ignorância depende ainda de uma interpelação ética constante: *o que quero, o que posso e o que devo ignorar?* Assim também no âmbito social e coletivo: *a quem interessa que eu ignore e por quê?* Levando em consideração estes fatores, a ignorância que surge desde o grande quadro das epistemologias modernas e contemporâneas e pode ser entendida de forma positiva, passiva ou negativa.

Ela pode ser entendida em um **sentido positivo** e bastante desejável na medida em que representa uma disposição de abertura para o conhecimento. O ignorante despoja-se de suas certezas prévias e ingressa num campo inexplorado de saberes. *Saber que nada se sabe* pode ser entendido como máxima de sabedoria na medida em que representa uma certa humildade epistemológica, tanto em Sócrates⁷⁵ quanto na *Douta Ignorância* de

⁷⁴ Tradução livre do seguinte trecho: *there are lots of ways to think about ignorance - as tragedy, as crime, as provocation, as strategy, as stimulus, as excess or deprivation, as handicap, as defense mechanism or obstruction, as opportunity, as guarantor of judicial neutrality, as pernicious evil, as wondrous innocence, as inequity or relief, as the best defense of the weak or the common excuse of the powerful, and so forth. There are surely as many ways to think about ignorance as of knowledge, with the sociology just as intricate in both instances. There are lots of different kinds of ignorance, and lots of different reasons to expose it, undo it, deplore it, or seek it.* (PROCTOR, 2008: 24)

⁷⁵ "Só sei que nada sei" – é um paradoxo socrático que materializa a ideia trabalhada por Rancière do Mestre Ignorante: "É preciso que eu lhes ensine que nada tenho a ensinar-lhes".

Nicolau de Cusa (2002)⁷⁶. Nestes casos, a ignorância não é mera ausência de conhecimento, mas resultado do reconhecimento dos limites do entendimento humano. Da mesma forma, Martin Heidegger (1979) em seu texto *Fim da filosofia e a tarefa do pensamento* considera a ignorância não como erro ou distorção, mas como disponibilidade e abertura para um deixar-se tocar por novos temas, informações ou planos da verdade. No campo da psicanálise a ignorância é reconhecida e assumida no âmbito analítico, e é responsável pela construção positiva de uma transferência possibilitada pela instauração de dois lugares: o lugar do suposto-saber e o lugar daquele que quer saber, articulando-se dialeticamente para que o sujeito possa advir:

O ato de ensinar instaura, retrospectivamente, um tempo no qual o sujeito estava desprovido de saber algum e, portanto, de agora em diante quer saber sobre aquilo que passou a fazer falta. Isso que se quer saber, o aprendiz o supõe no mestre, a tal ponto, de pretender usufruir um pouco dele, ofertando, em troca, seu amor. (Lajonquière, 1997, p.35)

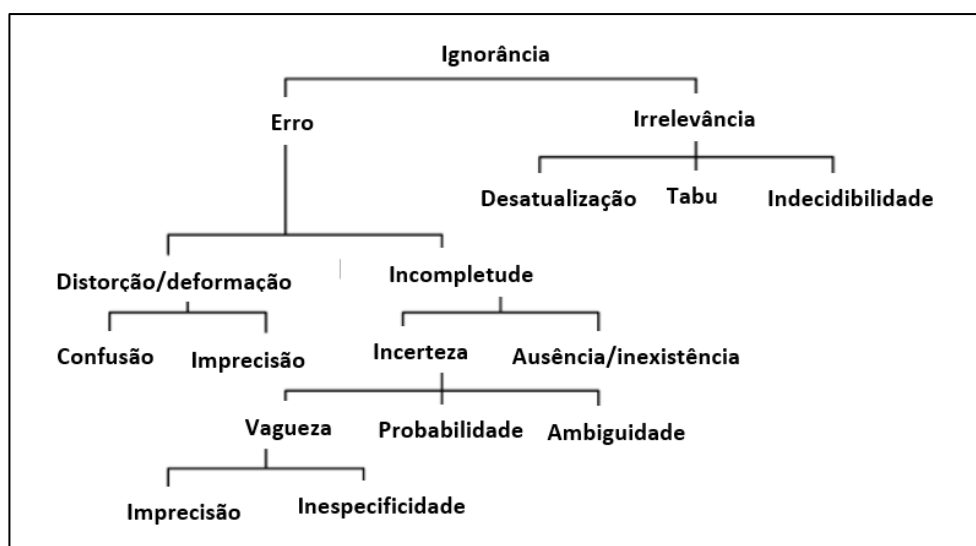
O próprio Lacan (2009), quando define a ignorância como uma paixão, juntamente com o amor e o ódio e lança mão do pensamento de Nicolau de Cusa (2002) para caracterizar a *douta ignorância* como virtude daquele que sabe que nada sabe, o que seria a condição primeira para o saber, seguida da disposição para. Jacques Rancière (2018) também apresenta na obra *Mestre Ignorante* a ignorância como um valor, algo positivo e desejável. De um modo geral, **o sentido positivo** da ignorância está relacionado com a disposição de um indivíduo aberto frente à possibilidade de saber.

Também identificamos em nossos estudos outro sentido para a ignorância que podemos chamar de **sentido passivo** que se refere à ignorância que nutrimos de modo consciente e voluntário em relação aos conteúdos que não são foco de nosso interesse, desejo e investigação. Esta ignorância não se traduz em perigo, mas em confiança. Por exemplo, eu não sei como esse computador funciona, não tenho interesse em investigar esse funcionamento, pois neste momento, estou investigando as implicações da ignorância na crise da democracia. Mas, se meu computador parar de funcionar, eu confiarei no saber de um técnico para recuperar meus arquivos. Este tipo de ignorância voluntária ainda é bastante positivo, pois reforça os laços sociais e potencializa uma certa responsabilidade social do conhecimento que tem como destino ser compartilhado. Entendemos que o

⁷⁶ Para Nicolau de Cusa (2002) em sua obra clássica: *A Doutra ignorância*, o conhecimento humano é insuficiente para alcançar a verdade absoluta, o que demandaria a participação do saber teológico juntamente com o saber racional.

sentido voluntariamente passivo da ignorância nos coloca em abertura para os demais e, associado à solidariedade sociológica, contribui para o bom funcionamento das sociedades.

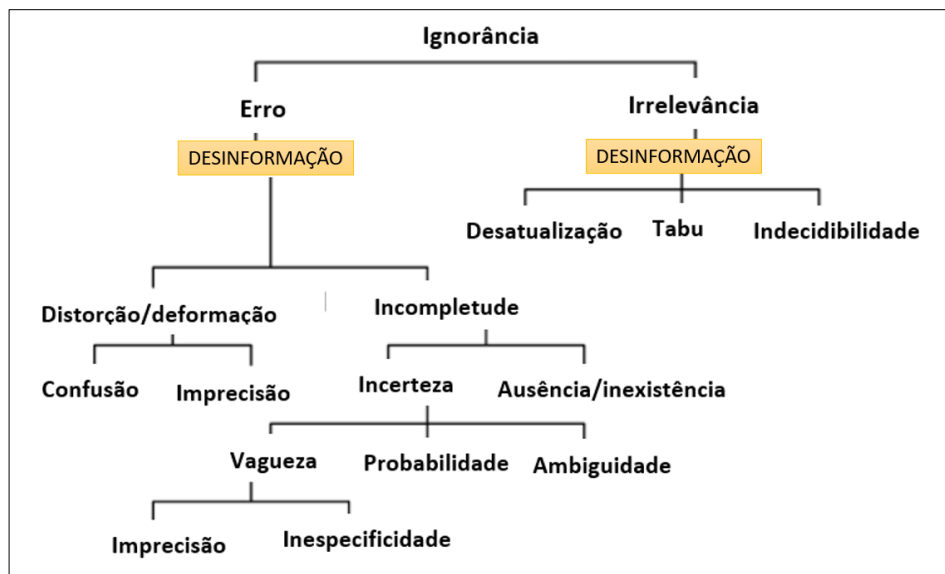
Quando a questão da ignorância se coloca sob a perspectiva da constituição das relações de poder, então os sentidos do termo que até agora se apresentaram de forma positiva, se invertem substancialmente. A ignorância assume um **sentido negativo** ao se manifestar como desinformação, distorção, vagueza, imprecisão, tabu ou ambiguidade. Todas estas manifestações são portas de entrada para instalação e sedimentação de princípios antidemocráticos como a alienação, a manipulação e fundamentalismos. As derivações conceituais podem ser analisadas a partir de Smithson⁷⁷ (1989, p. 06), que elabora uma primeira taxonomia da ignorância:



Quadro 1. Tradução livre do diagrama - Taxonomia da ignorância (Smithson, 1989, p.06)

Não vamos trabalhar aqui cada uma das derivações, mas vamos destacar a lógica utilizada para fazer a distinção entre “erro” e “irrelevância”. Esta diferença se fundamenta na dualidade entre “ser ignorante” pois não obtive acesso à informação correta e verdadeira (por ela estar distorcida, deformada, confusa, imprecisa, incompleta, vaga, ambígua, imprecisa ou inespecífica), e “ignorar” algo voluntariamente (por considerar aquela informação irrelevante, desatualizada ou um tabu). Considerando o objeto desta tese, podemos fazer uma primeira tentativa de situar ou entender o fenômeno da desinformação ou da desordem informacional no quadro maior da taxonomia de Smithson.

⁷⁷ Cujas obras serão analisadas posteriormente e serão apresentadas como importante referência para o campo da agnotologia.



Quadro 2. Adaptação do diagrama – Taxonomia da ignorância de SMITHSON (1989) com a inserção do termo DESINFORMAÇÃO.

Desta forma, a noção de desinformação apareceria como um desdobramento da ignorância e se situaria tanto como subproduto de um erro que pode ou não ser intencional, produzido ou manipulado, quanto como subproduto da irrelevância, fruto de uma decisão ou escolha feita pelo próprio sujeito. Ou seja, os termos que se abrem após o termo erro indicam situações que denotam um sujeito que não sabe que não sabe – ou melhor, ele está desinformado por pensar que a verdade está dada naquela informação; e os termos que derivam da irrelevância indicam situações ou efeitos que se abrem quando o sujeito tem consciência que não sabe, mas não deseja saber ou por considerar irrelevante ou um tabu, por exemplo (sentido passivo). Desta taxonomia, podemos destacar que a maior parte dos termos derivados podem ser lidos no campo da pós-verdade e da desinformação como problema político e séria ameaça democrática.

3.2 A ignorância nas ciências sociais – Sociologia da ignorância

A contribuição mais significativa das ciências sociais sobre o conhecimento e a ignorância é que **ambos** são socialmente construídos. Ora, se a ignorância é parte do conhecimento, então é correto afirmar que ela própria pode ser socialmente construída. A ignorância não apenas surge organicamente, mas ela pode ser produzida e instalada em uma sociedade, tendo em vista os interesses de seus produtores. Contudo, o jogo entre o que se sabe sobre cada um destes fatores sempre esteve longe de ser equilibrado. Enquanto

o conhecimento e suas possibilidades – epistemologia – foi e continua sendo ampla e sistematicamente estudada e pesquisada, a produção da ignorância – agnotologia – foi negligenciada e tratada não mais do que implicitamente nas construções teóricas das ciências humanas e sociais. A história nos apresenta inúmeras situações em diversos países que reforça a tese de que a ignorância de grupo é útil para fins políticos e de mercado. Entendemos que, de qualquer maneira, sendo a ignorância socialmente construída ou um mero subproduto de um processo social, ainda assim precisa ser tomada seriamente como objeto de estudo.

A agnotologia encontra-se enraizada na Sociologia do Conhecimento, que, por sua vez, tem como pressuposto investigar e compreender as condições sociais que favorecem a construção dos conhecimentos e a disseminação dos saberes. Karl Mannheim (1950), pensador húngaro conhecido como principal expoente da chamada sociologia do conhecimento, acreditava que o conhecimento é socialmente relativo, isto é, precisa ser visto em relação a certas condições do ser social, especialmente, das classes sociais. Em *Ideologia e Utopia - Introdução à Sociologia do Conhecimento*, Mannheim discute a proposta de compor um método capaz de compreender o problema de como os homens pensam, no seu funcionamento efetivo na vida pública e na política, como resultado da ação coletiva. Assim, a sociologia do conhecimento tem como princípio uma análise sistemática das relações entre o pensamento e os distintos modos da existência social. A premissa básica é a de que o conhecimento é uma construção socialmente negociada. Ora, se a ignorância for entendida como a outra face do conhecimento, então é correto afirmar que ela imita e acompanha o mesmo movimento, isto é, também pode ser socialmente construída.

Apesar de não falar diretamente sobre a ignorância em seus textos, Karl Marx (2010) contribui para reflexão a partir do seu trabalho sobre o papel da religião como ópio do povo, por exemplo, ou ainda com a negação do conflito de classes por meio da falsa consciência que, por sua vez, estão amparados na teoria da alienação e na discussão sobre o fetichismo da mercadoria. A falsa consciência refere-se ao conjunto de ideias que fundamentam, na consciência do sujeito, uma realidade contraditória, invertida, que se difere da realidade objetiva. Esse conjunto de ideias ou essa falsa consciência exerce um poder e subjuga os sujeitos, como quando, por exemplo, os valores da burguesia são tratados como valores universais. Leandro Konder (2002) afirma que o marxismo traz duas correntes interpretativas do significado de ideologia, um significado descrito por ele como

fraco, que designa uma visão de mundo, um conjunto de ideias e valores que balizam comportamentos coletivos; e outro significado *forte*, que se refere às distorções do conhecimento. Para ilustrar, Konder cita o seguinte trecho de uma carta que Engels envia a Franz Mehring:

A ideologia é um processo que o chamado pensador executa certamente com consciência, mas com uma falsa consciência. As verdadeiras forças motrizes que o motivam permanecem **ignoradas**; de outra forma, não se trataria de um processo ideológico. (ENGELS in KONDER, 2002:49. Grifo nosso)

Na obra *Reminiscences of Marx and Engels* consta um episódio em 1846 em que o escritor Wilhelm Weitling afirma que Marx e Engels escrevem intelectualidades que não passam de obscuridades aos trabalhadores. Ao ouvir tal acusação, Marx se irrita:

Com as últimas palavras, Marx finalmente perdeu o controle de si mesmo e bateu com tanta força com o punho na mesa que a lâmpada tocou e tremeu. Ele deu um pulo dizendo: “A ignorância nunca ajudou ninguém!” Seguimos seu exemplo e deixamos a mesa. (p. 272)⁷⁸

Pierre Bourdieu participa do debate e se torna um autor essencial no campo da sociologia para discutir a questão do senso comum ou a ignorância negativa acadêmica. No texto *Introdução a uma sociologia reflexiva*, ele apresenta questões sobre a cientificidade do saber sociológico e do sociólogo como cientista. Problematiza como é possível alcançar um saber objetivamente válido se as perspectivas dos cientistas sociais dependem e respondem aos seus modos de pertencimento à realidade social. Adverte sobre a necessidade fundamental de superação do senso comum, entendido de duas formas: as formas vulgares compostas por julgamentos e superficialidades (o autor alerta em nota de rodapé para não confundir com o bom senso) e sob formas acadêmicas e institucionalizadas, que ele chama de “senso comum-douto” (Bourdieu, 1989, p. 44),

⁷⁸ Tradução livre do seguinte trecho: *At the last words Marx finally lost control of himself and thumped so hard with his fist on the table that the lamp on it rung and shook. He jumped up saying: “Ignorance never yet helped anybody!” We followed his example and left the table.*

Institut Marksizma-Leninizma (1968), *Reminiscences of Marx and Engels*, Foreign Languages Publishing House, p 272) https://archive.org/details/reminiscencesmarxengels_acesso_em_04/01/2021.

quando o cientista não faz mais do que transcrever em linguagem científica o senso comum popular:

o mundo social constrói sua própria representação, servindo-se para isso da sociologia e do sociólogo. Deixar em estado impensado o seu próprio pensamento é, para um sociólogo mais ainda que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar. Como romper com esta situação? Como pode o sociólogo escapar à persuasão clandestina que a cada momento sobre ele se exerce, quando lê o jornal, ou quando vê televisão, ou mesmo quando lê os trabalhos de seus colegas? Estar alerta é já importante, mas não basta. (Bourdieu, 1989, p. 36)

Quando o sociólogo não faz mais do que jornalismo ele mantém seus estudantes e as novas gerações na “ilusão da compreensão imediata” (Idem. p. 45), isso quando o próprio estudante ou leitor não apresenta “formas perversas que o pensamento preguiçoso pode assumir em sociologia” (p. 47), isto é, olhar para o estudo com as lentes e os recortes estritos de sua realidade mais imediata. Por isso, sugere que o trabalho reflexivo do sociólogo sobre sua própria realidade seja não só um requisito metodológico, mas também uma dimensão ético-política de seu fazer que o levaria a condição de “emancipação fundada na consciência”.

Sergio Paulo Rouanet foi um dos pensadores nacionais a ponderar a peculiaridade brasileira da crise da razão. Em 17 de novembro de 1985, Rouanet publica um ensaio no jornal Folha de São Paulo intitulado: “Verde e amarelo é a cor de nosso irracionalismo” e considera que as reflexões de “Adorno estão mais para o Brasil que um sociólogo positivista nascido em Belém e criado em Vitória de Santo Antão”. Neste ensaio, ele apresenta sucintamente os argumentos desenvolvidos na obra *As Razões do Iluminismo* de 1987, onde trata a ignorância como um fato social e atribui a ela o sentido de irracionalismo. Ele considera o irracionalismo de seu tempo muito mais perturbador do que o antigo (em referência à população alemã que aderiu ao nazismo, por exemplo) porque, segundo ele, não estaria mais simplesmente associado a posições políticas de direita. Hoje, no Brasil, essa premissa não seria mais válida, tendo em vista o extremismo de direita ditar as pautas responsáveis pelo anti-intelectualismo e negacionismo científico. Ele estava considerando uma tendência irracionalista no surgimento de uma subcultura jovem e os novos sujeitos sociais da década de 80, esvaziada de conteúdo, reflexões e crítica.

Nesse sentido, o que está na origem da "contracultura" é a "incultura" — uma incultura engendrada politicamente. Os jovens não contestam a

razão em nome de Nietzsche ou de Bergson, como fizeram os irracionistas europeus do período de entreguerras, pelo excelente motivo de que ninguém lhes ensinou que esses autores existem. Os egressos desse sistema educacional deficitário transformam, simplesmente, seu não-saber em norma de vida e em modelo de uma nova forma de organização das relações humanas (Rouanet, 1987, p. 125)

Rouanet criticava o fato de muitos combaterem a cultura de massa, por exemplo, usando o único argumento de ela ser americana, e não por ser cultura de massas. Infere que a inteligência não tem pátria e que, se a cultura é verdadeiramente universal, a cultura de emancipação pode ser estrangeira, da mesma forma que a cultura nacional pode ser alienada. Ele entende que a razão é o único bem com o qual se pode contar no enfrentamento do esvaziamento de conteúdo, mesmo com todas as suas limitações. Não é difícil relacionar a crítica de Rouanet com a preguiça dos leitores rasos apontada por Bourdieu (1989).

Não podemos deixar de mencionar a análise de Gilberto Freyre sobre a figura do Bacharel no Brasil. Por bacharelismo, se entende o intelectualismo ou a educação acadêmica e livresca. O título obtido (na maior parte das vezes) em alguma universidade europeia funcionava como uma autorização para que o diplomado – ou bacharel – passasse a ocupar algum cargo de poder no alto funcionalismo público. Em sua obra *Sobrados e Mucambos* (2013), mais especificamente no capítulo intitulado *Ascensão do Bacharel e do Mulato*, o autor desvela as implicações deste título em uma sociedade que chegou a chamar de Reinado dos Bacharéis. No entanto, a formação dos nossos doutos, longe de agenciarem uma cultura nacional, serviu para legitimar um novo tipo de relação de dominação no Brasil, a do analfabeto pelo educado⁷⁹. Precisariamos de uma nova e larga investigação sociológica e historiográfica para compreender a transformação do bacharelismo no anti-intelectualismo contemporâneo. Certamente, esta leitura garantiria outras linhas interpretativas para as novas faces da crise da democracia no Brasil.

Outra linha teórica que contribui para as reflexões sobre a ignorância é sociologia do segredo de Georg Simmel⁸⁰ (2021), que encontra ecos em Canetti (1995) e Foucault

⁷⁹ As obras de Sylvio Romero são excelentes recursos investigativos sobre a erudição e a instrução popular. Sugerimos em especial *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1977) e *Obras filosóficas* (1969).

⁸⁰ Publicado originalmente como *Sociology of secrecy and of the secret societies* (1905), compondo, mais tarde o livro: SIMMEL, G. *Soziologie. Untersuchungen über die formen der vergesellschaftung* de 1908. O texto *A sociologia do segredo e das sociedades secretas* de George Simmel tem tradução de Simone Carneiro Maldonado da Universidade Federal da Paraíba e foi publicado na Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, p. 219-242, Abril de 2009.

(2014). O que analisamos aqui como ignorância encontra correspondências com o que ocorre com o segredo, ou melhor, o não saber gerado pela omissão de informações: de um ponto de vista individual, pode não ser algo nocivo ou pernicioso, mas no âmbito político, a existência de um segredo gera sempre a diferenciação entre detentores da informação verdadeira e os excluídos ou manipulados por ela. Simmel propõe que a forma como os indivíduos interagem e se relacionam uns com os outros está diretamente relacionada à construção de um conhecimento mútuo, que é, por sua vez, baseado em uma percepção subjetiva. Cada indivíduo forma uma impressão pessoal sobre a personalidade do outro, a partir das informações disponíveis, que são influenciadas por diversos fatores, como a personalidade de quem está fazendo a interpretação e o tipo de relacionamento entre os indivíduos. Essa subjetividade implica que a impressão que um indivíduo tem do outro pode ser diferente daquela de outra pessoa, mas isso não significa que uma esteja mais correta do que a outra. “Estas relações pressupõem – pois tal é sua natureza – certa ignorância, uma parte sem dúvida variável de dissimulação recíproca. A mentira não é mais que uma forma grosseira e, em última instância, com frequência contraditória, desta necessidade.” (Simmel, 2021, p. 379)

Assim, a confiança e a sinceridade possibilitam a interação social e a cooperação entre indivíduos em uma sociedade complexa, na qual não é possível conhecer pessoalmente todos os outros indivíduos e verificar todas as informações e pressupostos. A mentira, por sua vez, é um risco constante nesse cenário, pois pode quebrar a confiança e prejudicar a cooperação entre as pessoas. Por isso, Simmel destaca a importância da sinceridade como um valor fundamental na sociedade moderna⁸¹. “Do ponto de vista social e ético, certo racionalismo exige que as relações entre os homens estejam alicerçadas na sinceridade subjetiva” (*Idem*, p. 522)

Um exemplo ilustrativo do uso prejudicial do segredo com o objetivo de produzir ignorância em um determinado grupo e potencializar o poder é a postura adotada pela Igreja Católica medieval, que mantinha um índice de obras proibidas para a população. Esse índice servia como uma forma de censura, mantendo a informação restrita a uma elite intelectual e religiosa, que detinha o controle sobre o conhecimento e o acesso à informação. Tal controle era utilizado como uma estratégia para manter e fortalecer o poder

⁸¹ Para aprofundamentos na sociologia do segredo, sugerimos o trabalho da professora Simone Carneiro Maldonado, professora da Universidade Federal da Paraíba.

da Igreja, privando a população de acesso a ideias e conhecimentos que poderiam desafiar a autoridade eclesiástica⁸².

Assim como as disposições subjetivas do segredo e da mentira apresentam riscos para as interações sociais, o uso dessas mesmas disposições como estratégia política pode ser fatal para um regime democrático.

o acúmulo de todos os segredos de um só lado e em uma só mão há de ser, por fim, fatal. E fatal não apenas para seu possuidor — o que, em si, não teria maior importância —, mas também para todos os envolvidos, o que é de enorme importância. Todo segredo é explosivo e se intensifica em seu próprio calor interno. (Canetti, 1995, p. 296)

O segredo, em grande medida, é perigoso e sua periculosidade tornou-se mais clara atualmente, em especial nas esferas em que a posse de segredos é correlacionada com o poder. Aqueles que possuem informações confidenciais detêm uma vantagem sobre os demais pela geração de áreas restritas e confidenciais pode constituir um núcleo de poder, uma vez que o acesso a informações exclusivas pode ser usado para influenciar e controlar as ações de outros indivíduos ou grupos. Em síntese, o segredo é um componente fundamental do funcionamento do poder, uma vez que informações confidenciais são frequentemente utilizadas para estabelecer e manter relações de poder.

A sociologia do segredo pode contar ainda com as análises de Foucault (2014). No texto *A Ordem do Discurso*⁸³ ele expõe suas principais reflexões e pesquisas sobre como os diversos discursos exercem funções de controle, limitação e validação das regras de poder desta mesma sociedade. Reforçando o argumento de Simmel, Foucault entende que os contextos mais propícios para o exercício coercitivo do poder seriam as sociedades “secretas”. No entanto, mesmo que essas sociedades tenham perdido sua força ao longo do tempo, elas parecem ter passado por processos de transfiguração, uma vez que mesmo fora de tais sociedades secretas, persistem a apropriação do segredo e a não permutabilidade, ou seja, a falta de possibilidade de fluência do discurso.

⁸² Simmel discute as características e o papel das sociedades secretas dentro de uma sociedade mais ampla. Ele argumenta que as sociedades secretas são uma formação secundária, que se desenvolve dentro de uma sociedade já completa em si. Embora as sociedades secretas possam ter objetivos altruístas, o seu isolamento dessa coletividade é considerado uma técnica indispensável para atingir seus objetivos. Foucault entende que estas sociedades secretas baseadas em doutrinação são o oposto das “sociedades do discurso” (2014).

⁸³ *A ordem do discurso* de Michel Foucault concerne à aula inaugural proferida por ele no *College de France* em 02 de dezembro de 1970.

É certo que não mais existem tais "sociedades de discurso", com esse jogo ambíguo de segredo e de divulgação. Mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade. (Foucault, 2014, p. 38)

A coerção permanece presente em muitas outras formas de exclusividade e divulgação, como o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e circulação do discurso médico, e aqueles que se apropriam do discurso econômico ou político. De acordo com Foucault (2014, p.47), o poder só é tolerável quando é capaz de dissimular uma parte importante de si mesmo. Para finalizar a menção deste autor como parte deste debate, vale destacar sua compreensão e esperança de que a educação possa ser um sistema onde os indivíduos tenham acesso a qualquer tipo de discurso (2014, p.41). Ele alerta que a educação é um campo de luta pela hegemonia do discurso, pois todo sistema educacional é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, juntamente com os saberes e poderes que eles carregam consigo. Tema que vamos recuperar no último capítulo deste trabalho.

Finalizamos com a menção ao sociólogo e pesquisador português Boaventura de Souza Santos, que apresenta um ponto bastante interessante em um artigo publicado em março de 2019 com o título: *As três ignorâncias contra a democracia*. Neste texto, ele aponta três implicações da ignorância – em seu sentido negativo – sobre a desestabilização dos processos democráticos.

A primeira implicação – ou *modo 1* – se vê desde o eurocentrismo, especialmente a ciência moderna, que despreza, invisibiliza e negligencia as culturas e os saberes extra europeus por considerá-las menos rigorosas e/ou desprovidas de método e comprovação. Neste caso, SANTOS (2019) afirma que a ignorância que se produz é arrogante, é a ignorância “de quem não sabe que há outros modos de conhecimento com outros critérios de rigor e tem poder para impor a sua ignorância como a única verdade.” É o modo mais difícil de lidar, uma vez que o conhecimento dominante é generalizadamente aceito e sua consequência é o que ele nomeia de *epistemicídio*. A segunda implicação – ou *modo 2* – refere-se ao esquecimento do passado especialmente de contextos marcados por violências (ele cita o *apartheid*, guerras civis, processos de demarcação de terras, períodos de ditadura, entre outros) que marcam e comprometem o desenvolvimento igualitário das pessoas e seus contextos. Este modo de produção da ignorância aparece quando há

tentativas (oficiais) de apagamento da história, tentativas de ignorar que houve escravidão, holocausto, ditadura e recorrer ao silêncio de uma “ignorância indolente” negando categoricamente a existência de dívidas históricas por meio da negação da própria história. A terceira implicação da ignorância sobre a democracia – ou *modo 3* – situa-se na rápida produção de informações falsas no intuito de suprimir os efeitos de uma informação verdadeira que teria poder de desvelar uma verdade inconveniente. Segundo Souza Santos, esta implicação é dificilmente controlável uma vez que seu veículo é a internet.

O impacto destes três tipos principais de ignorância nas democracias do nosso tempo é convergente, embora diferenciado. Todas estas ignorâncias contribuem para produzir democracia de baixa intensidade. A ignorância arrogante torna impossível a democracia intercultural e plurinacional, na medida em que outros saberes e modos de vida e de deliberação são impedidos de contribuir para o aprofundamento democrático; e faz com que vastos setores da população não se sintam representados pelos seus representantes e nem sequer participem nos processos eleitorais de raiz liberal. A ignorância indolente retira da deliberação democrática decisões sobre justiça social histórica, sexual, e descolonizadora, sem as quais a prática democrática é vista por vastas camadas da população como um jogo de elites, uma disputa interna entre os vencedores dos conflitos históricos. Mas a ignorância malévola é a mais antidemocrática de todas. Sabemos que as deliberações democráticas são tomadas com base em fatos, percepções e opiniões. Ora a ignorância malévola priva a democracia dos fatos e, ao fazê-lo, converte a boa-fé dos que dela são vítimas em figurantes ou jogadores ingênuos num jogo perverso onde sempre perdem e, mais do que isso, se auto infligem a derrota. (Santos, 2019 s/p)⁸⁴

Tanto o texto de Souza Santos quanto outros textos aqui apresentados demonstram que o sentido negativo da ignorância sempre está presente na análise dos fatores que contribuem para a crise e desestabilização da democracia. Por esse motivo, vamos aprofundar a partir deste momento o estudo sobre a ignorância desde o campo da agnotologia no sentido de buscar mais elementos que possam elucidar em que nível se encontram imbricados a ignorância e a crise da democracia. A sociologia da ignorância pode nos ajudar a entender como a desinformação, o desconhecimento e a falta de interesse dos cidadãos podem contribuir para a erosão dos princípios democráticos.

⁸⁴ Texto completo disponível no link: <https://observatoriodademocracia.org.br/2019/03/26/as-tres-ignorancias-contra-a-democracia/> Acesso em 30/01/2021

3.3. Agnotologia

Um dos instrumentos acadêmicos de análise é uma recente área do campo das ciências sociais a **agnotologia** – estudos sobre a produção social da ignorância. Apesar de dispormos ainda de poucas obras em língua portuguesa, os estudos agnotológicos oferecem chaves de leitura muito apropriadas ao nosso tempo político. É possível considerar a agnotologia como uma epistemologia às avessas, isto é, enquanto a epistemologia investiga as possibilidades do conhecimento e do saber (Como posso conhecer? O que pode ser conhecido?), a agnotologia se preocupa fundamentalmente com o universo do não-saber, ou seja, com o vasto campo das ignorâncias (Como a ignorância pode ser produzida e por quê? A quem interessa o não-saber?). Os autores de referência garantem que a ignorância não apenas surge organicamente, mas que, assim como o conhecimento, ela pode ser produzida e estrategicamente instalada em uma sociedade, tendo em vista os interesses de seus produtores.

Nos pontos que seguem vamos apresentar as produções mais recentes sobre a agnotologia, sendo as referências mais relevantes as obras de Smithson (1989), Proctor (2008) e Galán Machío (2020). Michael Smithson é professor da Escola de Pesquisa de Psicologia da Universidade Nacional Australiana em Canberra. Sua obra *Ignorance and Uncertainty: Emerging Paradigms* (1989) consiste no mais completo trabalho sobre o tema da ignorância até o momento. Também será central a obra do professor de História da Ciência da Universidade de Stanford Robert Proctor *Agnotology* publicada em 2008. Proctor seria o primeiro a usar o termo **agnotologia** para se referir ao estudo da produção política e cultural da ignorância para fins políticos e comerciais. Por fim, a obra do sociólogo espanhol Galán Machío: *Sociología de la ignorancia, ignorancia de la Sociología*, na qual este autor apresenta uma metodologia chamada de triângulo da ignorância que serve de ferramenta de análise dos sujeitos e dos campos da ignorância.

3.3.1 Michael Smithson

Sua obra ainda não foi traduzida no Brasil e foi uma árdua tarefa ter acesso aos seu livro. Tivemos a sorte de o próprio professor contribuir com essa pesquisa e nos enviar gratuitamente o arquivo de seu livro. Por ser um autor ainda pouco explorado e sua teoria sobre a ignorância ser de extrema importância na análise da situação política que vivemos no Brasil contemporâneo, vamos apresentar aqui um panorama dos principais pontos de discussão presentes em sua obra *Ignorance and Uncertainty: Emerging Paradigms* de 1989. Este autor realiza uma abordagem multidisciplinar do tema, com publicações nas áreas de psicologia e ciências cognitivas, ciências sociais e estatística. O interesse na obra de Smithson vem crescendo de modo bastante considerável, o que nos permite interpretar que o interesse na teoria social da ignorância também é crescente.

O que se segue a partir deste ponto é um exercício analítico que realizamos em sua obra, resultando em notas artesanais de leitura. Essas notas desempenham o papel de componentes individuais que, ao serem reunidas ao término deste exercício, possibilitarão a construção de uma visão mais abrangente do campo de estudo da agnotologia, em consonância com a abordagem de artesanato intelectual que inspira nossa metodologia.

Ignorância e Incerteza: paradigmas emergentes é uma obra que conta com duzentas páginas organizadas em sete capítulos. O autor denuncia o modo como se tem negligenciado o tema da ignorância, delinea os motivos aparentes dessa negligência e aponta de modo bastante otimista para uma importante mudança de direcionamento. Nas últimas décadas, a ignorância sai do lugar de invisibilidade acadêmica e passa a ocupar gradativamente um lugar de maior importância. Ainda assim, ele afirma que sua *teoria social da ignorância* (1985) permaneceu à margem das discussões oficiais, mesmo no contexto das crises de certeza situadas na última parte do século 19 e a primeira metade do século 20. Nos campos da matemática, da física e da filosofia, por exemplo, se pode perceber as crises de certeza, marcadas não apenas por uma crescente especialização e fragmentação, mas também por uma perda de consenso sobre os critérios fundamentais de verdade. Os resultados foram a relativização da verdade e o reconhecimento de fontes de incerteza incorrigível ou ignorância.

Podemos entender como o cerne de toda sua teoria que a ignorância é uma construção social: “A ignorância, como o conhecimento, é socialmente construída e

negociada” (Smithson, 1989, p. 04) ⁸⁵ por "sujeitos econômico-culturais" que manobram (e continuam manobrando) para criar falsas crenças sobre certas questões. Antes de desenvolver sua argumentação, Smithson apresenta alguns autores da sociologia do conhecimento e também de outras áreas, que, mesmo considerando a ignorância uma construção social, o fazem numa perspectiva ingênua e absolutista. Cita o artigo clássico de 1949 escrito por Moore e Tumin como exemplo de definição de ignorância como mera ausência ou distorção da verdade. Smithson acredita que essa visão simplista é fundamentada em um dogmatismo, mesmo assim, considera relevante os sociólogos analisarem essa perspectiva ao menos para saber como evitar cair no mesmo problema.

Por se tratar de uma abordagem multidisciplinar, Smithson trabalha a teoria da probabilidade e seus desdobramentos. Sua intenção é perscrutar o que os probabilistas têm usado como estratégias de redução e banimento da incerteza. Essa investigação probabilística se espraia ao longo dos capítulos pelos campos da engenharia da computação, da inteligência artificial, da análise de risco e da psicologia (este último campo é analisado de forma aprofundada no capítulo 5 e se desdobra em duas perspectivas: normativa e descritiva)⁸⁶. Os resultados destas análises podem ser vistos do seguinte modo: Smithson considera que a ignorância e suas variantes taxonômicas são fatores constitutivos

⁸⁵ Tradução livre. Segue trecho original: *Ignorance, like knowledge, is socially constructed and negotiated.*

⁸⁶ Tendo em vista nosso tema de pesquisa ser a participação da ignorância na democracia e suas crises, optamos por descrever brevemente esta parte do capítulo que fala da ignorância na jurisprudência mais detalhadamente e não aprofundar a análise sobre a gestão da ignorância na engenharia e na matemática. Smithson apresenta uma sequência de exemplos sobre incerteza e imprecisão no campo da engenharia, da jurisprudência e da matemática. Ele afirma que a jurisprudência opera, na maioria das vezes, com informações imprecisas derivadas de investigações tendenciosas ou testemunhas não confiáveis e até advogados desonestos e que é muito comum, na função de um juiz, perceber e identificar tentativas de manipulação do seu julgamento. Isso ocorre porque o sistema de leis de um país não é um sistema fechado, as leis devem ser interpretadas pelos juízes de acordo com critérios sociais e políticos que podem arbitrariamente se alterar de acordo com cada caso e de acordo com a perspectiva do juiz. Para ilustrar, Smithson cita esta anedota: O conselheiro de Mansfield assim se referiu a um governador nomeado de uma colônia para decidir casos judiciais "... nunca dê suas razões, pois seu julgamento provavelmente estará certo, mas suas razões certamente estarão erradas."⁸⁶ (Smithson, 1989, p.15) Apesar de não se referir diretamente às arbitrariedades na interpretação dos juízes, Smithson lembra que as tentativas de qualificar e dar maior precisão aos julgamentos passa sempre pela revisão dos critérios de análise dos julgados e raramente dos julgadores. Neste sentido, cita inúmeras tentativas incitadas no intuito de fornecer bases "científicas" às evidências ou contornar a ignorância dos fatos. como foi caso do uso do polígrafo. Analisando a jurisprudência pelo viés da taxonomia da ignorância, Smithson considera que os juízes lidam mais frequentemente com a irrelevância do que com o erro. Sendo assim, desenvolvem critérios explícitos e bastante extensos para diferenciar fatos e evidências de tabus, boatos e difamações. Smithson finaliza esta análise fazendo um acréscimo à sua teoria: a ignorância só pode se constituir socialmente se as estruturas normativas desta sociedade estiverem impregnadas por ela.

da vida moderna. Ele considera válidos os esforços das mais distintas áreas do saber no sentido de identificar quais aspectos da ignorância e da incerteza são desejáveis e devem ser estimulados, quais aspectos precisam ser identificados e contornados e quais podem ser mantidos por serem inofensivos. Ele conclui esta análise de forma bastante otimista em relação aos visíveis avanços em todas as áreas citadas incitados pelo que ele chama de “reformistas normativos” (1989:100) Estes são responsáveis por uma mudança paradigmática no campo da incerteza e da ignorância.

É na segunda parte da sua obra que o autor faz uma incursão no campo da psicologia que, segundo ele, interessa sobremaneira à sociologia da ignorância, uma vez que busca explicações sobre como os sujeitos sociais percebem e respondem à ignorância. Smithson inicia exemplificando o campo de tradição psicanalítica. De acordo com esta linha, a ignorância surge do inconsciente e das tentativas que o sujeito realiza para defender, negar ou suprimir o conteúdo inconscientemente ancorado. Os conflitos que o sujeito experimenta na fronteira entre o consciente e o inconsciente são geradores de outras reações, como fantasias, projeções e até distorções da realidade. As intervenções psicanalíticas acontecem no sentido de ajudar o sujeito a quebrar essa defesa. Partindo para o campo das teorias da personalidade, o autor afirma que há uma crença de que os sujeitos apresentam inclinações pessoais ou para a incerteza e a ignorância, ou para a certeza e o conhecimento. Diante desta constatação, instauraram-se as primeiras tentativas de explicar uma tendência pessoal à ignorância relacionada ao conservacionismo de direita. O estudo mais conhecido deste campo é o da *personalidade autoritária* de Adorno (1950) e a criação da **escala F**. O autor esclarece que o sujeito de personalidade autoritária demonstra rigidez cognitiva e defensiva, falta de adesão a novos conceitos e apego a esquemas categóricos rígidos. São de comportamento intolerante, não suportam ou não compreendem a ambiguidade ou a heterogeneidade de valores ou crenças e são irredutíveis quanto ao que julgam ser desvios de dogma religioso ou político. Personalidades não autoritárias demonstram traços cognitivos diametralmente opostos. Smithson cita ainda a teoria da mente aberta e fechada de Rokeach (1960): enquanto a mente aberta ou “gestalt” é receptiva, possui necessidade de conhecer e compreender, a mente fechada ou o “tipo psicanalítico” apresenta suas estruturas psíquicas fixadas à parte cognitiva da personalidade (familiaridade e previsibilidade) e as defendem contra a chegada de possíveis “ameaças”.

Após explorar outros estudos realizados neste mesmo sentido, Smithson conclui que na maior parte dos estudos foi possível encontrar elementos que associam a construção

da ignorância ao comportamento de um sujeito e que seriam sempre as próprias pessoas que tem como dever identificar, enfrentar ou se defender pessoalmente contra isto. Deste modo, os campos da psicologia que foram analisados no capítulo (com exceção do estudo de Adorno) não demonstraram grandes preocupações no sentido de identificar a ignorância coletiva ou socialmente produzida. Além disso, Smithson considera que a psicologia e áreas afins não aderiram vigorosamente ao recente desenvolvimento em paradigmas normativos sobre ignorância e, particularmente, incerteza. Existe uma entrada da psicologia para o campo da ignorância, mas ele considera ainda estar em estado de infância⁸⁷.

O autor apresenta ainda aproximações feitas por certos ramos da sociologia, psicologia social e antropologia social no campo da agnotologia. O ponto de partida para sociólogos e antropólogos sociais coincide com a própria tese smithsoniana de que a ignorância e o conhecimento são produtos sociais, derivados de uma negociação, um consenso. Os próprios critérios utilizados para decidir o que é real ou verdadeiro tem origem em um consenso social negociado. Esta tese anuncia a possibilidade de um choque ou enfrentamento com as investigações epistemológicas racionalistas que garantem haver possibilidade de conhecimento fora da experiência. Smithson considera ser *“impossível se referir de forma inteligível ao conhecimento ou à ignorância sem referência ao contexto social no qual eles são criados e mantidos.”* (1989:144) Mesmo assim, todos os argumentos devem ser considerados no âmbito dos estudos sobre a ignorância.

Smithson continua desenvolvendo seu argumento, agora inferindo que a ignorância não existe simplesmente por mera limitação humana; ela é criada involuntária ou voluntariamente e mantida por pessoas que agem em sociedade, isto é, pelas estruturas sociais nas quais vivem. Ele reflete que se o conhecimento é uma questão de negociação social, então ela pode ser renegociada e seus critérios podem ser revistos, tendo em vista os efeitos que ela vem produzindo. Este raciocínio leva Smithson a fazer uma nova revisão dos clássicos para encontrar reflexos desta negociação/re negociação. Em Marx, por exemplo, ele identifica a tese de que *a ignorância do proletariado é funcional para a classe dominante*. Smithson comenta a tese apontando nela um problema: a mera exposição à 'verdade' sobre as elites dominantes pode não ser um estímulo suficiente para desencadear a desejada transformação em consciência do proletariado. Segundo Smithson, não basta o proletariado acessar a verdade para tomá-la como tal. Apesar de apontar o problema,

⁸⁷ Até o final da década de oitenta.

Smithson não fornece neste momento possibilidades de solução, uma vez que se propõe apenas a mapeá-los.

Ele inicia em seguida uma nova seção onde avança alguns argumentos que garantem que a ignorância é possibilitada por certas propriedades da linguagem, uma vez que ela se faz presente em todos os processos de interação social. Um aspecto interessante do argumento é que a linguagem permite que a comunicação seja inespecífica, parcial ou mesmo que a mensagem seja mal-entendida. Retomando a taxonomia da ignorância a linguagem permite ambiguidades, distorções e incompletudes. Essa característica da linguagem é usada, por exemplo, como estratégia em uma conversa educada para gerar níveis de ignorância.

Considere a construção de ignorância em uma conversa educada. Um componente considerável de ser educado envolve evitar assuntos ou mensagens que possam induzir desconforto ou conflito social. Assim, os comunicadores educados devem, por um lado, encontrar maneiras de ignorar esses assuntos eles próprios e, por outro lado, ajudar seus coparticipantes a ignorá-los também. Provavelmente não é nenhuma coincidência que a raiz latina para 'bom' (nice) é 'necius', que significa ignorante. Uma consciência precoce das conexões entre polidez e ignorância pode ter sido expressa na linguagem. (1989, p. 151)

Smithson avança abordando a ignorância e as organizações e afirma que de um modo geral, as organizações consideram a ignorância útil e começam a desenvolver estratégias deliberadas de produção da ignorância. Ele cita 3 agendas políticas em relação à utilidade da ignorância nas organizações: a primeira seria a necessidade de manutenção do controle para legitimar a autoridade; a segunda seria a necessidade de justificar decisões políticas com análises persuasivas que aparentemente representam certezas; e a terceira seria a necessidade de análises mais restritas do que abrangentes. Estas três necessidades fazem com que as incertezas permaneçam normais, parte do cotidiano e da normalidade das empresas.

Finalmente, o autor esboça algumas direções futuras no diálogo entre as explicações normativas e explicativas da ignorância, tendo sua taxonomia como elo que transita entre as duas explicações, além de reforçar que apenas uma pesquisa sobre a ignorância de forma sistemática, integrada e multidisciplinar pode gerar respostas razoáveis para o que ele chama de *explosão de ignorância pós-moderna*. Em contrapartida, quaisquer esforços localizados contribuirão para a perpetuação da ignorância, na medida em que a especialização consiste em si em uma forma de ignorância.

Professor Smithson faz ainda uma importante contribuição na obra organizada por Roberto Proctor e Londa Schiebinger, publicada em 2008 *Agnology*. É de Smithson o capítulo 9 da obra, intitulado *Social Theories of Ignorance*. Neste artigo, como anuncia o título, cumpre oferecer um aporte teórico para a compreensão da ignorância. Apresenta os critérios utilizados na constituição da taxonomia da ignorância e normatiza o uso de algumas expressões, como por exemplo, a distinção entre saber que não se sabe – que ele nomeia como ignorância consciente – e não saber que não se sabe – o que ele nomeia de meta-ignorância.

Smithson apresenta distintas abordagens ou teorias que podem ser vistas como campos legítimos de investigação da sociologia da ignorância. Ele reforça o ponto de vista de Robert Proctor – que veremos a seguir – sobre a ignorância ser um fato emergente resultado de uma construção ativa, uma manobra deliberada e estratégia tendo em vista um fim, o que seria o escopo principal desta obra. Neste caso e na maior parte das abordagens sobre a ignorância, o consenso é o que que ela deve ser combatida, reduzida ou eliminada. Os casos em que a ignorância se mostra como desejável situam-se no campo do entretenimento e motivacional, quando, por exemplo, não desejamos ter spoilers sobre o final do filme ou do livro que ainda não lemos, ou quando não deseja saber o sexo da criança antes de seu nascimento. Cada área do conhecimento possui uma forma própria de gestar a ignorância em seus âmbitos e de considerar e classificar os modos que devem ser combatidos ou não. Este seria mais um argumento utilizado para reforçar o apelo feito pelo autor na obra *Ignorance und Uncertainty*: de que este tema deve ser debatido de forma multidisciplinar. As disciplinas devem humildemente compreender que suas perspectivas são limitadas para compreender a complexidade da ignorância, por isso, podem inspirar-se umas nas outras para elaborar visões mais completas e eficientes.

Segundo ele, existem meandros ainda não devidamente investigados, mas que se revelam com grande um potencial, por exemplo, a ligação entre *ignorância emocional e a legitimação de avaliações morais*. Um exemplo é a ignorância que pode ser usada pelo ignorante como uma justificativa para se isentar da responsabilidade ou culpa. Outro arranjo inexplorado são as formas de transmissão do conhecimento concebidos como projetos moralizantes.

3.3.2 Robert Proctor

Entendemos que os grandes esforços feitos pelo professor Michael Smithson categorizam a ignorância como um novo espaço investigativo, mas é no pensamento de Robert Proctor que vamos encontrar uma interlocução mais efetiva com nosso objeto de pesquisa, a saber, os contornos atuais da chamada *crise da democracia*. Proctor é considerado o criador do termo *agnostologia*, que significa justamente **o estudo da produção intencional da ignorância para fins políticos** e comerciais.

A palavra aparece pela primeira vez em seu livro *The Cancer Wars: How Politics Shapes What We Know and Don't Know About Cancer* (A guerra do câncer: como a política molda o que sabemos e o que não sabemos sobre o câncer), de 1995. Neste trabalho, vamos explorar de modo especial a obra *Agnotology – the making and unmaking of ignorance* organizada pelo professor Proctor juntamente com Londa Schiebinger, ambos da universidade de Stanford. Ela contém 12 capítulos produzidos por distintos pesquisadores de várias áreas do conhecimento, entre eles, o professor Michael Smithson e foi anteriormente comentada. A obra é resultado de conferências realizadas em Stanford nos anos de 2003 e 2005 com o objetivo de desenvolver ferramentas para entender como a ignorância é entendida, criada e sistematicamente ignorada. A frase que abre o prefácio pode ser lida como um anúncio trágico e ao mesmo tempo como um diagnóstico que aproxima a possibilidade da cura: *we live in an age of ignorance*, ou seja, vivemos em uma era de ignorância, e não de informação como queriam os teóricos desde a década de 80. Além de um contrassenso, a frase inicial evoca um alívio e um desespero: o alívio de ter o problema (ao menos parcialmente) situado e o desespero de pensar que sobre sua possível insolubilidade.

O primeiro capítulo é de autoria de Robert Proctor e se chama *Agnotologia - Um termo ausente para descrever a produção cultural da ignorância (e seu estudo)*,⁸⁸ onde aborda em linhas gerais a ausência de preocupação com a ignorância, em especial nas ciências humanas/filosofia em contrapartida a uma grande quantidade de investigações sobre a produção do conhecimento e o campo das epistemologias. A ignorância sempre foi tratada ou como um estágio inicial do sujeito que ainda não conhece, ou então como um estado de negação no sujeito que não quer conhecer. Proctor delimita outras distinções no campo da ignorância:

⁸⁸ Tradução livre: *A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance (and Its Study)*

- ✓ como *estado nativo* (ou recurso), que denota inocência e é exemplificado pelo modo como os bebês começam ignorantes e lentamente conhecem o mundo, além disso, é vista como recurso, pois é esse tipo de ignorância, aquela que antecede o *thaumazein* filosófico, o espanto, combustível para manter girando a roda da ciência;
- ✓ como *reino perdido* (ou escolha), que diz respeito ao que ele chama de geografia da ignorância; e se pergunta: *Onde está a ignorância e por quê?* Da mesma forma que o conhecimento, a riqueza ou a pobreza, a ignorância também possui um rosto, uma casa e um preço que o campo agnotológico deve investigar. Quem escolhe quais são os conhecimentos relevantes e quais devem permanecer encobertos?
- ✓ como *uma manobra deliberadamente planejada e estratégica (ou construção ativa)*, que aborda a intencionalidade da produção da ignorância para manipulação da opinião pública para fins políticos e/ou de mercado.

Além do capítulo introdutório assinado por Proctor, a obra *Agnotology* conta com outros 11 artigos, separados em três grupos. O primeiro grupo foi chamado de *Secrecy, Selection, and Supression* e conta com 4 artigos que versam sobre os seguintes temas, respectivamente: a lógica da censura moderna; a ciência do clima como vítima da guerra fria; saúde pública e meio ambiente e sobre o orgasmo feminino. O segundo grupo chamado de *Lost Knowledge, Lost Words* contém 3 artigos na área de história e arqueologia: o primeiro é assinado por Londa Shiebinger e versa sobre o interesse por parte dos médicos europeus na farmacologia dos povos nativos das Américas durante o processo de colonização. Algumas ervas foram rapidamente incorporadas como foi o caso da chinchona utilizado no tratamento de malária. Enquanto outros saberes foram simplesmente ignorados como no caso da *peacock flower*, ou a flor de pavão que era usada como abortiva. Outro artigo aborda a supressão do conhecimento que os indígenas americanos possuíam sobre fósseis gigantes, conhecimento que foi considerado pelos colonizadores muito perigoso, já que não havia na descrição bíblica da Arca de Noé relatos da existência de animais gigantes. O último artigo mapeia teoricamente a ignorância no

campo da arqueologia. O terceiro grupo é intitulado *Theorizing Ignorance* conta com 4 artigos, sendo um deles assinado pelo professor Smithson (já foi abordado anteriormente). Além deste, o artigo *White Ignorance* escrito por Charles Mills anuncia uma historicização da ignorância branca como um fenômeno cognitivo associado ao racismo; os outros dois versam sobre a agnotologia no contexto da engenharia genética e do jornalismo.

De um modo geral, podemos dizer que a organização dos trabalhos feita por Proctor e Schiebinger visibiliza as possibilidades multidisciplinares da pesquisa agnotológica, com destaque para as pesquisas que desvelam sistemas complexos de invisibilidade de grupos de apagamento de conhecimentos e culturas no contexto da afirmação e imposição de uma colonização dos povos, dos seus corpos e mentes⁸⁹.

3.3.3 O caso da indústria de tabaco

Proctor analisou um memorando interno da empresa de tabaco Brown & Williamson chamado *Smoking and health proposal* (Tabagismo e proposta de saúde) que veio à público em meados da década de 70. A análise deste caso contribui e muito para compreensão das possibilidades da agnotologia em mapear estratégias de dominação, por isso, vamos nos deter neste caso. O autor descobriu que a indústria do tabaco disseminava propagandas enganosas e informações mentirosas sobre seu produto, além de investir uma fortuna para manter dados sobre os efeitos nocivos causados pelo fumo em segredo. O conhecido jornalista Alistair Cooke anunciara que a publicação de novos estudos

⁸⁹ *Routledge International Handbook of Ignorance* - Além da coletânea de Proctor & Schiebinger, destacamos outra referência, desta vez, inglesa. É a *Routledge International Handbook of Ignorance*, organizada pelo sociólogo alemão Mathias Gross e a professora de sociologia da Universidade de Essex Linsey McGoey em 2015. A obra conta com as contribuições do professor Smithson além de outros 50 pesquisadores que assinam 40 ensaios curtos situados em diferentes áreas do conhecimento. Os textos estão organizados em três partes, sendo a primeira dirigida aos estudos da ignorância no campo da filosofia, literatura e ciências humanas, a segunda parte dedicada ao tratamento da ignorância como método, a terceira parte abriga textos sobre a ciência, tecnologia e medicina, a quarta parte apresenta uma análise das relações entre ignorância e poder, opressão e emancipação e a quinta e última parte apresenta textos sobre a teoria econômica. De um modo geral, o que essa obra reforça é que a agnotologia não consiste apenas em uma área nova da sociologia, mas que pode e deve se fazer presente em muitas áreas. Onde quer que se faça presente, ela identifica e delimita as fronteiras entre o que se sabe, o que se pode saber e o que não deve ser conhecido.

científicos sobre tabagismo e câncer poderiam acabar muito em breve com a indústria de cigarros. Para evitar tal acontecimento, o memorando descrevia o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento do movimento antitabagista insurgente naquele momento.

Após a constatação científica de que os cigarros estavam matando dezenas de milhares de pessoas todos os anos, a indústria de tabaco desenvolve uma campanha multimilionária para acalmar os consumidores afirmando que o perigo não estava ainda suficientemente comprovado

Através de comunicados de imprensa, anúncios, e frentes de investigação da indústria bem financiadas, a epidemiologia foi denunciada como "mera estatística", as experiências em animais foram ditas não refletir a condição humana, e as patologias pulmonares reveladas na autópsia foram ridicularizadas como anedotas sem o apoio de "ciência sólida". Os fabricantes de cigarros invocaram frequentemente o laboratório como o local onde a "controvérsia" seria resolvida, sabendo que era tão difícil imitar os danos do fumo humano utilizando modelos animais. (Proctor, 2008, p. 11-12)⁹⁰

Mesmo quando as experiências de produzir câncer nos ratos com a técnica de aplicar alcatrão nas suas costas raspadas foram bem-sucedidas, a indústria de cigarro ainda assim não considerou válido nenhum experimento em animais, pois *não eram suficientemente próximos da condição humana*. Neste caso, o que os industriários estavam provocando é o imperativo médico e científico de que alguns conhecimentos devem permanecer na ignorância. É moralmente mais aceitável não saber certas coisas do que as saber às custas de vidas ou experimentos que coloquem outras vidas em risco.

A marca de cigarro L&M resolveu aderir aparentemente às preocupações científicas e passou a divulgar propagandas de cigarros com filtros como sendo autorizados pelos médicos, enquanto a empresa Camels propagandeava que seus cigarros eram os mais consumidos entre os médicos. Este tipo de declaração foi proibido na década de cinquenta, momento em que as propagandas passaram a buscar associações com juventude, vigor e beleza e, mais tarde, liberdade, risco, rebelião e liberdade de expressão.

⁹⁰ Tradução livre do trecho: *Through press releases, advertisements, and well-funded industry research fronts, epidemiology was denounced as "mere statistics," animal experiments were said not to reflect the human condition, and lung pathologies revealed at autopsy were derided as anecdotes without "sound science" as backing. Cigarette manufacturers often invoked the laboratory as the site where the "controversy" would be resolved, knowing that it was difficult to mimic human smoking harms using animal models.* (PROCTOR, 2008: 11-12)

A ideia era que as pessoas continuariam a fumar enquanto pudessem ter a certeza de que "ninguém sabe realmente" a verdadeira causa do cancro. A estratégia era questionar todas as afirmações em contrário, todos os esforços para "encerrar" a controvérsia, como se o próprio encerramento fosse uma marca de dogma, o inimigo da investigação. O objetivo era manter a questão dos danos para a saúde em aberto, durante décadas se possível. Afinal de contas, o câncer era uma doença complexa com múltiplas causas, todas elas teriam de ser exploradas sem se precipitarem em qualquer tipo de julgamento. (PROCTOR, 2008: 12)⁹¹

No caso da indústria do tabaco, fatos científicos incontestáveis foram contestados e acabaram por perder os debates. Estas estratégias foram aperfeiçoadas e exportadas para outros setores do mercado. O memorando traz ainda outros passos que a indústria de tabaco deveria seguir para combater o movimento antitabagista: primeiro passo seria criar a dúvida no público e, em seguida, oferecer uma certeza derivada do posicionamento de (pseudo)especialistas que seriam favoráveis ao consumo de cigarro, tendo por base narrativas infundadas. Estes especialistas (pseudocientistas, pseudojornalistas...) deveriam estar sob os holofotes, falando na mídia, dando entrevistas, servindo de contraponto aos cientistas que passam a ser apresentados não como detentores de um saber, mas sujeitos dotados de uma opinião que pode ser contraposta. A indústria do cigarro passou a ser vista como uma fonte aberta para verbas para pesquisas. Proctor estima que ao menos dez pesquisadores laureados com o Nobel tiveram suas pesquisas financiadas pela Big Tobacco, porém, suas pesquisas nem passaram perto do tema tabagismo. Foram pesquisas na área de imunologia, poluição aérea, genética, doenças raras que acometem uma parcela pequena da população, entre outros. Tudo para que o grande público consumidor passasse a relacionar a Big Tobacco com uma preocupação com o bem comum e desviasse a atenção dos 480 mil mortos ao ano por doenças relacionadas ao tabagismo⁹².

Esta estratégia que se insere no bojo da agnotologia, Proctor nomeia de *trivialismo*, isto é, o oposto do terrorismo. O objetivo da Big Tobacco seria distrair o público dos assuntos fundamentais, evitar estar nas manchetes, e, quando estiverem nas manchetes, que

⁹¹ Tradução livre do trecho: *The idea was that people would continue to smoke so long as they could be reassured that "no one really knows" the true cause of cancer. The strategy was to question all assertions to the contrary, all efforts to "close" the controversy, as if closure itself were a mark of dogma, the enemy of inquiry. The point was to keep the question of health harms open, for decades if possible. Cancer after all was a complex disease with multiple causes, all of which would have to be explored without rushing to any kind of judgment.* (PROCTOR, 2008: 12)

⁹² Dados do Centro de Controle de Doenças dos EUA. Disponível no link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865256-na-era-da-pos-verdade-os-fatos-precisam-de-defensores.shtml>

seja por algo bem-visto para o público. Assim a antiga polêmica sobre os efeitos nocivos do tabagismo passa a ser vista como trivial, banal, repetitiva e mera intriga da oposição. Eles foram surpreendentemente bem-sucedidos nessa estratégia. Depois dos resultados das autópsias serem tratados como casos isolados e os testes com animais serem considerados irrelevantes pela indústria de cigarros, veio a fase do esgotamento da argumentação. Ao invés de rebater as pesquisas, a indústria passou a normalizar os vínculos entre o cigarro e o câncer de pulmão, passou a tratar como um exagero dos jornalistas que deveriam focar em outros assuntos mais relevantes.

3.3.4 A proposta de Galán Machío - um método de observação da ignorância

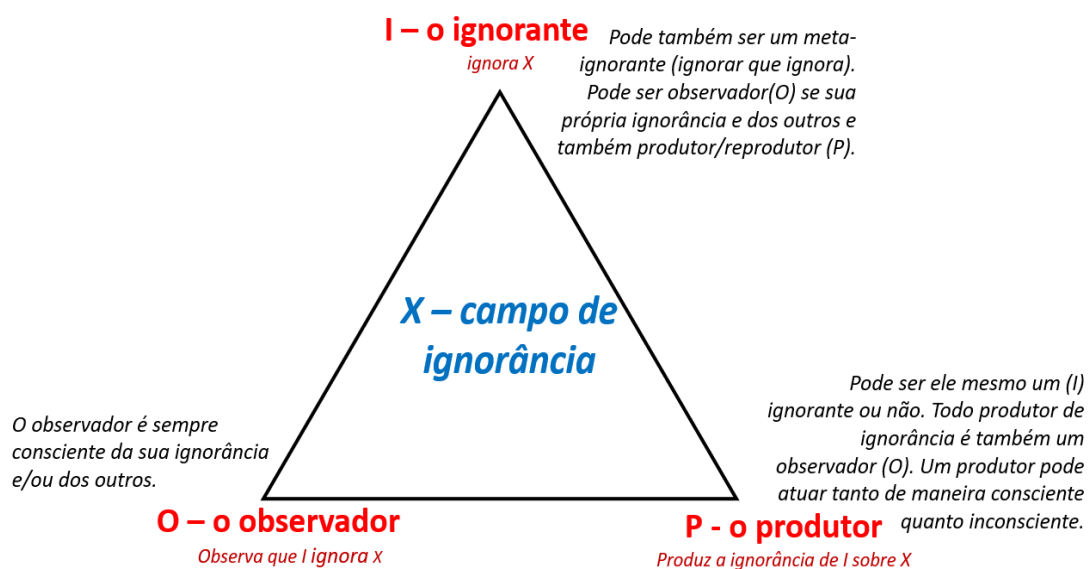
Agustín Galán Machío é um jornalista e cientista político espanhol que trabalhou como assessor de imprensa nas Embaixadas da Espanha no México, Moscou, Nova York, entre outros países. Sua vivência e experiência internacional associada às suas investigações teóricas no campo da sociologia e no novo campo da agnotologia contribuíram para formar sua percepção de que os campos de ignorância crescem em escala global na mesma medida e intensidade que os ditos campos de conhecimento. Leitor atento tanto de Proctor e de Smithson quanto dos clássicos Ortega y Gasset e Bell, Galán Machío defendeu uma tese no departamento de sociologia aplicada da faculdade de ciências políticas e sociologia da Universidade Complutense de Madrid em 2019 intitulada *La modernidad ignorante. Sociología de la ignorancia, ignorancia de la sociología*⁹³ na qual revisa os fundamentos sociológicos da ignorância e as possibilidades de produção social.

A principal contribuição de Galán Machío seria a produção de um instrumento de análise (inspirado na semiótica de Pierce), que ele chama de *triângulo da ignorância*, cuja função seria combinar determinados campos de ignorância com os diferentes sujeitos envolvidos, que ele considera passivos ou ativos no processo de produção de ignorância.

Ele utiliza este instrumento para analisar, por exemplo, a gestão da ignorância no chamado *Tratado de Livre Comercio* entre a União Europeia e os Estados Unidos que tinha por objetivo reforçar a associação transatlântica bem como a redução das tarifas alfandegárias, porém foi amplamente desaprovado pela sociedade civil europeia. Um

⁹³ A tese completa de Galan Machio está disponível no link: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/62515/1/T41957.pdf>

abaixo assinado reuniu mais de três milhões de assinaturas contra o acordo e centenas de milhares de manifestantes ganharam as ruas. O autor explica que havia uma gama de informações muito desconstruídas baseadas em parâmetros meramente especulativos: algumas pesquisas demonstravam que o Tratado aumentaria o PIB europeu em 0,5%, enquanto o americano cresceria até 15%. Alguns estudos defendiam que a Europa ganharia



Quadro 3. Representação do método de observação da ignorância de Galán Machío

2 milhões de empregos e outros estudos alertavam uma perda de 1,3 milhão de empregos. Naquele momento não era possível distinguir quais informações eram confiáveis e quais não.

Conforme sua proposta do triângulo da ignorância, *o campo da ignorância* estava delimitado: se tratava do texto do acordo internacional e suas muitas interpretações. Havia muita insegurança e também muita desinformação sobre o modo como o tratado afetaria a segurança alimentar, a saúde animal e vegetal, o acesso a medicamentos, a privacidade das redes de comunicação, entre outros pontos de insegurança. É muito improvável que todos os cidadãos europeus e americanos estivessem conscientes do teor deste texto (não sabiam), da mesma forma que é possível imaginar que outro grupo sequer sabia da existência do tratado (não sabiam que não sabiam). Deste modo, o **ignorante**, o **observador** e o **produtor** encontram-se envolvidos e imiscuídos na produção social da ignorância.⁹⁴

⁹⁴ O estudo completo pode ser lido no capítulo IV da obra: *Agnotologia: sociologia da ignorância, ignorância da sociologia* (2020).

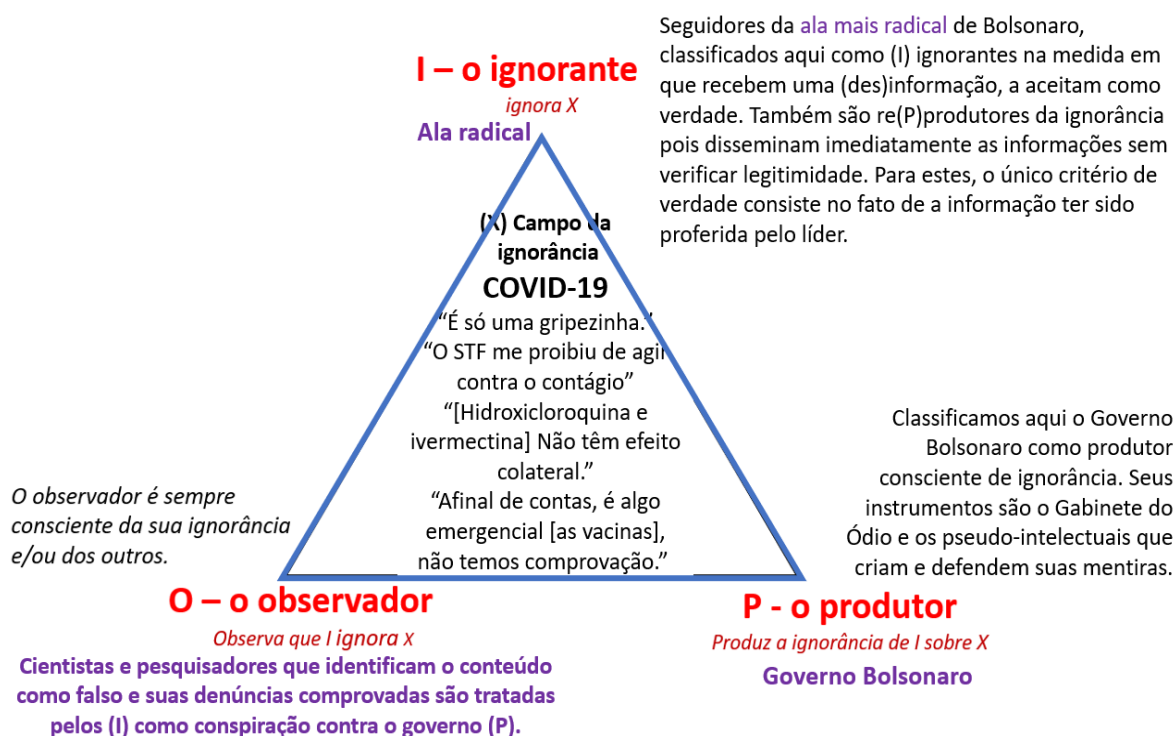
Galán Machío entende que por meio de entrevistas, pesquisas de campo e grupos de discussão, seria possível levantar hipóteses sobre a agnogênese, isto é, sobre a criação de ignorância(s) em um determinado contexto com respectivo mapeamento dos principais agentes desta criação, bem como seus interesses e objetivos. Esta agnogênese pode contribuir com análises incitadas em outras áreas do saber.

Gálan Machio defende que para entender as relações de poder na contemporaneidade, precisamos enriquecer sobremaneira o modo como compreendemos a ignorância. Este argumento é fundamentado pela pesquisa de outros autores como o próprio Proctor (2001) e Linsey McGoey (2012):

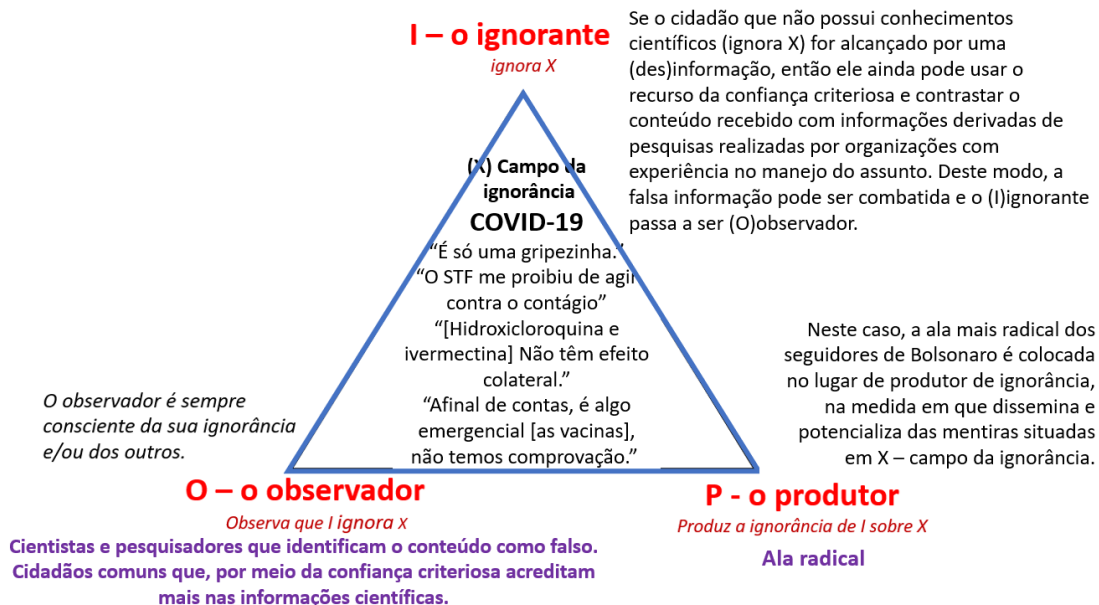
Destacados teóricos da ignorância, a partir de estudos de antropologia, sociologia e direito, têm explorado o papel produtivo da ignorância na manutenção e desestabilização dos regimes políticos, na expansão do poder das organizações e na formação do desenvolvimento de políticas em ciência climática, saúde global e governança econômica global. Desde as discussões sobre o número de mortes durante a guerra do Iraque até as causas básicas da crise financeira global, ou a diminuição das estratégias de redução da pobreza no Banco Mundial, múltiplos sujeitos deram origem a maneiras inesperadas em que a ignorância se encontra ativamente ligada tanto aos poderosos como aos marginalizados, a fim de alcançar diferentes objetivos. (McGOEY, 2012 in: GALAN MACHIO 2020:126)

Inspirados no triângulo da ignorância de Galán Machío, faremos uma tentativa preliminar de uso deste método no caso da COVID-19 no Brasil⁹⁵. É surpreendente ver nos noticiários a grande quantidade de pessoas que se manifesta nas redes sociais proclamando que a pandemia é “uma farsa” e que é uma forma encontrada pelo governo comunista chinês de controlar a população mundial, negam provas científicas, suspeitam dos institutos de pesquisa, não cumprem os protocolos de segurança (máscara e isolamento). No caso do Brasil o problema é ainda maior na medida em que essas pessoas possuem uma referência política que ocupa a presidência do país e que reforça todo esse comportamento de negação da ciência. Vamos analisar melhor este cenário de proliferação de mentiras e inverdades a partir do triângulo da ignorância de Galán Machío.

⁹⁵ lembrando que nosso objetivo não é discutir a desinformação no contexto da COVID, mas explorar um método possível de observação da produção da ignorância em variados contextos.



Quadro 4. Triângulo da ignorância de Galán Machío adaptado ao contexto das desinformações sobre a COVID-19 no Brasil. Versão 01



Quadro 5. Triângulo da ignorância de Galán Machío adaptado ao contexto das desinformações sobre a COVID-19 no Brasil. Versão 02

Para complementar o estudo agnotológico do contexto de desinformações sobre a COVID-19 no Brasil é necessário ainda considerar os seguintes critérios analíticos propostos por Galán Machío (2020): a quantidade de pessoas ignorantes (indivíduos, grupos, populações...); os interesses e as intencionalidades dos sujeitos produtores/gestores da ignorância; o campo da ignorância em voga em determinado contexto e as consequências sociais desta produção. Bom, o campo em voga, como é sabido, são as desinformações sobre a pandemia no Brasil. Sobre quantidade de ignorantes, podemos entender a ala radical (primeiro diagrama) de seguidores fiéis bolsonaristas como algo em torno de 25 a 30% do eleitorado⁹⁶ de acordo com dados do Instituto Travessia, de São Paulo.

A principal consequência da desinformação promovida pelo governo Bolsonaro em relação à COVID-19 é a morte de centenas de milhares de pessoas que poderiam ter sido evitadas se os protocolos científicos fossem rapidamente adotados e não questionados ou menosprezados pelo governo. A exemplo de Donald Trump, que chegou a sugerir injeções de desinfetante para ajudar a prevenir e a tratar a doença, Bolsonaro propagou o uso da Cloroquina, além dos vários outros erros de planejamento como falta de equipamentos e atrasos na distribuição e mentiras sobre a vacinação. A análise sobre as consequências da desinformação pode ser assustadoramente a mesma análise que se faz sobre o critério da intencionalidade: aproveitar a pandemia para eliminar centenas de milhares de brasileiros considerados descartáveis e que ‘pouco contribuem’ para o fortalecimento da economia, como os idosos e as pessoas do grupo de risco. Em muitas falas, Bolsonaro deixa evidente uma intencionalidade necropolítica que é preciso priorizar a economia, por isso sempre defendeu a reabertura do comércio, assim como fez o vice-governador do Texas quando afirmou que “há coisas mais importantes que viver”, consumir, por exemplo e manter o sistema do capital em funcionamento.

Consideramos que a breve tentativa que fizemos de entender a desinformação sobre a COVID-19 sob a perspectiva agnotológica de Galán Machío (2020) foi bastante eficiente em desvelar o papel social da ignorância. Por outro lado, ainda faltam elementos para elucidar como governos que julgam democráticos isentam-se abertamente da obrigação de proteger vidas e, ainda assim, conquistam aprovação de parte significativa do eleitorado.

⁹⁶ De acordo com estimativas demonstradas pelo Instituto Travessia para a revista Valor Econômico em julho de 2020. <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/07/17/o-que-pensam-os-bolsonaristas.ghtml>

3.4. Análise comparativa

A propaganda é um instrumento bastante eficiente na formação de um público coeso, com adesão à ideologia e fidelidade à causa. É comum que a propaganda reforce ou enalteça as qualidades reais de um líder, de uma causa ou um produto; que ela ofereça soluções para problemas e desequilíbrios contextuais e até que contenha simulacros de primeira (imitação do real) ou de segunda ordem (adaptação/distorção do real). Mesmo Hannah Arendt, na obra *Verdade e Política* (2016) considera que alguma mentira é necessária e legítima na profissão do político e preferível – quando a outra opção seria a violência. Este é um espectro que faz parte da maior parte dos contextos políticos do Ocidente, de todos os contextos aqui analisados e opera fortemente na atualidade tanto em governos de esquerda quanto de direita, guardadas as devidas particularidades. Por outro lado, a desinformação, enquanto conteúdo propagandeado intencionalmente, não são produtos da crise democrática contemporânea, mas é a própria crise. É a própria crise porque imprime uma mudança radical na forma como acessamos conteúdos, porque embaça nossa capacidade de decisão política bem como produz condições para o surgimento de um novo conjunto de práticas culturais, identitárias, sociais e política.

O que pretendemos demonstrar com a sequência dos contextos analisados aqui é o quanto a propaganda que contém simulacros de terceira ordem (sem referente concreto na realidade) é um risco na medida que ameaça diretamente a organização da vida pública e declina a vida democrática uma vez que aliena, manipula opiniões e padroniza comportamentos. Lembramos que nossa intenção aqui não era a de construir uma linha do tempo descrevendo estes contextos, mas ilustrar a extensão e as possibilidades investigativas da agnotologia. Não é preciso muito esforço para rapidamente evocar situações históricas semelhantes, marcadas pela propaganda como um instrumento, em maior ou menor grau, da produção social da ignorância. Considerando que a agnotologia se refere à identificação e estudo das táticas utilizadas para tal fim, construímos o quadro a seguir para fins de comparação destas táticas, na medida que elas se repetem, atualizam e modificam de acordo com as tecnologias disponíveis em cada tempo.

| ROMA | EXTREMISMOS TOTALITÁRIOS | | PROPAGANDA COMERCIAL | PROPAGANDA CIBERNÉTICA |
|--|--|--|--|---|
| <p>Paulo Martins (2011) Representação da imagem do imperador Otávio Augusto (27 a.C.)</p> | <p>Hannah Arendt (1951 e 1961) Propaganda totalitária – Segunda Guerra Mundial</p> | <p>Theodor Adorno (1967) A propaganda dos novos extremismos de direita na Europa</p> | <p>AGNOTOLOGIA Robert Proctor (2008 e 2011) Caso da Indústria de tabaco</p> | <p>Letícia Cesarino (2019 e 2020)</p> |
| <p>Difamação e desmoralização do oponente sob as chaves amigo x inimigo; força x fraqueza; lealdade x traição; pátria x estrangeirismo.</p> <p>Vetorização de mensagens com efeitos retóricos constituídos em favor do nome de Otávio Augusto por meio de vasos, moedas, paredes e estátuas.</p> | <p>Escândalos sensacionalistas contra a índole dos inimigos inventados e as indiretas, insinuações e ameaças contra aqueles que faziam oposição, que escolhem o lado “errado”.</p> <p>Vagueza</p> <p>Aproveitar-se do desejo de coerência do público.</p> <p>Tornar o argumento impossível de ser verificado</p> | <p>Estímulo à produção de ideias e opiniões, mesmo que sejam violentas ou sádicas.</p> <p>Instalação da dúvida sobre a índole das vítimas do holocausto, sem proferir discursos declaradamente intolerantes.</p> <p><i>Efeito cumulativo:</i> não falam mentiras diretamente, usam uma linguagem vaga, que não é explicitamente antidemocrática nem criminosa, mas “fantasmagórica” o que sugere adesão às regras do jogo democrático.</p> | <p>Questionar pesquisas e cientistas como se estivessem ideologicamente alinhados com o “inimigo”.</p> <p>Estratégia do <i>trivialismo</i>: a antiga polêmica sobre os efeitos nocivos do tabagismo passa a ser vista como trivial, banal, repetitiva e mera intriga da oposição.</p> <p>Nem mentiras, nem verdades, mas a implantação dúvida: <i>A dúvida é o nosso produto</i>” (vagueza dos discursos)</p> <p>Diante da impossibilidade de contestar a ciência, usam a estratégia da controvérsia interminável e da normalização dos efeitos.</p> <p>Persuasão e marketing.</p> | <p>Bolhas algorítmicas – agrupamentos ideológicos de discussão e trocas políticas – o outro/diferente é excluído dos círculos. Nós x Eles – Amigos x Inimigos</p> <p>Processo de redução da complexidade – formação online de <i>crowds</i> unidas sob as <i>hashtags</i> que simplificam o conteúdo e as demandas complexas dos grupos (vagueza dos discursos)</p> <p><i>Firehosing</i> via <i>WhatsApp</i> – enxurrada de narrativas (simulacros de terceira ordem) repassadas insistentemente pela internet.</p> |

| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| <p>Construção e disseminação de uma auto imagem (simulacro) divinizada, jovem e guerreira. Entronização nos lares sob a forma de culto familiar ao <i>Genius Augusti</i>.</p> <p>Símbolo - cunhagem do <i>clypeus aureus</i> – escudo votivo de ouro que legitimará e alicerçará o principado de Augusto que acabará por dar origem a uma estirpe de imperadores.</p> | <p>Cientificismo ideológico. <i>Positivismo, behaviorismo e pragmatismo</i>.</p> <p>Mentiras deliberadas e desprezo pelas verdades factuais</p> <p>Abordagem misteriosa e discursos proféticos</p> | <p>Irracionalismo – recusa da argumentação racional.</p> <p>Pedantice pseudocientífica</p> <p>Apelo ao “concreto”: uso de dados corretos e irrefutáveis fora de contexto, a serviço de toda esta sorte de histórias malucas e fantasiosas.</p> <p>Doutrina do cerne-saudável – assentir que os desdobramentos foram trágicos, mas defender que a doutrina era muito boa em sua concepção.</p> | <p>Desviar a atenção do público com financiamento de outras pesquisas científicas sem relação direta com o assunto.</p> <p>Apontar exemplos históricos de sabedoria "popular" anterior ao conhecimento científico. Por exemplo, os curandeiros utilizam uma erva para curar, mas demora até que os médicos a aceitem e compreendam o seu funcionamento.</p> <p>Contratação de advogados dispostos a defender a idoneidade</p> <p>Segredo e sigilo</p> | <p>Topologia fractal: o discurso do líder passa a ser reproduzido espontaneamente pelos seguidores, que passam a reproduzi-lo de modo espontâneo, tornando-se um pequeno líder nas mídias sociais.</p> |
|---|--|---|---|--|

Quadro 6. Análise comparativa das estratégias de produção social da ignorância. Elaboração do autor

As principais estratégias historicizadas que aparecem em todos os outros contextos analisados são: criação/invenção ou, difamação, desmoralização e (até) a aniquilação de um inimigo comum; disseminação repetitiva e insistente de mensagens rápidas e curtas contendo mentiras factuais/simulacros de todas as ordens (moedas, vasos, panfletos, *whatsapp*); uso da simbologia, fetiche militar e exaltação da Pátria como demarcação do *nosso* lugar (se vê em Roma, nos totalitarismos analisados por Arendt, nos novos extremismos vistos por Adorno em 1967 e nos extremismos da direita atualidade); divinização do líder: decisiva para a afirmação do poder em Roma, essa tática pode ser vista em outros contextos, tanto pela associação midiática do líder ao lado de figuras de autoridade religiosa, quanto pela associação direta com uma divindade – o líder passa a ser visto como o escolhido, o enviado, o messias. A tática da divinização pode ser usada como uma primeira chave de leitura para entender a legitimação dos discursos oficiais pelas autoridades pseudocientíficas. Nos dois casos, o líder encontra-se autenticado por supostas autoridades e a adesão popular se dá por meio da fé/confiança ou coerência e não pela razoabilidade.

Quanto ao saber científico, lemos em Lyotard (2009) que as sociedades informatizadas (pós-revolução industrial) testemunharam uma mudança significativa do estatuto do saber, sobretudo sua transformação em mercadoria, isto é, o conhecimento não deixa de ter valor em si mesmo e passa a ser objetivado pela sua capacidade de troca. Proctor alerta para o enorme investimento realizado em pesquisas paralelas com objetivo de desviar a atenção do público e passar a imagem de uma indústria amiga da ciência. Ao menos dez pesquisadores laureados com o Nobel tiveram suas pesquisas financiadas, porém, seus temas nem passaram perto do tabagismo.

Enquanto Hannah Arendt denuncia o *cientificismo ideológico* e Adorno denuncia a *pedantice pseudocientífica*, Proctor demonstra como a indústria de tabaco aprimora essas estratégias da seguinte forma: mesmo quando as experiências de produzir câncer nos ratos com a técnica de aplicar alcatrão nas suas costas raspadas foram bem-sucedidas, a Big Tobacco ainda assim não considerava válido nenhum experimento em animais, sob o argumento de que os ratos *não eram suficientemente próximos da condição humana*. Neste caso, o que os industriários estavam provocando é o imperativo médico e científico de que alguns conhecimentos devem permanecer na ignorância. É moralmente mais aceitável não saber certas coisas do que as saber às custas de vidas ou experimentos que coloquem outras vidas em risco

Adorno alertava para o expediente do efeito cumulativo, estratégia que se repete e intensifica em *estratégia do trivialismo* no contexto analisado por Proctor: Distrair o público dos assuntos fundamentais, evitar estar nas manchetes, e, quando estiver, que seja por algo bem-visto para o público. Assim a “polêmica” sobre os efeitos nocivos do tabagismo passa a ser vista como trivial, banal, repetitiva e mera intriga da oposição. Nem mentiras, nem verdades, o memorando sugeria a implantação dúvida e a redefinição de termos para tentar resolver o problema (vício, câncer, perseguição...) no campo semântico.

Se não há mais possibilidade de negar, disfarçar ou trivializar o assunto, a estratégia é não encerrar a discussão e *manter controvérsia* sugerindo ser a melhor saída para quem tem a mente aberta. A controvérsia interminável teve um valor imediato em manter os fumadores a fumar e os legisladores flexíveis. Adorno verificou algo muito parecido nos extremismos analisados: os jovens deveriam nutrir a produção de ideias e opiniões, ignorando o que isso quer dizer. “Manter a cabeça aberta” significaria, assim, ser receptivo a qualquer tipo de ideia, sejam elas punitivistas, sádicas ou estúpidas.

Enquanto Otávio Augusto evoca a memória dos antepassados divinos e Adorno alerta para a doutrina do cerne-saudável, Proctor aponta no memorando os exemplos de sabedoria popular anteriores ao conhecimento científico. Por exemplo, a menção de curandeiros de povos nativos que utilizam ervas e inalações de fumaça, como se aquela situação fosse idêntica a fumar um cigarro. Esta estratégia pode ser também vista paralelamente ao que Adorno aponta sobre *colocar a verdade à serviço da inverdade*.

O resgate das estratégias de propaganda identificadas e analisadas por pensadores como Prado, Arendt, Adorno, Proctor e Cesarino é fundamental para compreensão do fenômeno da desinformação e sua relação com uma suposta crise. É bastante preocupante e assustador verificar que essa reflexão não está datada. As mentiras deliberadas continuam sendo geradas sistematicamente e assumindo novas nuances sutis para que não sejam percebidas como crime ou absurdo, mas como ousadia e força. Quanto maior a abrangência dos estudos agnotológicos, mais claramente se pode verificar que os princípios da pós-verdade já marcavam a comunicação política tanto no totalitarismo europeu quanto no processo de colonização das Américas, na indústria do cigarro e nos movimentos da indústria farmacêutica contemporânea, na pandemia, na apropriação de alguns saberes e culturas e apagamento de outros, nos processos eleitorais e de impeachment, no esquecimento do passado especialmente de contextos marcados por violências como o apartheid, a invasão do Iraque, nos processos de demarcação de terras

e nas ditaduras. São muitos exemplos e muitos contextos que demonstram que o princípio de Heródoto de *dizer as coisas como são* deu lugar muito rapidamente a um novo padrão de comunicação marcado pelo falseamento estratégico da verdade. A ignorância foi (re)descoberta e utilizada pelos poderosos, políticos e industriários como um eficiente instrumento de expansão, dominação e consolidação de poder.

A ignorância é um risco real para a democracia na medida em que a falta de clareza em relação ao processo gera um campo propício para os detentores do poder estabelecerem suas falsas ideias e preconceitos. Ainda precisamos investigar o quão profundamente a ignorância estratégica já corrompeu o que defendemos sob o nome de democracia. Hannah Arendt já alertava para o quanto a presença das mentiras deliberadas degrada a vida pública. Mesmo a história não nos deixa otimistas, pelo contrário, nos oferece cenários bastante desfavoráveis. Aceitaremos a desinformação como uma nova forma de comunicação política? Não se trata de defender a epistocracia – um regime em que apenas os mais instruídos e esclarecidos assumiriam maior protagonismo e poder político de decisão sobre uma coletividade considerada ingênua ou ignorante – como triunfo do conhecimento sobre o não-saber. Se trata de resgatar e proteger tanto o compromisso de Heródoto quanto o dever da memória proposto por Ricoeur. Isto é, realizar a defesa pública da narrativa fidedigna dos fatos de modo a fazer justiça no futuro a todos aqueles que hoje continuam sendo presas e vítimas da produção da ignorância.

3.5. Reflexões finais – os simulacros e a produção da ignorância política

*Realidades falsas criarão seres humanos falsos.
Ou, humanos falsos gerarão realidades falsas e depois
as venderão a outros humanos, transformando-os,
eventualmente, em falsificações de si mesmos.
Assim, acabamos com humanos falsos inventando
realidades falsas e depois as vendendo a outros humanos falsos.
Philip Dick (1996)*

Como é possível entender e afirmar o saber e a ignorância em um tempo em que as discussões e os conceitos vigentes tornam fronteira entre o verdadeiro e o falso porosa e frágil? Philip Dick, conhecido escritor norte americano de ficção científica, conta que

certa vez teve contato e fez a leitura do diário de um oficial nazista. Esta experiência o fez entender a forma como o oficial passava a assimilar sua rotina baseada em mentiras deliberadas e falseamentos da realidade de forma a incorporar e, gradativamente, falsear sua própria humanidade. Após essa percepção, o escritor passou a criar realidades ficcionais baseadas na premissa de que os contextos marcados por ideias e sensações fabricadas geram seres humanos igualmente fabricados, autômatos, destituídos de humanidade, conforme o excerto escolhido como epígrafe.

Esta desumanização, que já pode ser lida como um efeito do uso da ignorância como estratégia política – dado o contexto nazista apontado por Dick – desponta como um problema anterior por inquerir o limite da verdade e da mentira, do real e do imaginado. Tal aprofundamento filosófico escapa à proposta de nossa tese, contudo, apontaremos para as seguintes reflexões como um campo que merece ser aprofundado em outros estudos: o que vemos por detrás da imagem da democracia? Seria a democracia um simulacro – representação baseada em outras representações – como diria Baudrillard? Crer em um simulacro e não em outro pode nos fazer mais ou menos ignorantes?

De modo geral, todo simulacro é uma cópia ou imitação que não tem uma correspondência com um original real ou autêntico, isto é, não está baseada em uma realidade sensível, mas sim, em outras representações. Essa ideia de hiper-real de Baudrillard se contrapõe à ideia de que a representação se baseia em uma realidade perfeita, como é o caso de Platão⁹⁷. Isso nos confronta com o fato de que, no lugar de um campo de verdades absolutas e essenciais, o que há é um sem-fim de certezas que um indivíduo ou um grupo determinou como válido e se propõe a disputar agonisticamente a legitimidade desta certeza sobre as outras.

Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. E agora o mapa que precede o território — precessão dos simulacros — é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. (Baudrillard, 1991, p.08)

⁹⁷ Segundo a alegoria platônica, existe uma distinção entre o mundo sensível, que é a realidade mundana em que vivemos, e o mundo inteligível, que contém a essência e a verdade e é inacessível aos mortais. Platão argumenta que as imagens que temos do mundo sensível são limitadas e não podem corresponder plenamente aos modelos puros que representam, já que são fundamentalmente diferentes deles.

Na lógica do simulacro não precisa haver fato. É a criação de um mapa sem que haja caminho. Há apenas um somatório de versões e narrativas interessadas. Em relação à democracia, a mesma situação se aplica, pois ela se estabelece não como uma representação da igualdade ou da liberdade, por exemplo, mas como um simulacro, isto é, uma suposta igualdade que, na realidade, não é. Ortega y Gasset (2001) chama de *hiper democracia* uma espécie de ditadura das massas que criam suas realidades políticas a partir dos seus “tópicos de café”, a despeito de haver uma sociedade diversa repleta de demandas:

Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. É falso interpretar as situações novas como se a massa se houvesse cansado da política e encarregasse a pessoas especiais seu exercício. Pelo contrário. Isso era o que antes acontecia, isso era a democracia liberal. A massa presumia que, no final das contas, com todos os seus defeitos e vícios, as minorias dos políticos entendiam um pouco mais dos problemas públicos que ela. Agora, por sua vez, a massa crê que tem direito a impor e dar vigor de lei a seus tópicos de café. Eu duvido que tenha havido outras épocas da história em que a multidão chegasse a governar tão diretamente como em nosso tempo. Por isso falo de hiperdemocracia. (Ortega y Gasset, 2001, p. 23)

O que temos é a massa desenhando o mapa da democracia para toda a sociedade, de forma completamente alheia à realidade do território⁹⁸. Na perspectiva das crises da democracia e nas variações de sentidos e disputas por estes termos, torna-se claro que a questão do simulacro é, ao mesmo tempo, fundante e esclarecedora⁹⁹. Nosso tempo encontra-se inundado por simulacros de distintas ordens que criam uma falsa consciência sobre o mundo. Para Baudrillard, os simulacros podem ser de três ordens ou categorias: a primeira se refere a representações imperfeitas, falsificações ou distorções da realidade; a segunda ordem produz e reproduz uma informação que visa esconder determinada realidade que não existe; e a terceira ordem representa conteúdos que não respeitam o

⁹⁸ Para aprofundamento da forma como Ortega y Gasset trabalha a questão do simulacro e relaciona com a democracia: GOMES, Carlos. ORTEGA Y GASSET: No caminho da hipermodernidade uma visão projetiva da contemporaneidade. *Ideas y Valores*, 2018, 67.168: 43-57.

<https://doi.org/10.15446/ideasyvalores.v67n168.59512> Acesso em 26/02/2023.

E ainda: SOUSA, Márcio Morais de. **A tensão entre o homem-massa e a democracia em José Ortega y Gasset**. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8960> 2018.

⁹⁹ Mesmo assim, por questões práticas, optamos por apenas mencionar mais esta possibilidades de investigação.

vínculo entre signo e significante, são absurdos e fantasias que, quando alcançam credibilidade, tornam-se politicamente mais danosos que as duas primeiras ordens. (Baudrillard, 1976, p. 77)¹⁰⁰. Este cenário configura-se como campo extremamente fértil para o desenvolvimento e aplicação das estratégias da produção social da ignorância.

Com base nestas três ordens de simulacro e com base em nossos estudos de agnotologia, finalizamos este capítulo com uma pequena categorização de alguns dos principais tipos de ignorância, alguns positivos, ativos e desejáveis; outros negativos, baseados em simulacros de terceira ordem e, por isso, altamente nocivos à formação de uma sociedade saudável e potencialmente fatais à democracia. Cada classificação começa ou com um título, ou com uma frase representativa ou expressão que facilmente poderia ser ouvida de um sujeito tomado por aquele nível de ignorância. Em seguida, uma explicação que denota o sentido positivo ou negativo da ignorância em questão e por fim, uma análise sobre os efeitos políticos daquela categoria. Em alguns casos foi possível aventar sobre as causas daquela ignorância ou seus produtores institucionais, em outros casos, não.

“*Só sei que nada sei*” - Máxima socrática que expressa uma posição de humildade e abertura do sujeito em relação às muitas possibilidades do saber. Este tipo de ignorância é bastante positiva na medida em que se configura como disposição que possibilita e abre novas perguntas que poderão vir a ser cientificamente investigadas, ou seja, é o tipo de ignorância que potencialmente gera mais saber. Ao admitir que nada sabe, Sócrates enfatiza que todos os indivíduos são iguais em termos de ignorância, e que a busca pelo conhecimento deve ser um esforço coletivo. Além disso, a humildade intelectual encoraja o diálogo e o debate aberto e honesto, pois aqueles que reconhecem suas próprias limitações estão mais dispostos a ouvir e considerar os pontos de vista dos outros. Isso é fundamental para a democracia, que pressupõe a existência de um espaço público no qual as pessoas possam expressar suas opiniões e ideias livremente, sem medo de retaliação ou censura.

“*Eu sei, mas preciso duvidar das minhas certezas, ainda que científicas.*” - *E se minha certeza estiver fundamentada em um falso saber?* Baseada na ideia de

¹⁰⁰ Byun Chul Hang crítica de Baudrillard à realidade como uma simulação é problemática porque ele se concentra apenas nas imagens midiáticas e negligencia o papel do corpo e da subjetividade na formação da realidade. Han afirma que a realidade é produzida pelo corpo e pela experiência subjetiva, e não apenas pelas representações midiáticas.

falseabilidade ou refutabilidade de Karl Popper¹⁰¹, este nível de ignorância expressa o cuidado que a própria ciência deve ter com as ignorâncias difundidas pelas pseudociências, bem como a necessidade constante de verificação e renovação de seus saberes. Não se trata de uma ignorância em si, mas uma consciência de que a ignorância está sempre presente, rondando como ameaça os campos do saber. Politicamente, essa ignorância é bastante positiva e se relaciona com uma das características da própria democracia, que é a capacidade de se repensar e se transformar o tempo todo, incluir novas realidades antes negligenciadas, retomar antigas pautas que, graças a este tipo de ignorância, se revelaram indevidamente compreendidas. O fascismo é conservador e fixo, enquanto a democracia é fluida e mutável.

Ignorância racional - “Não sei, mas confio no saber de quem sabe” - Sociologicamente se aproxima do esquema funcionalista de que cada instituição social, como a família, a escola, a igreja e o governo, tem uma função específica e importante para o funcionamento da sociedade como um todo. Esta é a posição de quem é consciente da sua ignorância em determinado assunto e confia criticamente nos saberes dos especialistas. Por confiança crítica entendemos a capacidade de escolher a melhor fonte de conhecimento disponível. Ignorância voluntária, seletiva, ativa e positiva, na medida que sugere consciência e critério do ignorante. É chamada também de ignorância racional, uma vez que sabemos que não temos tempo, energia ou recipiente cognitivo para dar conta de todos os saberes. Por exemplo, eu dirijo um carro e sou completamente ignorante sobre o funcionamento do motor. Quando o carro estragar, confiarei no saber do mecânico, que escolheu dedicar seu tempo, energia e cognição à compreensão do funcionamento dos motores. Politicamente, essa ignorância situa-se na base da democracia representativa e se expressa pela confiança que o eleitor tem no seu representante. O eleitor pode não entender de política internacional, é consciente da sua ignorância neste assunto, por isso confia – **tendo como base uma análise criteriosa de cada candidato** – que ele (o escolhido) terá competência para administrar a *res publica*.

“Não sabemos, mas vamos descobrir um jeito” - Ignorância coletiva que se instala a partir de um acontecimento inesperado, como foi o caso do COVID-19. Não sabíamos do que se tratava nem como resolver o problema, mas muitas instituições e

¹⁰¹ A falseabilidade, ou refutabilidade, é um conceito da filosofia da ciência que se refere à capacidade de uma teoria científica ser testada e possivelmente refutada por meio de evidências empíricas. Em outras palavras, uma teoria científica só pode ser considerada científica se houver maneiras de testá-la e, se necessário, demonstrar que ela é falsa.

organizações prontamente se mobilizaram para investigar e descobrir meios de contornar o inesperado, infelizmente, sem o devido apoio governamental no Brasil¹⁰². Ainda hoje acompanhamos muitos esforços locais brotando para compreender a ação e os novos desdobramentos do vírus, bem como a criação de estratégias para minimizar seus efeitos econômicos e sociais.

Quando não se sabe que não se sabe. - Smithson (1989) chama de *meta ignorância* e Proctor (2008) chama de *ignorância ao quadrado*. Dependendo do contexto, esta ignorância pode ser causada por um produtor consciente que age no sentido de ocultar deliberadamente informações verdadeiras e/ou pode ser reproduzida por um produtor ignorante, ou ainda ser resultado de um arranjo sociocultural espontâneo. Politicamente, esse tipo de ignorância se expressa, por exemplo, quando alguém ignora um direito legítimo porque não sabe que tem direitos. Se um sujeito não sabe que existem direitos, eles deixam de existir. Esta ignorância tem sentido negativo uma vez que oferece grande risco à democracia na medida em que os sujeitos se encontram desprovidos dos instrumentos que os capacitariam a reivindicar os direitos democráticos. Além disso, a meta-ignorância pode levar as pessoas a confiar em líderes carismáticos que oferecem soluções simplistas para problemas complexos, em vez de líderes que apresentam soluções realistas e bem fundamentadas. Sem estes instrumentos, eles não são capazes de desenvolver um imaginário político e acabam acreditando no discurso de que “*sempre foi assim*” ou que “*foi Deus quem quis assim*”. Na alegoria da caverna, este tipo de ignorância fica evidente na postura dos prisioneiros acorrentados que enxergam as sombras/simulacros e creem que elas representam toda a verdade, ignoram a saída porque nem sabem que o que é nem que há saída.

“Não sei e ninguém sabe” – Politicamente, essa ignorância tem sentido negativo uma vez que se expressa pelo posicionamento daqueles que afirmam não querer se posicionar por causa de uma suposta relativização da verdade. Eles afirmam não gostar de política, se mostram descontentes com a assim chamada polarização e não querem se envolver. São anti partidaristas anti militantes, mesmo ignorando que essa postura supostamente anti ideológica é, em si, uma posição ideológica. Têm como prática não denunciar abusos ou violências pois querem “ouvir os dois lados”. Os chamados

¹⁰² A falta de apoio governamental no tratamento da pandemia COVID-19 merece um estudo à parte. Acreditamos que esta ação, ou melhor, a falta de ação foi intencional e estratégica e faz parte de um projeto necropolítico.

“isentões” que enxergam no campo judiciário uma espécie de modelo ético dada a suposta neutralidade que se associa a esse campo e desejam difundi-la para outros campos sociais, como as escolas, por exemplo. É este tipo de ignorância que é mobilizado em um movimento como o das “escolas sem partido”, claramente com partido.

“Não sei, mas confio no líder” - Politicamente, esse nível de ignorância pluralista ou coletiva se assemelha ao anterior, porém assume um sentido negativo uma vez que corrompe a democracia por submeter a escolha do representante à critérios de afinidade, afeto e sedução, por confiança cega nos preceitos. Na obra *Força de lei*, Derrida chama de fundamento místico da autoridade (2007). Neste contexto, o indivíduo demonstra receptividade às orientações do líder, que pode assumir a figura de um líder religioso, como um pastor, por exemplo, e prontamente incorpora todas as informações transmitidas como verdadeiras. A fonte da verdade é exclusivamente atribuída ao líder, sem a necessidade de critérios adicionais por parte do sujeito receptor. Quando há absurdos, desmandos ou despautérios do líder, esse tipo de ignorante sempre acredita que há um fundamento ou uma explicação positiva para aquela atitude. Do ponto de vista da democracia como modo de vida em sociedade, essa ignorância continua sendo negativa, uma vez que segrega todos aqueles que não concordam com o líder e seus preceitos, que passam a ser vistos como ameaças. O principal perigo deste tipo de ignorância, bastante comum na contemporaneidade, é a sedimentação de padrões rígidos de pensamento que ocorre à revelia da interpelação ética e que extrapolam o bom senso e o confronto destas crenças sedimentadas com a verdade factual, quando ela for apresentada de forma inquestionável.

Os movimentos messiânicos e milenaristas, ao depararem-se com o fracasso de suas previsões apocalípticas em relação às datas previstas, costumavam fortalecer ainda mais suas certezas, ao invés de admitir o erro. Isso evidencia uma dinâmica de resistência e recusa em face da evidência contrária aos seus prognósticos, que muitas vezes levava à radicalização das crenças e práticas. Como tentativa de compreender este comportamento, o psicólogo social Leon Festinger (2014 e 1975)¹⁰³ apresenta a *teoria da dissonância cognitiva* na década de 1950. Ele propôs que a dissonância cognitiva seria um estado psicológico que ocorre quando um indivíduo se depara com fatos que entram em conflito

¹⁰³ Sua teoria é atualizada pelo professor 2021 João Cezar de Castro Rocha na obra *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Por entender que a dissonância cognitiva não é um fenômeno individual, mas de grupo, este pesquisador nomeia a manifestação contemporânea desta ignorância de dissonância cognitiva coletiva.

com as crenças do grupo, ou mesmo suas crenças pessoais. Festinger sofre muitas críticas do campo da sociologia (Garcia, 2018) por sugerir que a dissonância cognitiva seria uma explicação exclusiva e suficiente para este fenômeno que não é individual, mas coletivo e social¹⁰⁴. Contudo, assim como sugere a agnotologia, o problema da ignorância não pode ser resolvido apenas por uma disciplina, requer abordagem multidisciplinar. Deste modo, é um ponto que acreditamos que deve ser considerado no debate.

“Eu não acredito, mas é melhor demonstrar que acredito para ser aceito neste grupo.” - A ignorância de grupo ou pluralista se dá quando o sujeito pessoalmente não crê em algo, mas tem como conveniente crer ou para ser aceito no grupo ou para não perder o emprego, por exemplo. O conto de Andersen *A roupa nova do rei* é um exemplo da crença que os membros de um grupo possuem e compartilham tendo em vista sua adesão e aceitação nele. “A ignorância pluralística é um fenômeno comportamental em que as pessoas agem de acordo com normas que negam o que eles realmente sentem” (Prentice y Miller, 1996). Individualmente, eles não creem na informação, mas preferem participar da ignorância coletiva para manter as vantagens que a ligação com o grupo proporciona. Uma variação é a crença no coletivo por acreditar que a coletividade é sinônimo de verdade¹⁰⁵.

“Me desculpe... eu não sabia.” - Ignorância dissimulada com intenção de se livrar da responsabilidade ou culpa sobre alguma ação cometida conscientemente. Como exemplo desta classificação, lembramos como a divisão do trabalho permitiu que soldados e civis alemães se alienassem dos resultados de suas ações, o que contribuiu em alguns casos para a negação da responsabilidade pessoal sobre muitas das violências cometidas.

“Não sei, não me interessa saber e tenho raiva de quem sabe” – Ignorância negativa e voluntária. Neste caso, não há abertura ou disposição para saber. O sujeito permanece encerrado em sua estultice, e é limitado às suas percepções. Crê, cria e reproduz simulacros de terceira ordem – sem referentes concretos – além de nutrir um sentimento de ódio e eliminação em relação aos que problematizam os simulacros. A

¹⁰⁴ Sobre a crítica, ver GARCÍA, C. Ignacio. Prólogo à Edição Espanhola. In: Festinger, Riecken e Schachter. **Cuando las profecías fallan**, Reediciones Anómalas, 2018

¹⁰⁵ Ver a teoria da Espiral do silêncio de Noelle Neumann (1995). Devido ao medo do isolamento, da crítica ou da zombaria, os indivíduos tendem a não expressar claramente seus pensamentos quando estes estão em conflito com a opinião predominante.

incidência deste tipo de ignorância teve um crescimento vertiginoso no Brasil e em muitos outros países na última década e se constitui como ameaça mais direta à democracia, uma vez que se nutre do desejo de eliminação do outro, de forma simbólica e literal/violência direta. É responsável pelo movimento anti-intelectual e antiacadêmico, pela evasão de pesquisadores do país, pela elaboração de listas de obras proibidas. Relaciona-se com a *hubris* e com a estupidez, pois em seu discurso não há razoabilidade tampouco denota possibilidade de diálogo. É possível reconhecer, na alegoria da caverna de Platão, que essa ignorância estava presente na ação dos prisioneiros que atacaram o liberto que voltou à caverna para libertá-los da escuridão. Eles não acreditaram em sua experiência, julgaram-no louco e o mataram.

Esta lista poderia incluir outras dúzias de situações que retratam o impacto das diferentes ignorâncias sobre a democracia: a ignorância da história, a ignorância científica, a ignorância digital, a ignorância sobre a diversidade cultural, a ignorância política e econômica. De uma forma ou outra, direta e indiretamente, construímos ao longo deste capítulo a ideia de que as ignorâncias participam da crise da democracia, hora como causa, hora como consequência, hora como meio ou estratégia de subversão de sentido. Todas as ignorâncias negativas fazem parte do quadro da crise da democracia e podem ser observadas desde as nossas salas de aula. Como pesquisadores e educadores, precisamos pensar sobre como educar os adolescentes e jovens para que sejam capazes de reconhecer o caráter antidemocrático de algum sistema de crenças, quando ele se apresentar sedutor. O que a educação, além de garantir as verdades históricas e científicas, pode fazer para combater estes tipos de ignorância? O que uma educação em crise pode fazer para salvar a si mesma? É o que enfrentaremos no próximo capítulo.

Capítulo 4 - Imaginações políticas para uma educação possível

4.1. As crises da educação

Henry Giroux, importante pensador da educação e parceiro intelectual de Paulo Freire, inicia uma entrevista ao jornal espanhol *El País* com uma frase emblemática: “A crise da escola é a crise da democracia” (Giroux, in: Menárguez 2019). Instigados por esta asseveração, propomos uma reflexão sobre a ideia de *crise* e o estado de coisas instalado sobre o que entendemos por educação e por democracia. Esta pode ser uma questão tão ampla que podemos facilmente ceder à ideia de que tal empreitada seja um absurdo. E talvez o seja, por alguns motivos:

Em primeiro lugar, pela natureza da crise que trabalhamos no primeiro capítulo – ela não é mais natural, breve e contornável, mas produzida, sistêmica e constantemente. De acordo com os teóricos então evocados para entender a crise contemporânea, não há uma crise semelhante no passado a que se possa recorrer para iluminar critérios e inspirar estratégias e soluções: este modelo de crise não encontra precedentes. Da mesma forma que não há uma instituição para quem se possa gritar por socorro, visto que elas estão emaranhadas na mesma teia de causas e efeitos que tece a crise da educação.

Outro motivo de concordarmos com o fato desta empreitada ser um absurdo é nossa falta de distanciamento do objeto. É difícil analisar a perplexidade dos sujeitos da educação diante da crise que se instala quando se é um sujeito da educação e quando se está, também, perplexo. No entanto, é na condição de sujeitos e testemunhas que nos entregamos ao absurdo. Se o absurdo é uma categoria lógico-filosófica que marca a impossibilidade de atribuição de sentido, então a perplexidade e o espanto serão os afetos que nos seguirão e motivarão na busca (ou na imaginação/construção) de novos sentidos e possíveis saídas.

Em seu texto *A crise da educação*, a pensadora Hannah Arendt (2016, p.231) afirmou a dificuldade em se considerar e dar à educação a merecida atenção quando se instala sobre a sociedade um espectro geral de crise. A crise da educação se torna algo menor e com menos importância diante de uma guerra mundial ou de um genocídio. Todas as atenções ficam voltadas para estes acontecimentos como se a educação não tivesse qualquer envolvimento nestes processos. Assim, se poderia pensar que todas as forças políticas se dedicariam à busca de respostas para as crises estruturantes:

reestabelecimento da paz e cura das doenças, e a educação seria um assunto que ficaria *em espera*, isto é, aguardaria sem gerar maiores problemas que as grandes questões – ou as questões dos adultos – fossem resolvidas antes. No entanto, “se isso fosse verdadeiro, a crise em nosso sistema escolar não se teria tornado um problema político e as autoridades educacionais não teriam sido incapazes de lidar com ela a tempo” (*idem*).

Arendt entende que a crise na educação pode ser uma oportunidade para que sejam feitas reflexões a respeito do que é preciso fazer para que se possa renovar o mundo comum: “é a oportunidade, proporcionada pelo próprio fato da crise — que dilacera fachadas e oblitera preconceitos – de explorar e investigar a essência da questão em tudo aquilo que foi posto a nu.” (Arendt, 2016, p.232) E completa com uma exortação - se a oportunidade dada pela crise não for aproveitada, ou se reagirmos a ela com preconceitos, ela pode vir a se tornar um desastre completo. É assim que a autora declara seu interesse político, e não pedagógico - pela crise na educação, como nos apresenta o professor José Sérgio Fonseca de Carvalho (2014) no artigo *Política e educação em Hannah Arendt: distinções, relações e tensões*. Estas exortações ainda são de um valor inestimável para nós que a (re)lemos no auge de uma crise generalizada décadas depois de sua publicação.

O fato é que a educação é sempre reivindicada pelo grupo político do momento que carrega consigo pressupostos – às vezes complementares, às vezes contraditórios aos grupos políticos anteriores – sobre o que é ser um cidadão e o que é a democracia. Todos eles afirmam saber como fazer uso da educação para contornar problemas sociais. No entanto, a educação também carrega uma rede de sentidos sobre sua função social e civilizacional que é constantemente disputada. Nesta agitação, qual grupo terá autoridade para dizer qual projeto será executado e qual mundo comum será engendrado? Esta questão gera outra nuance da crise trazida por Arendt – a crise de autoridade e a crise de transmissão.

Nossa tarefa de pensar as crises da educação está assim organizada:

Na primeira parte do capítulo, escolhemos duas nuances da crise, a saber: a crise de transmissão e a deslegitimação da tradição cultural e a crise do direito à educação. Para compor nossa reflexão sobre a primeira nuance, Inés Dussel (2009) fornece elementos de compreensão da crise que pode ser entendida via deslegitimação da tradição cultural associada às novas formas de comunicação que atravessam os espaços de aprendizagem e incitam o surgimento de novas tendências ou modismos pedagógicos. Aprofundamos alguns aspectos da crise de autoridade em Arendt (2016) e discutimos a crise de

transmissão à luz do reconhecimento do lugar que ocupamos na disputa pelos discursos em Michel Foucault (2006 e 2014). A segunda nuance será matizada com Saviani (2008 e 2020) que demonstra as demandas frustradas por uma escola democrática e atualiza com uma análise quantitativa o anúncio de Darcy Ribeiro de que a crise da educação é um projeto. Em continuidade ao raciocínio de Saviani, analisaremos os índices econômicos designados à educação nos últimos quatro anos e as consequências nada democráticas da neoliberalização da educação em Laval (2019). Estas duas nuances da crise devem ser consideradas em conjunto, uma vez que se encontram, se sobrepõem e se complementam formando um quadro ainda incompleto da crise da educação.

Nos perguntamos: os tempos de crise exigem responsabilidade da educação ou para com a educação? Haverá meios de restituir a educação como direito? Haverá meios de restituir à educação seu status de transmissor do legado da tradição? Diante do cenário árido e sem horizonte, de onde advirá nossa força ou potência para engendrar mudanças simples e, ao mesmo tempo, transformadoras? Sabemos que a educação sozinha não garante redenção, mas oferece oportunidades de leitura de mundo e de despertar potencial imaginativo que podem fazer alguma frente às crises sociais que trabalhamos no primeiro capítulo. Esta é nossa primeira intenção – situar a educação em sua agoridade (Campos, 1997, p. 268) coerente a um contexto pós-utópico. Tomamos de empréstimo as noções de pós-utopia e agoridade de Haroldo de Campos:

a poesia do hoje é uma poesia do agora (prefiro a expressão agoridade/*jetztzeit*, termo caro a Walter Benjamin): uma poesia “do outro presente” e da “história plural”, que implica uma “crítica do futuro” e de seus paraísos sistemáticos. Frente à pretensão monológica da palavra única e da última palavra, frente ao absolutismo de um “interpretante final” [...] o presente não conhece senão sínteses provisórias e o único resíduo utópico que nele pode e deve permanecer é a dimensão crítica que inere à utopia. (Campos, 1997, p. 268-269)

Diante da “síntese provisória” da agoridade que promovemos até aqui, nos voltamos para o futuro olhando para as a teoria das utopias concretas de Ernst Bloch (1985, 1986). Esta teoria, que inspirou Paulo Freire, se baseia na ideia de que a esperança é um elemento fundamental da experiência humana e é capaz de mover os indivíduos a agir e a mudar as condições objetivas de sua realidade. Bloch nos mostra que, enquanto humanos, somos carentes e famélicos – e a fome é mãe dos afetos expectantes, como a esperança – mobilizamos nossa imaginação no intuito de satisfazer suas muitas fomes:

comida, arte, dignidade, direitos... esta imaginação não é abstrata ou ilusória, pelo contrário, ela é concreta e histórica, na medida em que projeta a consciência para o ainda-não e engendra sonhos diurnos: racionais, lúcidos e possíveis.

Quiçá houvesse uma nova pedagogia capaz de contornar a crise e superar a estultice, uma escola ideal, justa e democrática, capaz de promover novas possibilidades civilizatórias e a emancipação de todos os sujeitos que recebem seus diplomas. No entanto sua invenção não passaria de quimera, utopia abstrata ou ilusão pedagógica (Lajonquière, 1999). Nos resta, como diz o filósofo espanhol Francisco Jarauta (2010, 2017)¹⁰⁶ aceitar que não vivemos mais o tempo das grandes utopias, que elas não passam de ficção. Nos cabe criar pequenas ou micro utopias (Jarauta, 2017), referentes ao nosso entorno mais imediato. É o que tentaremos fazer na sequência do capítulo, onde sonharemos três pequenos sonhos diurnos buscando “uma mudança de direção, tão leve quanto um grau de bússola, mas lá na frente [quiçá] fazendo toda a diferença no mundo” (Cavell, 1990, p.31).

Nosso primeiro sonho diurno é inspirado na radicalização da democracia. A teoria da democracia radical pode ser lida como mote da teoria do discurso da Escola de Essex – com a qual Rancière (2014a, 2014b, 2014c, 1996 e 2018) também se alinha. Chantal Mouffe (1995, 1999, 2001, 2003 e 2014) e Aletta Norval (2007) nos fornecerão os conceitos e os insumos para pensar a educação nos termos de uma democracia radical. Pensamos o agonismo como resultante da articulação entre as noções de crise, democracia e educação e, a partir deste resultado, imaginamos possibilidades pedagógicas capazes de vivificar ou radicalizar o espírito democrático desde as escolas. Em nosso entendimento, radicalizar seria: 1. afirmar e reafirmar os discursos em defesa de uma educação como direito e não como mercadoria – esta afirmação pública poderia promover uma sensibilização da sociedade sobre o significado da educação enquanto bem público e democrático; 2. politizar a educação pela criação ou fortalecimento de espaços de problematização, de fala e de escuta nas escolas – onde se promove a convivência plural e agonística a partir de critérios civilizatórios. Para aqueles com tendências extremistas e violentas, pensamos no oferecimento de processos formativos especiais onde se promoverá a educação dos afetos políticos e uma educação de adversários políticos.

¹⁰⁶ No artigo *Microutopias*, Jarauta (2017) trabalha a ideia de utopias em relação ao espaço urbano como espaço democrático e de representação social.

Nosso segundo sonho diurno aproxima os estudos da agnotologia com o campo da educação e dá ao estudo da produção social da ignorância um status de grande importância e urgência social. Como subsídio teórico para nosso sonho, encontramos a obra *Miseducation: A History of Ignorance-Making in America and Abroad* de A. J. Ângulo (2016) que traz um compilado de trabalhos que demonstram as muitas possibilidades de associação entre estes dois campos. Apresentamos uma lista de possibilidades de pesquisas que poderiam ser incitadas, tendo em vista o quadro de crises da democracia, da educação e da desordem informacional que transformam os tempos e espaços da escola.

Nosso último sonho diurno flerta com a promessa e a utopia. Trata-se de um encontro com o espectro de Jacques Derrida (1994, 2003 e 2004) que nos inspira e sensibiliza para a dimensão da hospitalidade e da generosidade. Diante da impossibilidade de enfrentarmos a lógica neoliberal que opera transformações significativas na educação e nas diferentes sociabilidades, entendemos que as escolas podem oferecer aos estudantes das novas gerações uma apresentação e introdução acolhedora ao mundo que nos foi legado pelas gerações anteriores, de forma que possam usar as inspirações para renovar a tradição e fomentar os novos sentidos de um mundo e de uma democracia *por vir*. A hospitalidade com que abriremos as portas do mundo para as novas gerações garantirá a possibilidade de transformar as relações de saber e poder que emergem do encontro com o outro, de modo a tornar possível e visível uma relação ética de hospitalidade e generosidade na escola (entre os sujeitos) e na educação (entre os sujeitos e a tradição).

4.1.1 A educação como campo de disputa pelos discursos e a crise de transmissão

“A educação, como projeto público da modernidade, inscreve-se na política. E a política está no coração de cada fato que a educação produz”
(BOTO, et. al. 2020, p.13).

A forma que a humanidade, ao longo da história, encontrou para transmitir de uma geração à outra suas experiências cotidianas que se traduzem em conhecimentos acumulados e em conhecimentos cujos conteúdos e práticas acham-se implícitos, chamamos educação. É através de um processo educacional formal ou informal, difuso ou claramente intencional, que os indivíduos são inseridos naquilo que chamamos civilização, ou seja, no campo desde onde emergem os referenciais necessários para compreensão de nossa existência enquanto seres sociais, a saber: linguagem, história, grupos ou classes sociais em suas relações e interesses econômicos e políticos.¹⁰⁷ Como Boto (2020) nos inspira a pensar desde a epígrafe, a educação é um ato político. Como pesquisadores e professores, lidando e atuando diariamente desde o campo da educação, entendemos que nosso trabalho é um trabalho político uma vez que cumpre continuar o “projeto público da modernidade”. Para tanto, em coerência com o que consideramos ser princípios democráticos, entendemos que nossa perspectiva se refere a uma perspectiva discursiva que atua, luta e resiste dentro de um enorme campo de batalha discursivas e disputas de interesses presentes em todas as sociedades e que atravessam o campo da educação. Na obra *A Ordem do Discurso* (2014), Michel Foucault nos encoraja a pensar sobre a disputa pelos discursos como uma disputa pelos saberes e poderes, a começar pelos diferentes usos e apropriação social dos discursos:

“Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo [...] O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes?” (Foucault, 2014, p. 41-42)

¹⁰⁷ Esta transmissão também pode ser lida sob a chave das teorias da reprodução de Bourdieu e Passeron (1992) e as críticas a elas incitadas por Giroux (1986).

Se no primeiro capítulo vimos que a democracia é um sistema no qual o conflito (crise) é inerente a sua natureza, a educação, como braço direito da democracia, não se furta a esta mesma característica. Os papéis que pretendemos fixar aqui como professores e pesquisadores se referem aos princípios republicanos da igualdade e liberdade, que se desdobram em laicidade, universalidade, publicidade. Entendemos que estes papéis precisam ser transmitidos por um sistema de educação capaz de formar cidadãos capazes de compreender a democracia e aperfeiçoá-la de acordo com as novas demandas das novas gerações.

Na idade moderna, tanto a democracia quanto o ideal humanista de cultura comum eram vistos como bastiões desta transmissão e o lugar privilegiado para que isso ocorresse era a escola. “A escola é uma construção histórica longa e fortemente associada à cultura de uma sociedade”¹⁰⁸ (Dubet, *in*: Peralva 1997, p. 228). Ideais que davam sentido ao fazer escolar, estruturavam também os currículos e pautavam, assim, o legado daquela cultura para as futuras gerações: “As humanidades [...] ofereceram um núcleo de referências comuns que permitiam às pessoas sentir-se parte de alguma coisa comum, de uma vida comunitária – com suas hierarquias, inclusões e exclusões” (Dussel, 2009, p. 352). No entanto, este ideal de educação já evoca os primeiros sinais de uma crise que pretendemos aqui matizar. Ainda em Inés Dussel (2009), encontramos os referentes que demonstram o que ela nomeia de crise de transmissão da “cultura comum”, o que quer dizer que os ideais ora transmitidos pela educação se encontram em declínio:

Hoje, tanto a ideia de “cultura comum” como a própria noção de tradição e reprodução cultural parecem sob assédio. Em primeiro lugar, esse assédio tem a ver com o declínio das humanidades modernas como centro de referência da cultura comum – um declínio que já tem mais de um século. Em segundo lugar, está ocorrendo uma transformação profunda da ideia de tradição e reprodução cultural, bem como das formas com que estas se realizam (Dussel, 2009, p. 351)

A deslegitimação da tradição cultural, associada às novas formas de comunicação que atravessam os espaços de sala de aula matizam a atual crise de transmissão: se antes a escola realizava a transmissão do legado cultural e civilizatório em aliança com o Estado e as famílias, hoje esta função é disputada e financiada por outras instâncias, como a

¹⁰⁸ É o que afirma Dubet (*in* Peralva, 1997) em uma entrevista onde relata e reflete sobre a experiência incitada por ele de atuar como professor da educação básica em um colégio da periferia de Bordeaux, França. A entrevista foi publicada sob o título: *Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor* e está disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a18.pdf> Acesso em 07/01/2022.

internet e as redes sociais. Esta disputa de discursos – mesmo sendo natural – é profundamente desfavorável para os professores que oferecem uma linguagem e uma estrutura comunicacional bastante diferente dos *influencers*, que afetam e conduzem preferências e visões de mundo dos estudantes. Dussel (2009, p. 357) alerta inclusive para o fato de que a escola pode pôr em causa a sua própria legitimidade não só de transmissão de cultura, mas enquanto instituição privilegiada de socialização, uma vez que as redes sociais são vistas como espaços públicos comuns¹⁰⁹. Há uma mutação estrutural da experiência escolar em curso, que desejamos marcar aqui como o primeiro aspecto da crise. Como exemplo da abrangência e alcance desta mutação, destacamos o estudo *Alienígenas na sala de aula* (1995) de Bill Green e Chris Bigum que convoca uma reflexão sobre a manifestação deste novo estudante *alienígena* ou *cyborg*:

As escolas podem perfeitamente se tornar locais singulares, como mundos próprios nos quais *cyborgs* geracionalmente diferentes se encontram e trocam narrativas sobre suas viagens na tecno-realidade — desde que nós nos permitamos reimaginá-los e reconstruí-los de uma forma inteiramente nova, em negociação com aqueles que um dia tomarão nosso lugar. (Green, *et. al*, 1995, p. 240)

Considerando as situações vividas no Brasil nos últimos anos em que há – afirmadas e reafirmadas em nível federal – o desprezo ao patrimônio histórico, às construções culturais, científicas e as verdades factuais, entendemos que a crise de transmissão em uma geração *cyborg* pode ser exponencialmente lesiva para nossa democracia. Como o humanismo e o legado científico iluminista passam a ser pouco palatáveis aos estudantes diante da liquidez de nossos tempos e do assédio midiático, surgem invenções ou “modas” pedagógicas que Dussel nomeia de “progressivismo pedagógico” (2009, p. 354), responsáveis por uma noção de escola sem “sem tradição”, ou, como diz Arendt, uma escola que “substituiu o aprendizado pelo fazer” (Arendt, 2016, p.242).

Porém, ainda será possível trocar narrativas sobre nossas viagens na tecno-realidade e, quem sabe, construir pontes? Certamente não se deve desconsiderar a necessidade de renovar a tradição e, ao mesmo tempo, de dialogar com a juventude usando uma linguagem comum, contudo, alguns princípios civilizacionais conquistados

¹⁰⁹ Para aprofundamento, recomendamos duas obras de Richard Sennett: *O Declínio do homem público e as tiranias da intimidade* (1988) e *Juntos – Os rituais, os prazeres e a política da cooperação* (2018).

devem ser vistos como prerrogativas para se enfrentar a crise de transmissão que se coloca na educação¹¹⁰.

Muitos pesquisadores se juntam ao debate e reforçam a preocupação com a crise da transmissão. Em um artigo recente, Cleriston Petry e Angelo Cenci (2021b) trabalham a perspectiva do dilema da autoridade educacional. De acordo com a análise dos autores, a crise na educação tem raízes na falta de responsabilidade das “novidades pedagógicas” para com a tradição, para com o mundo e sua preservação. Nestes casos, o professor deixa de ser para o estudante uma “autoridade” em algum aspecto da tradição para se converter em um mero explicador ou “técnico do ensino” (2021, p. 841).

No último governo, a educação foi usada como mote de uma verdadeira guerra cultural, como se uma doutrinação de esquerda engendrada por professores fosse o grande motivo da crise na educação. Institucionalmente, a educação aparecia como prioritária no Plano de Governo (2018), no entanto, esta prioridade se dá no combate a “doutrinação” e ainda, na sexualização precoce das infâncias (2018, p. 41). Como medidas institucionais de combate à “doutrinação”, temos o programa de militarização das escolas, além de leis de incentivo ao homeschooling¹¹¹. A sociedade conservadora também se organizou e criou o movimento Escola Sem Partido inspirado em movimentos internacionais como o *Con Mis Hijos No Te Metas* (Perú) e o *Save Our Children* (EUA).

Para felicidade dos defensores dos princípios republicanos e dos ideais humanistas na educação, muitas destas estratégias de enfrentamento não venceram os embates recentes e sofreram um esvaziamento. No entanto, Foucault adverte que “o desaparecimento radical [dos diferentes discursos] não pode nunca ser senão um jogo, uma utopia ou uma angústia” (Foucault, 2014, p.22). Por mais que sejam desenvolvidas novas medidas institucionais em defesa de uma educação cidadã e democrática pelo governo que reinicia em 2023, contamos e contaremos com uma massa significativa e

¹¹⁰ O artigo publicado por Petry, C., e Cenci, A. V. (2021) aborda o dilema da autoridade educacional e o problema da transmissão que se coloca a partir de uma crítica às “novidades pedagógicas” a despeito da tradição em Hannah Arendt e Sennett. De acordo com a análise dos autores, a crise na educação tem raízes na falta de responsabilidade do professor para com o mundo e sua preservação, deixando de ser uma “autoridade” em algum assunto da tradição para se converter em mero “técnico do ensino” (2021, p. 841)

¹¹¹ O projeto de lei 3261/2015 do deputado Eduardo Bolsonaro sobre a educação domiciliar altera as leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei nº 9.394, (Diretrizes e Bases da educação nacional). O deputado argumenta a necessidade de um modelo de educação que ofereça maior autonomia e controle na transmissão dos conteúdos. No entanto, a proposta fere a legislação que garante que educação deve ser ministrada por instituições de ensino.

raivosa que, sabemos, desejam “prescrever a verdade” (Foucault, 2010, p. 251) antidemocrática.

4.1.2. Crise do direito à educação

A escola já foi vista como espaço de construção de consensos, de práticas e aprendizagens democráticas: “a educação foi posta em posição estratégica na construção da democracia na sociedade moderna desde o início do século XIX” (Saviani, 2020, pg. 28). Contudo, é o próprio Saviani quem alerta que “a sociedade moderna, de base capitalista, ao mesmo tempo em que espera e exige da escola a formação para a democracia traduzida no objetivo da formação para o exercício consciente da cidadania, inviabiliza essa tarefa, impedindo a escola de realizá-la” (2020, pg 28)¹¹². Como direito social, o direito à educação é uma das condições de possibilidade de construção da cidadania. No entanto, se não houver padrões mínimos que estabelecem qualidade de ensino, esse direito não pode ser assegurado. Neste tópico, vamos analisar a crise do direito à educação, isto é a crise das garantias institucionais acesso ao direito à educação sob os ditames do capital.

Foi Darcy Ribeiro, um dos intérpretes do Brasil, no 29º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no ano de 1977, faz a seguinte declaração: “A crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”¹¹³. O contexto de sua fala se dá no auge do governo militar, momento em que se juntam as elites econômicas com a classe política brasileira para a construção de um projeto educacional de expansão sem qualificação. A abertura para a iniciativa privada e a redução sucessiva de verbas neste período deixou a educação pública em situação de crise e miserabilidade.

Para compreender os números que marcam a fala de Darcy Ribeiro, buscamos um levantamento feito pelo professor Demerval Saviani no artigo *O legado educacional do regime militar* (2008). Segundo ele, em 1970 foram gastos 7,6%, do PIB na área caindo para 4,31% em 1975. Em 1985, o investimento já tinha caído para 2,72% do PIB. Quase

¹¹² Em fala proferida por ocasião do I Seminário Internacional: “A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios” promovido pela FEUSP em 2020.

¹¹³ <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/educacao-falha-ou-indisponivel/> Acesso em 17 ago 2022.

que neste mesmo período histórico do Brasil, o apoio governamental ao setor privado foi visto como política educacional e como um projeto meticulosamente arquitetado e bastante eficiente, já que sofreu um crescimento de 744,7% entre os anos de 1964 e 1973. Esses dados comprovam os motivos da indignação de Darcy Ribeiro. A crise da educação brasileira não podia ser entendida sob os mesmos moldes da crise que é inerente a todo sistema.

Os tempos são outros, mas as práticas se repetem. De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o orçamento destinado ao Ensino Médio entre 2019 e 2022 sofreu uma queda gradual em todos os Estados brasileiros. Em relação ao Produto Interno Bruto, o gasto que em 2016 representava 1,7% do PIB, em 2021, caiu para 1,2%¹¹⁴, mesmo com todas as demandas extras geradas pelo período da pandemia, situação que se repete em outros níveis de ensino. De acordo com o Inep/MEC¹¹⁵, o percentual do Investimento Público total em educação relação ao PIB foi de 5,6% em 2010 para 6,2 em 2018, no entanto, entre 2019 e 2022, o orçamento foi o menor da década. Além disso, a chamada PEC do Teto de Gastos congelou os investimentos em educação por 20 anos, o que inviabiliza a meta do Plano Nacional de Educação de chegar a 10% do PIB em 2024.

A Folha de São Paulo divulgou em dezembro de 2022 uma reportagem demonstrando a evolução dos indicadores de desenvolvimento sob a gestão do governo Bolsonaro (2018-2022). Fizemos um recorte dos 10 indicadores que se referem à educação – 8 demonstram piora e apenas 2 demonstram estabilidade em relação ao que foi deixado pelo governo Temer.

¹¹⁴ <https://www.inesc.org.br/orcamento-para-o-ensino-medio-despenca-em-4-anos/> Acesso em 10/01/2022

¹¹⁵ <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais> Acesso em 10/01/2022

| INDICADOR | EVOLUÇÃO | SITUAÇÃO |
|--|----------|--|
| Alfabetização | piorou | O desempenho dos alunos brasileiros no ciclo de alfabetização despencou |
| Aprendizado na educação básica | piorou | Além da alfabetização, os dados do Saeb 2021 indicaram queda de aprendizado no ensino fundamental e ensino médio. |
| Educação básica - investimento na infraestrutura | piorou | Os valores operados desabaram, passando de R\$ 2,2 bilhões em 2018 para R\$ 460 milhões neste ano. [...] O então ministro da Educação Milton Ribeiro deixou o cargo uma semana após a Folha revelar áudio em que ele dizia priorizar pedidos de um dos pastores sob orientação de Bolsonaro. |
| Educação infantil - matrículas em creche | piorou | Sob Bolsonaro, os investimentos em educação infantil (creche e pré-escola) tiveram forte redução e o gasto com obras caiu 80%. |
| Enem - acesso ao ensino superior | piorou | O exame teve 2,3 milhões de participantes presentes nas provas de 2022, número 40% menor do que em 2018. |
| Investimentos federais na educação básica | piorou | Sob Bolsonaro, o MEC teve os menores orçamento para a educação básica da década, apesar de a etapa ter sido apontada como prioridade no início do governo. |
| Investimentos federais no ensino profissional | piorou | Também apontada como prioridade no início do governo, a educação profissional não teve sequer um plano estratégico de expansão. |
| Investimentos federais no ensino superior | piorou | Os gastos federais na subfunção ensino superior apresentam uma redução de R\$ 8 bilhões entre 2018 e 2022, na comparação com valores atualizados pela inflação. O governo federal chegou a suspender todos os pagamentos no fim de 2022. |
| Educação infantil - matrículas na pré-escola | estável | O número de matrículas na pré-escola cai desde 2019, mas em 2021 era maior do que no último ano do governo Temer (2018). |
| Pós-graduação | estável | O número de bolsistas financiados pela Capes era de 99.083 em 2018, caiu ao longo do governo mas terminou 2022 no mesmo patamar do último ano da gestão Temer (MDB), com 99.109 bolsas. |

Quadro 7. Indicadores do Brasil pioram sob Bolsonaro.

O quadro de 30 de dezembro de 2022¹¹⁶ demonstra a grave deterioração da situação da educação no Brasil – em todos os níveis – nos últimos anos. A falta de investimento na área compromete a garantia de uma educação de qualidade como direito constitucional e se retrata, assim, um grave aspecto da crise da democracia. O descaso e o descrédito da educação associados à corrupção, a falta de compromisso com a memória, com a transmissão da tradição e com a constituição dos saberes para além da técnica são fatores presentes na atual conjuntura que asseveram os problemas de formação de uma população já bastante vulnerável aos efeitos da produção social da ignorância. Outro ponto preocupante apresentado no relatório do Inesc está no não cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). Vários portais não possuem dados completos ou demonstram-se muito discrepantes, o que dificulta a percepção da real situação em que a educação se encontra atualmente. Lembrando que ocultar informações ou dificultar o acesso a elas denota a presença de estratégias de produção social da ignorância na gestão da educação.

Em relação às críticas iniciativa privada, destacamos que, em que pese que o Brasil seja signatário dos *Princípios de Abidjan* (2022) – documento que versa sobre as obrigações dos Estados em matéria de direitos humanos de fornecer educação pública e de regular a participação do setor privado na educação¹¹⁷ – surgiram tentativas privatizantes da educação. Um deles foi o programa Future-se¹¹⁸, sob a justificativa de incentivar autonomia financeira das universidades pela captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. No entanto, o programa foi rejeitado pela maioria das universidades públicas. Outro exemplo foi a política dos *vouchers-creche* para a privatização da educação infantil (0 a 3 anos). Neste caso, uma parte significativa dos recursos do Fundeb¹¹⁹ seria reservada para atrair investidores privados. De acordo com o FINEDUCA 2022 (Revista de Financiamento da Educação):

¹¹⁶ O quadro completo com todos os indicadores está disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/12/indicadores-do-brasil-pioram-sob-bolsonaro-que-encerra-governo-sem-marca-positiva.shtml> Acesso em 11/01/2022

¹¹⁷ Os Princípios de Abidjan estão rapidamente se tornando um dos marcos do direito à educação, particularmente no contexto da crescente privatização e mercantilização da educação em todo o mundo. A organização brasileira que participou das discussões para elaboração dos Princípios foi a *Campanha Brasileira pelo Direito à Educação*
https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PrincipiosDeAbidjan_Portugues_1.pdf Acesso em 28/12/2022.

¹¹⁸ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/future-se> Acesso em 28/12/2022.

¹¹⁹ De acordo com o Jornal Folha de São Paulo do dia 11.fev.2020. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/02/governo-quer-usar-fundeb-para-privatizar-creches.shtml> acesso em 28/12/2022.

ocorre que a educação infantil – especialmente as creches – exige um investimento maior por aluno do que as demais etapas. Apesar disso, os dados existentes mostram que há menos investimento nessa etapa. No novo e permanente Fundeb, há um avanço substantivo, mas não será suficiente para garantir os parâmetros do Custo da Educação de Qualidade por Aluno (CAQ), segundo os preceitos constitucionais. (Pellanda e Barry, 2022, p.13)

As pesquisadoras Andressa Pellanda e Koumbou Boly Barry (2022, p.12), a partir das análises dos relatórios do FINEDUCA, advertem que o que se investe no Brasil não é o suficiente para garantir a qualidade da educação de acordo com os preceitos constitucionais de qualidade de ensino. Além disso, elas alertam para as muitas lacunas na legislação que regula a participação do setor privado no Brasil¹²⁰. Diante de uma crise ou da incapacidade de fazer uma gestão autônoma dos recursos da educação, as autoras defendem que os Estados devem se esforçar para não demandar financiamento privado. Mas, se não houver meios de assegurar esse direito sem esse recurso, deve haver uma justificativa clara além de um plano para supressão deste financiamento o mais rápido possível.

Para concluir a apresentação deste aspecto da crise da educação, destacamos duas obras centrais para compreender as “funções” da educação postas pelo discurso neoliberal. A primeira obra é do professor Gaudêncio Frigotto: *Educação e a crise do capitalismo real* (2010), onde ele analisa social e politicamente os aspectos estruturantes da crise do capital desde a década de 70 e a forma como as ideologias e políticas da educação ficam sempre a reboque das demandas da acumulação do capital e geram categorias como a “educação para a competitividade”, que se configura como um entrave para a transmissão da tradição, vista como supérflua. Nesta mesma linha destacamos mais uma obra do sociólogo Christian Laval (2019) *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*, onde o autor reconhece os pressupostos neoliberais como responsáveis pela degradação generalizada das condições de vida e trabalho, das instituições educacionais, universitárias e científicas. No prefácio à segunda

¹²⁰ Para aprofundamento e descrição das lacunas mapeadas, sugerimos fortemente o artigo de Andressa Pellanda e Koumbou Boly Barry: *O Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Brasil e as Parcerias Público-Privadas na Educação Infantil: um panorama na perspectiva dos Princípios de Abidjan*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119737/84883> Acesso em 08/01/2022.

edição brasileira, Laval retrata grande preocupação com o avanço acelerado do neoliberalismo sobre a educação no Brasil:

Sob certos aspectos, o sistema educacional brasileiro já é muito mais "neoliberalizado" do que o sistema francês e muitos outros sistemas educacionais europeus. Podemos dizer até que o Brasil chegou antes do que outros países ao estágio do "capitalismo escolar e universitário", caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino. Constatamos esse fato pela expansão de empresas gigantes, como a holding Kroton, que, pelo que sei, possui mais de 1,5 milhão de estudantes e quase 40 mil assalariados, e está presente em quase todos os setores do ensino, tanto de base como preparatório e profissionalizante. De modo geral, o crescimento notável do ensino superior privado no Brasil nos últimos vinte anos, sob a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsa (Kroton, Estácio, Anhanguera etc.), faz do país um caso único no mundo. (Laval, 2019, p. 12-13)

As consequências da neoliberalização da educação são vistas nos discursos e práticas de uma suposta modernização da escola a ser aferida por índices de eficiência¹²¹ e produtividade, o que se traduz em burocratização do fazer docente, em produtivismo do saber e em neotecnicismo¹²². Outra consequência é a ressignificação do sentido da educação – ao invés de ser tratada politicamente como direito social, passa a ser mercadoria ou *business*.

A função da escola deveria ser conseguir criar cidadãos tolerantes, com capacidade de diálogo. [...] A universidade deveria ser um espaço para o diálogo. As universidades cada vez mais funcionam como empresas, não contratam intelectuais para liderá-las, e sim CEOs. Os alunos viraram clientes. Os jovens são um valor no qual vale a pena investir (GIROUX, 2019 s/p).

Como professores e pesquisadores, continuamos testemunhando o uso da ideia de crise como mote para o sucateamento da educação como direito social e a transformação das escolas em espaços empresariais. Desta análise, resta evidente que a crise da educação

¹²¹ Esta perspectiva nos incita algumas problematizações: os indicadores de escolaridade são capazes de aferir, para além da proficiência em matemática ou língua portuguesa, o significado de uma pessoa democraticamente educada? O que significa ser uma pessoa educada. Ver o estudo de Rogerio Schlegel (2021) *Impactos políticos da educação: da aposta no novo cidadão à eleição de Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/S5Njb4jWdvMPccCsDfJymDs/?lang=pt> Acesso em 13/01/2022. Analisando a relação entre a escolaridade e as inclinações políticas entre 1989 e 2018, o autor argumenta que mesmo os eleitores com escolaridade elevada declararam voto e apoio aos ideais antidemocráticos representados por Bolsonaro. O que contraria o pressuposto de que o aumento da escolarização seria condição para o desenvolvimento de uma consciência democrática.

¹²² Conforme estudos de Andréa Villela Mafrá da Silva (2018) no artigo *Neotecnicismo - a Retomada do Tecnicismo em Novas Bases*, publicado na revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsskroton.com.br/article/view/3720> Acesso em 11/01/2022

não é mais a crise que constitui os sistemas, mas uma crise gerada intencionalmente, com fins ideológicos e lucrativos. Neste campo de disputas por discursos, sentidos e significações, nos posicionamos junto à perspectiva que entende a educação pública, laica, gratuita e de qualidade como condição *sine qua non* para a saúde democrática de uma nação. Por isso, evocamos o pensamento de Theodor Adorno no discurso *Educação Após Auschwitz*: “Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que *Auschwitz* não se repita.” (Adorno, 1995, p. 21)

4.2 Das utopias - A educação e a fome de democracia

Eu queria, portanto, deixar aqui para vocês também uma alma cheia de esperança. Para mim, sem esperança não há como sequer começar a pensar em educação. Inclusive, as matrizes da esperança são matrizes da própria educabilidade do ser, do ser humano. [...] E a educação é exatamente esse movimento de busca, essa procura permanente.

FREIRE, Pedagogia dos sonhos possíveis, p. 171.

Como professores e trabalhadores da educação, entendemos que o trabalho que iniciamos nos capítulos anteriores evoca, ao mesmo tempo, dois tipos de afetos¹²³: o primeiro é um mal-estar diante da crise instalada nas estruturas de nossa sociedade e que se espalha para nossas salas de aula, para os currículos e, principalmente a constituição do ser docente¹²⁴. O segundo afeto decorre do primeiro: se refere a uma paixão triste, uma sensação de impotência, de impossibilidade de pensar, uma paralisia da imaginação, da

¹²³ O uso que fazemos do termo “afeto” tem fundamento principalmente em duas obras: *O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2020) de Vladimir Safatle, que evoca a teoria dos afetos da psicanálise para compor sua análise política e social; e *O Tempo das Paixões Tristes* de François Dubet (2020) que descreve o afeto da tristeza diante da intensificação das desigualdades geradoras de outros modos de vida social nos últimos anos/décadas (antes da pandemia). Lembramos ainda que na obra *Ética*, de Baruch Spinoza (2009) encontramos uma reflexão fundamental sobre as diferentes paixões e apresenta as paixões tristes como responsáveis por uma diminuição da potência dos indivíduos.

¹²⁴ Nos últimos anos, tenho ouvido com bastante frequência relatos de colegas, dentro e fora da sala dos professores (educação básica) sobre um arrependimento na escolha da profissão. Alguns fazem planos para mudar de área (grande parte deseja abandonar as ciências humanas, fazer segunda licenciatura em uma área mais privilegiada pela reforma do Ensino Médio), outros fazem planos para mudar radicalmente de profissão, abandonar a docência. Nestas repetidas conversas informais, alguns motivos são relacionados ao desencanto – a questão da reforma da previdência que altera a idade para aposentadoria dos professores, a não remuneração das horas trabalhadas extraclasse (correção de avaliações e planejamentos), a burocratização dos processos que ocupa um tempo que poderia ser aproveitado para estudo/pesquisa/criação e, o mais grave, a destituição da autoridade do saber acadêmico/docente, fenômeno derivado do anti intelectualismo e do negacionismo que gera um excesso de estudantes preocupados apenas com notas e números.

capacidade de criação de realidades educacionais para além das condições impostas pelo passado e pelo presente, o que nos confina a repetir ações docentes secas e mecânicas em uma realidade que já se apresenta distópica, desprovida de sonhos e utopias. O poeta e escritor Haroldo de Campos nomeou este tempo como *pós utópico* (1997, p. 268), e o descreve como tempo em que não é mais possível formular utopias. Diante da convocação à esperança que Paulo Freire faz no texto da epígrafe a todos nós professores, nos perguntamos se há ou haverá ainda meios outros de esperar, de recolher nossas paixões tristes do solo árido e desgastado pela ganância neoliberal e pelas ignorâncias negativas e convertê-las primeiro em potência imaginativa para só então, em ações docentes reais possíveis e transformadoras. Da mesma forma que foi preciso ressignificar os sentidos de crise e democracia, entendemos que precisamos revisitar e ressignificar as noções de utopia e esperança, sem as quais, como adverte Paulo Freire no texto da epígrafe, “será impossível sequer começar a pensar em educação” (2015, p. 171).

Paulo Freire foi um grande leitor e admirador do pensador alemão Ernst Bloch¹²⁵. A concepção freiriana de utopia crítica (1987, 1983, 2006 e 2015) encontra correspondências diretas na teoria da utopia concreta de Ernst Bloch (1985, 1986), especialmente por defender que a utopia é um processo de transformação contínuo que deve ser realizado no presente. Por isso, vamos resgatar agora alguns dos princípios fundamentais da obra de Bloch que inspirou Paulo Freire e certamente inspirará a nós, professores, movidos pelo mesmo amor pela educação, mas que fomos e nos encontramos ainda profundamente afetados pelo desmonte dos últimos anos.

Começamos com (a) fome. No primeiro volume da sua obra *O Princípio da Esperança* (1986), Bloch apresenta a fome como o “apetite das emoções expectadoras” (1986, p. 70). Quem tem fome não espera, não pode ficar passivo, imobilizado. A degradação e o rápido declínio diante da privação rebentam um impulso de superação e ação que devem ser rápidas e eficientes. A reação à fome gera, para Bloch, a esperança (que é uma emoção expectante, juntamente com a angústia, o medo e a fé) que não pode ser entendida como a passividade de quem espera ou uma ilusão, mas a esperança baseada na ação e possibilidade real de concretização.

¹²⁵ Freire aborda a teoria das utopias concretas de Bloch em outras obras, como é o caso de "Educação e Mudança", onde explora a relação entre utopia e educação e defende a ideia de que a educação é um meio para promover a democracia e a justiça social.

A fome, segundo o autor, se faz presente de duas formas; sendo a primeira e mais imediata, a necessidade orgânica: “O estômago é a primeira lâmpada na qual deve ser derramado óleo. O seu desejo é preciso, o seu impulso é tão inevitável que nem sequer pode ser reprimido por muito tempo” (1986, p. 70). O segundo aspecto é o que pretendemos observar se refere a fome como impulso fundamental, como força motriz que lança os indivíduos para além de sua autoconservação, para sua auto expansão e emancipação¹²⁶. Uma vez resolvida a fome orgânica e apaziguadas as urgências da sobrevivência imediata, as necessidades não desaparecem, a fome se projeta para o futuro e se transforma em *consciência antecipadora* (1986, p. 43) que, por sua vez, representa o coração das utopias concretas (composto predominantemente de construções imaginárias). Os indivíduos passam a imaginar diferentes formas de suprir suas necessidades futuras e, neste mesmo processo, engendram sua emancipação.

A fome é só o ponto de partida das utopias concretas. O mesmo mecanismo que reage à privação e à carência pode levar os indivíduos a imaginarem e materializarem soluções para questões imediatas e futuras. Podemos utilizar e direcionar esse mecanismo para alcançar outros alvos, coletivos e sociais. Bloch considera que a elaboração deste alvo depende de um “sonho diurno”:

O que se projeta à frente da busca pela autoextensão é, como precisará ser demonstrado, um "ainda não consciente", um que nunca foi consciente e nunca existiu no passado, portanto um amanhecer para o futuro, para o novo. É o amanhecer que pode envolver até mesmo os mais simples sonhos diurnos; a partir daí, ele se estende para áreas adicionais de privação negada e, portanto, de esperança¹²⁷. (1986, p. 77)

Ao contrário dos sonhos noturnos que são desorganizados, quiméricos e se alimentam de memórias e do passado, os sonhos diurnos são abertos, lúcidos, presentes e projetados racional e intencionalmente para o futuro (1986, p. 91). Desta forma, um sonho diurno pode efetivamente produzir utopias concretas e provocar mudanças significativas

¹²⁶ É no volume 2 que Bloch aborda mais repetidamente o conceito de emancipação e dá como exemplo a emancipação burguesa e feminina.

¹²⁷ Tradução livre do seguinte trecho: *What hovers ahead of the selfextension drive forwards is rather, as will have to be shown, a Not-Yet-Conscious, one that has never been conscious and has never existed in the past, therefore itself a forward dawning, into the New. It is the dawning that can surround even the simplest daydreams; from there it extends into further areas of negated deprivation, and hence of hope.* (1986, p. 77)

desde que os indivíduos tomem decisões/ações na direção do que foi sonhado. Assim, a liberdade, por exemplo, só pode existir como resultado de uma decisão/ação que foi sonhada, da mesma forma que a esperança só pode se garantir no possível, ou, como queria Haroldo de Campos, na *agoridade*. E é sob este auspício que falaremos da educação.

As diferentes épocas e os diferentes contextos desenvolvem suas próprias matizes da fome¹²⁸. Bloch não teorizou sistematicamente a educação e seus contextos, mesmo assim, qualquer professor em contato com sua obra é capaz de fazer uma correspondência entre a utopia concreta e o que deseja para seus estudantes enquanto seres sociais. Se o ponto de partida da utopia concreta é a fome, então, podemos nos perguntar sobre as fomes que a educação sente hoje, as fomes garantidoras de sua existência e sobrevivência enquanto direito. Em seguida, por meio de um *sonho diurno*, podemos imaginar o que a educação pode fazer para se precaver das fomes futuras, seguindo as admoestações de Bloch:

Deixe os sonhos diurnos crescerem ainda mais, isto significa que eles enriquecem com o olhar sóbrio; não no sentido da obstinação, mas no sentido de se tornar lúcido. Não no sentido de uma mera razão contemplativa que aceita as coisas como elas são e como estão, mas da razão participante que as aceita seu movimento, e portanto, também como podem ser melhores. Então, deixe os sonhos diurnos crescerem realmente mais plenos, ou seja, mais claros, menos aleatórios, com mais familiaridade, mais claramente compreendidos e em comunicação com o curso das coisas. Para que o trigo que quer amadurecer possa ser encorajado a crescer e a ser colhido. (1986, p. 03-04)¹²⁹

Em que pese o quadro geral de crise da democracia e a sombra da produção social da ignorância sobre a educação, estamos em um momento muito bom para sonhar. Como

¹²⁸ Vale destacar que o contexto de referência de Bloch é a sociedade burguesa pós-revolução industrial, o sujeito da esperança é o proletariado e o alvo da esperança está voltado para a tomada de consciência da situação de exploração da classe trabalhadora. A concretização da utopia seria o fim da condição de exploração.

¹²⁹ Tradução livre do seguinte trecho: *Let the daydreams grow even fuller, since this means they are enriching themselves Around the sober glance; not in the sense of clogging, but of becoming clear. Not in the sense of merely contemplative reason which takes things as they are and as they stand, but of participating reason which takes them as they go, and therefore also as they could go better. Then let the daydreams grow really fuller, that is, clearer, less random, more familiar, more clearly understood and more mediated with the course of things. So that the wheat which is trying to ripen can be encouraged to grow and be harvested.* (1986, p. 04)

brasileiros, experimentamos em janeiro de 2023 um período marcado pela esperança e otimismo de que a cidadania e a democracia podem ser restauradas. Como professores, respiramos aliviados pela renovação do Ministério da Educação, da Cultura e dos Direitos Humanos, pelo retorno dos investimentos em pesquisa, pela possibilidade real de retomada das Metas que compõe o PNE, estagnadas desde 2016. Estávamos famintos por democracia. E assim continuamos. Saciamos uma de nossas fomes, no entanto, o que temos pela frente será uma “difícil travessia”, como anunciava Guimarães Rosa em seu Grande Sertão Veredas. Por isso, nos cabe aqui imaginar, sonhar alguns *sonhos diurnos* de educação e de pedagogias potencialmente civilizatórias.

Para pensar a questão do antagonismo desde o campo da educação, retomamos a problematização que fizemos no início deste texto – Seria possível pensar a democracia radical desde o campo da educação? De acordo com a construção que fizemos aqui, elegemos em primeiro lugar os valores inegociáveis, mencionados por Mouffe na citação acima, a saber: a igualdade e a liberdade, valores fundantes da democracia liberal e da escola republicana, de onde se têm a educação como direito humano e direito social; e o agonismo (dissenso) enquanto modo de relação entre os sujeitos da educação.

4.3 Primeiro sonho diurno – radicalização da democracia

Nosso primeiro sonho diurno é concebido com inspiração na proposta de radicalização da democracia, elaborada no bojo das teorias pós-estruturalistas, sobretudo aquelas identificadas com a teoria do discurso da Escola de Essex – com a qual Rancière (2014a, 2014b, 2014c, 1996 e 2018) encontra muitas afinidades – representadas pelo pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1995, 1999, 2001, 2003 e 2014) e Aletta Norval (2007). Orientamos nosso trabalho a partir das seguintes problematizações: O que significa radicalizar a democracia? A radicalização da democracia pode ser uma forma de contornar a crise? Se trata de uma utopia concreta? Como a educação participaria de uma radicalização da democracia? Com a clareza de não se tratar de um modelo a ser implantado na educação, pensamos a democracia radical como um elemento norteador ou princípio orientador das reflexões e dos desejos de efetivação de uma escola democrática possível.

O que significa radicalizar a democracia? No prefácio de sua obra *Dimensions of Radical Democracy – Pluralismo, Citizenship, Community*, Mouffe (1995) afirma que o primeiro passo para a radicalização seria submeter a democracia liberal ao crivo de seus próprios pressupostos, uma vez que ela não foi eficiente em fazer frente aos horrores do totalitarismo¹³⁰. A análise crítica e radical dos fundamentos da democracia liberal indica que ela não resultará descartada ou rejeitada, tampouco substituída por um novo modelo social ainda não imaginado. Radicalizar a democracia implica, tão somente, na exigência do cumprimento daquilo que ela mesma propõe:

De fato, uma vez reconhecido que o que constitui a democracia moderna é a afirmação de que todos os seres humanos são livres e iguais, torna-se claro que não é possível encontrar princípios mais radicais para organizar a sociedade. O problema, portanto, não são os ideais da democracia moderna, mas o fato de os seus princípios políticos estarem muito longe de serem implementados, mesmo nas sociedades que os reivindicam. Devido ao grande fosso entre os ideais democráticos professados e a sua realização, a tendência geral da esquerda tem sido denunciá-los como uma farsa e apontar para a construção de uma sociedade completamente diferente. Esta alternativa radical é precisamente o que se tem mostrado desastroso pela trágica experiência do socialismo de estilo soviético, e precisa de ser descartada. No entanto, isto não significa que tenhamos de nos resignar à democracia na sua forma atual. Em vez de proclamar o carácter ideológico e ilusório da chamada "democracia burguesa formal", por que não tomar os seus princípios declarados literalmente e forçar as sociedades democráticas liberais a prestarem contas pelos seus ideais professados? Este é o caminho defendido por aqueles que são a favor da "democracia radical e plural".¹³¹. (Mouffe, 1995, p. 01 e 02)

¹³⁰ Mouffe é profundamente influenciada pelas obras de Carl Schmidt, especialmente sua crítica ao liberalismo e à oposição amigo/inimigo. No entanto, Mouffe se diferencia e vai além. Enquanto Schmidt entende que, em uma democracia, os conflitos são incontornáveis, Mouffe apresenta sua proposta agonística para resguardar a convivência democrática apesar de sua dimensão crítica/conflitiva (antagonística).

¹³¹ Tradução livre do trecho: *Indeed, once we acknowledge that what constitutes modern democracy is the assertion that all human beings are free and equal, it becomes clear that it is not possible to find more radical principles for organizing society. The problem therefore is not the ideals of modern democracy, but the fact that its political principles are a long way from being implemented, even in those societies that lay claim to them. Because of the wide gap between those professed democratic ideals and their realization, the general tendency on the Left has been to denounce them as a sham and aim at the construction of a completely different society. This radical alternative is precisely what has been shown to be disastrous by the tragic experience of Soviet-style socialism, and it needs to be discarded. However, this does not mean that we have to resign ourselves to democracy in its present form. Instead of proclaiming the ideological and illusory character of so-called 'formal bourgeois democracy', why not take its declared principles literally and force liberal democratic societies to be accountable for their professed ideals? This is the path advocated by those who favour 'radical and plural democracy'.* (Mouffe, 1995, p. 01 e 02)

Radicalizar a democracia seria fazer com que os princípios da igualdade e liberdade sejam, enfim, cumpridos. A democracia liberal falha por não se realizar e acaba gerando uma confusão de interpretações desastrosas que se confundem com a crise ou com a negação da democracia. O ideal de igualdade, por exemplo, não é uma meta a ser alcançada em um futuro incerto, *quando e se* a democracia for instaurada e *se* for executada com sucesso. Quem nos oferece um exemplo é Rancière, que mantém um diálogo próximo com Mouffe – a igualdade é um pressuposto, um *a priori*: “A igualdade jamais vem após, como resultado a ser atingido. Ela deve sempre ser colocada antes” (Rancière, 2018b, p. 11). Uma leitura do prefácio da obra *O mestre ignorante* demonstra como o princípio republicano da igualdade na escola deve ser assumido com coragem. A escola, assim como o Estado, não construirá a igualdade, ela tão somente precisa ser verificada, constatada não enquanto metodologia ou modelo de trabalho pedagógico, mas como princípio político e filosófico que atravessa as relações sociais dentro da escola. Assim, o debate evocado pela democracia liberal de “redução das desigualdades” na escola perderia o sentido, uma vez que todos os estudantes já são vistos como igualmente inteligentes e igualmente capazes de aprender. Na obra *O Desentendimento*, Rancière vai além e diz que “emancipação é o nome moderno do efeito da igualdade” (2018, p. 48).

A noção radical de democracia, e, por extensão, de igualdade, propõe um novo modo de ser no mundo, a reconstrução de uma nova coletividade, de um “nós”, de uma nova cidadania ou comunalidade. O principal desafio desta reconstrução estaria em articular a nova comunalidade com as demandas de uma democracia pluralista de modo que ela não incorra em um novo tipo de nacionalismo (ou patriotismo) extremista. No texto *Cidadania Democrática e a Comunidade Política*, Mouffe (1995, p. 237) reforça que a democracia liberal deve ser superada também no que se refere à cidadania. O que dará sentido a uma comunidade democrática é o respeito e a consideração coletiva a um conjunto de princípios éticos e políticos que visam a construção de um “nós” capaz de estabelecer e vincular suas demandas em uma “cadeia de equivalências democráticas” (1995, p. 238) a partir das lutas particulares. Esta cadeia de equivalências não anula as diferenças entre os grupos (posições plurais de gênero, classe, raça...), mas os une em torno de uma interpretação e utilização dos pressupostos ou critérios comuns, como a igualdade e a liberdade. Assim, não haveria mais indivíduos isolados, desarticulados de suas posições – a exemplo do *self-made man* neoliberal – mas socialmente articulados a partir de suas questões compartilhadas.

No entanto, estas articulações são limitadas pelo tipo de relação que se pode estabelecer entre essas coletividades na perspectiva de uma democracia radical – elas não são harmônicas ou consensuais. Por isso, uma educação política precisa ir além do desenvolvimento de habilidades cognitivas, deve dar conta de produzir o desejo de pertencer (e até re-fundar) coletividades aptas a convivência plural. No primeiro capítulo, ao falarmos sobre o conceito de crise, vimos autores que entendem o antagonismo como o modo comum de funcionamento das relações entre os elementos de um mesmo sistema. O antagonismo pode ser lido sob a forma de divergências, discordâncias ou indisposições geradas pela convivência das diferentes coletividades e podem alcançar altos níveis de violência simbólica ou literal. Mouffe aponta que um agravante do antagonismo é o deslocamento do debate do campo político para o campo moral¹³²:

hoje em dia o político se joga no *registro moral*. Em outras palavras, ainda consiste em uma discriminação nós/eles, mas o nós/eles, ao invés de ser definido com categorias políticas, agora é estabelecido em termos morais. No lugar de uma luta entre 'direita e esquerda', enfrentamos uma luta entre 'certo e errado'. (Mouffe, 2005a, p. 5)¹³³.

Há autores que defendem que estes e outros tipos de conflitos podem ser subsumidos via ordem racional deliberativa. O modelo democrático deliberativo, também descrito como democracia procedimentalista, é pensada substancialmente por Habermas (1989, 1997 e 1991) e Rawls (2002). Neste caso, a argumentação racional dos indivíduos particulares seria capaz, senão de alcançar plenamente o consenso democrático, de se aproximar muito dele, de pacificar ou reconciliar pontos divergentes em um debate.¹³⁴ Além de apontar o indivíduo – e não o grupo – como o principal detentor de responsabilidades e direitos, os teóricos deliberativos deram pouca ênfase no pertencimento às coletividades, o que gerou duras críticas feitas pelos autores da

¹³² Um desdobramento deste deslocamento se vê na confusão do “certo” ou “bom” com uma extrema direita religiosa/cristã em contraposição a uma esquerda laica ou secular “errada”, “má” ou até demoníaca.

¹³³ *nowadays the political is played out in the moral register. In other words, it still consists in a we/they discrimination, but the we/they, instead of being defined with political categories, is now established in moral terms. In place of a struggle between 'right and left' we are faced with a struggle between 'right and wrong'*

¹³⁴ Pesquisadores preocupados com a educação para a democracia ou para a cidadania, adotam abordagens deliberativas (baseadas em Habermas) em suas práticas pedagógicas: Para aprofundamento, ver: SHAFFER, T. J. et al. Introduction. In: SHAFFER, T. J. et al. (Ed.). **Deliberative Pedagogy: teaching and learning for democratic engagement**. East Lansing: Michigan State University Press, 2017. Ver ainda: <https://www.deliberativepedagogy.org/>

democracia radical, que entendem o antagonismo como dimensão *ontológica* inerradicável e incontornável da democracia.

Mouffe usa com bastante frequência as expressões “ôntico” e “ontológico” em seus escritos. Estes termos se referem o modo de ser das categorias que compõem sua análise política, por isso, vale aqui um rápido esclarecimento. Os elementos ônticos se referem ao conjunto objetivo, concreto e material que perfaz o social, como por exemplo as mobilizações políticas, as instituições, as políticas públicas... enquanto as categorias ontológicas sugerem sempre o conjunto abstrato, o ideário que subjaz os fenômenos concretos. Esta diferenciação fundamenta, também, as fronteiras entre “a política” e “o político”. Mouffe (2005a, p. 20) entende que “a política” (que corresponderia ao nível ôntico), designa a institucionalidade e as práticas que buscam “domesticar” os conflitos enquanto o político (expressa a dimensão ontológica) designa precisamente o antagonismo que é inerente à constituição das sociedades humanas e ronda constantemente a política. Uma escola, por exemplo, se inscreve na dimensão ôntica – ou política – da democracia.

Uma vez que não é possível suprimir o conflito, “uma das tarefas da democracia é ver como se pode dar expressão para esse conflito de uma maneira que ele não destrua a sociedade” (Mouffe, 2005b, 241). E é desta problematização que surge a proposta pluralística e agonista de Mouffe (2013)

Considerar o político em sua dimensão antagônica exige aceitar que o mundo é um pluriverso, não um universo. [...] Considero que, abandonando a *esperança ilusória de uma unificação política do mundo*, deveríamos defender o estabelecimento de um mundo multipolar. Esta ordem mundial deveria denominar-se “agonista” no sentido de que reconheceria uma pluralidade de polos regionais organizados em função de diferentes modelos econômicos e políticos e sem uma autoridade central. (Mouffe, 2013, p. 51-52).

e a noção de dissenso de Rancière (1996):

Sob o nome de dissenso, é, portanto, esse modo de racionalidade que tentarei pensar. A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: **antagonismo** social, conflito e opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. Minha hipótese é, portanto, a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão. (Rancière, 1996, p. 368. grifo nosso)

Para estes autores, o conflito ou o antagonismo moldam as relações de toda a comunidade política moderna e qualquer tentativa de reduzir esse pluralismo potencialmente beligerante seria uma temeridade ainda maior. A proposta do Mouffe e Rancière, portanto, não se refere a consentir o caos, mas assentir que o dissenso ou o agonismo garantam a sobrevivência da própria democracia, o que se daria pelo reconhecimento e legitimação do pluralismo em suas reivindicações. Contudo, este reconhecimento não despreza ou ignora a racionalidade deliberativa. Tanto Rancière entende que o dissenso comporta o debate racional: “O incomensurável que funda a política não se identifica com nenhuma irracionalidade” (2018, p.57) quanto Mouffe garante que o agonismo inclui a deliberação: “evidentemente, o modelo agonístico tem uma grande parte de deliberação [...] Acredito que não haja diferenças entre as duas propostas, porque, por exemplo, em certos casos, tanto Habermas quanto eu proporíamos a mesma coisa” (2005b, p. 240). O que diferencia, portanto, a democracia deliberativa da democracia agonística não é o ponto de partida – a racionalidade e a deliberação – mas o ponto de chegada, isto é, em uma comunidade pluralística, mesmo após a deliberação, o conflito e a impossibilidade da conciliação continuam presentes. Por isso, Mouffe entende que seu modelo poderia ser chamado de “modelo de deliberação agonística” (idem).

No entanto,

para que o reconhecimento da pluralidade não conduza a uma completa indiferenciação e indiferença, devem existir critérios para decidir entre o que é admissível e o que não é. Além disso, como assinala Marcil-Lacoste, para que o pluralismo seja compatível com a luta contra a desigualdade, é necessário poder discriminar entre as diferenças que existem, mas não deveriam existir, e as diferenças que não existem, mas que deveriam existir. É evidente que tais critérios não podem ser fornecidos pelos pluralistas tradicionais liberais¹³⁵. (Mouffe, 1995, p. 14)

Se a democracia radical resgata e exige que os pressupostos liberais de igualdade e liberdade sejam cumpridos, então, radicalizar a educação seria reivindicar que esses

¹³⁵ *For the recognition of plurality not to lead to a complete indifferentiation and indifference, criteria must exist to decide between what is admissible and what is not. Besides, as Marcil-Lacoste points out, for pluralism to be made compatible with the struggle against inequality, one must be able to discriminate between differences that exist but should not exist, and differences that do not exist but should exist. Clearly, such criteria cannot be provided by the traditional liberal pluralists.* (Mouffe, 1995, p. 14)

mesmos pressupostos alcancem o espaço da escola – espaço este que sonhamos ser espaço de produção de cidadania e vivência democrática. Mas, infelizmente, no contexto neoliberal, este desejo pode consistir em uma quimera. A partir dos conceitos aqui levantados, vamos agora imaginar, desenhar alguns sonhos diurnos sobre a escola como espaço de reconstrução democrática. Não temos a ousadia de pensar possibilidades ônticas ou fáticas sob a forma de uma pedagogia agonística, mas tomar estes e outros conceitos centrais da democracia radical como norteadores da nossa imaginação.

4.3.1 Radicalizar é afirmar e reafirmar que a educação é direito e não mercadoria

Na perspectiva e na lógica da democracia radical, a educação é um direito humano e social, deve ser assegurado em sua plenitude, para que assim possa cumprir com a tarefa de construir espaços de liberdade e igualdade, de convivência cidadã, contribuindo assim para o fortalecimento e reestabelecimento dos valores civilizatórios e democráticos em suas bases liberais. No entanto, a educação é vista como o pomo de ouro, como investimento altamente lucrativo por uma elite¹³⁶ que, por sua vez, não demonstra preocupação real com a democratização/politização do ensino. No reverso da medalha que se inscreve a crise da educação se lê sua submissão aos princípios neoliberais e sua transformação em *commodity* e mercantilização.

Não existe impedimento em nossa constituição em relação ao lucro sobre atividades educativas. O artigo 206 da Constituição Federal, artigo que rege a educação no país, garante a coexistência de instituições públicas e privadas. De acordo com a CLADE¹³⁷, o Brasil possui uma legislação que se classifica como *permissiva* em relação aos interesses privados que desejam lucrar com a educação. Por *permissiva*, se entende a legislação cujo marco regulatório não impede atividades remuneradas na educação obrigatória ou quando permitem, por omissão, arranjos subnacionais que favorecem o setor privado para fins lucrativos (CLADE, p. 16). Infelizmente, essa classificação é coerente com o que foi visto por Christian Laval: o neoliberalismo na educação brasileira

¹³⁶ Como exemplo, ver a reportagem: *Lemann aumenta aposta em educação e grupo Eleva se torna um dos maiores do mundo em ensino básico*. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/02/26/lemann-faz-grande-aposta-em-educacao.htm>

¹³⁷ A CLADE – Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação, publicou um relatório *El lucro en la legislación sobre educación en américa latina y el caribe*. Disponível em: https://redclade.org/wp-content/uploads/CLADE_Mapeo-Lucro_v5.pdf Acesso em 15/01/2022.

se encontra em um estágio bastante avançado, mais avançado mesmo do que países europeus (Laval, 2019, p. 12-13). Nos últimos anos, em que pese ter havido uma expansão do ensino superior, ela ocorreu via surgimento de universidades privadas e a oferta de um ensino de qualidade questionável, uma vez que pouco contribuem para a pesquisa e extensão.

O espectro neoliberal – entendido como força policial (Rancière, 2018) – também se presentifica nas discussões sobre a formação dos indivíduos para o mundo do trabalho. A competitividade, deste modo, transborda seu caráter de categoria econômica e passa a incorporar a performance dos sujeitos da educação. “Para os liberais, um adversário é simplesmente um concorrente. O campo da política é, para eles, um terreno neutro, no qual diferentes grupos competem para ocupar as posições de poder; o seu objetivo é meramente desalojar outros para ocupar o seu lugar”¹³⁸ (Mouffe 2005a, p.21). Além disso, a autora afirma que não há um compromisso com a transformação das relações de poder, reduzindo toda uma complexidade relacional à competição entre as elites. A educação neoliberal não é política nem democrática, uma vez que lança os indivíduos em uma corrida solitária altamente competitiva, para não dizer injusta. Enquanto a maioria persegue os resultados e tenta melhorar os índices, temos uma sociedade com sinais de sofrimento psíquico, marcadamente os docentes que ficam entre a cruz e a espada, entre o desejo de lutar pela desneoliberalização do ensino e a necessidade de sobreviver em suas realidades imediatas e dar sustento às suas famílias. Acabam reprimindo seus afetos políticos e se tornando explicadores, abandonam a pesquisa pelo excesso de burocracia e falta de tempo.

Nosso sonho diurno parte do pressuposto de que o contexto político e econômico neoliberal deu origem a um modelo, a um ideal de escola, que foi colocado em disputa:

De um lado, o neoliberalismo pretende que a educação esteja alinhada e sirva suas demandas econômicas e de mercado, que forme capital humano especializado, empreendedores competitivos que possam alimentar e assegurar o desenvolvimento do país. Temos o sujeito empreendedor de si, meritocrata e destituído de coletividade. Este

¹³⁸ For the liberals an adversary is simply a competitor. The field of politics is for them a neutral terrain in which different groups compete to occupy the positions of power; their objective is merely to dislodge others in order to occupy their place. (2005a, p.21)

sujeito e esta educação são refratários aos princípios democráticos, à refundação de comunidades convivência plural.

De outro lado, temos a defesa de uma universidade aberta e inclusiva que seja capaz de contribuir, em todas as áreas do conhecimento, para a redução das desigualdades e manter um diálogo com a sociedade, de modo que ela consiga reconhecer o compromisso da academia com a tradição e, ao mesmo tempo, articular e inovar a partir dos saberes disponíveis na comunidade plural.

Diante dos fortes interesses dos grandes grupos operam com objetivo de lucrar, diante de uma elite historicamente constituída que fez e fará tudo para não perder os seus privilégios e, finalmente, diante da impossibilidade fática de desneoliberalizar a educação a curto prazo, nosso sonho diurno consiste:

- ❖ na **sensibilização da sociedade sobre o significado da educação enquanto bem público e democrático**, é preciso motivar pesquisas, fomentar debates públicos e disseminar discursos...
 - que contribuem para o fortalecimento da educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade em todos os níveis;
 - sobre os efeitos da mercantilização da educação no enfraquecimento da produção de bens culturais e no aumento de segregação social;
 - sobre a necessidade de maior regulamentação do ensino privado – (divulgação dos Princípios de Abidjan) especialmente na qualidade do ensino superior – além de um questionamento público sobre quais os ganhos democráticos da participação da educação na bolsa de valores,

- ❖ no **fortalecimento dos sistemas públicos** que asseguram a universalização do direito à educação; no avanço do cumprimento das 20 metas do PNE (Plano Nacional de Educação), interrompido e negligenciado pelo último governo, especialmente as quatro primeiras metas que tratam da universalização da educação básica¹³⁹;

¹³⁹ <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

4.3.2 Radicalizar é politizar a educação

Aqui, no âmbito de nosso sonho diurno, nos cabe imaginar a educação cumprindo com seu papel de direito humano, direito social fundamental acessível e disponível para todas as pessoas. Nos cabe imaginar uma educação de qualidade assegurada desde a infraestrutura até a organização curricular, desde o transporte até a formação dos professores, uma educação que conversa com as novas gerações e suas tecnologias sobre o legado da tradição, em especial o legado dos valores republicanos e civilizatórios. No entanto, muitas destas imaginações – ou radicalizações – não passarão de quimeras ou sonhos noturnos, enquanto a educação como direito não for uma fome política e continuar nas mãos da polícia, entendida por Rancière (2018) como o inverso da política¹⁴⁰.

Vale aqui uma breve explicação desta diferença: “polícia” se refere a toda institucionalidade dominante que pretende gerar consenso, mas não consegue mais do que gerar silenciamentos daqueles cuja voz é vista como menor. Se refere ao construto do Estado liberal que, não fiel ao pressuposto da igualdade, se especializa em produzir ilusões de igualdade (neoliberalismo). A política, por sua vez, é entendida como uma interrupção na lógica da dominação policial, é uma subversão ou “ruptura” (2014c, p.140) de algum sujeito político que desvela a ilusão de igualdade gerada pelo estado policial e passa a requerer “a parte dos sem-parte” (2014c, p.145) gerando assim uma comunidade disposta ao enfrentamento:

a política existe porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (Rancière, 2018, p.40)

Neste sentido, educação neoliberal é policial, uma vez que é produtora de ilusões. Os professores exercem poder policialesco sobre os estudantes e fazem com que eles acreditem que são desiguais e que suas inteligências não valem muito. Por isso, politizar a educação seria, primeiro, incitar problematizações sobre este jogo de forças que opera sobre este campo da educação - Somos capazes de reconhecer pessoas políticas quando

¹⁴⁰ À força policial uniformizada, Rancière nomeia de “baixa polícia” (2018, p. 42)

elas irrompem em nossas salas de aula, especialmente quando suas reivindicações são emancipatórias? No espaço da sala de aula, quais são os temas e as vozes audíveis e quais são as imperceptíveis e porque o são? Somos capazes de reconhecer em nós os afetos políticos e temos coragem de demonstrá-los (indignação diante de injustiças, por exemplo)? Somos capazes de configurar um lugar político comum a partir de nossas salas de aula? Somos capazes de manejar o dissenso a partir de uma via racional que pode levar à emancipação e não a mais obediência e subserviência à ordem policial? Temos consciência da tensão que o neoliberalismo exerce sobre nós, docentes, e sobre a educação e suas crises?

Os autores da democracia radical entendem e concordam com o ponto de partida visto pelos autores da democracia deliberativa – o princípio da argumentação/deliberação. Então, politizar ou democratizar a educação passa também pela criação ou fortalecimento de espaços de problematização, de fala e de escuta – tempos e espaços agonistas, com os estudantes e seus coletivos, com professores e seus coletivos sobre a democracia e de forma democrática, movidos não pela necessidade de estabelecimento de um consenso ou militantes de uma única questão, tampouco reduzido ao debate do tipo “a favor” e “contra”, mas que possam interagir como adversários políticos, em uma negociação de sentidos que se inicia na percepção da igualdade e no pacto de paridade destas igualdades, o que pode de alguma forma se assemelhar ao que Rancière chama de *partilha do sensível*:

“Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.” (2009, p.15)

Entendemos que a definição e a distribuição do *comum* podem se dar na escola renunciando seu poder policial. Quando e *se* isso acontecer, todo o espaço e o tempo de permanência dos indivíduos na escola poderão ser vistos como agonísticos. No entanto, como parte de nosso pequeno sonho diurno, o grau que desejamos mover nesta bússola tem a ver com a inspiração dos professores para que transformem o tempo que puderem de suas aulas em tempos de interrogação, provocação, questionamento, de irrupção de sujeitos políticos e partilha do comum.

4.3.3 Radicalizar a educação é promover a convivência plural e agonística a partir de critérios civilizatórios

Como vimos, os autores da democracia radical entendem a natureza do dissenso e do conflito como inerentes às relações sociais e, portanto, inerentes à democracia. Como professores, entendemos a escola como campo que mobiliza distintos afetos políticos. Mouffe (2013) entende a necessidade de existência de um conjunto de instituições capazes de estabelecer certa ordem na coexistência humana e “domesticar” as relações antagônicas. Nos cabe, então, pensar: A escola, refletida no grande mosaico das crises aqui descritas, seria capaz de incorporar esse pressuposto e desempenhar essa tarefa?

A educação não é um espaço anódino, ela ocupa um lugar de destaque na guerra de narrativas e, como testemunhamos, na guerra cultural que se instalou em âmbito transnacional. O princípio liberal de neutralidade do Estado, e, por extensão, da escola é um equívoco. A escola é sempre um primeiro alvo a ser disputado pelos projetos de poder. Então, considerando a escola como espaço de construção e experiência de uma cidadania plural, qual grupo estabelecerá os critérios do que é admissível e sobre quais pressupostos? Se o projeto de uma democracia radical e plural consiste em radicalizar a própria democracia idealizada no século XVIII a partir dos ideais de igualdade e liberdade, então a escola, enquanto instituição a serviço da cidadania e da democracia, encontra grande função no sentido de (re)inscrever estas ideias no imaginário social. Dando continuidade ao nosso sonho diurno, desejamos uma escola alinhada e posicionada em defesa destes ideais. Este posicionamento organizará os embates entre os diferentes grupos que fazem e farão parte do fazer-escola. Para que as regras do jogo sejam respeitadas, é preciso, antes, fechar algumas fronteiras:

O tipo de ordem que se estabelece através de uma certa configuração hegemônica de poder é sempre uma ordem política, contestável; nunca deve ser justificado como ditado por uma ordem superior ou apresentado como o único e legítimo. [...] Para instituir a ordem, devem se estabelecer fronteiras e se deve enfrentar o momento do seu fechamento. (Mouffe, 2014, p.34)

O posicionamento que desejamos pode ser transmitido aos alunos e suas famílias a partir de esclarecimentos sobre o conjunto das múltiplas interpretações sobre a liberdade e a igualdade que se pretendem hegemônicas. Aos estudantes, pode ser oferecido um

aprofundamento sobre os fatos históricos e os afetos políticos que colaboraram e ainda colaboram para a formação destas interpretações e posicionamentos. Em que pese estas interpretações expressarem lados ou posições como “esquerda” ou “direita, é fundamental, para os autores da democracia radical que haja posicionamento. Mesmo sabendo que cada grupo defenderá com suas forças o seu projeto/interpretação, o agonismo coloca que esta luta precisa acontecer mediante reconhecimento do direito de interpretação e do poder dos outros – dos adversários. Este acordo parte da ideia de que todos os adversários possuem a mesma condição de se colocar no debate e o resultado não implicará na anulação ou eliminação do outro. Assim, o antagonismo não será suprimido no espaço da escola, e nem poderá ser mediante processos disciplinares que visam o consenso. Dada sua natureza, ele pode apenas ser pacificado temporariamente mediante anuência a estes critérios comuns.

Diante da impossibilidade do argumento ontológico de Mouffe orientar sobre formas de modos de uma educação agonística, recorreremos brevemente à professora Aletta Norval, também membro da Escola de Essex. Em nosso entendimento, ela dá um passo além na direção da dimensão do imaginário democrático e esse recurso é fundamental para orientar esta e outras etapas do nosso sonho diurno. Em sua obra *Aversive democracy: inheritance and originality in the democratic tradition* (2007) ela argumenta que revelar a condição prévia do antagonismo é pouco para transformar as relações de conflito em agonísticas, da mesma forma que não basta desvelar os limites da democracia liberal, é preciso evocar um imaginário democrático radical capaz de fazer frente às pequenas e grandes injustiças a partir de espaços públicos onde as relações cívicas são realizadas e interrogadas de modo contínuo. Sua *democracia aversiva* é uma tentativa de estabelecer um diálogo entre a democracia deliberativa habermasiana (que entende o consenso como uma possibilidade real, a ser alcançado e construído pela via da razão) e a agonística (que versa sobre o consenso como mero idealismo) defendida por Mouffe e Rancière, além de ter a imaginação como cerne da “constituição da subjetividade democrática e o horizonte de expectativa de uma gramática democrática” (Norval, 2007, p. 187). Ela descreve que a formação de um democrata é uma tarefa que se deve assumir e repetir muitas e muitas vezes ao longo de uma vida:

Tornar-se um democrata (novamente) não é para ser entendido na base de um modelo cognitivo. Não é suficiente o argumento de que para superar o déficit democrático simplesmente precisamos ‘educar’ melhor os cidadãos. É também porque não é suficiente pensar que simplesmente apresentar ‘os fatos de um caso’ num contexto rarefeito

fará de todos, democratas. Democratas precisam tornar-se democratas, repetidamente, e isto requer identificação e persuasão. É aqui, como sugeri, que o papel da persuasão e da retórica se torna central para qualquer explicação da subjetividade democrática.¹⁴¹ (Norval, 2007, p. 139).

Se a escola acompanha o desenvolvimento do cidadão (espera-se!) por mais ou menos duas décadas, então ela pode ser uma destas instituições que exercerá persuasão¹⁴² sobre os indivíduos contribuindo assim para o florescimento de uma subjetividade democrática.

Em nosso entendimento, se a escola tem a função de “domesticação” desta força conflitiva e sua canalização para o fortalecimento da própria democracia, então os valores éticos e políticos que fundam a democracia não podem e não devem ser relativizados pelos sujeitos da educação, tampouco vendidos ou transformados em mercadoria, típica de uma educação *à la carte*, onde as famílias em grupos extremistas decidem o que ensinar e o que é o justo. A escola precisa ter clareza e oferecer clareza aos estudantes e suas famílias sobre os pressupostos republicanos e democráticos que são inegociáveis, da mesma forma que os professores precisam estar dispostos e preparados a dissipar mitos e desinformações sobre a democracia a partir da particularidade dos seus saberes. Assim, cada componente curricular pode participar da construção de uma democracia radical a começar pela análise das relações entre suas bases conceituais e epistemológicas e a promoção igualdade, exercendo a persuasão dita por Naval via saberes da tradição.

Como pensar agonisticamente diante da proeminência de grupos de adolescentes e jovens extremistas na escola? A expressão *sem anistia!* voltou aos noticiários diante dos

¹⁴¹ *Becoming a democrat (again) is not to be understood on the basis of a cognitive model. This is why it is not sufficient to argue that to overcome the democratic deficit we simply need to ‘educate’ citizens better or to improve the quality of our argumentation, though both of these may be necessary. It is also why it is not sufficient to think that simply presenting ‘the facts of a case’ in a rarified context will make us all democrats. Democrats need to become democrats, repeatedly, and this requires identification and persuasion. It is here, as I have suggested, that the role of persuasion and rhetoric becomes central to any account of democratic subjectivity.* (NORVAL, 2007, p. 139).

¹⁴² A ideia de persuasão de Norval pode ser entendida no conjunto dos autores da Escola de Essex que encontra em Wittgenstein uma fundamentação para o uso do termo persuasão – ele entendia que o aprendizado seria possível mediante a repetição ostensiva de proposições situadas em uma rede de sentido que dá lugar ao termo a ser aprendido. Mouffe, na obra *O Paradoxo Democrático* (2000, p. 84-85), da mesma forma, vê a *persuasão* como uma aprendizagem via demonstração e imitação dos valores plurais e democráticos possíveis como forma de vida (*Lebensform*). Ver ainda: Norval, Aletta. Identificação Democrática: Uma Abordagem Wittgensteiniana. *Teoria Política*, 34, 229–255. 2006. <https://doi.org/10.1177/0090591705281714> Acesso em 26/01/2022

últimos acontecimentos nacionais e pensamos que ela pode ser pensada – guardadas as devidas proporções – como parte dos protocolos de convivência civilizatória dentro das escolas, onde se encontram os filhos da sociedade extremista de todas as classes sociais. A ascensão de novos extremismos de direita em vários países e no Brasil demonstrou que tratar deste assunto em momentos pontuais das aulas de história não é suficiente para esclarecer ao universo de adolescentes e jovens sobre o perigo deste passado que constantemente nos revisita. Há um número muito elevado de pessoas com ensino superior completo que apresenta posturas extremistas em relação à democracia. É evidente que não é a educação a responsável por esse levante, mas é preciso pensar para além das responsabilidades, as ações que cada setor da sociedade civil assumirá no enfrentamento do extremismo.

Educar é um ato de responsabilidade para com o mundo, a tradição e o outro. E uma ação que penso ser emergencial é a não tolerância com o surgimento de discursos extremistas em nossas salas de aula. A escola deverá ficar alerta para os sinais ou indicadores de adesão aos extremismos – que nem sempre são explícitos nos adolescentes e nos mais jovens – tem sido cada vez mais comum encontrar símbolos nazistas desenhados nas carteiras e paredes das escolas. Da mesma forma, situações de racismo, preconceito de classe, de gênero, xenofobia e outros preconceitos graves são entendidos e disputados por estudantes e suas famílias como “livre de expressão”, ou então generalizados e mascarados sob a palavra *bullying*. Sugerimos que a escala F de Adorno seja considerada na elaboração e eleição dos indicadores, especialmente os critérios de

agressão autoritária – tendência a vigiar e condenar, rejeitar e punir pessoas que violam os valores convencionais. [...] Anti-intracção: oposição ao subjetivo, ao imaginativo, ao compassivo. [...] Destrutividade e cinismo: hostilidade generalizada, desprezo pelo humano. (Adorno, 2019, p.174 e 175)

Para os jovens que demonstrarem esses comportamentos, a escola pode oferecer mecanismos educativos que reforçam o apelo ao jogo a partir das regras democráticas. A questão não é sobre punir ou não punir, mas, pensar o que a escola pode enquanto função educativa para este público. Pensamos no oferecimento de processos formativos especiais em que se apresentará de forma aprofundada e persuasiva (Norval, 2007) as regras fundamentais ou as fronteiras que julgamos mais apropriadas ao jogo democrático, a saber: os princípios e significados da igualdade e da liberdade; os instrumentos oficiais

criados em defesa destes ideais, como a Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e até do Código Penal; o sentido ôntico e ontológico da dignidade de da pessoa humana, a ética como exercício constante, reflexivo e social e o sentido da justiça no espaço da escola (Schilling e Angelucci, 2016). Além disso, relembramos a forma como Theodor Adorno (2020) exorta os estudantes da Universidade de Viena no discurso *Aspectos do novo radicalismo de direita*:

[devemos] alertar os potenciais apoiadores do radicalismo de direita sobre suas consequências, tornar-lhes claro que essa política inevitavelmente conduzirá seus próprios apoiadores à desgraça, e que essa desgraça já é refletida de antemão. [...] Isso vale especialmente para a juventude (Adorno, 2020. p. 58).

Para além do estudo da história, dos princípios e dos instrumentos oficiais constituídos em defesa do jogo democrático, em nosso sonho diurno, a escola assumirá um compromisso civilizatório para com os adolescentes e jovens que flertam com o radicalismo abordando as emoções relevantes à vida democrática agonística. Educação dos afetos políticos - Mouffe defende que as paixões são como uma “força motriz” do político (2014, p.23) e, por isso, são fontes de desequilíbrio, circunscritas no reverso da razão. Uma vez presentes no ser humano, se incorporam ao político e à política e mobilizam identificações coletivas. Se não forem devidamente manejadas, os afetos podem se transformar em forças destrutivas. A pesquisadora do Reino Unido Mihaela Mihai em seu artigo *Theorising Agonistic Emotions* afirma que

uma abordagem agonística da democracia deve assumir que os cidadãos podem ser mais do que meros escravos de suas próprias paixões: eles devem ser assumidos como potencialmente sensíveis às interpelações democráticas e capazes de serem parcialmente responsáveis por suas expressões afetivas públicas. (Mihai, 2014, p.31)

Entendemos que as “interpelações democráticas” que a autora menciona podem ser lidas na mesma chave interpretativa que nos dá Norval (2007) em relação à “persuasão”. Estes termos são mais adequados e coerentes com uma descrição agonística da democracia que se propõe não ser impositiva. A autora entende que a indignação e a esperança são emoções politicamente relevantes para a constituição de uma sociedade democrática. Entendemos que a formação dos afetos políticos dos adolescentes precisa incluir a superação da vergonha, sem isso, muitas vozes permanecerão silenciadas. Não

vamos aprofundar a análise aqui, apenas apontar para um campo que precisa ser estudado e investigado mais amplamente nos cursos de formação de professores. Encontramos ainda outros artigos que propõem reflexões sobre os afetos políticos na educação e podem subsidiar a proposição de práticas de trabalho com o agonismo e os afetos políticos em sala de aula, como é o caso da de Claudia Ruitenberg (2009) que descreve estratégias para educação de adversários políticos; também Takara (2023); Enslin (2001); Biesta (2011); Gutmann (1993); Suissa (2015), Hahn (1998) e Safatle (2020).

Este não é um sonho movido por um preceito sobre o que o cidadão deveria ser enquanto resultado de uma ação formativa escolar, mas uma reflexão fundada pela fome e pela defesa de um modo particular de convivência humana – a convivência democrática.

4.4 Segundo sonho diurno – Agnotologia como campo da educação

No segundo capítulo deste trabalho vimos a *misinformation* como uma vertente da atual crise da democracia. Vimos que o problema não é atual, ele assume outros contornos diante das novas sociabilidades possíveis pelo uso das tecnologias da comunicação. Dada sua roupagem cibernética e dado que nos encontramos (como pesquisadores) no meio deste redemoinho que até agora não deu sinais de que vai amainar, ainda não temos respostas definitivas sobre como enfrentar a produção social da ignorância nem como evitar que seus estilhaços danifiquem a democracia, uma vez que prejudicam a possibilidade de tomada lúcida de decisão e torna nebulosa a própria participação na política¹⁴³. Vemos algumas tentativas tímidas e isoladas aparecerem aqui e ali, mas que não encontram efetividade diante de todo um sistema de crenças que foi absorvido por uma parte muito significativa da população. Muitos estão dispostos a levar suas crenças até as últimas consequências. De fato, diante dos novos extremismos efervescentes em âmbito transnacional, a deliberação habermasiana teria pouco efeito.

No cenário maior da guerra de narrativas, a verdade é um grande alvo a ser disputado. A agnotologia toma parte nesta disputa a partir da elaboração de um posicionamento muito claro sobre o que é a verdade, e podemos com segurança aproximar este posicionamento ao que Hannah Arendt nomeia por *verdade factual*. Se para radicalizar a democracia precisamos fechar algumas fronteiras, então vemos que a agnotologia pode ser um recurso importante no enfrentamento da desinformação e estar

¹⁴³ Por exemplo, há quem acredita que pedir golpe de estado e intervenção militar é exercer seu direito cidadão e democrático de participação política.

à serviço da educação no fortalecimento e radicalização dos processos democráticos. Por isso, este sonho diurno consiste em promover uma reflexão sobre as possibilidades de aproximação entre a educação e a agnotologia.

Se a epistemologia investiga as possibilidades do conhecimento e do saber (Como posso conhecer? O que pode ser conhecido?), a agnotologia se preocupa fundamentalmente com o universo do não-saber, ou seja, com o campo das ignorâncias (Como a ignorância pode ser produzida e por quê?). Talvez possamos imaginar que não vale a pena investigar, uma vez que a ignorância sempre figurou como um mal a ser extirpado pela educação nas escolas e universidades que, por sua vez, constituem-se como *lugar do saber*. As cerimônias de formatura, neste sentido, seriam verdadeiras celebrações da vitória sobre a ignorância. A beca, o capelo e o diploma, símbolos indeléveis da cura do mal. Entretanto, a premissa de que a ignorância é má e pode ser extirpada por meio da escolarização é muito simplista e pode rapidamente ser refutada. A premissa de que vivemos no tempo da informação pode muito rapidamente ser problematizada, questionada e até refutada quando se analisam certos comportamentos sociais nos quais a exibição da ignorância violenta é aplaudida com vigor. Talvez por ter sido minimizada ou sistematicamente negligenciada, hoje ela alcança altos graus de vociferação, como infere Mauro Mendes Dias na obra *O Discurso da estupidez*: “as vociferações se referem aos gritos marcados pelo ódio, cujo fundamento é a recusa da possibilidade de diálogo, impedindo escutar aquele a quem se dirigem as palavras” (2020, p. 10). Existem muitas categorias distintas no campo da ignorância, desde a ignorância que carrega em si a semente do conhecimento e da ciência, na medida em que se coloca como abertura para o saber em busca da verdade; até níveis mais arrogantes e vociferantes de indivíduos que acreditam e produzem mentiras deliberadas e não admitem divergências nem suportam problematizações. Algumas são necessárias à educação, outras devem ser reprimidas, tendo em vista a convivência civilizatória e democrática dentro das escolas.

A obra *Miseducation: A History of Ignorance-Making in America and Abroad* (2016) organizada pelo professor e pesquisador estadunidense A. J. Angulo, reuniu artigos de 14 especialistas no objetivo de ampliar o trabalho de agnotologia de Robert Proctor agora para o campo da educação. Dado o teor dos estudos apresentados neste volume, reconhecemos a enorme contribuição que a educação pode oferecer à agnotologia e, a grande contribuição que a agnotologia pode trazer à educação. Nos sentimos provocados pela obra a olhar para a realidade brasileira e encontrar correspondências em cada uma das partes analisadas. Ao investigar como leis, mitos, aspirações locais e relações globais reformularam e, às vezes, distorceram os principais objetivos da educação, este livro lança luz sobre o papel da ignorância na formação de ideias, opinião pública e política desde o campo da educação:

A história da educação, sem dúvida, se beneficia de inúmeras maneiras de ter a agnotologia entre seus métodos, abordagens e estruturas [...]. O campo está maduro para novas ideias e imperativos, e a agnotologia sugere a possibilidade de uma mudança epistêmica na forma como os historiadores abordam a educação. (Angulo, 2016, p. 7801)

A primeira parte da obra traz trabalhos que fazem levantamentos sobre a legalização da ignorância, isto é, o uso de medidas legais para regular ou suprimir conteúdos considerados indesejáveis. Destacamos dois textos como exemplos de estudos agnotológicos no campo da educação: o primeiro de Kim Tolley (p. 313) que faz um levantamento das leis de anti alfabetização no Estado da Geórgia em 1829 com o objetivo de evitar a igualdade intelectual entre negros e brancos; o segundo exemplo vem do estudo de Adam Shapiro (p. 1655) que apresenta o movimento escolar anti evolucionista que alcançou aprovação da lei *anti evolução* no Tennessee em 1925. Esta lei regulava os currículos e a produção dos livros didáticos de ciências e biologia até sua revogação por inconstitucionalidade na década de 60.

A terceira parte traz a problematização de que as escolas são, idealmente, locais democráticos de produção, acesso ao conhecimento e justiça. São analisados casos em que as ideologias políticas e econômicas se encontram com a educação e agnotologia. Lisa Jarvinen (p. 4896), por exemplo, investiga a aplicação do termo “escolarização” nos processos de colonização de Porto Rico, Filipinas e Cuba. Thomas Ewing (p. 6080) explica como se dava o controle sobre os conteúdos de história no stalinismo (1930/1940) pelo Comitê Central do Partido Comunista. Daniel Bar-Tar (p. 6742) explica o papel do Ministério da Educação de Israel na desinformação das crianças sobre os conflitos com a Palestina.

E, finalmente, aproveitando a deixa dada pelo artigo de Lisa Pine sobre a propaganda nazista nas escolas alemãs na década de 30, gostaria de apresentar muito brevemente alguns aspectos levantados por Ziemer (2006)¹⁴⁴ que demonstram a imensa preocupação do partido nazista com a educação. As escolas eram vistas como centro, coração do partido, onde os futuros nacionais-socialistas aprenderiam tudo o que seria necessário para servirem a pátria com lealdade e dedicação. O *führer* havia decretado que as escolas deveriam ser o centro do partido, por isso, a *Weltanschauliche Schulung* – disciplina ideológica (Id.) ocupava um importante lugar conforme demonstra o quadro de horários abaixo de uma *Grundschulen* escola elementar de Berlin-Schmargendorf, em 1939:

| HORA | | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado |
|------|--------------------|--|----------|--------|-----------|----------|--------------|
| 1 | 8:00-8:45 | Alemão | Id. | Id. | Id. | Id. | Id. |
| 2 | 8:50-9:35 | Geografia | História | Canto | Geografia | História | Canto |
| 3 | 9:40-10:45 | Ciência da raça | Id. | Id. | Ideologia | Id. | Id. |
| 4 | 10:25-11:00 | Intervalo com exercícios esportivos e anúncios esportivos | | | | | |
| 5 | 11:00-12:05 | Ciência domestica com matéria, todos os dias | | | | | |
| 6 | 12:10-12:55 | Eugenética – biologia da saúde, alternadamente | | | | | |

Quadro 8. Horário de aulas – escola Schmargendorf no período nazista

Fonte: Educazione alla morte: Come si crea un nazista, 2006, pg 94 (tradução nossa).

Tenho em minhas anotações uma cópia do horário semanal. O original pertencia a uma menina que não frequentava a escola Schmargendorf, mas outra escola ao norte de Berlim. Mas eles me garantiram que era um horário comum [entre as escolas]. Luísa, de 13 anos, explicou-me que este horário era apenas teórico e nem sempre cumprido. Atividades de festa e desfiles eram considerados mais importantes do que a escola. A professora havia dito que não faria sentido um programa definitivo para cada dia, pois todas as aulas tinham o mesmo objetivo. Em todas as lições você aprendia quem era Hitler e o que ele dizia e pensava. E cada lição lhes ensinava o que precisavam saber para se tornarem boas donas de casa e boas mães¹⁴⁵. (Ziemer, 2006, pg. 92)

¹⁴⁴ A obra de Gregor Ziemer *Educazione alla Morte - Come si crea un nazista (2006)* apresenta subsídios de compreensão do modelo escolar e educação de massa durante o terceiro Reich. O autor recebe uma autorização de Bernhard Rust, ministro da educação nazista, para visitar as escolas alemãs dos mais diversos níveis. Nestas visitas, Ziemer recolhe uma quantidade riquíssima de documentos nas escolas visitadas e reúne-os em sua obra. Ele publica o conteúdo de suas descobertas em forma de reportagem nos Estados Unidos em 1943 e na Itália em 1944.

¹⁴⁵ Tradução livre do trecho: *Ho tra le mie note una copia dell'orario settimanale. L'originale apparteneva ad una ragazza che non frequentava la scuola di Schmargendorf, ma un'altra scuola a nord di Berlino. Ma mi assicurarono che era un orario tipico. La tredicenne Luisa mi spiegò che questo orario era solo teorico e ce non lo si seguiva sempre. Le attività del Partito e le parate erano considerate più importanti della scuola. La maestra aveva detto che un programma definitivo per ogni giorno non avrebbe avuto senso, giacché tutte le lezioni avevano lo stesso scopo. In tutte le lezioni si imparava chi era Hitler, e cosa diceva*

Ziemer afirma que a escola nazista era uma verdadeira arma auxiliar do exército, e seus métodos pedagógicos e planejamentos didáticos eram mantidos em segredo tais como se fossem estratégias militares de defesa e de ataque. Tanto a obra de Ziemer (2009) quanto a organização de artigos de Ângulo (2016) trazem muitos casos que valem sua enunciação. Apresentar essa lista de exemplos tem como objetivo suscitar o interesse pelos estudos sobre agnotologia na educação contemporânea. Sabemos que há centenas de exemplos atuais que podem ser explorados no Brasil, e, por isso, organizamos uma breve lista de temas que merecem uma observação agnotológica: Como as estratégias da produção social da ignorância de fazem notar

- ⇒ nos discursos sobre a crise da educação – quais são as crises possíveis, reais e quais crises são invenções ou manipulações para gerar e justificar interferências (como diminuições e cortes) nas políticas públicas garantidoras da educação como direito; as opções que um governo supostamente democrático faz ao não dar prioridade à educação, ao cortar investimentos nas pesquisas, ao perseguir intelectuais e militarizar escolas;
- ⇒ nos discursos sobre a democracia – o que se oculta sob o sequestro de sentido da democracia pela extrema direita e o que faz muitos professores – trabalhadores da educação – demonstrarem adesão e reproduzirem essas invenções como verdades factuais;
- ⇒ nas tentativas de manipulação dos currículos sob uma justificativa moral-valorativa cristã: a equivalência do criacionismo ao darwinismo nos currículos e as mudanças nas leis que tentaram silenciar os estudos de gênero e sexualidade;
- ⇒ no modo como os relatórios da OCDE são apresentados e sua interferência na elaboração dos currículos nacionais, uma vez que subsidiam grandes reformas educacionais onde se excluem alguns saberes e se inserem outros considerados mais apropriados ao desenvolvimento daqueles países. A agnotologia tem muito a conversar com os teóricos do currículo oculto, no sentido de compreender quais conteúdos se escondem nas práticas e nas rotinas escolares e quais interesses os orientam;
- ⇒ no modo como as avaliações internacionais estabelecem parâmetros sobre o que é ignorância e incompetência e como muitos professores desconhecem o

e pensava. Ed ogni lezione insegnava loro quello che occorreva sapere per diventare buone massaie e buone madri.

impacto que os relatórios internacionais exercem sobre a organização curricular. Como professores, é fundamental mapear o campo do que não sabemos e porque não sabemos;

- ⇒ nos motivos que fazem os estudantes, no início de sua formação, após sua terceira aula de filosofia antiga, se julgarem em condições de “discordar” de Platão ou Aristóteles;
- ⇒ na compreensão da ignorância seletiva e do que se oculta sob as opções teóricas para a produção acadêmica. Um exemplo é submissão de artigos e, pela falta de conhecimento ou desprezo sobre o objeto do outro, um texto é rejeitado para publicação - “cada maneira de ver é uma maneira de não ver.”
- ⇒ nas formas como a escola pode interferir ou diminuir a ignorância positiva dos estudantes, no sentido de acalmar as curiosidades com informações breves necessárias apenas para prepará-los para exames e para a entrada no mundo do trabalho;
- ⇒ nas possibilidades de utilização do erro e da desinformação em sala de aula juntamente com estratégias de lógica e refutação para (re)construção de conceitos, para o reestabelecimento da confiança na ciência e correção de equívocos; e
- ⇒ nas possibilidades e efetividades de estratégias desenvolvidas nos tempos e nos espaços da escola. Por exemplo, investigar a efetividade da promoção de pequenos “observatórios da verdade”, em que estudantes voluntários administram um canal de comunicação e fazem a checagem das principais desinformações que alcançam o universo dos estudantes via *whatsapp*.

Longe de ser concluída, esta lista sugere que o campo da educação possui grandes condições de fazer frente à epidemia de ignorância negativa que afeta o mundo. A aproximação dos campos da agnotologia e da educação inicia um reconhecimento reflexivo e humilde da nossa ignorância docente. É importante aprender a categorizar nossas ignorâncias, mapear quais são as necessárias, as vantajosas e quais são nocivas. É importante treinar o olhar no sentido de reconhecer um conteúdo e o que se oculta desde sua manifestação e se há ou não interesses nesses ocultamentos. É importante estar atento e analisar os impactos sociais, políticos, econômicos, culturais de nossas ignorâncias docentes. Sendo assim – nosso sonho que pretende ser vivido – vê a educação abrindo suas portas ao mundo ainda pouco explorado da ignorância por meio do estudo da agnotologia.

4.5 Terceiro sonho diurno – Hospitalidade

*a escola deve sustentar-se na gratuidade do dom sobre o que tanto falou Derrida em diferentes escritos. Gratuidade em múltiplos sentidos: porque é acessível a todos que queiram, mas sobretudo porque não exige ou promete que esse conhecimento vá ser utilitário, mas que servirá “para a eternidade” – como diz Lajonquière –, para outros tempos, para tempos que não têm forma no calendário social e sim no humano, o tempo de cada um. Além disso, a escola deve oferecer tempo, paciência, lentidão, silêncio, a possibilidade da dúvida [...]. Diante da aceleração dos tempos, da pressão da performance, da demanda de se reinventar e se autodesenhar todo o tempo, a escola pode oferecer um contexto onde se possa repousar “no outro”, numa herança acumulada, num saber que o outro nos oferece, num espaço onde se possa errar e voltar a provar sem maiores consequências.
Tudo isso é um dom a ser oferecido às novas gerações.
(Dussel, 2009, p. 360)*

O neoliberalismo se instala no mundo não só como política econômica, mas como mentalidade ou racionalidade. A nova lógica de mercado, que transfere estratégias econômicas de “ganhar ou lucrar mais” para o âmbito das relações humanas, alcança e altera as subjetividades individuais e coletivas: os indivíduos esforçam-se para serem cada vez mais autônomos e autossuficientes e as sociabilidades são do tipo *network*, isto é, são aproximações com pessoas escolhidas que podem ser úteis na escala de ascensão individual. A pobreza é vista como natural em uma sociedade e resultado de uma escolha individual, assim, só é pobre quem escolhe ser. É por isso que a empatia só encontra lugar entre os mais iguais. O outro aparece como objeto a ser classificado (de acordo com seus méritos), incorporado e colonizado, isto é, no neoliberalismo se deseja manter controle sobre o outro, e quando isso não é possível, o outro se torna indesejável e é facilmente descartado.

A racionalidade neoliberal instalada sobre os sistemas educativos carrega muito mais do que o interesse pela privatização, ela traz consigo uma carga de sofrimento psíquico que se espalha pelas sociabilidades da educação. No texto escolhido como epígrafe, Dussel aborda o cansaço gerado pela aceleração e pressão da performance. Salas lotadas, professores sobrecarregados e desvalorizados têm menos condições de promover um acolhimento autêntico de seus estudantes que, por sua vez, ou estão mais competitivos e isolados, pressionados por bons resultados, ou então estão fora do circuito por serem julgados menos inteligentes ou menos capazes – o que seria fruto exclusivo de seu baixo esforço e dedicação.

No entanto, sabemos da potência que a educação tem no acolhimento, na socialização e na humanização dos sujeitos e, por isso, como professores, lamentamos vê-la entregue a outro projeto de mundo. Nos sentimos impotentes para enfrentar os interesses transnacionais da política econômica e seus amplos desdobramentos. Então, que tipo de sonho diurno seria possível ser vivido perante a crescente intolerância e naturalização das formas de violência e banalização do outro? Sonhamos com a possibilidade de transformar as relações de saber e poder que emergem do encontro com o outro, de modo a tornar possível e visível uma relação ética de hospitalidade e generosidade na escola (entre os sujeitos) e na educação (entre os sujeitos e a tradição). Dussel (2009), no excerto escolhido como epígrafe, afirma que “a escola deve sustentar-se na gratuidade do dom” e menciona o filósofo desconstrutivista Jacques Derrida. Seguimos a indicação em busca de um horizonte de esperança neste cenário crítico e hostil e, para fechar nossa lista de sonhos diurnos, encontramos acolhimento na própria noção de *hospitalidade*:

a palavra “hospitalidade” vem aqui traduzir, levar adiante, re-produzir as duas palavras que a precederam: “atenção” e “acolhimento”. Uma paráfrase interna, também uma espécie de perífrase, uma série de metonímias expressam a hospitalidade, o rosto, o acolhimento: tensão em direção ao outro, intenção atenta, atenção intencional, sim ao outro. A intencionalidade, a atenção à palavra, o acolhimento do rosto, a hospitalidade são o mesmo, mas o mesmo enquanto acolhimento do outro, lá onde ele se subtrai ao tema. (DERRIDA, 2004, p. 40).

É interessante pensar que o acolhimento pode advir de uma leitura, de uma noção, um conceito, mas foi exatamente o que a leitura de Derrida nos proporcionou. Esta sensação poderá ser estendida até as nossas salas de aula e convertida em experiências de hospitalidade. A hospitalidade é um tipo de fome (Bloch) que só se sacia ao saciar o outro, na doação, na oferta em conjunto, de forma incondicional. É uma necessidade humana primeira que nasce do encontro com a linguagem – ser compreendido e compreender, com a confiança, o alimento e o descanso.

O espaço da escola pode contribuir para a formação de um “nós”? Considerado um espaço possivelmente hostil, onde se dão os primeiros enfrentamentos com o outro, a escola também pode ser um lugar onde se dará as primeiras experiências genuínas de troca e hospitalidade. Muitos de nós podem ter histórias em relação uma primeira professora acolhedora e hospitaleira, que nos inseriu na escola e no mundo dos símbolos

civilizatórios. A escola precisa ser vista como um ambiente onde há espaço para trocas interpessoais, formação de vínculos entre desconhecidos e diferentes, espaço para encontros e transformação da hostilidade em possibilidades de hospitalidade. Contrariamente, um ambiente hospitaleiro e acolhedor favorece encontros, ou reforço de vínculos entre conhecidos. Em uma relação puramente mercantil não há encontro¹⁴⁶.

Mesmo não ligando direta e imediatamente à hospitalidade ao amor, Derrida demonstra que o acolhimento se coloca antes do sujeito se apresentar e se nomear ou ser nomeado. Em nosso estado de direito, para que um ser humano possa atestar ser merecedor de dignidade, ele precisa ser nomeado e este nome precisa estar inscrito, registrado em cartório junto com sua filiação, data e local de nascimento. Por isso, a hospitalidade incondicional não requer identificação: “a hospitalidade se torna, se dá ao outro antes que ele se identifique, antes mesmo que ele seja (posto ou suposto como tal) sujeito, sujeito de direito e sujeito nominável por seu nome de família, etc.” (Derrida, 2003, p. 27).

O direito de asilo e o dever de hospitalidade para com a população crescente de refugiados na Europa e no mundo são temas muito caros a Derrida. Não vamos aqui abordar a questão do refúgio, mas a hospitalidade como promessa a partir da escola enquanto espaço de acontecimentos e encontros. O rosto outro que surge destes encontros reflete aquele que reivindica sua existência e reconhecimento em uma sociedade plural: além dos refugiados, os socialmente discriminados excluídos pela sua cor, orientação sexual, gênero, condição social ou condições de aprendizagem (dificuldades de aprendizagem).

O primeiro gesto ético de acolhimento e abertura nasce do reconhecimento das próprias condições e vulnerabilidades colocadas à serviço daquele que chega. Como o anfitrião que apresenta a casa ou o abrigo apontando para as forças e as fraquezas daquele lugar que também o acolheu quando ele mesmo era quem chegava. Por estar situada em

¹⁴⁶ Há correspondência entre o conceito de hospitalidade em Derrida e a dádiva de Mauss (Ensaio sobre a dádiva – Marcel Mauss) hospitalidade a partir da teoria da dádiva, que se relaciona com a reciprocidade, a gratuidade e a espontaneidade. Mauss descobriu algumas sociedades localizadas na orla do Pacífico apresentavam um tipo de sistema de trocas que se dava basicamente pela oferta livre, gratuita e voluntária de presentes, mas, ao mesmo tempo, essa doação era interessada e obrigatória. Essa dádiva da hospitalidade transforma, imediatamente, o anfitrião em um futuro hóspede. A dádiva produz alianças e amizades e instaura um mundo comum. Algumas iniciativas surgiram do estudo sobre a dádiva, como é o caso na França, do *Mouvement Anti-Utilitariste des Sciences Sociales* (MAUSS) no qual o Brasil é articulado via programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco -UFPE.

uma dimensão que transcende o conceito, a hospitalidade não pode ser reduzida a um tema no currículo ou a um conjunto de normas ou protocolos de convivência. Da mesma forma que não pode ser reduzida à tema curricular, também não se converte em lei sem perder sua autenticidade e legitimidade. Aqui Derrida nos apresenta o problema da autenticidade – o estabelecimento de leis e políticas expressam que a hospitalidade está ausente e precisa ser garantida, construída artificialmente, de forma inautêntica. Paradoxalmente, ela não consegue se constituir e se desenvolver para uma forma incondicional sem o estabelecimento e a obrigatoriedade de certas condicionalidades.

Ora, esta hospitalidade infinita, portanto incondicional, esta hospitalidade à abertura da ética; como será ela regulamentada numa prática política ou jurídica determinada? Como, por sua vez, regulamentará ela uma política e um direito determináveis? Dará ela lugar, chamando-os assim, a uma política e a um direito, a uma justiça aos quais nenhum dos conceitos que herdamos com estes nomes seriam adequados? [...] uma hospitalidade universal, *cosmo-política*, portanto, política e jurídica, a mesma que, Kant nos lembra, ***deve ser instituída*** para interromper um estado de natureza belicoso, para romper com uma natureza que só conhece a guerra atual ou virtual. Instituída como a paz, a hospitalidade universal deve [...] pôr fim à hostilidade natural. (2004, p.66. grifo nosso)

É uma tarefa bastante difícil, e talvez, um dos maiores desafios à ética da hospitalidade – lidar com a possibilidade constante de considerar o outro como hostil. Como acolher alguém que pode ser uma ameaça? E se for um bárbaro? E se for abusivo se converter em um parasita? A dificuldade pode ser lida pela chave de compreensão dos elementos que compõem a etimologia da palavra hospitalidade: Primeiro, *hostis*, em latim, significa hóspede, mas também hostil, inimigo. Outra partícula que desvela a natureza desta dificuldade é ***pet***, que designa o domínio, posse ou propriedade daquele que hospeda (anfitrião): “agora nos é familiar (*hosti-pet-s, potis, potest, ipse*, etc.), a soberania do poder, a *potestas* e a posse do hospedeiro continuam aquelas do *paterfamilias*, do senhor da casa, do “dono do lugar” (Derrida, 2003, p. 37). Assim, as possibilidades de um acolhimento benevolente – que promove o prazer da companhia e da presença do outro, que afasta a solidão e nos demonstra o diferente – ficam prejudicadas diante da imagem/fantasma do inimigo que se aproxima para profanar o direito sagrado à propriedade. Para designar mais rigorosamente o que se passa com o afeto que se situa entre o desejo e o medo de acolher, Derrida cria um termo:

“Hospitalidade, hostilidade, *hostipitalidade*” (Derrida, 2003, p. 41). Este termo explica o que acontece com o acolhimento e a generosidade na educação.

Esta elucidação etimológica explica os efeitos do neoliberalismo nas novas sociabilidades. O isolamento do indivíduo, o reconhecimento do seu valor associado à meritocracia e ao produtivismo e a proteção sacralizada da propriedade, são fatores que, quando não anulam a possibilidade de hospitalidade, a transformam em lei condicionada. Retomamos aqui, o sentido da impotência mencionada no início deste tópico. Diante da impossibilidade de um embate justo entre duas mentalidades – a neoliberal e a humanista, nos cabe interpretar que a hospitalidade absoluta ou radical derridiana é uma utopia. No entanto, seria ainda possível convertê-la em sonho diurno? Como?

4.6. Reflexão - Nossa responsabilidade para com a herança

No texto *Espectros de Marx* (1994), Derrida analisa um conjunto de fatores que, contextualizados em uma política econômica neoliberal, condicionam e põe em perigo toda a democracia. Se refere a questões políticas e éticas que, associadas aos simulacros e ao ciberespaço utilizado pelos *massmídia* colocam o mundo e a cultura em estado de declínio. No capítulo terceiro intitulado *Desgastes*, ele conclui que “o mundo vai mal”:

“o mundo está fora dos eixos. [...] Não se trata de uma fase do desenvolvimento, de uma crise a mais, uma crise de crescimento, uma vez que o crescimento é o mal; não é mais um fim-das-ideologias, uma última crise-do-marxismo ou uma crise-do-capitalismo. O mundo vai mal, o quadro é sombrio” (Derrida, 1994, p. 107-108).

Às novas gerações, ao entrarem, encontrarem e entenderem os tempos sombrios instalados no horizonte de compreensão do mundo, Derrida explica que algo ainda é possível, que há recursos para superar a frustração em relação aos maus passos dados pela geração que nos precedeu. Estes recursos de renovação encontram-se disponíveis no mesmo bojo das grandezas herdadas, e se referem, neste caso, à fidelidade aos “espíritos” de Marx. Para renovar o mundo é necessário ingressar nele, conhecer sua estrutura e se apropriar dele de forma viva. A partir deste tipo de aproximação é possível convocar o antigo, fazer denúncias e críticas às estruturas corrompidas, e associar esta inspiração a

um novo modo, imaginado e, em seguida, renovado de mundo. Este é o movimento que Derrida faz em sua obra em alusão à obra de Marx. Ele imagina uma *Nova Internacional* inspirada em uma possível organização global dos trabalhadores, não como no século XIX, mas tomando o Direito Internacional como princípio e o renovando pelo acréscimo do campo econômico e social mundial. Este seria o papel digno de um herdeiro. “Será sempre um erro não ler Marx. [...] Cada vez mais será um erro, uma falta de responsabilidade teórica, filosófica, política [...] não há futuro sem Marx, sem a memória e sem a herança de seu gênio, de um ao menos de seus espíritos. (Derrida, 1994, p. 29-30).

A partir deste exemplo de Derrida, podemos voltar para o papel da educação. No final do texto *A Crise da Educação*, Hannah Arendt anuncia que a educação é “o ponto em que se decide se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.” (2016). Esta responsabilidade é coletiva, não pertence somente aos pedagogos, diz ela, mas a todos que compartilham o mundo como horizonte de referências e possibilidades. Receber as novas gerações, abrir-lhes as portas do mundo, transmitir-lhes a herança cultural e convidá-los para que renovem esta herança são ações apontadas por Derrida e que entendemos que precisam se dar sob os auspícios da hospitalidade. Mesmo não sendo tarefa exclusiva da pedagogia, é a escola quem pode inaugurar o acolhimento na tradição – repleta de *espíritos* inspiradores de um mundo *por vir* – e na cidadania.

Um simples exemplo: o quadro negro, a carteira escolar. [...] A lousa que abre o mundo para os alunos, e os alunos que literalmente se sentam perto dela. Ou o professor que, sua voz, gestos e presença, invoca algo do mundo na sala de aula. Algo não apenas informativo, mas também animador [...]. Esses são os momentos bastante raros, mas sempre mágicos, quando os alunos e professores são arrebatados pela matéria, a qual, simplesmente sendo dita, parece assumir uma voz própria. (Masschelein, 2019, p.38-39)

A magia do arrebatamento que acontece e, neste momento, o professor evoca ou conjura o espectro da tradição, seja na figura de Marx, Weber, Rousseau, Durkheim, Arendt ou Paulo Freire. Derrida nos ajuda a entender que a educação não é sequer pensável sem os conceitos herdados da tradição, sem “habitar essas velhas estruturas”. O espectro de Derrida nos convida a compreender a desconstrução, a testar os limites das

normas e dos discursos e tentar ir além da fé na promessa de uma hospitalidade autêntica para a imaginação e realização de ações políticas que podem começar na escola.

Assim, a experiência da hospitalidade na educação passa pelo acolhimento das novas gerações e sua introdução no mundo que nós, adultos, representamos. Com todo seu conforto, belezas e capacidade de proteção, e com suas agruras, frestas, dores e perigos. Como professores, herdamos e assumimos uma tarefa que solicita nossa decisão e adesão diária, que solicita nossa responsabilidade e desejo de transformação para que possamos legar algo diferente, melhor do que recebemos. Queremos chamar a atenção aqui para as potencialidades de uso de nossa herança na criação de uma educação *porvir*.

Considerações finais

Desenhar o mapa da crise contemporânea e aventar possibilidades de superação é tarefa para toda uma geração. Sociólogos, economistas, filósofos, pedagogos, professores, antropólogos, psicólogos e outros cientistas, especialmente os das humanidades, de modo direto ou indireto, acabam tematizando faces deste fenômeno ou os impactos dele em seus objetos de estudo¹⁴⁷. A nós, coube interpelar os termos desta equação (crise + democracia + educação = ?) de forma a observar os conceitos em si mesmos e em relação uns com os outros. O que é crise? O que é democracia? O que quer dizer “crise da democracia”? Como a educação é afetada pela crise da democracia? Qual a tarefa da educação em relação à crise da democracia? Qual a tarefa da educação na superação da crise? Qual é a tarefa da democracia em relação à crise da educação?

O primeiro entendimento que tivemos a partir do encontro com nossos autores foi de que cada conceito não pode ser explicado “em si mesmo”, isto é, sem que se considere seu caráter de “campo de disputa”. Este entendimento, inclusive, não é isento, é resultado do recorte teórico que escolhemos para analisá-los. Para ilustrar este primeiro entendimento, lembramos do critério de verdade do porqueiro de Mairena. Jorge Larossa, no capítulo VII de sua *Pedagogia Profana* comenta alguns planos de aula de um professor espanhol Juan de Mairena (Larossa, 2019, p.187). Em uma anotação, o professor utiliza a seguinte anedota com os estudantes:

A verdade é a verdade, diga-a Agamenon ou seu porqueiro.

Agamenon: De acordo.

O porqueiro: Não me convence.

¹⁴⁷ Um rápido olhar no banco de teses defendidas na USP em 2023 comprova esta percepção. Entre os mais de 90 trabalhos (dissertações e teses) cadastrados até o início do mês de abril, encontramos 23 trabalhos relacionados com algum aspecto que poderia ser entendido desde o mapa da crise contemporânea: os trabalhos destacados versam sobre as transições epistêmicas, arte e currículo, experiências democráticas, resistência do magistério à participação comunitária, projetos assistenciais de saúde mental, obesidade e nutrição, alterações na imagem corporal e saúde mental das mulheres muçulmanas, equidade de gênero, infraestrutura e equidade, toxicidade do solo, problemas relacionados ao uso de agrotóxicos, indústria 4.0, sistemas de agrofloresta, design circular e uso de materiais biodegradáveis, entre outros. Consideramos que caberia, em um próximo estudo, analisar profundamente os bancos de dados de teses e dissertações da USP e outras universidades brasileiras, de forma a compreender o panorama da preocupação e produção acadêmica em relação à diferentes aspectos da crise e da democracia.

Larossa explora a situação para explicar que a verdade não é independente ou isenta, ela sempre aparece desde um campo de significações. No caso da anedota, há dois campos de sentido, marcados por uma forte relação de poder, e uma disputa pela verdade no qual o porqueiro tem pouquíssimas chances. Diante de Agamenon, o porqueiro – que não tem nada, nem tem um nome – não teria direito à verdade. No entanto, ele conserva a “secreta dignidade” (*idem*) de não se curvar ao poder da verdade de Agamenon – que é dono da verdade, por ser dono do porqueiro e dono dos porcos – observe que a primeira frase não tem autor, como se tivesse caído pronta do céu, como se fosse a pedra filosofal ou preceito metafísico. Mesmo assim, o porqueiro reivindica mais do que isso para garantir seu convencimento. Nos perguntamos: o que poderia garantir o convencimento do porqueiro?

Vamos à crise. Assim como a verdade do porqueiro, a noção de crise apareceu múltipla e variada, de acordo com o horizonte de sentido e o campo de interesses daquele que está oferecendo a significação. Observamos que a crise pode ser interpretada como um evento que ocorre de maneira repentina, inevitável e imprevisível – semelhante a uma tempestade que devasta uma vila – podendo afetar temporariamente tanto um indivíduo quanto um sistema. Assim, a crise mobiliza esforços comuns para sua superação e resulta em mudança e renovação. Esta perspectiva dada por Bobbio (1998), não ofereceria riscos se fosse associada à democracia, pois ela carrega o mesmo sentido de fluxo e movimento em coerência com o sentido de democracia trazido pelos nossos autores. Lefort (2011), Rancière (2018) e Mouffe (1999) concordam que a democracia não é um sistema harmônico ou consensual, mas agonístico, isto é: dissensual e conflitivo. Concordamos muito com Bauman quando ele afirma que “não há nada crítico no fato de a sociedade estar em crise.” (2000, p. 163) Embora esse sentido de democracia e crise possa ser assustador e rejeitado por certos grupos, ele não compromete a estrutura da democracia, de um certo modo de ser em comum que surge a partir das diferenças e da convivência, das relações entre indivíduos e grupos e suas demandas. Quando considerada em sua dimensão agonística, concluímos que a democracia é o melhor sistema para garantir a existência e a participação das diferenças.

No entanto, Bauman (2016) e Morin (1979) alertam sobre um fenômeno apresentado sob o nome de “crise” difere muito do exposto acima. Este fenômeno não afeta apenas a democracia, se espalha pelos mais diversos campos de nossa vida comum. Nós o marcamos na introdução desta tese como *Zeitgeist*, uma vez que reúne, além de

todas as desordens ali mencionadas, muitas outras que não couberam neste recorte. Por desordem, não entendemos uma disputa justa por um campo de significação, mas uma paralisia ou perplexidade seguida de reações desesperadas contra investidas daqueles que pretendem contar e impor suas mentiras deliberadas sob a forma de uma história única. Clauss Offe (2017) chamou este fenômeno de “mal-estar” da democracia contemporânea que se caracteriza pela manutenção de um estado de exceção no qual os indivíduos/grupos concedem autorização ao estado para burlar acordos e negligenciar direitos; pela interferência das corporações dominantes; pela incapacidade do Estado em exercer coerção legítima; pela interferência de agentes internacionais e supranacionais; pela desconfiança nas elites políticas; pelo enfraquecimento das instituições intermediárias como é o caso dos sindicatos e o declínio dos partidos de centro-esquerda e social-democratas e pela ascensão de populismos reacionários *antiestablishment* e antipluralistas. Ou seja, este universo de significações denota uma ameaça à democracia e qualquer semelhança com a conjuntura brasileira não se trata de uma simples coincidência.

Lembramos que nossa intenção não era construir uma taxonomia ou genealogia da crise ou da democracia, mas imbricar e tensionar estes conceitos com o objetivo de compreender o *Zeitgeist* que agora vemos claramente como situados no segundo campo de significação. O primeiro sentido da crise se aproxima do dissenso e do agonismo e são coerentes com uma democracia radical – e é este o sentido que disputamos – enquanto o segundo sentido é resultado do declínio e degeneração da democracia liberal e de uma fase do capitalismo que não precisa mais da democracia para se firmar ou expandir¹⁴⁸.

O que mais chamou nossa atenção neste segundo sentido de crise foi o fato de que indivíduos/grupos concedem autorização para que o estado promova interferências nocivas à democracia. O que leva um indivíduo a autorizar e apoiar o declínio de um sistema que restringe (suas próprias) possibilidades e liberdades? O que leva um indivíduo a apoiar discursos e projetos autoritários, genocidas, extremistas? Seria estupidez? Ignorância? Perversão? Nossa busca pelos motivos desta autorização – que entendemos que tem grande responsabilidade na composição da crise – nos levou à agnotologia, aos estudos sobre a produção social da ignorância. A análise deste campo

¹⁴⁸ Tendo em vista a tese de Žizek: “o casamento entre o capitalismo e a democracia acabou”. Disponível no link: <https://iela.ufsc.br/zizek-o-casamento-entre-democracia-e-capitalismo-acabou/>

elucidou uma vasta lista de estratégias de disseminação de ódio, da construção de inimigos fantasmagóricos comuns, de implementação de dúvida, de subversão de sentidos, de produção de mentiras deliberadas para os mais diversos fins – desde políticos a comerciais. Destacamos aqui algumas das estratégias encontradas que mais se repetem em diferentes tempos históricos:

- difamação e desmoralização do oponente sob as chaves amigo x inimigo; força x fraqueza; lealdade x traição; pátria x estrangeirismo;
- escândalos sensacionalistas contra a índole dos inimigos inventados e as indiretas, insinuações e ameaças contra aqueles que faziam oposição, que escolhem o lado “errado”;
- efeito cumulativo: não falam mentiras diretamente, usam uma linguagem vaga, que não é explicitamente antidemocrática nem criminosa, mas “fantasmagórica” o que sugere adesão às regras do jogo democrático;
- questionar pesquisas e cientistas como se estivessem ideologicamente alinhados com o “inimigo”;
- bolhas algorítmicas – agrupamentos ideológicos de discussão e trocas políticas – o outro/diferente é excluído dos círculos e
- *firehosing* via *WhatsApp* – enxurrada de narrativas (simulacros de terceira ordem) repassadas insistentemente pela internet.

Entendemos que estas estratégias foram e ainda são bem-sucedidas, pois acontecem em coerência a um campo de significações e interesses dos indivíduos que ainda nutrem o mesmo ódio ao diferente e à democracia. Entendemos que a desordem informacional está à serviço da produção social da ignorância o que, por sua vez, faz com que determinados grupos levem grandes vantagens injustas¹⁴⁹ na disputa, uso e manipulação dos termos em questão. Foi assim que os regimes totalitários usaram e aperfeiçoaram técnicas e truques de convencimento da massa, conquistaram adesão popular por meio de uma propaganda sedutora e convincente à revelia dos fatos de em si. Interessante observar, por exemplo, que políticos de perfil autoritário se fazem valer de

¹⁴⁹ Entendemos como jogo justo o que foi descrito por Foucault (in: Dreyfus, 1995; p 243): situação em que o poder se exerce sobre sujeitos livres e com a possibilidade de se mover, de se deslocar ou de resistir/reagir.

um discurso salvacionista em relação a uma suposta crise causada por um inimigo comum.

Os novos extremismos são mais complexos hoje do que os da década de 30, especialmente após a chegada das novas tecnologias de comunicação. Por isso, devem ser enfrentados, assim como os movimentos conspiratórios, com o uso da razão e de forma multidisciplinar. Não há como prever o futuro da ação destes movimentos, especialmente com a chegada da inteligência artificial, mas, também, não podemos ser meros espectadores e vítimas da catástrofe quando sabemos que ela se avizinha. Como essas coisas vão evoluir e a responsabilidade sobre como elas vão evoluir – isso depende, como diria Theodor Adorno (2020, p. 65), de nós.

Nossas análises revelaram um cenário ainda mais alarmante e crítico para a democracia do que inicialmente prevíamos. No entanto, devemos encarar essa realidade como professores e pesquisadores imbuídos de esperança e redefinir nossas ações e responsabilidades pedagógicas para combater o avanço desses movimentos. Isso porque a história já nos mostrou o que acontece quando este sentido vence a disputa: o próprio jogo fica em suspensão. É crucial que a juventude seja constantemente alertada sobre os velhos e novos pressupostos dos extremismos, que agora se apresentam de maneira mais sutil e dissimulada do que em tempos passados. Devemos descrever, caracterizar e demonstrar como essas ações de enganação psicológica ocorrem e como podem atingir até mesmo os mais atentos. É fundamental agir com rapidez e determinação para enfrentar essas ameaças à democracia e aos direitos humanos. Em nossa pequena utopia, desejamos ser e formar estudantes com o espírito do porqueiro de Mairena, que, diante das tentativas de sedução de alguém muito poderoso, tenha a dignidade e a coragem de responder: “isto não me convence”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Margem Esquerda**, n. 7. *s/p*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/> Acesso em 28.02.2022.

_____. Antissemitismo e propaganda fascista. *In*: T. W. Adorno. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Unesp, 2020.

_____.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim - notas sobre política**. Belo Horizonte - São Paulo: Autêntica, 2015.

AGUIAR, O. A. A política na sociedade do conhecimento. **Trans/Form/Ação [online]**. Marília-São Paulo: vol. 30, n. 1, pp. 11-24, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/T7ZhQz4mKjcPhR7VJSJXvsS/?lang=pt>. Acesso em 01.03.22.

_____. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** vol.10, N.1, p. 7-17, 2007.

ANGULO, A. J. **Miseducation: A History of Ignorance-Making in America and Abroad**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2016. Versão Kindle.

ARENDT, Hannah. A Crise da Educação. *In*: **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016. Versão Kindle.

_____. A propaganda totalitária. *In*: **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O que é política?** 3. ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. **Responsabilidade e julgamento**. 2ª. Ed. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Verdade e Política. *In*: **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016. Versão Kindle.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

- _____. **A moralidade da democracia.** Belo Horizonte: editora da UFMG, 1996.
- ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BLOCH, Ernst. **The Principle of Hope.** Volume One. Cambridge: MIT Press, 1986.
- _____. **The Principle of Hope.** Volume Two. Cambridge: MIT Press, 1995.
- BACKER, David. I. Radical discussions: Agonistic democratic education. **Philosophy of Education.** p. 127–143, 2017. Disponível em: <https://educationjournal.web.illinois.edu/ojs/index.php/pes/article/view/62/31> Acesso em 22/04/2023.
- BARRETO, Irineu. **Fake news. Anatomia da desinformação, discurso de ódio e erosão da democracia.** São Paulo: ExpressaJur, 2022. Versão Kindle.
- BASTOS, S. R.; RAMEH, L. M.; BITELLI, F. M. O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes. *In:* SANTOS, M. M. C.; OLIVEIRA, J. P.; BAHL, M. (Orgs.); São Paulo: **Anais do Seminário da ANPTUR.** p.612, 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=13> Acesso em 01/02/2023.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacra and Simulation.** Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- _____. Les trois ordres de simulacres. *In:* **L'échange symbolique et la mort.** Paris: Gallimard, 1976.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Versão Kindle.
- _____. BORDONI, Carlo. **Estado de Crise.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016. Versão Kindle.
- BENJAMIN, W. **A Obra de arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica.** Org. e Prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Tradução: Gabriel Valladão Silva, 1ª Edição, Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **A Teoria das Formas de Governo.** Brasília. UnB. 1981
- _____.; et al. **Dicionário de política I.** Trad. Carmen Varriale et al.; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.
- _____. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BONIN, Joel Cezar. Agonística: pensar o mundo politicamente. **Eleuthería, Revista do Curso de Filosofia da UFMS,** v. 1, n. 1, p. 83 - 87, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/1680>. Acesso em 14/01/2022.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BOTO, Carlota; SANTOS, Vinício de Macedo; SILVA, Vivian Batista da; OLIVEIRA, Zaqueu Vieira. **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios**. [Apresentação] São Paulo: FEUSP 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/564> Acesso em 05/01/2022

BOVERO, Michelangelo. **Contra o governo dos piores: uma gramática da democracia**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. São Paulo: Ed.34, 2000.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

_____. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, n. 116, p. 19-30, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574> Acesso em 22/04/2023.

BIESTA, Gert. O cidadão ignorante: Mouffe, Rancière e o sujeito da educação democrática. **Estudos em Filosofia e educação**, 30. p. 141-153, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11217-011-9220-4#citeas>

BURKE, Peter. A Ignorância na política e a política da ignorância. **Revista Piauí**. Edição 168, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/ignorancia-na-politica/> Acesso em 01/05/2022.

BURKE, Peter. La ignorancia de la política y la política de la ignorancia. *Procesos*. **Revista Ecuatoriana De Historia** 52, p.185-193, 2021. Disponível em: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/procesos/article/view/2611> Acesso em 28.02.2022

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Política e educação em Hannah Arendt: distinções, relações e tensões. **Educação e Sociedade. Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas: vol 35, n.128, p.813-828, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3pCQMkJfmF6DgGqhyznTpsh/?lang=pt> Acesso em 01/02/2022.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Haroldo de. Poesia e modernidade: da morte do verso à constelação. O poema pós-utópico. *In*: CAMPOS, Haroldo de. **O arco-íris branco**. São Paulo: Imago, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura. A crise da democracia Liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Versão Kindle.

CAVELL, Stanley. **Conditions Handsome and Unhandsome – The Constitution of Emersonian Perfectionism**. Chicago: Chicago Press, 1990.

CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, Bahia: 34, p. e021022, 2021. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>

_____. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, São Paulo: v. 1, n. 1. P. 92-120, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/> Acesso em 06/06/2022.

_____. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo: 62, p. 530 – 557, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232> Acesso em 06/06/2022.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro**. Org. André Rocha. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Versão Kindle.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA Propaganda política e manipulação**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

COLLINS ONLINE ENGLISH DICTIONARY. London: Collins, 2023. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english> Acesso em 14/02/2023.

COHEN, Joshua.; FUNG, Archon. Democracia Radical. **Dossiê Política & Sociedade** – Universidade Federal de Santa Catarina. n. 11, p. 221-237, 2007. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1293/1210. Acesso em 12/12/2022

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers**. New York: Routledge, 2011. Versão Kindle.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos – crise e insurreição**. São Paulo: n1-edições, 2016.

COVER, Rob, HAW.; ASHLEIGH, Jay.; THOMPSON, Daniel. **Fake news in digital cultures: Technology, Populism and Digital Misinformation**. Bingley: Emerald, 2022. Kindle version.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. **The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission**. New York: New York University Press, 1975.

CROUCH, Colin. **Post-Democracy: After the crises**. London: Polity Press, 2020. Kindle version.

CUSA, Nicolau de. **A Douta Ignorância**. Tradução, prefácio, introdução e notas: Reinholdo Aloysio Ullmann. Porto Alegre: EDIPUCR, 2002.

DA SILVA, Andréa Villela Mafra. Neotecnicismo - a Retomada do Tecnicismo em Novas Bases. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v.19, n.1, p. 10-16, 2018. Disponível em:

<https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/3720> Acesso em 22/04/2023.

DeNICOLA, Daniel. **Understanding Ignorance. The surprising impact of What We Don't Know**. London: MIT press, 2017. Versão Kindle.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Trad. de Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Dufourmantelle, Anne. **Da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Força de Lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIAS, Mauro Mendes. **O discurso da estupidez**. São Paulo: Iluminuras, 2020. Versão Kindle.

DICK, Philip.; SUTIN, Lawrence. **The shifting realities of Philip K. Dick: selected literary and philosophical writings**. New York: Vintage, 1996.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP: 1999.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. Tradução de Mario Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020. Versão Kindle.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia** Coleção Textos Fundantes de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DÜRKS, Daniel Bardini; PITHAN DA SILVA, Sidinei. Ambivalência, complexidade e conhecimento: Bauman e Morin. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan./abr. 2014. <http://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/9851/4742>. Acesso em: 10.09.2022.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum **na escola**. Tradução: Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.137, p.351-365, maio/ago 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SRvPrGHbRpbbLdCHFLSTXJj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05/01/2022

EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. *In*: GALINSKY, Karl. **Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

ENSLIN, Penny; PENDLEBURY, Shirley; TJIATTAS, Mary. Deliberative democracy, diversity, and the challenges of civic education. **Journal of Philosophy of Education**, Oxford University Press, v. 35, p. 115–130, 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/jope/article-abstract/35/1/115/6842409>

FARIAS, Priscila. **Visualizando signos: modelos visuais para as classificações sócio-semióticas de Charles S. Peirce**. São Paulo: Blucher, 2017. Livro eletrônico.

FESTINGER, Leon.; RIECKEN, Henry W.; SCHACHTER, Stanley. **When Prophecy Fails: A Social and Psychological Study of a Modern Group that Predicted the Destruction of the World**. Pennsylvania State University Press, Wilder Publications, 2014. Versão Kindle.

_____. **Teoria da Dissonância Cognitiva**. Tradução de Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRAZÃO JOSÉ, Natália. Augusto: Representações, Representatividade e Alteridade na Legitimação do Poder do Princeps. **De Rebus Antiquis**, Buenos Aires, n. 9, p. 42-63, jun. 2021. Disponível em: <https://erevistas.uca.edu.ar/index.php/DRA/article/view/3486> Acesso em: 05/07/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Record, 2013

FREITAS, L. **A produção da ignorância na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

FIORI, José Luís. Estado do bem-estar social: padrões e crises. *Physis: revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 129-147, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/qJZJQm4N36gyJhjkpfvwdhK/abstract/?lang=pt> Acesso em 12/11/2022.

FOA, R.; KLASSEN, A.; SLADE, M.; RAND, A.; COLLINS, R. **The Global Satisfaction with Democracy Report 2020**. Cambridge, United Kingdom: Centre for the Future of Democracy, 2020. Disponível em: <https://www.bennettinstitute.cam.ac.uk/publications/global-satisfaction-democracy-report-2020/> Acesso em 12/11/2022.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

_____. O cuidado com a verdade. *In: Ética, Sexualidade, Política. Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FUNDAÇÃO FHC. **Como morrem as democracias?** Por Steven Levitsky. YouTube, 08/08/2018. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky>. Acesso em: 08/09/2022.

GALÁN MACHÍO, Augustin. **Agnotología: Sociología de la ignorancia, Ignorancia de la Sociología**. 2020. Versão Kindle.

GÁLVEZ, J. Padilla. Democracy in Times of Ochlocracy. **Synthesis philosophica**. Zagreb, Croatia. v. 63, n.01, p. 167–178, 2017. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/clanak/280652>. Acesso em: 12/11/2022.

GARCÍA, Ignácio. Prólogo à Edição Espanhola. *In*: FESTINGER, RIECKEN e SCHACHTER. **Cuando las profecías fallan**, Valência: Reediciones Anómalas, 2018.

GIROUX, Henry. **Teoria, crítica e resistência em educação: Para além das teorias de reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Youth in a Suspect Society: Democracy or Disposability?** New York: Palgrave Macmillan, 2009.

GOMES, Carlos. ORTEGA Y GASSET: No caminho da hipermodernidade uma visão projetiva da contemporaneidade. **Ideas y Valores**, Bogotá, Colômbia, v.67, p. 43-57, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-00622018000300043&lng=es&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 12/07/2022.

GREEN, Bill.; BIGUM, Chris. Alienígenas na sala de aula. *In*: SILVA, Tomás Tadeu da. (org.) **Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995.

GROSS, Mattias.; McGoey, Linsey. **Routledge International Handbook of Ignorance Studies**. London and New York: Routledge International Handbooks, 2015. Versão Kindle.

GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñeira.; CRUZ, Danilo Uzêda. (orgs) **Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados**. – Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018. [recurso eletrônico]

GUTMANN, Amy. Democracia e educação democrática. **Estudos em Filosofia e Educação**, Switzerland, v.12, p. 1-9, 1993. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01235468> Acesso em: 18/01/2022.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **¿Qué significa crisis hoy? Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Madrid: Ediciones Catedra, 1999.

_____. Três modelos de democracia. Sobre el concepto de una política deliberativa. **Lua Nova**, São Paulo, nº 36, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tcSTz3QGHghmfzvbvL6m6wcK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18/01/2022.

HAHN, Carole. **Becoming Political: Comparative Perspectives on Citizenship education**. New York: Suny Press, 1998.

HEGEL, Georg Wilíelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. Fim da Filosofia e a tarefa do pensamento. *In*. **Conferências e Escritos Filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HERTIE SCHOOL. **Democracy challenged: Responses and innovations** Por Claus Offe. YouTube, 08/05/2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=KXPC5ty6RsU> Acesso em: 23/10/2022.

HOHLFELDT, A. Espiral do silêncio. **Revista FAMECOS**, v. 5, n. 8, p. 36–47, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/5466>. Acesso em: 25 fev. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **Who Are We? America's Great Debate**. London: Simon, 2004.

JARAUTA, Francisco. Desafíos del mundo contemporâneo. *In*: Costas, Antón. (Org.) **La crisis de 2008. De la economía a la política y más allá**. Almería: Fundación Cajamar, 2010.

_____. Microutopías. **Revista Quintana**. n.º 15, p. 85-89, 2017. Disponível em:
<https://revistas.usc.gal/index.php/quintana/article/view/4510> Acesso em 04/01/2022.

KAMITAKE, Yoshiro. From democracy to ochlocracy. **Hitotsubashi Journal of Economics**. V. 48, n 01, p.83-93, 2007. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/294463804> From democracy to ochlocracy
Acesso em 11/05/2021.

KEANE, John. **Vida e Morte da Democracia**. São Paulo: Edições 70, 2010.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KURAN, Timur. **Private Truths, Public Lies: The Social Consequences of Preference Falsification**. Cambridge: Harvard University Press, 1997. Versão Kindle.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**. London: Verso, 2001.

LAFER, Celso. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. *In*: NOVAES, Adauto. (Org.) **Ética**. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Infância e ilusão (psico)pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- LAROSSA, Jorge. **Pedagogia profana: Danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LEFORT, C. **A invenção democrática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. O imaginário da crise. *In*: NOVAES, Adauto (org.) **Crise da Razão**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.
- LEGRIS, Javier. Conocimiento gráfico y diagramas. Un análisis desde la teoría del signo de C. S. Peirce. *In*: ESQUISABEL, Oscar Miguel. **Conocimiento simbólico y conocimiento gráfico: historia y teoría**. 1ª ed. (p. 51-60). Buenos Aires: Centro de Estudios Filósofos Eugenio Pucciarelli, 2013.
- LEVI, Primo. **O dever da memória**. Trad. Esther Mucznik. Lisboa: Cotovia, 2005.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda., 2018. Kindle version.
- LINZ, Juan J. **The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown, and Reequilibration**. London: The Johns Hopkins Press, 1978.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- LUCENA, Carlos. PREVITALI, Fabiane. LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. v. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MAIA, Felipe. Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, 2021, p. 212-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/L8VGG9WJZB96CFtxrxTr9y/> Acesso em: 14/11/2022
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia - introdução à sociologia do conhecimento**. Porto Alegre: Globo, 1950.
- MASSCHELEIN, Jan. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Tradução Cristina Antunes. 2ª ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MARTINS, Paulo. **Imagem e poder: considerações sobre a Representação em Otávio Augusto**. São Paulo: Edusp, 2011.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

McGoey, Linsey. On the Will to Ignorance in Bureaucracy. **Economy and Society**, n.36, p. 212–235, 2007. Disponível em: <https://repository.essex.ac.uk/23912/> Acesso em 29/04/2023.

_____. **The unknowers: how strategic ignorance rules the world**. London: Zed Books, 2019. Kindle version.

MENÁRGUEZ, Ana Torres. **Entrevista com Henry Giroux: “A crise da escola é a crise da democracia”**. El País, 14 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/09/internacional/1557407024_184967.html Acesso em: 04/07/2022.

MELLO, Natália Nobrega de. As Raízes de uma Agenda de Transformação Conservadora: Brzezinski e Huntington nos Anos 1960. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro, v.65, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/MLpTdG4NwhpjBDRmmYNM8rh/abstract/?lang=pt> Acesso em 14/08/2022.

MERKEL, Wolfgang. Is There a Crisis of Democracy? **Democratic Theory**. V.1,p.11-25, 2014. Disponível em: https://projects.iq.harvard.edu/files/mobilized_contention/files/democratic_theory_merkel_2014.pdf Acesso em 15/08/2022.

MIHAI, Mihaela. Theorising agonistic emotions. **Parallax**, v. 20, no. 2, p. 31-48, 2014. Disponível em: https://www.pure.ed.ac.uk/ws/portalfiles/portal/23317926/Mihai_Theorizing_Agonistic_Emotions_Parallax.pdf Acesso em 15/08/2022.

MILLS, C.Wright. A Imaginação Sociológica. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar,1982.

MORO, Sérgio Fernando. **Considerações sobre a Operação Mani Pulite (mãos limpas)**, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/consideracoes-sobre-a-operacao-mani-pulite-maos-limpas/187457337>. Acesso em 05/11/2022.

MOUFFE, C. **Agonística: Pensar el mundo politicamente**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Dimensions of Radical Democracy – Pluralismo, Citizenship, Community**. London: Verso, 1995.

_____. **El retorno de lo político**. Traducción de Marco Aurelio Galmarini, Barcelona, Paidós, 1999

_____. **On the Political**. New York: Routledge, 2005a.

_____. **Por um modelo agonístico de democracia**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005b.

_____. **La Paradoja Democrática. El peligro del consenso em la política contemporânea**. Barcelona, Gedisa editorial, 2016.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e Sociedade**, UFSC – Florianópolis-SC, v.2, n. 3, p. 11-26. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015> Acesso em: 20/11/2022.

MORIN, Edgar. Pour une sociologie de la crise. **Communications**, v.12, p. 2-16, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/comm.1968.1168> Acesso em: 20/10/2021.

_____. Para una crisiologia. In: **El concepto de crisis**. Buenos Aires: Ediciones Megalópolis, 1979.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva. 2ª. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2011a.

_____. **Da aspiração à realização democrática. Um artigo de Edgar Morin**. Revista IHU online, 2011b.

_____. **Como viver em tempo de crise?** Tradução Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Versão Kindle.

NEHAMAS, Alexandre. The sleep of reason produces monsters. **Representations**, University of California Press, v.74, n.1, p. 37-54, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/rep.2001.74.1.37> Acesso em: 20/01/2023.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. CALDERÓN, Francisco. **La espiral del silencio**. Barcelona: Paidós, 1995.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2013.

NORVAL, Aletta J. Identificação Democrática: Uma Abordagem Wittgensteiniana. **Teoria Política**, v.34, p. 229– 255, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0090591705281714> Acesso em: 20/12/2022.

_____. **Aversive democracy: inheritance and originality in the democratic tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE. Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf . Acesso em 12/01/2022.

OFFE, Claus. La crisis destruye elementos clave de la democracia. **Pasajes**, n. 40, p. 39–48, 2012. Disponível em: <https://roderic.uv.es/handle/10550/45578> Acesso em 23/10/2022.

_____. **Contradictions of the Welfare State**. Routledge, London, 2019.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **La rebelión de las masas**. Ciudad de México: La Guillotina, 2010.

_____. **En torno a Galileo**. (Clásicos del pensamiento n. 23) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2014. Versão kindle.

PASSOS, Fábio. O revisionismo e os perigos da mentira deliberada na perspectiva de Hannah Arendt. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, v. 44, n. 3, p. 115-134, Jul./Set., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n3.10.p115> Acesso em: 01.04.2022.

PELLANDA, Andressa.; KOUMBOU BOLY Barry. O Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação no Brasil e as Parcerias Público-Privadas na Educação Infantil: um panorama na perspectiva dos Princípios de Abidjan. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v.12 p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119737/84883>. Acesso em: 01.04.2022.

PERALVA, Angelina.; SPOSITO, Marília. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. **Revista Brasileira de Educação**, n.05-06, 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07/01/2022.

PERNIOLA, Mário. **La società dei simulacri nel tempo del governo dei peggiori**. Roma: Ágalma, 2010.

PETRY, Cleriston. Pós-democracia e educação. **Educação em Revista**. n 37, 2021a Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469825258> Acesso em: 29/04/2023.

_____. CENCI, Ângelo. O dilema da autoridade educacional num mundo “fora dos eixos”. **Revista Diálogo Educacional**, 21(69), 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.21.069.AO02> Acesso em: 29/04/2023.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, n. 45, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547/27292> Acesso em 18/19/2022.

PLATÃO. **A República**. Trad. de Carlos Aberto Nunes. 3ª. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

PRENTICE, Deborah.; MILLER, Dale. Pluralistic Ignorance and the Perpetuation of Social Norms by Unwitting Actors. **Advances in Experimental Social Psychology**, Cambridge, v. 28, p. 161–209, 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60238-5](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60238-5) Acesso em 18/19/2022.

PRINCÍPIOS DE ABIDJAN, **Os. Princípios orientadores sobre as obrigações dos Estados em matéria de Direitos Humanos de fornecer educação pública e de regular a participação do setor privado na educação**. Versão em português publicada em 2022. Disponível em: <https://www.abidjanprinciples.org/> Acesso em: 28/12/2022.

POPPER, Karl. R. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

PROCTOR, Robert. **Agnotology: the making and unmaking of ignorance**. Stanford, California: Stanford University Press, 2008.

PROCTOR, Robert. **Golden holocaust: Origins of the cigarette catastrophe and the case for abolition**. Los Angeles: University of California Press, 2011.

- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.) **Crise da Razão**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. **Ainda se pode falar de democracia?** Ymago Ensaios Breves (livro IV) São Paulo: KKYM, 2014a. Versão Kindle.
- _____. **O ódio à democracia**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014b.
- _____. Dez reses sobre a política. In: **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014c.
- _____. O tempo da emancipação já passou? In: SILVA, Rodrigo. NAZARÉ, Leonor (orgs.). **A república por vir: arte, política e pensamento para o século XXI**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- _____. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018a.
- _____. **O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b.
- RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- REBECQUE, Benjamin Constant de. **Princípio de Política**. Madrid: Aguilar, 1968.
- RÊGO, A. BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. **Obra Filosófica**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1969.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. Versão Kindle.
- SAFATLE Vladimir, **O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2020.
- SANTOS. Boaventura de Souza. As três ignorâncias contra a democracia. **Outras Palavras (Blog)**. Publicado 15/03/2019 às 18:41. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/boaventura-tres-ignorancias-contra-a-democracia/> Acesso em 18/12/2021.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 18/12/2021.

SAVIANI, Demerval. Escola de democracia no Brasil do século XXI. In: **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios**. / Organizadores Carlota Boto, Vinício de Macedo Santos, Vivian Batista da Silva, Zaqueu Vieira Oliveira. São Paulo: FEUSP, 2020. <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/564> Acesso em 05/01/2022.

SCHILLING, Flávia. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 31-48, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a03.pdf> Acesso em 05/12/2022.

SCHILLING, F.; ANGELUCCI, C. Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis de uma escola justa. **Cadernos de Pesquisa**, v.46. n.161, p. 694-715, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/bxGqGm6PVSQWxzNKY94WFDn/abstract/?lang=pt> Acesso em 05/12/2022.

SCHLEGEL, Rogerio. Impactos políticos da educação: da aposta no novo cidadão à eleição de Bolsonaro. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/S5Njb4jWdvMPccCsDfJymDs/?lang=pt> Acesso em 13/01/2022.

SENNETT, Richard. **O Declínio do homem público e as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

_____. **Os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2018. Versão Kindle.

SIMMEL, Georg. **SOCIOLOGIA: Estudos sobre as formas de socição**. Tradução Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021.

SMITHSON, Michael. **Ignorance and Uncertainty: Emerging Paradigms**. New York: Springer Verlag, 1989.

SOUZA, Ricardo Timm de; RODRIGUES, Ubiratane de Moraes (Orgs.). **Ernst Bloch: utopias concretas e suas interfaces**: vol. 2. [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

SOUZA, Robson Sávio Reis.; PENZIM, Adriana Maria Brandão.; ALVES, Claudemir Francisco. (Orgs) **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. (Coleção Cadernos temáticos do NESP; 7). Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

SOUZA, Márcio Moraes de. **A tensão entre o homem-massa e a democracia em José Ortega y Gasset**. Dissertação (Mestrado em Filosofia Social e Política). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Brasília, p. 92. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8960> Acesso em 17.04.2022.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SUISSA, Judith. Character education and the disappearance of the political. **Ethics and Education**, v.10, p. 105-117. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17449642.2014.998030> Acesso em 05/01/2022.

TAKARA, Samilo. Emoções, afetos e educação. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 22, n. 238, p. 90-100, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/65929/751375155396/> Acesso em 15/01/2023.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Versão Kindle.

ZIEMER, Gregor. **Educazione alla morte – Come si crea um nazista**. Città Aperta Edizioni: Troina: 2006.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe Report DGI, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 17.04.2022.

WIENER, Norbert. **Cybernetics: or the control and communication in the animal and the machine**. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press, 1961.

ZIEMER, Gregor. **Educazione alla morte Come si crea um nazista**. Città Aperta Edizioni: Troina: 2006.